



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KEILANE FERREIRA DE ARAUJO

**UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE FASCISMO: REFLEXÕES
CONTEMPORÂNEAS À LUZ DO PENSAMENTO DE THEODOR W. ADORNO**

FORTALEZA

2024

KEILANE FERREIRA DE ARAUJO

UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE FASCISMO: REFLEXÕES
CONTEMPORÂNEAS À LUZ DO PENSAMENTO DE THEODOR W. ADORNO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de Pesquisa: Subjetividade e Crítica do Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Meireles
Vieira.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A689c Araujo, Keilane Ferreira de.
Uma compreensão crítica do conceito de fascismo : reflexões contemporâneas à luz do pensamento de Theodor W. Adorno / Keilane Ferreira de Araujo. – 2024.
362 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Emanuel Meireles Vieira.
1. Fascismo. 2. Theodor Adorno. 3. Primado do Objeto. 4. Constelações. 5. Marcia Tiburi. I. Título.
CDD 150
-

KEILANE FERREIRA DE ARAUJO

UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE FASCISMO: REFLEXÕES
CONTEMPORÂNEAS À LUZ DO PENSAMENTO DE THEODOR W. ADORNO.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Meireles
Vieira.

Aprovada em: 22/01/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Emanuel Meireles Vieira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.º Dr. Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.º Dr. Raimundo Sérgio de Farias Júnior
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos da minha casa, no meu quarto, onde toda esta jornada teve início. Um processo que começou durante o período de isolamento social, ainda em 2021, mas ao mesmo tempo, repleto de alegria pelo ingresso no programa de mestrado desejado, na linha de pesquisa de minha escolha e na instituição da qual, mesmo sem nunca ter estado fisicamente, nutro profundo afeto e consideração. Apesar da ambivalência de sentimentos com relação à instituição – ter feito parte da UFC virtualmente e nunca presencialmente, ao longo de dois anos a UFC foi, de certo modo, minha casa, fez parte de minha vida, mas sobretudo da minha formação como pesquisadora. Dela levarei muito mais do que me foi ofertado ou imaginei. Porque sim, eu realmente imaginei um dia fazer mestrado na instituição. Desde o final da graduação já tinha conhecimento do Programa de Mestrado e de suas linhas de pesquisa e sabia que era aqui que gostaria de está.

No mais, sinto-me grata por tudo. Afinal, não é todo dia que se vê alguém que reside no interior do Piauí, numa cidadezinha com menos de 15 mil habitantes, debatendo teóricos que parecem tão distantes de nossa realidade. Ou ainda falar de teóricos e suas ideias, das quais muitos sequer ouviram falar, porque eu mesma só entrei em contato no oitavo período do curso de Psicologia, em uma disciplina chamada "Tópicos da Psicologia na Contemporaneidade". Foi nesse momento que me encantei com a Escola de Frankfurt, a Teoria Crítica, Adorno, Horkheimer...penso que é a isso que se nomeia como bons encontros.

Agradeço, de mesmo modo, ao meu precioso amigo, Anderson Moraes Pires – única amizade possível dentro dos moldes e limites virtuais do mestrado, mas que me foi uma grata surpresa pelo acolhimento, pelo carinho e pela pronta disponibilidade à nossa parceria acadêmica. Você é leveza, Anderson! Agradeço à professora Deborah Christina Antunes, por prontamente ter me aceito na orientação, pelo voto de confiança dado a mim e por ter acreditado que eu daria conta de conduzir a pesquisa. Expresso minha gratidão por ter acreditado na razoabilidade do estudo, por encorajar ao pensamento crítico e autônomo e pela

postura acolhedora e humana, mesmo diante de nossas limitações. Grande parte dessa pesquisa tem sua contribuição. Agradeço ainda aos professores Raimundo Sérgio de Farias Júnior e Aluísio Ferreira de Lima, que gentilmente aceitaram compor minha banca de qualificação e, posteriormente, a banca de defesa. Suas contribuições foram preciosas para o prosseguimento e finalização deste trabalho, somado ao modo gentil e sensível com que ambos orientam – isso certamente faz toda a diferença para o aluno.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, professor Emanuel Meireles Vieira, que por circunstâncias outras, acabamos nos encontrando ao acaso nesse processo de orientação. Agradeço sua postura acolhedora e empática mediante a troca de orientador no meio da pesquisa e o desafio de prosseguir. Mas especialmente por sua abertura, disponibilidade e paciência para comigo. Agradeço muito por me acompanhar no andamento e conclusão desta dissertação. Por fim, agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo financiamento desta pesquisa.

– “Senhor professor, há duas semanas o mundo ainda parecia em ordem”.

– “Não para mim”.

Adorno em uma entrevista concedida à rádio alemã “Der Spiegel”, nº 19, em 1969.

Resumo

A presente pesquisa investiga o conceito de fascismo na obra de Theodor W. Adorno e elabora a leitura atual do conceito, promovendo uma análise da compreensão de Adorno sobre fascismo à luz da realidade brasileira, em diálogo com a filósofa Marcia Tiburi. Na esteira dos grandes acontecimentos que marcam o início do século XXI, destacam-se as crises e recessões democráticas de forma ampla nas sociedades contemporâneas. As duas primeiras décadas do século foram marcadas por crises capitalistas, avalanche neoliberal, protestos e rebeliões em todo o mundo, culminando em grandes movimentos de massa e retrocesso democrático, favorecendo discursos de extrema direita, autoritários e antidemocráticos. Em meio à complexa dinâmica sócio-cultural e política, testemunhamos o reaparecimento de movimentos fascistas em escala global, incluindo o Brasil, contrariando a ideia de que o fenômeno ficou restrito ao passado. Metodologicamente, o estudo assume a forma de uma pesquisa teórica e bibliográfica, utilizando o Primado do Objeto e o método da Constelação de Adorno para mapeamento, análise e elaboração das discussões, sob o viés da Teoria Crítica. Como resultado, chegamos a seis constelações conceituais de fascismo em Adorno, a saber: constelação 1 - A existência do projetismo emocional no fascismo; constelação 2 - O fascismo é o movimento do “nós versus eles”; constelação 3 - A propaganda é a substância política do fascismo; constelação 4 - o fascismo como desumanização e destruição; constelação 5 - fascismo com farsa e irrealidade e constelação 6 - fascismo como ameaça duradoura e que se adapta periodicamente. Neste aspecto, a multiplicidade e as faces conceituais do fascismo encontradas à luz dos pressupostos adornianos, revelam sua consistência e seu ideário invariavelmente arraigado na realidade brasileira. Sem perder de vista o caráter histórico, abordamos o conceito de fascismo de modo dialético e material articulando-o com a realidade objetiva do Brasil da última década, concluindo ser o fascismo um fenômeno amplo, complexo e denso, ao mesmo tempo imerso em uma ambivalência de ódio e de negação de si e do outro. Finalmente, o que prevalece é que o fascismo longe de ser

um fenômeno estático e dado em si mesmo, permanece coexistindo em meios às democracias, corroendo-as pelo seu interior, sem nunca desaparecer por completo. Logo, nosso compromisso ético-político assenta-se na tarefa de trabalhar no exercício recorrente de não permitir o seu esquecimento e em seu combate objetivo. Na denúncia daquilo que não pode voltar a se repetir ou, nas palavras de Adorno, “para que Auschwitz não se repita”.

Palavras-chave: fascismo, theodor adorno, marcia tiburi, primado do objeto, constelações

Abstract

This research investigates the concept of fascism in the work of Theodor W. Adorno and elaborates the current reading of the concept, promoting an analysis of Adorno's understanding of fascism in the light of Brazilian reality, in dialogue with the philosopher Marcia Tiburi. In the wake of the major events that mark the beginning of the 21st century, widespread democratic crises and recessions stand out in contemporary societies. The first two decades of the century were marked by capitalist crises, a neoliberal avalanche, protests and rebellions around the world, culminating in large mass movements and democratic setbacks, favoring far-right, authoritarian and anti-democratic discourses. Amid complex socio-cultural and political dynamics, we witness the reappearance of fascist movements on a global scale, including in Brazil, contradicting the idea that the phenomenon was restricted to the past. Methodologically, the study takes the form of a theoretical and bibliographic research, using the Primacy of the Object and the method of the Constellation of Adorno for mapping, analysis and elaboration of discussions, under the bias of Critical Theory. As a result, we arrive at six conceptual constellations of fascism in Adorno, namely: constellation 1 - The existence of emotional projectism in fascism; constellation 2 - Fascism is the "us versus them" movement; Propaganda is the political substance of fascism; Constellation 4 - Fascism as Dehumanization and Destruction; Constellation 5 - Fascism with farce and unreality and Constellation 6 - Fascism as a lasting threat that adapts periodically. In this aspect, the multiplicity and conceptual faces of fascism found in the light of Adornian assumptions reveal its consistency and its ideology invariably rooted in the Brazilian reality. Without losing sight of the historical character, we approach the concept of fascism in a dialectical and material way, articulating it with the objective reality of Brazil in the last decade, concluding that fascism is a broad, complex and dense phenomenon, at the same time immersed in an ambivalence of hatred and denial of self and of the other. Finally, what prevails is that fascism, far from being a static and self-given phenomenon, continues to

coexist in the midst of democracies, corroding them from within, without ever disappearing completely. Therefore, our ethical-political commitment is based on the task of working on the recurrent exercise of not allowing its oblivion and on its objective combat. In denouncing what cannot be repeated or, in Adorno's words, "so that Auschwitz does not repeat itself."

Keywords: fascism, theodor adorno, marcia tiburini, primacy of the object, constellations.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AIB	Ação Integralista Brasileira
AVC	Acidente Vascular Cerebral
Brexit	Saída do Reino Unido da União Europeia
BRICS	Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COVID-19	Coronavírus disease 2019
CMI	Centro de Mídia Independente
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FSM	Fórum Social Mundial
JOBBIK	Partido político nacionalista radical da Hungria
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra
NPD	Partido Nacional-Democrático da Alemanha
PL	Projeto de Lei
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UKIP	Partido de Independência do Reino Unido

Sumário

Introdução	15
Aspectos metodológicos da pesquisa: primado do objeto e método das Constelações em Adorno.....	22
CAPÍTULO I - O itinerário percorrido pelo Instituto de Pesquisas Sociais e a Teoria Crítica da Sociedade.....	30
A origem do Instituto de Pesquisas Sociais e a proposta de uma Teoria Crítica da Sociedade	33
Sobre o empreendimento da pesquisa empírica e o projeto interdisciplinar	38
Os estudos sobre o preconceito e sua relação com o fascismo	45
A Personalidade Autoritária.....	54
Adorno, Freud e a Psicanálise de adesão ao fascismo	60
Dialética do Esclarecimento: a teoria da Indústria Cultural como antessala para o fascismo.....	99
Os nexos entre capitalismo e fascismo	141
Theodor W. Adorno: vida e dialética às matizes de seu pensamento filosófico	169
CAPÍTULO II - Como chegamos até aqui?	178
O caminho do caos: crise democrática e ascensão do autoritarismo.....	178
Rebeliões e ocupações de 2011: da crise do capitalismo ao touro de Wall Street	179
20 centavos: a luta contra o aumento	188
Crise de representatividade e greves gerais	209
O avanço da direita no cenário global e nacional	213
Populismo, bolsonarismo e fascismo: do ódio à crise democrática	225

CAPÍTULO III - Por que ainda falar de fascismo hoje?	251
CAPÍTULO IV - Constelações conceituais de fascismo em Adorno e sua reflexão na realidade brasileira.	264
Constelação 1 - A existência do projetismo emocional no fascismo	266
Constelação 2 - O fascismo é o movimento do “nós versus eles”	281
Constelação 3 - A propaganda é a substância política do fascismo	289
Constelação 4 - O fascismo é desumanização e destruição	305
Constelação 5 - Fascismo como farsa e irreabilidade	316
Constelação 6 - O fascismo como ameaça duradoura e que se adapta periodicamente...	321
Considerações Finais.....	333
Referências	339

Introdução

Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser as novas composições. Em toda a parte, viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o Novo movia-se em direção à capital. E em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via tais que não gritavam. Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho. O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros. E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era a luz de fogos no céu. E o grito: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! Seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo.

— Bertold Brecht, Parada do velho novo.

O poema acima é reflexivo e provocativo. Diz das várias formas de nomear como novidade algo que não é tão novo como se pensa e que, na verdade, é um velho conhecido da humanidade que, de tempos em tempos, reaparece e reacende sob o signo do novo. Assim é o fenômeno do fascismo, sendo seu conceito utilizado em variadas análises críticas acadêmicas e sociais. É certo que, em decorrência do avanço de políticas de direita nos últimos tempos, observou-se o aumento de discursos autoritários, fundamentalistas e extremistas a âmbito nacional e internacional¹. Fato esse que gerou uma onda de recessão democrática global. Logo após a ascensão de nacionalismos autoritários, o termo fascismo teve uma expressiva utilização tanto em discursos políticos como em palavras de ordem em diversos movimentos sociais. É pertinente, então, buscar compreender a conceituação de fascismo, pois, como discorre Iasi (2009), a derrota do fascismo não acontece se não nos debruçarmos sobre a tarefa de compreendê-lo teoricamente sob outras formas para que sua essência não nos venha irromper.

Dessa forma, essa pesquisa propôs-se a investigar e discutir o conceito de fascismo a partir da perspectiva da Teoria Crítica e do arcabouço conceitual de Theodor W. Adorno,

¹Sobre a ascensão da extrema direita em diversos países é possível citar a Índia em 2014, nos Estados Unidos e na Inglaterra em 2016, na Alemanha e na Áustria em 2017 e no Brasil em 2018 (Sponholz, 2020).

conjuntamente a uma discussão com autores contemporâneos que compartilham da mesma base teórica e conceitual aqui adotada. Por questões de recorte e limitação da pesquisa, chegou-se à escolha da filósofa Marcia Tiburi, em virtude do seu respectivo alinhamento teórico. Assim, buscou-se retomar os estudos desenvolvidos por Theodor W. Adorno onde discuto a relevância e o vigor do conceito de fascismo por ele descrito.

Assinalo que o interesse desperto pela temática surgiu a partir de inquietações críticas sobre o fenômeno, mas sobretudo mediante o atravessamento dos acontecimentos no transcorrer da última década entre 2013 a 2023, que marcaram o cenário de escalada política extremista, genocida, de retrocesso e de recrudescimento da barbárie, considerando que sequer saímos dela, consoante uma breve análise histórica. Foi um momento de avanço fascista na política, nos discursos e na ampla utilização de seu conceito, o que, para Nunes (2019), o termo fascismo, muito utilizado no contexto político brasileiro nas últimas décadas, aliada à ausência de maiores pesquisas e a compreensão de seu significado e historicidade, corroborou em perda do sentido da expressão, outras vezes desvalorizado ou ainda ressignificado. Sendo assim, imaginei essa pesquisa como uma oportunidade de prosseguir em pensar o fascismo hoje com a discussão dos conceitos, as características desse regime e demais formas de manifestação como estratégia de conhecê-lo para melhor enfrentá-lo.

No mais, reconhecemos que refletir sobre o conceito de fascismo é tarefa complexa, ainda que numa rápida pesquisa logo encontramos em diversas fontes as mais diversas perspectivas e definições do fascismo enquanto fenômeno. Contudo, frente às manifestações históricas do fascismo, podemos destacar como características comuns presentes em grande parte das definições encontradas: um regime político de partido único, culto ao líder, oposição ao socialismo e comunismo, mobilização das massas, uso da violência e terror contra opositores, uso da propaganda para manipulação da opinião pública, totalitarismo político, entre outros elementos (Bueno, 2022). Há na dinâmica fascista algo que permite que o fenômeno se manifeste em diferentes momentos históricos, ora com mais força, ora mais

recuado, porém sempre no ar como névoa que mistura-se aos ares democráticos das sociedades.

A grande questão consistia em determinar o porquê ou de que forma se dava a permanência do fascismo em diferentes períodos históricos, isto é, como o fascismo, enquanto fenômeno totalitário, manteve-se subsistindo em meio às sociedades com regimes políticos democráticos. Em busca de compreender como esse fenômeno ocorria, o filósofo e sociólogo alemão, Theodor W. Adorno, junto aos outros membros que compunham a Escola de Frankfurt e partilham do mesmo norte teórico como o da Teoria Crítica da Sociedade, lançaram-se na empreitada teórica e empírica de descortinar os motivos pelos quais os sujeitos eram levados pela ideologia fascista e suas pautas aniquiladoras em meio às sociedades modernas e esclarecidas. E como ficou evidenciado na análise do nexos entre economia, sociedade e estrutura do sujeito, a Teoria Crítica move-se em um terreno que é originariamente seu (Dahmer, 1993), por suas pesquisas de natureza interdisciplinar aliando um marxismo não ortodoxo às análises objetivas da sociedade junto à Psicanálise para uma análise subjetiva.

Com isso, essa pesquisa fundamentou-se sobretudo nas análises de Adorno sobre o fascismo, ainda que tenhamos considerado importante estabelecer interlocuções com quem estreitamente Adorno construíra seus empreendimentos teóricos, tais como Max Horkheimer, Herbert Marcuse e o próprio Walter Benjamin. Partindo de Adorno, percebemos de que modo a adesão à ideologia fascista, com suas pautas violentas e discriminatórias, tornou-se possível em meio à promessa moderna do esclarecimento. Adorno desempenhou um papel de significativa relevância no panorama filosófico no século XX por engajar-se em uma experiência intelectual desafiadora ao primar pela confrontação entre diferentes campos de saber e pelo exercício de um pensamento de natureza interdisciplinar. Adorno, como poucos, consegue borrar as fronteiras intelectuais que separam cada área de conhecimento articulando exitosamente crítica filosófica com pesquisa empírica, de modo particular Teoria Social,

Psicologia, crítica estética, musical e literária, superando com isso o territorialismo acadêmico tradicional.

Ante ao campo de estudos, essa pesquisa enquadra-se na linha “Subjetividade e Crítica do Contemporâneo”, área de pesquisa preocupada com o debate crítico e ético da cultura junto a outros campos, com a produção da subjetividade e manifestações políticas, incluindo ainda os estudos sobre Psicologia Social, Teoria Crítica, pesquisas interdisciplinares e investigações à luz das categorias da Escola de Frankfurt. Tais perspectivas teóricas e investigativas dialogam e ajudam a compreender como chegamos aos recentes acontecimentos políticos, culturais e sociais ocorridos no Brasil nos últimos tempos. Falamos, então, de um recente momento histórico marcado pelo crescimento de movimentos autoritários e de recrudescimento de um radicalismo de direita com o aumento de discursos fundamentalistas e fragilização democrática. Conforme argumenta Della Torre (2020), no Brasil, foi possível encontrar, em maior ou menor medida, todos os elementos da definição de fascismo conferida pela teoria crítica, que seria uma resposta autoritária a uma crise econômica enfraquecendo democracia e direitos a ela associados, embargo a direitos e liberdades civis, perseguição da oposição e transformação desta em inimigo a ser eliminado, militarização e ativa manipulação do povo (Marcuse, 2018). O estado de enfraquecimento da democracia e gradual desmonte, sobretudo após as eleições de 2018, com o agravamento de políticas reacionárias e antidemocráticas (Pucci, 2020), foi um processo amplo e profundo na história política brasileira que levou a democracia ao seu limite nunca visto desde o processo de redemocratização. Desde 2010, movimentos autoritários e abertamente fascistas começaram a ganhar fôlego e adquiriram relevância a nível global e nacional fazendo com que a democracia entrasse em processo de deterioração, o que no Brasil ficou bastante claro após o último governo de Jair Bolsonaro e as severas consequências. Desse modo, meu ponto de partida nessa pesquisa concentrou-se em analisar o conceito de fascismo a partir das contribuições de Adorno, mas sem abdicar de localizar o percurso e o momento histórico em

que nos encontramos, pois diz de um período atípico em que presenciamos entre tantas outros eventos, crises econômicas, permanentes instabilidades políticas, ataques à democracia e à própria existência.

Após a crescente força e hegemonia da direita, tragada pela extrema direita com forte mobilização política e popular que mostrou sua força nos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023, permitiu-se observar que para além de seu crescimento, o fascismo resiste no país. E o fascismo, por se basear fundamentalmente no racismo, na xenofobia e na intolerância fundamentalista, repousa na hostilidade, na violência e no ódio para com os outros. Portanto, decorridos mais de 100 anos da conhecida “Marcha sobre Roma”, fato que simboliza o início do fascismo, o referido fenômeno tem seu ressurgimento e crescimento em diversas partes do mundo no século XXI. De forma que, ainda que transcorrido um período relativamente curto do fim de Auschwitz, a xenofobia, o nacionalismo e diversas outras formas de fundamentalismos ainda figuram no cenário mundial atual (Alves Júnior, 2003).

Em razão disso, alguns dos mais importantes acontecimentos do nosso atual momento histórico foi o ressurgimento da extrema direita, quando, em 2018, 8 países² da União Europeia eram governados por partidos da extrema direita, nacionalistas e xenófobos (Traverso, 2019). No mais, as exitosas investidas de políticas de direita e extrema direita que ganharam força e fôlego no Brasil e no mundo, as sucessivas crises econômicas, além das humanitárias e civilizatórias ocorridas recentemente, o avanço de políticas neoliberais, o recuo de políticas orientadas ao bem-estar social, a preferência pela austeridade, o aprofundamento das desigualdades sociais, a preocupação com o mercado em última perspectiva, aliado ainda ao ressurgimento de movimentos nazistas, contribuíram para endossar uma ordem social que cria as condições favoráveis ao vigor fascista. Diante disso, a necessidade de conhecê-lo para combater seu potencial de violência e de destruição se faz necessário para impedir sua evolução. Daí que a atualidade do tema acerca do conceito de

²Os referidos países são: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia.

fascismo não se restringe apenas ao período entreguerras ocorrido no contexto europeu, mas sobretudo relaciona-se ao fato da constante e sempre latente presença de forças fascistas na frágil democracia.

Nesse sentido, fez-se necessário retomar os estudos e as reflexões de Theodor Adorno sobre o conceito de fascismo, temática que atravessa grande parte de suas obras de modo recorrente, desde quando aborda o antissemitismo em “*Dialética do Esclarecimento*”, ao processo de dominação da natureza pelo homem, a crítica à razão instrumental, à cultura e a uma educação genuinamente emancipatória. Além dessas questões, Adorno aprofundou-se igualmente nos estudos da propaganda como elemento base do fascismo, alertou sobre o perigo de sua continuidade nas democracias e o movimento de reivindicar para si a verdadeira democracia e atribuir aos outros o caráter antidemocrático. O fascismo é movimento, é força, que, por vezes, em alguns momentos da história recua e em outros ressurgue com vivacidade e energia sob o signo do novo, da mudança e reivindicando para si a autêntica democracia, mas que nada mais é que o velho conhecido histórico regime autoritário.

Desse modo, face ao interesse de perscrutar o conceito de fascismo possuindo como referência os estudos e pesquisas desenvolvidos por Theodor Adorno sobre o fenômeno, essa pesquisa concentrou-se em torno das seguintes questões norteadoras: O que seria o fascismo à luz dos pressupostos adornianos, sua compreensão do conceito e a importância desse entendimento para o cenário sócio político atual. Nesse sentido, o problema de pesquisa consistiu na seguinte questão: aprofundar-se na compreensão do conceito de fascismo na obra de Theodor W. Adorno, considerando seus pressupostos teóricos e filosóficos, e discutir a relevância desse entendimento para pensar o atual contexto brasileiro.

Parece claro afirmar que dentre as várias razões pelas quais tornou-se importante direcionar-se ao estudo da temática do fascismo, algumas delas incluem 1) a compreensão histórica do fascismo, sobretudo pelo seu papel significativo no século XX e como seu

impacto reverbera nas sociedades atuais, 2) identificar sua possível e ameaçadora manifestação, ascensão e riscos às democracias, 3) buscar mecanismos e vias de fortalecimento democrático, fortalecendo assim o pacto democrático frente à regimes autoritários, e por último, 4) sendo o fascismo um fenômeno de evidente recorrência na história moderna recente das democracias, é justificativa suficiente para que nos dediquemos à pesquisas que abordem teoricamente e se concentrem sobre a questão do fascismo como Adorno realizou em seus estudos e elaborações teórico-críticas. Desse modo, seguindo o que Adorno já exortava em seus escritos, procurar compreender o fascismo é o primeiro passo para aqueles que desejam derrotá-lo.

Em termos metodológicos, o escopo desta pesquisa consistiu em compreender o conceito de fascismo a partir da contribuição teórica de Theodor Adorno, considerando seus estudos e pesquisas em torno do conceito dado ao termo. Portanto, enquanto objetivo geral procuramos desenvolver uma compreensão crítica aprofundada do conceito de fascismo por meio das reflexões e do pensamento do filósofo alemão Theodor W Adorno, buscando analisar as características do fascismo e suas implicações na sociedade atual, precisamente no contexto brasileiro, bem como de que forma esse conceito dialoga com a realidade social atual a partir das contribuições de Marcia Tiburi. Especificamente, objetivamos: (I) compreender os fundamentos teóricos do conceito de fascismo e sua evolução histórica, a partir do pensamento de Adorno, a fim de aprimorar a capacidade de análise crítica sobre o tema, (II) analisar a relação entre o fascismo teorizado por Adorno e as manifestações contemporâneas de ideologias autoritárias visando identificar possíveis semelhanças e diferenças em termos históricos e (III) refletir sobre a importância da crítica social e política na construção de uma sociedade mais justa e democrática a partir da compreensão crítica do conceito de fascismo partindo do pensamento de Adorno.

Aspectos metodológicos da pesquisa: primado do objeto e método das Constelações em Adorno.

A metodologia desta pesquisa seguiu simultaneamente a perspectiva do primado do objeto da Teoria Crítica da Sociedade e o método das Constelações de Theodor Adorno, motivada por razões de coerência teórica e epistemológica, dada a natureza do objeto investigado. Tanto o primado do objeto, quanto o método das constelações, convergem de maneira semelhante para aquilo que há de mais profícuo no pensamento de Adorno: pensar os objetos e a sociedade em um modelo de pensamento a partir da dialética negativa e com um método que possibilite o constelar dessa reflexões teórico-críticas. Desse modo, o primado do objeto e o método da constelação constituem-se instrumentos metodológicos radicalmente críticos-reflexivos que convergem com os princípios da Teoria Crítica.

O primado do objeto possui uma perspectiva de imanência ao objeto, que não é separado deste mas inter-relacionado (Maar, 2006) possibilitando a apreensão das contradições no interior desse objeto. De forma que o primado do objeto constitui um modo particular de abordar a produção do conhecimento como a própria Teoria Crítica, pois os pensadores frankfurtianos preocupam-se com a produção crítica do saber apartado da lógica hegemônica das ciências positivistas atravessadas pela sistematização e padronização da ciência e do conhecimento. Incursionar pelo método de investigação da Teoria Crítica é deparar-se com discussões que envolvem o debate sobre questões epistemológicas e ontológicas ao se pensar a sociedade. Adorno pensa o processo de pesquisa no qual sujeito e objeto são mediações da totalidade social, portanto, o método das ciências positivistas não lhes cabe, haja vista que preconiza a coleta de dados isenta, a neutralidade e o desenvolvimento imanente do pensamento científico. Na contramão dessa perspectiva, tem-se a Teoria Crítica cujo objeto é social e historicamente mediado, e que, portanto, influenciará na forma de conhecê-lo.

Ademais, o primado do objeto orienta-se pela contradição do objeto uma vez que pensa a realidade social como intrinsecamente contraditória e não uniforme ou ordenada. Uma perspectiva que se propõe ao estudo da sociedade deve preocupar-se com as contradições e os tensionamentos sociais nela presente, porquanto a sociedade é determinada “racional e irracional a un tiempo, es sistema y es ruptura, naturaleza ciega y mediación por la consciencia”. (Adorno, 2008, p. 43). O método na Teoria Crítica, partindo de uma perspectiva epistemológica e ontológica e que visa lançar luz sobre os processos que envolvem as contradições presentes nas sociedades modernas e a reificação, assenta-se na tessitura crítica das ideologias e contraposição à reificação do conhecimento, à objetividade e à categorização positivista.

Tese central na filosofia de Adorno, o primado do objeto revisita a relação Kant e Hegel, critica o idealismo, repensa a relação sujeito-objeto e pensamento-realidade objetiva. Maar (2006) explica que o primado do objeto, ou melhor dizendo, a prioridade do objeto, é uma crítica à supremacia do sujeito na constituição do objeto e aos pressupostos idealistas que anulam o materialismo. Para tanto, Adorno critica o idealismo e posiciona-se a favor de um materialismo de natureza não-dogmática e propõe uma dialética sem síntese, também denominada de “novo giro filosófico” ou o que ele denominou de segundo giro copernicano. Adorno defende uma dialética negativa, sem síntese e que não visa classificar ou esquematizar os fenômenos sociais em sua totalidade, enquadrados em categorias de análises previamente definidas. O primado do objeto, para Adorno, diz de um outro modo de compreensão da realidade, seja em termos da cultura ou da ciência, isto é, de maneira “que fuja ao dogmatismo no âmbito da razão, e que, conseguindo chegar a uma real objetividade por meio da relação dialética entre sujeito e objeto (ao mesmo tempo idênticos e não idênticos), visa então à transformação das condições sociais vigentes” (Antunes, 2008, p.41). É, desse modo, para esse sentido que o autor defende o retorno à determinação recíproca entre sujeito e objeto e a condição efetiva de sujeito e objeto na relação entre o pensamento e

a realidade. Uma vez que o sujeito é o sujeito do conhecimento, ele também é objeto entre os diversos outros objetos existentes e é nessa relação que a dialética acontece, especificamente no primado do objeto. É pela via do processo dialético que podemos nos ocupar da crítica social. Logo, Rouanet (2001) afirma que a crítica vai produzir incômodo no interior do objeto, permitindo assim a chegada à sua totalidade. Cabe destacar que, para a Escola de Frankfurt, o particular não é insignificante, mas representa o meio de acesso ao todo na análise crítica. Desse modo, a partir da análise crítica do objeto, aqui representado pela busca por analisar o conceito de fascismo à luz dos pressupostos adornianos, podemos chegar a uma análise crítica do todo, e aqui nos interessa, particularmente, perceber de que modo o fenômeno denominado fascismo tem sido determinado.

Logo, no que se refere ao pensamento por constelação, ele se desdobra em um dos princípios da Teoria Crítica, a saber, a interpretação dos fatos de modo dialético. Encontraremos o conceito de constelação em “*Dialética Negativa*”, sobretudo, nos aforismos 69 e 70 de Adorno e ainda no texto “*Atualidade da filosofia*”³ de tradução de Bruno Pucci. Originalmente, a metáfora da constelação é atribuída ao pensamento filosófico de Walter Benjamin (1984, p. 56) ao explicitar que “as ideias se relacionam com as coisas como as constelações com as estrelas”, e ainda que Adorno tenha adicionado nuances filosóficas e sociológicas, apropriando-se do termo, não nos deteremos a explicitar de que forma o termo está contido na filosofia de Benjamin, por questões de recorte da pesquisa e pela dificuldade da tarefa. Todavia, ao leitor interessado, é possível encontrar o paralelo entre as concepções de constelação em Benjamin e Adorno em “*Origem de la Dialéctica Negativa*”, de Susan Buck-Morss, 1981. Nos deteremos a uma introdução do termo no pensamento de Adorno no sentido de que, para ele, se é através das contradições que nos aproximamos de nosso objeto,

³Retirado do texto “*A atualidade da filosofia*” Título Original: Die Aktualität der Philosophie. In ADORNO, T. W. Philosophische Frühschriften. Band I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996, pág. 325-344. Tradução de Bruno Pucci, professor titular da Faculdade de Educação da UNIMEP e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa “Teoria Crítica e Educação”. Pode ser acessado em: [A Atualidade da Filosofia \(marxists.org\)](http://marxists.org).

no método constelar de pensamento “as contradições não se evitam: desenvolvem-se, ao se abrir caminho para a explicitação dos seus momentos polares e da unidade entre eles” (Cohn, 1994 como citado em Scapin & Almeida, 2002, p. 162).

Adorno (2009, p. 38) afirma que por meio das constelações, “a dialética opõe-se tão bruscamente ao relativismo quanto ao absolutismo; não é na medida em que busca uma posição mais intermediária entre os dois, mas atravessando os extremos, partindo de sua própria ideia, que ela procura mostrar sua não verdade”. Nesses termos, a tarefa é fazer com que as contradições sejam postas em evidência, que sejam descortinadas e perscrutadas de modo dialético. Obviamente, o objetivo não é fornecer respostas às contradições, mas trabalhar a tensão dialética a partir da construção do pensamento em constelações, pois, em Adorno, a constelação será aquilo que lança luz sobre o que há de mais singular no objeto.

Assim como a Teoria Crítica encontra-se fundada no materialismo histórico como pilar fundamental para se pensar o objeto e a realidade objetiva, esse movimento se estenderá, de igual modo, ao pensamento em constelações. Nessa conjectura, no método constelar de pensamento se localizará o materialismo histórico, uma vez que, acessar a constelação de determinado objeto é, na verdade, perceber a expressão da história singular nele presente; trata-se de libertar a história ali encerrada e, para que isso ocorra, é necessário um saber que considere o lugar que o objeto se encontra frente a outros (Adorno, 2009). Situar a dimensão histórica é igualmente relevante no pensamento constelar no processo de conhecimento. Os conceitos entram em uma espécie de constelação onde se justapõem sua historicidade e suas categorias históricas permitindo, entre outros aspectos, o conhecimento da história contida no objeto. Depreende-se que, a organização dos conceitos em constelações supera a abordagem de conceitos isolados que sozinhos não dizem nada, pois:

Somente um saber que tem presente o valor histórico conjuntural do objeto em sua relação com os outros objetos consegue liberar a história no objeto [...] o

conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si (Adorno, 2009, p. 142).

Assim sendo, a constelação adorniana é dialética, materialista e não linear. Cabe frisar que o pensamento adorniano é profundamente marcado pela crítica a um modo de pensar encerrado em padrões determinados como sistemas de classificações, esquematizações e demais sistematizações que reúnem-se em tudo aquilo que a Teoria Crítica opõe-se às ciências tradicionais. Logo, a não linearidade do pensamento constelar não escapa à regra à qual Adorno mostra-se correligionário: a de que os acontecimentos se dão na tensão dialética constante, na abertura de determinações diversas e na justaposição das idéias. O seu pensamento é interdisciplinar, histórico e avesso às determinações normativas, unidimensionais e de zelo à ordenação e demais esquemas. Não segue a formalidade lógica imposta, mas preza, sobretudo, pelo livre exercício permanente do pensamento como emancipação.

Cohn (1999, p. 23 como citado em Scapin & Almeida, 2002) reitera que Adorno é o “perscrutador atento das nuances, dos pequenos gestos, do sutil jogo entre a opressão e a liberação que se trava, não nas arenas grandiosas dos embates políticos ou armados, mas no tecido fino da vida social”. Para Adorno (2009), a consciência necessita da particularidade, o que significa que, o pensamento depende do fenômeno, logo, em termos conceituais, o universal necessita do particular, isto é, o conceito depende do objeto. Nesse sentido, para Adorno, os detalhes e o particular não adquirem caráter de irrelevância; enquanto observador atento, concebe que contido no particular se encontrará a representação do todo. Não por menos, o conceito do universal no particular traz a concepção de mônada – que tem em si as marcas históricas do universal – e diz respeito à parte que contém o todo, conforme pensamento adorniano. Ela é um reflexo do mundo exterior e da totalidade do mundo social. Do mesmo modo, o pensamento constelar, ao debruçar-se sobre o particular, acessa a representação do universal presente nas estruturas sociais porque o todo social está refletido

no particular e apresenta-se nos instantes. Adorno (2009) convida à reflexão da relação entre a ideia e o fenômeno, ou melhor, entre a ideia (pensamento) e o objeto enquanto a representação de uma totalidade carregada de suas contradições, mas ainda sim complementar, que ao lançar luz sobre as partes, sobre o fragmentado e sobre o singular, coloca em prática o exercício do pensamento constelar. Com isso, Adorno (2009, p. 141), declara que “os fragmentos enquanto forma da filosofia seriam capazes de entregar às mônadas projetadas de maneira ilusória pelo idealismo o que lhes é devido. Elas seriam representações no particular da totalidade irrepresentável enquanto tal”.

Se nas ciências tradicionais há a exigência de categorização e conceitualização do objeto para investigação, Adorno (2009) explica que à constelação interessa dedicar-se com aquilo que o conceito não se deteve. Fazendo o caminho inverso do conceito totalizante, o pensamento constelar amplia o escopo de análise e passa a trabalhar com a concepção de constelações de conceitos que “só se tornam precisos por meio das relações que engendram entre si” (Adorno, 2003, p. 28). As constelações clareiam aquilo que há de mais particular no objeto, aquilo que o conceito, durante o processo de conhecimento, deixou desvanecer. Os conceitos alcançam o universal, configurando-se em uma constelação que tem por finalidade iluminar o que há de mais particular no objeto. Assim, no pensamento do filósofo, os conceitos se organizam em constelações em torno do objeto a ser conhecido, como se o rodeassem na tessitura das mediações, estabelecendo uma interação mútua entre os conceitos. A cada constelação, tem-se uma mônada, e nesta encontra-se inscrito a historicidade presente no objeto. Para Adorno (2009), examinar o objeto em sua constelação implica em conhecer o processo histórico que acumulou-se nele. Significa perceber o que o objeto traz enquanto materialidade histórica acumulada e não dada em si.

Com efeito, no método das constelações, encontramos aquilo que orienta o pensamento dos frankfurtianos, pautado pela crítica ao positivismo lógico e à racionalidade instrumental. Constatamos que é possível superar a lógica cartesiana que trabalha com

conceitos totalizantes e universais, por vezes, apartados da realidade histórica que os constituem. Nesse sentido, o método constelar de pensamento visa opor-se ao cientificismo rígido e nega-se à servir à lógica instrumental – característica da ciência tradicional – corroborando, pois, com a visão da Teoria Crítica da Sociedade sobre a produção do saber e da superação das ideologias.

Para tanto, percebe-se que o método constelar está presente nas obras de Adorno que procurou escrever constelaramente, analisando as variações em torno do objeto pesquisado e considerando seus elementos histórico-sociais (Scapin & Almeida, 2002). Adorno não se ateuve à elaboração da conceituação e o aprofundamento do método constelar. Longe de descrições conceituais, deixou apontamentos ao longo de suas obras e demais textos, mas sem nunca enveredar-se por caracterizações precisas. Os ensaios por ele escritos são a própria representação do método constelar.

E, nesta pesquisa, pretendemos trabalhar nosso objeto de estudo — o conceito de fascismo em Adorno — de forma constelar, deixando de lado a construção do conhecimento baseado em um formato esquematizado e fracionado. Procuramos não perder de vista elementos centrais da Teoria Crítica como o primado do objeto, a complexidade dos conceitos, o processo social e histórico presente, as contradições e a dialética no tensionamento do nosso objeto de pesquisa. De forma que buscamos uma composição conceitual compreendendo que estes conceitos só adquirem sentido se inter-relacionados e ligados a outras constelações como quem compõe, a partir do entrelaçamento, uma rede ou a construção de uma teia. É aproximar os sentidos e significados concernentes ao objeto compondo um sistema constelar semântico.

Assim, diante do exposto, a presente pesquisa caracteriza-se como do tipo teórica que, em termos gerais, tem a finalidade de aprofundar conhecimento ou discussão sobre um tema ou questão intrigante da realidade (Vilaça, 2010), é conhecida também como pesquisa básica ou fundamental (Appolinário, 2004). É definida como bibliográfica, ocorrendo por consulta a

livros, artigos, monografias, jornais e enciclopédias (Vilaça, 2010). Sendo uma pesquisa do tipo bibliográfica, realizou-se a consulta em fontes de dados materiais como livros físicos, bem como a busca e levantamento em bibliotecas e bases de dados científicos nacionais e internacionais utilizando-se dos seguintes descritores: fascismo, autoritarismo, Teoria Crítica e Theodor Adorno. Os critérios de inclusão ou exclusão do material para leitura e análise deram-se a partir do critério de pertinência teórica com o tema investigado – bibliografia correspondente aos estudos e pesquisas de Adorno sobre o fascismo, as principais pesquisas frankfurtianas sobre fascismo e autoritarismo que tenham Adorno em suas contribuições e por fim, material bibliográfico da autora Marcia Tiburi contendo em seu cerne a temática do fascismo para fins de mapeamento e análise. A análise do material coletado deu-se mediante leitura a partir do 1) primado do objeto da Teoria Crítica, isto é, ocorreu no decorrer do mapeamento do material coletado, concomitantemente ao uso do método da 2) *Constelação* de Adorno para a análise do material bem como subsidiar a construção dos resultados e das discussões.

Grosso modo, a pesquisa encontra-se sistematizada de modo que o capítulo I remonta à história da Escola de Frankfurt, a gênese da Teoria Crítica da Sociedade e sobre o empreendimento da pesquisa empírica aliada ao projeto interdisciplinar. Discorre sobre os primeiros estudos e pesquisas sobre o antissemitismo, assim como os estudos sobre o preconceito e sua relação com o fascismo. Aborda o modo como Adorno discute em seus escritos a questão do fascismo utilizando-se dos pressupostos da psicanálise freudiana, que mostram-se de fundamental importância para entender o fascismo na conjuntura do pós-guerra. Apresenta Adorno como o autor que constrói uma crítica dialética ao fascismo, ao mesmo tempo que discute ideologia e a teoria da indústria cultural. Além disso, ainda no mesmo capítulo, buscamos estabelecer os nexos entre capitalismo e fascismo utilizando-se da Teoria Crítica e dos autores que dialogam com Adorno, dada a importância de destacar com quem Adorno dialogava de forma muito próxima.

No capítulo II nos empenhamos em reconstruir historicamente os acontecimentos que nos levaram aos grandes movimentos de massa como os ocorridos nas manifestações de Junho de 2013 e a conjuntura político-social que resultou no avanço da extrema direita no país. Procuramos descrever as condições que resultaram em um contexto histórico no qual a democracia foi testada em seu limite. A relação desse capítulo com os demais é de suma importância pois é a partir dele que podemos refletir de que forma foi possível chegar onde chegamos em termos históricos e sociais possibilitando assim a guinada fascista. Com o capítulo II buscamos revisitar os principais acontecimentos de Junho de 2013 até a atualidade perante a dificuldade de diversos setores acadêmicos, políticos e sociais de extraírem aprendizados desses fenômenos. Isso sugere, conforme aponta Nunes (2022), que ali reside um núcleo traumático onde o pensamento bloqueado não avança, e retornar a esse ponto da história é importante para a elaboração do trauma e para o destrave do pensamento. Aqui, reside a importância do conceito de elaboração do passado conforme já defendido por Adorno.

O capítulo III desenvolve a indagação sobre o porquê de ainda falarmos de fascismo atualmente e sua pertinência no atual momento histórico. Para isso, discutimos o conceito de fascismo e seu entendimento a partir das contribuições críticas de Marcia Tiburi, que absorve intelectualmente da influência da Escola de Frankfurt, sobretudo dos ricos trabalhos sobre fascismo de Adorno. Partindo de Adorno, Tiburi constrói a conceituação sobre fascismo e seu exame quanto ao fenômeno no cenário brasileiro.

CAPÍTULO I - O itinerário percorrido pelo Instituto de Pesquisas Sociais e a Teoria Crítica da Sociedade.

Abordar o fascismo não é tarefa fácil. Diante do atual momento histórico de ascensão de regimes autoritários, de discursos de ódio e de um constante estado de exceção que se estabelece enquanto um tempo de barbárie, emerge a urgência de se pensar o fascismo, seu

significado na história e como desde aquele fascismo clássico, continuamos a vivenciar, ainda hoje, um fascismo que insiste em se manter nas sociedades. Desse modo, prosseguindo com a construção teórica e as análises propostas visando a construção de nosso pensamento em torno da compreensão do conceito de fascismo, nos deteremos aos fecundos trabalhos desenvolvidos pelos pensadores que integraram o “*Institut für Sozialforschung*”, também conhecida como uma das escolas da maior importância para a discussão aqui pretendida: a Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica da Sociedade e sua relevância para tanto na produção teórica quanto para o desenvolvimento da Psicologia Social.

É importante assinalar o quanto as pesquisas desenvolvidas pelos membros da Escola de Frankfurt contribuíram na construção das bases de uma Psicologia Social voltada ao materialismo histórico-dialético. Além disso, já na década de 1980, Silvia Lane em seu livro “*Psicologia Social: o homem em movimento,*” (1984) destacava a importância dos trabalhos de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno para o avanço da Psicologia Social Crítica no Brasil (Lima, 2015). De modo que até o presente momento, as proposições iniciadas pelos teóricos da primeira geração servem de base para pensar a sociedade, a relação do homem com o mundo, a racionalidade, a tecnologia e o projeto de esclarecimento humano que de fato nunca chegou a se concretizar.

A Escola de Frankfurt surgiu do entrelaçamento de ideias de diferentes pensadores à medida que agrupavam-se em torno do Instituto de Pesquisas Sociais no século XX, na Alemanha (dos Santos Filho & Ponchirolli, 2011). De modo que a Escola de Frankfurt, ou o próprio Instituto de pesquisas, não devem ser considerados como uma escola em decorrência da inexistência de um corpo teórico e metodológico uníssono e coerente. Entretanto, partilham um conjunto de ideias, de estratégias metodológicas e objetos temáticos ligeiramente característicos como 1) a análise e a identificação de características específicas das sociedades avançadas, 2) o interesse por descortinar as raízes da crise da modernidade em função da razão instrumental, 3) a prevalência pelo método interdisciplinar nas pesquisas

com influências advindas de Hegel e Marx e 4) uma teoria filosófica que explicita a origem do poder e como este desemboca em autoritarismo e totalitarismo. Assim, os estudos desenvolvidos pelos membros da Escola de Frankfurt são referência para qualquer área que se proponha pensar o fascismo numa perspectiva da relação entre autoritarismo e modos de vida capitalistas, portanto, mostra-se bastante pertinente e atual, sobretudo em tempos na qual se vive sob a sociedade descrita no capítulo II, de notícias falsas, de negacionismo histórico e científico e de subjetividades forjadas pelas redes sociais e sua capacidade de intensificar a racionalidade tecnológica a partir dos algoritmos. Essa dinâmica cultural cria toda uma atmosfera propícia ao ódio, conforme será vista no capítulo I – um ambiente cultural com predisposições à propulsão da máquina de produzir fascistas.

De todo modo, a escola de pensamento pioneira nos estudos sobre fascismo com expressiva gama de pesquisas teóricas e empíricas, a Escola de Frankfurt – a partir do projeto de estudos e pesquisas interdisciplinares do Instituto de Pesquisas Sociais criado em Frankfurt, na Alemanha, constitui um esforço histórico de um grupo de pensadores interessados em estudar a manifestação da barbárie. Os estudiosos da primeira geração da escola foram Theodor Wiesengrund-Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin, sob a direção de Max Horkheimer, que combinaram Filosofia e pesquisa social empírica, posteriormente, culminando na chamada Teoria Crítica da Sociedade (Antunes, 2012). É a partir dessas lentes que seus principais teóricos caminharam rumo à busca por compreender a gênese do fascismo com pesquisas na Alemanha e nos Estados Unidos. Os achados dos estudos, bem como o aporte teórico da Teoria Crítica da Sociedade, servem como base teórico-metodológico para pensadores que se dedicam a refletir o cenário político e social de reaparição e ascensão fascista.

A origem do Instituto de Pesquisas Sociais e a proposta de uma Teoria Crítica da Sociedade

Criado oficialmente em 3 de fevereiro de 1923, mediante decreto do Ministério da Educação da Alemanha, o Instituto de Pesquisas Sociais, inaugurado em 22 de junho de 1924 em Frankfurt *am Main* e vinculado à Universidade de Frankfurt no século XX, foi criado pela “necessidade de institucionalizar a discussão marxista para além das limitações da ciência burguesa e da estreiteza do espírito ideológico de um partido comunista” (Wiggershaus, 2002, p. 48). Historicamente, por seus membros e as pesquisas empíricas ali desenvolvidas, ficaram conhecidos como a Escola de Frankfurt. Ademais, para Jeffries (2018), o Instituto de Pesquisas Sociais foi criado, em parte, a fim de compreender o fracasso, sobretudo a derrota da Revolução Alemã, em 1919.

Objetivava-se o conhecimento da vida social em toda sua extensão, por meio tanto da reflexão, quanto da utilização de resultados e métodos científicos (Antunes, 2012). A criação do Instituto, contudo, só foi possível mediante o fomento financeiro de Hermann Weil, um rico empresário e, posteriormente, do seu filho, Felix Weil em colaboração com o professor Kurt Albert Gerlach⁴. O financiamento de Weil possibilitou que a Escola de Frankfurt mantivesse sua independência, financeira e intelectual, e permitiu sua sobrevivência em meio à crise financeira e ao período de exílio. Possuiu como primeiro diretor Carl Grünberg – na qual no início a equipe base era constituída de amigos próximos como Friedrich Pollock e Max Horkheimer, juntando-se mais tarde a estes o economista polonês Henryk Grossmann e o historiador alemão Karl August Wittfogel (Jeffries, 2018) – ficando Grünberg à frente do Instituto por três anos e direcionando as pesquisas ali realizadas no âmbito do materialismo histórico dialético. Nesse momento inicial, o foco das pesquisas

⁴Gerlach foi um intelectual universitário para quem a liberdade da ciência e o interesse prático da dissolução da miséria e da opressão andavam lado a lado; foi a preferência de Weil para ser o primeiro diretor do Instituto, todavia, em decorrência de sua prematura morte, aos 36 anos, não foi possível assumir a função (Wiggershaus, 2002; Jay, 2008).

do Instituto eram circunscritos à história do marxismo e do movimento operário (Wiggershaus, 2002). Em termos políticos, Grünberg era um marxista confesso e privilegiou pesquisas sobretudo em estudos históricos e empíricos, apoiados em um marxismo mecanicista e não dialético (Jay, 2008). Para Grünberg, o projeto do Instituto envolvia “um novo tipo de organização do trabalho científico marxista, no sentido de adotar o marxismo como metodologia científica” (Jeffries, 2018, p. 83).

Grünberg desejava pôr em prática no Instituto um cientificismo marxista de forma concreta, como também uma teoria reconhecidamente válida e respeitada no ambiente universitário e científico (Antunes, 2012). Almejava que temas envolvendo o movimento operário e o marxismo, que à época eram envoltos por preconceito e de desinteresse por serem tidos como de menor relevância, adquirissem a mesma importância tanto quanto outros temas correntes pesquisados na academia. O Instituto se dedicou a um trabalho, antes do exílio da Alemanha, de forma inédita, comparado ao sistema de ensino formal, quanto a possibilidade de realizar pesquisas que até aquele momento não tinham espaço nas Universidades (Horkheimer, 2008). Desse modo, o trabalho de Grünberg era enfrentar uma resistente discriminação em torno de pesquisas voltadas a temas envolvendo as classes operárias e à pesquisa científica do marxismo como proposta acadêmica válida. Sobre isso, Jay (2008, p. 44) assinala que “temas como a história do movimento trabalhista e as origens do antissemitismo, que eram negligenciados no currículo padrão do ensino superior na Alemanha, poderiam ser estudados com um rigor nunca antes tentado”.

Dada essa dinâmica de início, a transformação única no ensino superior alemão alcançada nesse período foi bastante significativa. Wiggershaus (2002, p. 66), no entanto, salienta que, muito embora o alcance da quebra de paradigma inerente às pesquisas sobre o estudo científico do marxismo na seio acadêmico alemão, outras especificidades envolviam a história do Instituto, dentre elas, “o fato de que um Instituto ligado à Universidade, contasse, em suas fileiras, com uma maioria de colaboradores e doutorandos de filiação comunista, era

ainda um caso único”. O que, por outro lado, não significava coesão de pensamento. Segundo Wiggershaus (2002), eles pertenciam a grupos distintos, com posicionamentos diversos.

Grünberg manteve-se à frente da direção do Instituto até 1928, momento em que teve que se afastar em virtude de um ataque cardíaco, terminando o período que esteve na direção em três anos e meio. O legado de Grünberg como diretor consistiu em tornar sólido o estudo do marxismo científico pelo Instituto, em lhe fornecer solidez fundamental e operar transformações a nível intelectual na sociedade alemã à época. Por ocasião do afastamento de Grünberg, a tarefa de Félix Weil era encontrar um sucessor alinhado aos preceitos iniciais do Instituto, portanto, um sucessor apropriado para a direção seria aquele correligionário aos ideais e rigor marxistas. Nesse contexto, quem sucede e assume o cargo é Max Horkheimer, em 24 de janeiro de 1931, escolhido de forma estratégica por efeito dos outros nomes cotados estarem marcados politicamente, a saber Friedrich Pollock e Henryk Grossmann. Horkheimer suceder Grünberg à direção do Instituto, para efeito de espanto, deu-se principalmente pelo fato de seu distanciamento, isto é, em não se constituir uma presença forte no Instituto, comparado ao núcleo de colaboradores que possuíam laços mais estreitos com o grupo, e a pouca expressividade acadêmica com poucas publicações (Wiggershaus, 2002).

Segundo Wiggershaus (2002), Horkheimer trazia consigo, implicitamente, um tom esperançoso de que o conhecimento objetivo, e não ideologias sublimantes, contribuíssem ao homem como forma de introduzir o sentido e a razão ao mundo. No entanto, algumas diferenças marcam a condução do Instituto sob a direção de Horkheimer em relação a seu predecessor. Em seu discurso de posse sobre a “A situação atual da filosofia social e a tarefa de um Instituto de Pesquisas Sociais”, Horkheimer não apenas restringe-se a se intitular como marxista, mas retorna à história da filosofia social para análise da situação presente (Jay, 2008). Para Horkheimer, a filosofia social não seria a ciência unicamente responsável pela busca da verdade, mas vista como uma ciência materialista enriquecida e acrescida pelo empirismo (Jay, 2008). Na perspectiva de Horkheimer, a filosofia social tinha o dever de se

debruçar sobre fenômenos que estivessem relacionados com a vida social dos homens – abrangendo a cultura material e espiritual (Antunes, 2012). Em suma, a filosofia social deveria ocupar-se da busca em compreender a realidade não unicamente em termos filosóficos, mas da mesma forma, em seu aparato social. Sua conferência de posse como diretor do Instituto revelou como seria a orientação das pesquisas e dos trabalhos realizados, isto é, “colocar um grande aparato de pesquisa empírica a serviço dos problemas filosófico-sociais a fim de desenvolver uma teoria da sociedade na qual a construção filosófica fosse indissociável da pesquisa empírica” (Antunes, 2012, p. 11).

Por sua vez, Antunes (2012) esclarece que Horkheimer, ao considerar a ausência de métodos científicos nas questões filosóficas, revela a necessidade da inserção dos processos empíricos nos problemas filosóficos, compreendendo que, para além de dados positivamente verificáveis, a filosofia social deveria estar voltada para uma dimensão de significação mais ampla ao indivíduo. Horkheimer, então, enfatiza a relação necessária e dialética entre filosofia e o empirismo, ressaltando a necessidade de pesquisas sociais empiricamente orientadas. Desse modo, Horkheimer atribuiu ao Instituto de Pesquisas Sociais uma tarefa distinta da qual existia à época de Grünberg, a de fazer uso da pesquisa empírica como aparato para pensar os problemas filosóficos e sociais (Antunes, 2012). Já não consistia mais em seguir na proposta inicial do Instituto pela via do marxismo rígido ou na reafirmação teórica adotada, conforme idealizaram Grünberge e Weil, mas sim de tornar amplo os objetivos e as propostas em torno das pesquisas realizadas pelo Instituto.

No entanto, visando compreender o fracasso da revolução alemã e a ascensão do movimento fascista, era fundamental reconfigurar o marxismo (Jeffries, 2018). Para isso, articulando de maneira dialética e crítica, buscava-se ampliar a proposta marxista indo além desta. Esse movimento deu início ao projeto interdisciplinar de pesquisa, com o objetivo de alcançar uma composição teórica-crítica e dialética. Ademais, se antes o direcionamento do Instituto era voltado para a interpretação histórica da sociedade, contudo, com Horkheimer, a

direção passa a ser a elaboração teórica e crítica sobre a sociedade mediante trabalho empírico realizado no coletivo e pautado na interdisciplinaridade. O coletivo que se reuniu em torno de Max Horkheimer, convencidos da necessidade de elaborar um programa de pesquisa social interdisciplinar, estrutura-se para servir de base a uma Teoria Crítica da sociedade (Rüdiger, 1999). Teoria Crítica que, usualmente, refere-se ao corpo teórico-metodológico de caráter filosófico desenvolvido por um grupo de intelectuais marxistas não conformistas associados ao Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt na década de 1920 (Lima, 2015). Dali nascia o que seria uma profícua relação entre marxismo e filosofia.

Portanto, numa perspectiva que visava a “recuperação das raízes hegelianas do pensamento de Marx pelos próprios marxistas” (Jay, 2008, p. 84) faz com que Horkheimer retome Hegel na tradição marxista filosófica com o objetivo de resgatar a dialética posta de lado pelos chamados ortodoxos e, de mesmo modo, construir uma teoria da sociedade combinando filosofia e pesquisa empírica (Antunes, 2012). Em seu discurso inaugural como diretor do Instituto, Horkheimer ateu-se à história da filosofia para analisar o presente momento histórico (Jay, 2008). Desse modo, Horkheimer constrói as bases para aquilo que seria conhecido como Teoria Crítica da Escola de Frankfurt que reuniria Filosofia e pesquisa social empírica. Nesse sentido, pretendia-se resgatar o enfoque filosófico do marxismo, na qual a “reelaboração do marxismo tradicional tornou-se crucial” (Jay, 2008, p. 81) para se pensar sobre a realidade social que está em constante processo de transformação. Em razão disso e acompanhando essa perspectiva, as pesquisas empíricas desenvolvidas nesta época foram as que originaram os livros “*The working class in Weimar Germany*”, de Erich Fromm – inaugurando a presença da Psicanálise e “*Studien über Autorität und Familie*”, de Horkheimer (Antunes, 2012). Em suma, conforme explicita Jeffries (2018), à medida que se consolidava durante a década de 1930, a Escola de Frankfurt associou a análise social marxista à teoria psicanalítica para tentar compreender o porquê de os trabalhadores alemães,

em vez de optarem pela revolução socialista, foram seduzidos pela sociedade consumista moderna e, dramaticamente, pelo nazismo.

Sobre o empreendimento da pesquisa empírica e o projeto interdisciplinar

Com a inauguração do Instituto de Psicanálise, em 16 de fevereiro de 1929, nas proximidades do Instituto de Pesquisa Social, Horkheimer admite a importância da Psicologia, bem como outras ciências auxiliares, na tarefa de unir-se para tentar explicar os valores e suas transformações sociais ao longo da história (Antunes, 2012). A Psicologia teria um papel central no projeto proposto por Horkheimer, isto é, dentro do projeto de pesquisa interdisciplinar. Para visualizarmos a dimensão da aproximação da Psicologia ao Instituto de Pesquisas Sociais, Jay (2008) elucida que o esforço em introduzir a Psicanálise na Teoria Crítica, realizado por Horkheimer na direção do Instituto, constituiu um empreendimento ousado. A integração da Psicanálise ao Instituto de Pesquisas Sociais correspondeu ao “desejo do Instituto de deixar para trás a tradicional camisa de força marxista” (Jay, 2008, p. 134) e representou, em grande medida, mais uma das evidentes diferenças entre as direções do Instituto sob Grünberg e Horkheimer.

Com isso, a partir do Instituto de Psicanálise, puderam contar com a participação de Erich Fromm, já antigo conhecido de Leo Löwenthal, empreendendo, assim, a construção de uma psicologia social embasada no arcabouço teórico da Psicanálise, realizando com isso importante influência na formação teórica do Instituto. De modo que em 1929, Horkheimer e Fromm lançam um projeto de uma pesquisa empírica voltada a identificar as atitudes da classe operária alemã frente ao autoritarismo, apesar do estudo não ter sido concluído (Jeffries, 2018). Contudo, não impediu de mostrar que os trabalhadores da Alemanha de Weimar estavam mais longes de uma possível revolução quanto mais próximos aos desejos autoritários. Enquanto isso, o desenvolvimento da Teoria Crítica viria precisamente contribuir para o entendimento do porquê o marxismo tradicional não logrou êxito em elucidar a

dificuldade da classe operária em cumprir seu papel histórico (Jay, 2008). Portanto, a fim de compreender a derrota da revolução alemã e a emergência de atitudes autoritárias na sociedade, se fazia imprescindível rever a orientação teórica do Instituto. Segundo Jay (2008), essa foi a primeira tentativa de efetivar a teoria crítica em um problema material e empiricamente apreciável.

Sob a direção de Horkheimer, o Instituto deteve-se a uma teoria crítica empreendida em interpretar a realidade objetiva que os cercava. Citando ainda seu discurso inaugural sobre a “*A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Social*”, Horkheimer proferiu que a tarefa do Instituto deveria versar sobre questões que unem a vida econômica em sociedade, o desenvolvimento psicológico dos indivíduos e os desafios impostos pela cultura em seu sentido estrito (Jeffries, 2018). A tendência para a interdisciplinaridade não se restringe apenas como projeto de reorientação teórica e empírica, mas na própria composição dos membros do Instituto com intelectuais críticos ao pensamento de cultura de massa. Dentre estes podemos citar Leo Löwenthal, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Ernst Bloch, Siegfried Kracauer e Wilhelm Reich. Logo, na perspectiva de Horkheimer e com base em seu discurso inaugural, ficava claro que a filosofia deveria ampliar seu prisma de alcance, baseando-se em uma crítica da sociedade por meio da pesquisa empírica e pelo trabalho interdisciplinar (Jeffries, 2018).

A relação entre a produção de conhecimento científico e a sociedade foram, desse modo, o substrato presente nos teóricos da Escola de Frankfurt com vistas a construir uma ciência social crítica. Além disso, cabe frisar que desde a primeira geração de pensadores, o compromisso ético-político pela transformação social e pela emancipação humana tem caracterizado a escola de pensamento frankfurtiano a partir da criação do que viria a ser a Teoria Crítica da Sociedade. Por um lado, segundo Lima (2015), muito embora os diferentes autores vinculados à Escola de Frankfurt tenham preservado um esqueleto comum em relação às temáticas estudadas e que algumas produções tenham sido em colaboração, os mesmos não

deixaram nenhum corpus teórico regular ou unificado.

Nesse sentido, a obra que inaugura a Teoria Crítica da Sociedade – teoria essa que se desenvolveu em torno do Instituto de Pesquisas Sociais – e que é apresentada no manifesto intitulado “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*”, de Max Horkheimer, publicado em 1937 na revista “*Zeitschrift für Sozialforschung*” (Shirakava, 2019). Nele, Horkheimer preocupava-se em tematizar a relação existente entre a dialética e o positivismo e marca seu posicionamento crítico contrário à chamada teoria tradicional. Diante disso, o manifesto vai trazer uma ruptura entre a chamada teoria tradicional, caracterizada como a ciência de base positivista, e a Teoria Crítica lançando como forma de análise dos fenômenos sociais o pensamento crítico visando a emancipação humana. Dessa maneira, Teoria Crítica não se resume à caracterização de um grupo de intelectuais que dedicaram-se a construção de pesquisas ligadas ao Instituto, mas “refere-se a um campo teórico - epistemológico muito mais amplo, mais especificamente a um campo teórico que mantém forte relação com o marxismo no sentido que foi atribuído por Max Horkheimer” (Lima, 2015, p. 15).

Max Horkheimer, no início da década de 30, publicou diversos textos sobre a história da ciência e da filosofia na qual busca demonstrar de que forma encontravam-se em dura crise ao tecer críticas sobre as práticas científicas e o papel social da filosofia. No manifesto “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*”, de 1937, Shirakava (2019, p. 42) afirma que, influenciado pelo marxismo, “Horkheimer empreendeu uma crítica ao modo de produção da ciência tradicional, evidenciando o caráter da ideologia burguesa por trás do discurso epistemológico”. Para ele, a produção do conhecimento deveria estar intimamente ligada ao contexto social existente e menos inserida na dinâmica positivista da ciência que segue pautada pela lógica produtivista. Enquanto força de produção, a ciência seria, então, mais uma ferramenta de dominação e de controle da natureza (Voirol, 2012). Para isso, a produção do conhecimento deveria orientar-se para os grandes problemas sociais, abordando-os de modo adequado e contextualizado com os processos sociais. Desse modo, Horkheimer

estabelece uma crítica à frivolidade dos métodos e das questões a que a ciência se detém, devendo, contudo, caminhar lado a lado aos interesses sociais e alinhada ao contexto histórico e às mudanças sociais. Ainda de acordo com Antunes (2012), Horkheimer via como inseparável a relação entre sujeito e objeto, e a produção teórica a partir da pesquisa é mais resultado da realidade que encontra-se em constante processo de transformação social e histórico, do que produto de um objeto de conhecimento fixo e universal. A Teoria Crítica da Sociedade compreende que os homens são produto e produtores das formas históricas de existência, e a realidade objetiva – essa que as ciências tradicionais positivistas se baseiam – não é algo dado ou sujeito à constatação e especulação. As situações efetivas não estão determinadas por si, elas são resultado da ação do homem sobre elas.

No materialismo histórico e dialético o objeto de pesquisa não é descolado do contexto social e histórico, tampouco dos processos sociais e da totalidade social em que faz parte (Voirol, 2012). Dito de outro modo, a Teoria Crítica não concebe o objeto de estudo apartado do sujeito do conhecimento, sequer pensa esse mesmo sujeito numa posição de neutralidade positivista, mas que se relacionam dialeticamente. Numa exposição clara quanto ao sentido do método dialético na Teoria Crítica, pode-se afirmar que a dialética é pensamento orientado pela contradição, isto é, um movimento no qual uma afirmação é superada por uma negação, e essa negação imediatamente negada, gera uma outra afirmação. Ao método dialético de interpretação não interessa uma organização rígida e fixa a ser seguida em seu método, mas guia-se por possibilidades de transformações que cada momento histórico possui.

Portanto, retornando à crítica de Horkheimer ao empirismo positivista, que consistia em perceber que no decorrer do processo histórico a ciência não escapou aos moldes de força produtiva como outras atividades humanas, implicando, assim, tanto em seu formato quanto no conteúdo ao retratar as contradições inerentes à sociedade. Para Lima (2015, p. 15), a Teoria Crítica, conforme concebida por Horkheimer, “deve ser pensada como uma produção

de conhecimento que não apenas descreve a sociedade, mas que pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pelos mecanismos de dominação presente”.

No que concerne à filosofia, circunscrita em uma metafísica especulativa e sem qualquer vinculação às ciências empíricas, dissociada dos eventos sociais, faz com que experimente uma profunda crise. É nesse sentido, que em “*Materialismo e metafísica*”, haverá o projeto de unir filosofia e ciências especializadas como condição ao materialismo em contraste a uma filosofia metafísica absoluta ou a confiança no caráter superficial dos acontecimentos oriundos do positivismo (Antunes, 2012). A Teoria Crítica propõe-se à realização da crítica da razão numa transmutação constante levando em consideração a natureza social e histórica da produção do conhecimento. No projeto de uma teoria materialista idealizado por Horkheimer, as grandes questões sociais que impediam a emancipação humana eram de extensa relevância sobretudo o interesse de buscar compreender o porquê, a despeito de todo o progresso técnico-científico e econômico alcançado, não gera condição suficiente para que todos alcancem. Antunes (2012) pontua que o sentido da crítica, na Teoria Crítica, é o exercício intelectual e prático, para não acatar sem reflexão modos de pensar, de ser e de relacionar-se ou não permitir que o pensamento se paralise ante à questões de vida tidas como incontestes.

Grosso modo, Horkheimer reitera o compromisso da Teoria Crítica com o grande desafio da modernidade: a busca pela emancipação do estado de minoridade que o homem se enredou ao renunciar ao exercício de seu próprio entendimento, conforme postulado por Immanuel Kant (Lima, 2015). Menoridade que ficará explícita ao debatermos as diversas situações em que o mercado, o neoliberalismo, a cultura, a indústria cultural passam a ofertar opções, vendidas como escolhas possíveis, mas nada mais do que limitar os sujeitos na sua condição e capacidade crítica, fazendo com que a racionalidade seja desconsiderada e impedindo qualquer vislumbre de emancipação. São tempos históricos em que o

conhecimento e a técnica, os quais deveriam contribuir para a emancipação do homem, viram-se transformados em instrumentos de dominação e de bloqueio à autonomia, incidindo sobretudo sobre as subjetividades.

Horkheimer (1980) preocupa-se com a natureza de uma ciência desconectada de seu real sentido, restringindo-se apenas a um mero produto e atribui a causa aos efeitos gerados pelo capitalismo tanto nas relações sociais quanto individuais que transformaram-se em um fim em si mesmas. Ao passo que o papel do teórico é estar atento ao fato de que sua função não é servir aos ditames da realidade administrada, mas de ser agente de transformação comprometido com a liberdade e as lutas políticas de classe em opressão, segundo a leitura de Lima (2015). Para Adorno (2021), a busca pela emancipação consiste sobretudo na adoção de postura crítica frente ao conhecimento produzido e da própria realidade concreta em que se debruça a apreender.

Horkheimer também reconhece a relevância da Psicologia e a potencialidade de seu papel dentro do projeto de pesquisa interdisciplinar empreendido pelo Instituto. Logo, a Teoria Crítica, fundamentada no marxismo e como crítica ao mundo administrado – um mundo perpassado pela racionalidade técnica, reificado e de pensamento crítico escasso – teria como componente significativo na compreensão dos fenômenos a Psicanálise. Destarte, mediante a tarefa pouco convencional de reunir Marxismo e Psicanálise com vistas a abandonar o marxismo ortodoxo, tem-se como figura expressiva a essa atividade os trabalhos de Erich Fromm e sua importante atuação como revisionista freudiano. Com efeito, Fromm sustenta a ideia de que, para Marx, o processo histórico está interligado à natureza do homem e às condições externas à ele, logo, a Psicanálise serviria, enquanto psicologia social, de rica contribuição ao Materialismo Histórico ao oferecer conhecimentos acerca da natureza humana, um dos elementos que atuam nos processos sociais (Antunes, 2012). Desse modo, a Psicanálise tem muito a contribuir frente às pesquisas do materialismo histórico, dado que as dimensões psíquicas dos indivíduos desempenham importante função nos processos sociais.

A tarefa de aliar uma psicologia social apoiada em bases psicanalíticas foi empreendida inicialmente por Fromm e a sua contribuição à Teoria Crítica é incontestável. Muito embora, como é possível ver em Jay (2008), as discordâncias entre Fromm e os outros membros do Instituto, sobretudo Horkheimer e Adorno, no que tange ao revisionismo de Freud e Marx; o que resultou em seu afastamento tanto em relação à Freud quanto ao Instituto em 1939⁵.

Em síntese, em 1940, segundo Jay (2008), Fromm já deixara de lado tanto o Instituto quanto o freudismo ortodoxo, no sentido de ter abandonado alguns elementos cruciais à Psicanálise como a teoria da libido e o complexo de Édipo. Fromm além de discordar e rejeitar alguns aportes da teoria psicanalítica, desencantou-se com Freud, concomitantemente ao seu distanciamento dos outros membros do Instituto. Sua última participação em trabalhos realizados pelo Instituto remonta a sua contribuição na análise psicológica da autoridade em "*Studien über Autorität und Familie*" (Estudos sobre a autoridade e a família), publicado em 1936 (Jay, 2008). Por sua vez, ao decorrer da década de 1940, a maioria dos trabalhos do Instituto – A personalidade autoritária, Dialética do Esclarecimento e Os profetas do engano –, tiveram incontestável influência da Psicanálise (Jay, 2008). Além disso, mesmo após o retorno do exílio americano, tanto os trabalhos teóricos quanto os empíricos, não escaparam às lentes freudianas.

Por sua vez, é importante ressaltar que a Psicologia Social desempenha o papel de ciência suplementar, muito embora substancial, da história (Antunes, 2012). Nesse sentido, para Horkheimer (1990), o seu valor reside no fato de que as estruturas sociais formuladas, seja qual for, estão sujeitas aos componentes psíquicos. Desse modo, é necessário o estudo científico da ação humana frente a determinado momento histórico para, então, se ter acesso às dinâmicas históricas e seu entendimento por meio dos processos sociais e econômicos. Cabe à Psicologia a tarefa de caminhar rumo às camadas psíquicas mais profundas, cujas

⁵Por questões de recorte, não nos ateremos à tarefa de pormenorizar a crítica dos membros do Instituto à Psicanálise e a discussão sobre as discordâncias entre estes e Fromm, tampouco elencar as razões que levaram ao afastamento de Fromm do Instituto. Para mais detalhes sobre essa e outras questões visitar Jay (2008).

forças determinam economicamente o homem – uma vez que, em dado momento histórico a ação humana será decorrente da irracionalidade que domina o homem prevalecendo em detrimento ao exame consciente da realidade (Antunes, 2012). Nesse sentido, interessa para Horkheimer o conhecimento dos elementos psíquicos envolvidos nas relações sociais e econômicas dos indivíduos dentro de certo grupo e ordem social.

Com isso, os membros do Instituto viram na adoção da Psicanálise terreno firme sobre o qual construir seu projeto interdisciplinar rumo a uma Teoria Crítica da Sociedade. A Psicanálise, que desempenhou relevante papel dentro da teoria, teve em Fromm (1977) o introdutor a uma psicologia social orientada psicanaliticamente e o reconhecimento de que agentes psíquicos contribuem sobremaneira para a dinâmica dos processos sociais. Mais ainda, apontar de que forma os componentes psíquicos atuam como vetores de forças que criam ou recriam a sociedade. Fromm (1977) conclui que a psicologia analítica, dentro do materialismo histórico, contribui na compreensão da relação estabelecida entre sociedade e natureza quando assinala o controle das pulsões humanas e a função ativa e passiva desempenhados por eles no processo social. A Psicanálise, empenhada na análise dos eventos sociais, permite perscrutar a relação que se firma entre os fatores econômicos e os processos de formação ideológicos.

Os estudos sobre o preconceito e sua relação com o fascismo

Segundo Jay (2008), nos anos 1930, ao assumir a direção do Instituto um dos primeiros trabalhos a serem realizados seria o estudo empírico da mentalidade da “*classe trabalhadora da República de Weimar*”. A tese norteadora desse estudo, segundo Haber (2014), é a de que existia uma correlação entre três elementos psicanalíticos: a estrutura psíquica, o pertencimento a uma classe social e as escolhas políticas dos indivíduos. Ainda que inconcluso, esse estudo representou o esforço inicial de aplicar a Teoria Crítica a um problema real através da pesquisa empírica. Erich Fromm, em 1929, foi o diretor do projeto

junto a Anna Hartock, Herta Herzog, Paul Lazarsfeld e Ernst Schachtel que comporiam sua equipe de trabalho. Segundo Jeffries (2018), com a pesquisa, a expectativa era que se conseguisse resposta positiva à questão de se poderiam contar com os trabalhadores alemães para contrapor-se à ascensão nazista. Em geral, Jay (2008) aponta que 3 mil questionários foram distribuídos aos trabalhadores contendo questões sobre opiniões quanto à educação infantil, a racionalização da indústria, a perspectiva de impedimento de uma nova guerra e o locus de poder do Estado. Fromm havia desenvolvido um questionário mais elaborado que seu predecessor, Adolf Levenstein, que anos antes foi o pioneiro em utilizar questionários do tipo interpretativo.

Utilizando-se de uma caracterologia mais robusta, para Jay (2008) a originalidade central contida nesse estudo está circunscrita no modo como foi conduzido. As respostas dos trabalhadores eram anotadas de forma integral e, posteriormente, analisadas, tal qual o psicanalista detém-se nas associações do paciente. Em Antunes (2012), verifica-se que a tipologia desenvolvida por Fromm situou-se em três tipos: autoritário, revolucionário e ambivalente⁶. Com isso, as entrevistas expuseram grande discrepância entre as crenças admitidas e os traços de personalidade, conforme explicita Jay (2008). Cerca de 10%, dos setecentos respondentes, apresentavam o caráter “autoritário”, isto é, uma espécie de síndrome autoritária, 15% manifestaram compromisso psicológico com premissas antiautoritárias e satisfaziam os critérios para a realização de uma revolução, caso necessário fosse, ao passo que o maior número de respondentes mostrou-se ambivalente (Jay, 2008). A síndrome da personalidade autoritária apresentou-se como temática recorrente nos estudos realizados pelo Instituto ao longo dos anos seguintes. Com efeito, os resultados revelaram que a classe trabalhadora alemã encontrava-se tanto quanto mais inclinada a tolerar sem relutância a tomada de poder do que resistir prontamente ao avanço nazista.

No mais, dos 3.300 questionários enviados em 1929, apenas 1.100 retornaram.

⁶A caracterização de cada tipo e os exemplos podem ser melhor visualizados no quarto capítulo da tese de Antunes (2012). Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4791>

Desse modo, longe de ambicionar a comprovação de hipóteses, Fromm desejava delinear elaborações teóricas adequadas apoiado em evidências e fomentar a realização de novas pesquisas empíricas (Antunes, 2012). A Fromm interessava compreender o que estava para além do discurso dos trabalhadores, ou seja, as razões por trás de suas falas. Observou-se, para tanto, a relação existente entre os preceitos políticos e as necessidades materiais e emocionais, de modo que tais doutrinas políticas podem se apresentar expressamente opostas a interesses objetivos, mas que mostram-se de grande relevância por apresentarem relação com necessidades emocionais (Antunes, 2012; Fromm, 1984).

É importante salientar quanto a esse estudo algumas particularidades inerentes a ele. Tanto em relação às análises dos dados, que se deu de modo lento e de forma inconclusa pela reduzida quantidade de questionários recebidos, e os extravios de documentos em meio ao período de exílio após a ascensão nazista em 1933. Por fim, o estudo só foi publicado em 1979 após superadas as querelas existentes. As razões de sua publicação passam pelo valor histórico dos documentos, sua relevância científica que fornecem dados acerca da realidade concreta dos trabalhadores da República de Weimar e as percepções quanto à realidade social da época (Antunes, 2012). Ainda para Antunes (2012), o estudo marca os passos iniciais ao tentar elucidar a origem e a eficácia das ideologias utilizando-se da teoria freudiana para trabalhar em duas perspectivas, a de (I) inserir a família como agente social por meio do qual a sociedade imprime sua estrutura na criança e (II) realizou a produção dos tipos psicológicos utilizados para esclarecer a ligação entre os traços de personalidade e as atitudes políticas.

No que tange aos "*Studien über Autorität und Familie*", outro grande trabalho de pesquisa do Instituto, dirigido por Horkheimer, se utilizou de parte dos instrumentos de coleta dos dados, a saber, o questionário da pesquisa com os trabalhadores alemães. Ainda na introdução dos *Studien*, Horkheimer realiza o movimento fundamental de separar as análises da perspectiva em termos de classes sociais e do quadro de caráter autoritário (Haber, 2014). Não se trata mais de focar no grupo que traria a esperança da revolução e da emancipação,

mas concentrar-se em compreender as razões que levariam o trabalhador, o pequeno burguês e o burguês a desejar profundamente o fascismo (Haber, 2014).

Sabe-se que o Instituto manteve-se em Frankfurt somente até a ascensão nazista em 1933, mudando-se para países como Suíça (1933), França (1933 a 1936), Londres (1933 a 1934) e Estados Unidos, permanecendo neste último, até seu retorno após término da guerra (Wiggershaus, 2002). Decorre, assim, os *Studien* terem sido publicados em 1936, em Paris, dada a condição de ascensão do nacional-socialismo na Alemanha e necessário deslocamento do Instituto e de seus membros. A temática trabalhada nos *Studien* versavam sobre a função desempenhada pela família como mediadora entre a subestrutura material e a superestrutura ideológica. Esse trabalho coletivo, do qual participara grande parte dos principais membros do Instituto, representa o projeto que Horkheimer idealizara no sentido de estabelecer um programa interdisciplinar de pesquisa empírica e que contivesse rigorosa análise filosófico-crítica.

Tanto Antunes (2012) assinala o empreendimento de preservar a interdisciplinaridade do programa ao se observar a estrutura do trabalho com distintos editores participando de sua construção, quanto Jay (2008) ao anunciar que o trabalho foi o primeiro fruto real do projeto de engrandecer a teoria com pesquisas empíricas. A organização da primeira parte do trabalho, composta por extensos ensaios teóricos, ficou a cargo de Horkheimer, Fromm responsabiliza-se pela segunda seção, composta por estudos empíricos e Löwenthal da terceira, contendo investigações separadas de diversos outros problemas correlacionados. De modo geral, Horkheimer deu a todo o trabalho seu tom, desde a análise rigorosa da cultura na sociedade moderna, considerando a relação entre a subestrutura material e a superestrutura, até a noção do conceito de autoridade compreendendo que os conceitos na Teoria Crítica da Sociedade devem ser apreendidos inseridos em um quadro relacional junto a outros conceitos da teoria, isto é, como fragmentos de um arranjo teórico maior (Horkheimer, 1990). Para o autor, que desenvolve o percurso

histórico da autoridade no mundo burguês, o autoritarismo pode assumir dois significados distintos, tanto para o favorecimento humano e seu desenvolvimento ou o seu exato oposto, para repressão e exploração.

Ademais, Horkheimer destaca a importância da família na formação psíquica de grande parte dos indivíduos e da função desempenhada por ela na formação da autoridade. Segundo Jay (2008), a crise da família e o declínio de sua função contribuíram para que os indivíduos fossem socializados por outras instituições sociais, na qual esses agentes alternativos de socialização contribuíam na formação de um tipo de personalidade autoritária. Esse tipo de personalidade mostrava-se mais resistente à mudanças e revelava-se de forma mais sutil. Com efeito, no segundo ensaio da parte teórica dos *Studien*, a “*Seção de psicologia social*” de Fromm, o mesmo reconhece a teoria freudiana da psicologia das massas e do superego enquanto adequada introdução aos estudos da análise psicológica sobre autoridade (Jay, 2008), todavia, não abandonou as críticas quanto à teoria psicanalítica. Fromm sugeriu que no cerne da personalidade autoritária estaria o sadomasoquismo. Tal como concordou com Freud em relação ao masoquismo e o sadismo pertencerem a uma síndrome unificada do caráter, e que estariam predispostos a aparecer repetidamente em sociedades autoritárias, pautadas pela hierarquia e dependência. O masoquismo se expressaria na inclinação passiva e no acatar da ideia de fatalidade, sina ou desígnios divinos nesses contextos sociais (Jay, 2008).

Marcuse, embora ainda fosse um eminente estudioso de Freud, viria a transformar-se no expressivo opositor de Fromm. Segundo Jay (2008), Marcuse, o de mais reduzida propensão ao empirismo, contribuiu com a parte teórica dos *Studien* ao discorrer acerca da história intelectual das teorias da autoridade. No centro da teoria totalitária elaborada por Marcuse, estaria o desenvolvimento da relação estabelecida entre autoridade e família; a partir do propósito em discorrer sobre a ideia de que no cerne do pensamento burguês estariam contidos elementos autoritários e de dominação, que se ampliam na mesma medida

em que são relacionados com ideais de liberdade individual (Antunes, 2012). Portanto, a passagem ao autoritarismo seria não mais do que a expressa continuidade do modo burguês de ser, estabelecendo, desse modo, a estreita relação entre totalitarismo e liberalismo.

De acordo com Haber (2014), ao recorrer a Freud, foi possível observar que o fascínio pela autoridade é um fenômeno mais amplo porque encontra-se enraizado na própria educação. Para o autor, lugar de aprendizagem da autoridade, fonte do autoritarismo e do gosto pelo poder, a família também integraria elementos emancipadores. A dissolução da família, presente na crise do poder patriarcal, e enquanto instituição criada pela era liberal que também foi acometida por crise, viu seus valores culturais ruírem. De modo que a família, antes espaço de formação aos indivíduos, acompanhou as transformações sociais e os imperativos sistêmicos que incidem sobre a sociedade (Haber, 2014).

No mais, tanto para Horkheimer quanto para os outros membros do Instituto, conscientes de sua limitada experiência nesse campo e diante das dificuldades de respostas aos questionários, fizeram as investigações adquirirem a natureza mais de experimentos e nada generalizáveis (Jay, 2008). Distantes de uma representatividade estatística, os questionários aplicados serviram mais para o conhecimento da realidade vigente e para a construção de tipologias. De modo que o trabalho sobre os “*Studien über Autorität und Familie*” funcionou como a primeira experiência do grupo na empreitada do projeto de pesquisa interdisciplinar ensejado pelo Instituto. Seus postulados serviriam para outros estudos posteriores como os “*Studien in Prejudice*” ao tratar da questão do antissemitismo. É importante ressaltar que os estudos sobre o autoritarismo e a busca por entendê-lo, não perdeu relevância para o Instituto mesmo após o encerramento dos *Studien*, sobretudo mediante a observância do espantoso avanço do nazismo na Alemanha. Para o Instituto, interessava desde os anos 1930, revelar e compreender a ameaça fascista, de mesmo modo, pensar vias de combate através do conhecimento e do estudo teórico-científico do fenômeno.

Integrado à Universidade de Colúmbia, feito realizado via mediação de Erich

Fromm que trabalhou para que o Instituto se alocasse nos Estados Unidos e designado enquanto um grupo de pesquisa social empírica, o volume de trabalhos empíricos ali realizados foram inúmeros, embora, apenas dois tiveram maior amplitude: “*Anti-semitism among american labor*” e “*Research project on anti-semitism*”. Este último é precursor dos “*Studies in prejudice*”.

Nos Estados Unidos, com a realização da pesquisa sobre o antissemitismo entre trabalhadores americanos, estudo esse com pouco destaque, inconcluso e não publicado, mas que gerou diferentes posicionamentos quanto a sua importância. Para autores como Jay (2008) e Wiggershaus (2002), é uma pesquisa com pouca representatividade para a Teoria Crítica, portanto esquecida por muitos estudiosos, e que revelaria uma fissura no projeto de pôr em prática o materialismo interdisciplinar idealizado pelo Instituto. Ao passo que para pesquisadores contemporâneos a pesquisa seria um documento que permite visualizar de que forma os trabalhadores americanos pensam as contradições próprias do capitalismo e seu modo de produção, revelando assim sua consciência política e social (Antunes, 2012). Erroneamente não reconhecido, a pesquisa sobre o antissemitismo entre trabalhadores alemães, pode ser caracterizado de forma objetiva como “estudo realizado por exilados alemães e austríacos a respeito da conexão existente entre atitudes antissemitas e antidemocráticas na classe trabalhadora norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial” (Antunes, 2012. p. 86). Dessa forma, trata-se de uma investigação que em última instância fornece análises ricas sobre o aspecto cultural daquela sociedade e daquela época.

Em síntese, foi uma pesquisa coordenada por Adorno e Horkheimer na qual os resultados demonstraram a presença do antissemitismo entre os trabalhadores alemães em oposição a ideia da inexistência de preconceito antissemita em meio aqueles que lutam contra o nazismo. Os trabalhadores alemães eram conscientes, expressamente preconceituosos e nutriam sentimentos antissemitas de forma aberta e objetiva. Para Antunes (2012), tanto o estudo sobre o antissemitismo na classe trabalhadora alemã, quanto os estudos sobre a

personalidade autoritária, partilham em comum a busca por tentar compreender a função do preconceito na construção de sociedades autoritárias.

Em relação ao “*Research project on anti-semitism*” que irá abordar o estudo sobre o antissemitismo e que se constituiu como o precursor dos “*Studies in Prejudice*”, foi publicado em 1941, na “*Zeitschrift für Sozialforschung*”, ainda dos Estados Unidos. O objetivo desse projeto era evidenciar tendências antissemitas e destrutivas mesmo em períodos pacíficos e fenômenos típicos do Nacional-Socialismo (Antunes, 2012). De modo que para Jay (2008, p. 228), “os estudos sobre o preconceito retomaram o assunto no ponto em que os *Studien über Autorität und Familie* o haviam deixado, mas o foco passou a incidir nas formas norte-americanas de autoritarismo”. Logo, é pertinente pensar até que ponto era interessante estudar o antissemitismo em uma sociedade abertamente democrática como a dos Estados Unidos o que, por outro lado, intrigava aos membros do Instituto a omissão quanto aos massacres nazistas e o antissemitismo latente conformado à democracia.

Sabe-se que a transferência do Instituto de Pesquisas Sociais para os Estados Unidos estava sendo feita em um momento em que os judeus, perseguidos e exterminados na Europa, estavam sendo recebidos nos Estados Unidos mediante política de cotas de recebimento de imigrantes (Wiggershaus, 2002). A indiferença desse país ante os acontecimentos nazistas levantou a hipótese de que, por trás de um discurso de democracia, haveria algum grau de antissemitismo presente. O contexto de preconceito antissemita no país era notável, a intolerância coexistindo com princípios democráticos culminado em uma espécie de antissemitismo social (Costa, 2019a). A problemática tornou-se objeto de estudo do Instituto que desenvolveu uma série de estudos sobre o antissemitismo nos Estados Unidos. Ainda segundo Costa (2019a), parte das pesquisas contidas no projeto de estudos sobre o

antissemitismo foram efetivadas nos “*Studies in Prejudice*”⁷, do qual “*The Authoritarian Personality*” faz parte.

Os *Studies* contou com o financiamento da American Jewish Committee (AJC) e desenvolveu-se sob direção de Horkheimer e Flowerman e configurou-se como um amplo projeto de pesquisa sobre o preconceito. Por conseguinte, a razão para realização de amplas pesquisas em torno do preconceito era comprovar cientificamente que o antissemitismo se mostra como um sintoma profundo de hostilidade em oposição à democracia (Costa, 2019b), isto é, o preconceito como um traço marcante de intensa contraposição às estruturas democráticas. Isso porque o preconceito não é fixo, muda de um alvo para outro porque sua dinâmica refere-se ao papel que esse preconceito cumpre na economia psíquica do sujeito revelando tendências autoritárias. Carone (2012) afirma que os estudos sobre o preconceito envolvem a descoberta de traços do fascismo latente, e analisar as técnicas de agitadores fascistas envolve observar os estímulos que compõem o apelo às massas.

Outrossim, “*Studies in Prejudice*”, um dos mais robustos e arrojados projetos de pesquisa do Instituto sobre o preconceito, foi inicialmente concebido em 1944 em uma conferência realizada em Nova York, no entanto, tais estudos foram publicados apenas no final da década em cinco volumes. Três desses volumes, que reunidos, visavam tratar de fatores psicológicos que fomentam ou impedem nos indivíduos a formação de preconceitos e que o inclina a ser favorável à propaganda fascista (Antunes, 2012). Ao passo que os outros

⁷Sinteticamente explicitando, os *Estudos sobre o preconceito* são formados por cinco outros estudos, sendo eles: 1) *Prophets of Deceit: A Study of the Techniques of the American Agitator* de Léo Lowenthal e Norbert Guterman, que objetivava analisar os discursos de agitadores fascistas nos Estados Unidos; 2) *Dynamics of Prejudice: A Psychological and Sociological Study of Veterans*, de Bruno Bettelheim e Morris Janowitz, estudo com veteranos de guerra e sua inaptidão em se adaptar pós retorno da guerra em sociedades pacíficas; 3) *Anti-Semitism and Emotional Disorder: A Psychoanalytic Interpretation*, de Ackerman e Jahoda referia-se a um estudo com pacientes que continham em suas desordens psíquicas conteúdos antissemitas e 4) *Rehearsal for Destruction: A Study of Political Anti-Semitism in Imperial Germany* de Paul Massing pesquisa que discorre sobre o instigar do antissemitismo na Alemanha entre 1871 e 1914 e 5) *The Authoritarian Personality*, de T. W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. N. Sanford. Além disso, Adorno despertado pelo interesse nos estudos sobre as técnicas do agitador fascista americano, publicou estudos envolvendo o antissemitismo e as técnicas fascistas tais como *Anti-Semitism and Fascist Propaganda*, *The psychological Technique of Martin Luther Thomas Radio Addresses* e *Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda*.

dois reportam-se às circunstâncias sociais que encontram solo favorável nessas predisposições psicológicas, na qual um vai aprofundar na história da Alemanha nazista e o outro no exame da ação de agitadores fascistas na opinião pública.

É preciso destacar a grande influência desempenhada por Horkheimer nas pesquisas realizadas pelo Instituto. Em 1944, Horkheimer estabelece parceria com o Grupo de Estudos de Berkeley, composto por psicólogos sociais, após interesse despertado a partir de um estudo realizado pelo referido grupo que tratava do irracionalismo enquanto um componente do pessimismo, indicando a existência de um traço de personalidade subjacente a ele (Jay, 2008). Semelhante às descobertas em estudos anteriores realizados pelo Instituto, ambos os pressupostos seguiam na mesma linha, dando início assim ao trabalho da “*The Authoritarian Personality*”.

A Personalidade Autoritária

“*The Authoritarian Personality*” pode ser concebido como o projeto que visou de forma profunda e abrangente trabalhar empiricamente e ao mesmo tempo operar com o conceito de personalidade autoritária ou de um tipo de caráter autoritário. A ênfase do estudo era no indivíduo potencialmente fascista e não no fascista por assim dito declarado, mas de acordo com Adorno *et. al.*, (2019b) naqueles sujeitos cuja atitude indicasse imediata disposição a aceitar o fascismo em caso desse vir a tornar-se um movimento social amplo e considerável. De forma geral, o estudo buscava identificar os fatores psicológicos ligados a suscetibilidade à propaganda fascista e para isso sua construção, bem como o projeto inicial idealizado por Horkheimer ao Instituto de implementar a perspectiva interdisciplinar em seus estudos, essa obra também conta com esse viés. A pesquisa orientou-se pela hipótese de que o conjunto formado de “convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como se unidas por uma mentalidade ou por um espírito, e que esse padrão é uma expressão de tendências profundas em sua

personalidade” (Adorno *et. al*, 2019b, p. 71).

Neste trabalho, Adorno e Sanford eram os co-diretores do projeto junto a outros colaboradores. Considerada um clássico da pesquisa empírica, o estudo versava sobre explorar um “novo tipo antropológico” de homem, a personalidade autoritária. Essa nova espécie antropológica, de acordo com Horkheimer (2019, p. 29), “parece combinar as ideias e habilidades típicas de uma sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou antirracionais [...]. Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, [...] Inclinado a se submeter cegamente ao poder e autoridade”. A construção de “*The Authoritarian Personality*”, em 1944 e que teve seu início ainda durante a guerra, faz parte de um momento singular no qual os membros da primeira geração da Teoria Crítica encontravam-se exilados nos Estados Unidos. Nesse país, conforme Costa (2019b), a realidade de preconceito antissemita contra mais de quatro milhões de judeus era considerável, por quanto que a intolerância simultaneamente aos valores democráticos coexistiam, constituindo o que se chamaria de “antissemitismo social”. A questão a guiar os trabalhos de pesquisa partia da indagação se seria possível fenômenos como o antissemitismo, presente no nazismo, estar presente de mesmo modo em países democráticos.

Adorno *et al.* (2019b) esclarece que a preocupação do estudo era para com o indivíduo potencialmente fascista, aquele cuja estrutura era de tal forma que o fazia suscetível à propaganda antidemocrática. O estudo detinha-se em indivíduos “potencialmente fascistas”, pois até o momento da coleta dos dados, o fascismo havia pouco tempo sido derrotado, e por questões objetivas, certamente seria difícil encontrar a quem declaradamente se dissesse fascista. Não obstante, não foi de todo difícil para os pesquisadores encontrar indivíduos com forte predisposição ou prontidão em aceitar ideias antidemocráticas. Enquanto isso, por meio da pesquisa os autores observaram que os indivíduos que se mostram passíveis em aceitar ideias e a propaganda fascista possuem em comum diversos aspectos que juntos formam um padrão ou uma “síndrome”.

Nesse sentido, a atenção do estudo centrou-se nos indivíduos a quem a propaganda antissemita era direcionada, recorrendo a uma visão sócio-psicológica, a intenção era examinar uma estrutura de carácter que está por traz de uma personalidade autoritária (Antunes, 2012). Esse novo tipo antropológico, como lembra Jay (2008), possui equivalência ao tipo de carácter sadomasoquista elaborado por Fromm nos *Studien*. O estudo partiu do pressuposto básico da existência de níveis de personalidade distintas manifestas ou latentes; com o objetivo de evidenciar a dinâmica psicológica expressa, na superfície, em ideologia preconceituosa, conforme argumenta Jay (2008). Para o estudo interessava sobretudo analisar a prevalência de estruturas psicológicas latentes às crenças autoritárias, pois para os autores, haveria estreita relação entre posicionamentos políticos, sociais e econômicos com estruturas subjetivas da personalidade. Em outras palavras, o estudo baseava-se em duas concepções essenciais: a relação da ideologia com as necessidades subjacentes ao indivíduo, isto é, (I) o antissemitismo não seria um fenómeno específico em si mesmo, mas parte integrante de um campo ideológico e (II) a prontidão ou inclinação do indivíduo a essa ideologia conecta-se estreitamente a suas necessidades psicológicas (Adorno et al, 2019b). Melhor dizendo, opiniões, valores e atitudes estão intrinsecamente ligadas a necessidades humanas, e a personalidade, um reduto dessas necessidades. Desse modo, a tendência dos sujeitos à aderirem ao antissemitismo revela uma correlação com necessidades psicológicas e, quanto a esse ponto, os autores buscavam uma melhor compreensão do sujeito potencialmente fascista e sua forma de operar em sociedade (Antunes, 2012).

A primeira parte, no que tange à aplicação dos questionários a setecentos estudantes universitários, consistia em perguntas factuais, de opinião e perguntas projetivas de carácter aberto, na qual parte delas já havia sido utilizada nos *Studien* e na pesquisa com os trabalhadores alemães. Concernente às escalas, essas indicariam estimativas quantitativas de antissemitismo, etnocentrismo e conservadorismo político-econômico. Com a referida escala, buscava-se desvelar tendências presentes na personalidade e revelar naturalmente ideias

fascistas ou a sujeição a sua influência por parte do indivíduo (Jay, 2008). Em outras palavras, a escala visava, enquanto instrumento metodológico, ser capaz de mensurar a predisposição ou o potencial autoritário de modo latente. As experiências de estudos empíricos anteriores colaboraram demasiadamente para o sucesso da construção dessa escala – a chamada “escala F⁸” ou escala de Fascismo. Dentre os altos pontuadores na escala F, Adorno (2019) formulou uma tipologia que continha seis tipos: o ressentido superficial, convencional, autoritário, rebelde e psicopata, maníaco e o manipulativo. E cinco tipos entre os baixos pontuadores na escala, que são: rígido, contestador, impulsivo, pacato e liberal genuíno. Já a segunda parte, centra-se em análises qualitativas das entrevistas individuais orientadas pela teoria dinâmica da personalidade que se deram em duas direções: na análise de conteúdos ideológicos e outra no exame das condições reais dos indivíduos, sua história de vida, relações parentais, entre outros aspectos, com vistas a tentar compreender o racismo, o antissemitismo e o fascismo. Dado que o interesse com a coleta desses dados era acessar conteúdos como impulsos psíquicos e tendências ideológicas que encontravam-se em camadas mais profundas da personalidade e que não eram possíveis de serem acessadas de modo direto. Por conseguinte, ter acesso a essas tendências mais profundas é substancialmente significativo, pois é exatamente aqui que se estabelece o potencial do indivíduo para o pensamento democrático ou antidemocráticos em momentos determinantes (Adorno et al, 2019b).

É preciso ressaltar que para os autores o entendimento da personalidade passa pela ideia de que essa desenvolve-se mediante influência social e deve ser analisada dentro do todo social em que se encontra inserida; e não como uma estrutura imutável, rígida e que atua

⁸A escala F procurou testar, conforme Jay (2008), nove variáveis básicas da personalidade, sendo estes os ítems que a compõe, o (I) Convencionalismo - adesão rígida a valores convencionais, (II) Submissão à autoridade - atitude submissa e acrítica frente à autoridade, (III) Agressividade autoritária - condenar, rejeitar ou punir a quem viola valores convencionais, (IV) Anti-introspecção - oposição ao subjetivo e ao sensível, (V) Superstição e Estereotipia - Crença místicas e pensamento por categorias rígidas, (VI) Poder e Dureza - preocupação excessiva com a díade dominação-submissão, forte-fraco, líder-seguidor, identificação com figuras de poder, (VII) Destrutividade e Cinismo - hostilidade e desprezo pelo humano, (VIII) Projetividade - predisposição a crer em teorias conspiratórias e projeção de impulsos afetivos inconscientes para o meio externo, (IX) Preocupação com o sexo - interesse exagerado na conduta sexual.

no mundo. Longe de ser um dado em si mesmo, a personalidade dos indivíduos é profundamente constituída pelo ambiente social e suas condições objetivas, bem como por fatores econômicos, sociais e políticos. Logo, quaisquer transformações nessas condições sociais incidem igualmente na personalidade. Enquanto estrutura, a personalidade que também é potencial de ação sobre a realidade ou prontidão para o comportamento, agirá conforme sempre as situações objetivas, conforme explicita Adorno *et. al.* (2019b). Desse modo, se a análise de tendências antidemocráticas expressas nos indivíduos requer o exame das circunstâncias que favoreceram o seu desenvolvimento, implica, assim, na necessidade de se compreender de que forma se organiza a sociedade. Para isso, Adorno *et. al.* (2019b) convoca à tarefa de se identificar quais as condições sob as quais a propaganda antidemocrática, tomando os meios de comunicação - na sua época a imprensa escrita e o rádio -, e chegando a suprimir a possibilidade de ideologias contrárias a essa, de modo a transformar o que era potencial em manifesto. Nesse caso, é encontrar quais os processos sociais atuantes na sociedade ou as situações objetivas que contribuem sobremaneira para o sucesso e suscetibilidade à propaganda fascista.

Antunes (2012, p. 119) afirma que “a ideia do estudo era gerar uma elucidação científica sobre o preconceito com vistas a contribuir para uma mudança na atmosfera cultural através de uma teoria (crítica) da sociedade moderna como um todo”. Este era um dos objetivos presentes desde o início do projeto interdisciplinar pensado por Horkheimer: uma teoria que fosse indissociável da prática e que reverbera nos estudos sobre o preconceito a partir do conhecimento científico dos fatores predominantemente antidemocráticos e de seu potencial de formação e ação com a finalidade de propor alternativas por vias democráticas. A rigor, “pressupõe-se que o conhecimento sobre a natureza e a abrangência dos potenciais antidemocráticos indicará programas para a ação democrática” (Adorno *et. al.*, 2019b, p. 89).

No mais, percebe-se uma estreita correlação dos achados de “*The Authoritarian Personality*”, a experiência empírica e os dados obtidos em “*Studien über Autorität und*

Familie" e as pesquisas realizadas entre os trabalhadores alemães nos Estados Unidos. Jay (2008) ressalta que Adorno, ao retratar a "síndrome autoritária", reporta ao caráter sadomasoquista de Fromm e se utiliza de Freud e dos conceitos de Complexo de Édipo para explicitar as suas origens. À medida que uma situação edipiana mal resolvida ocorre, gera-se uma agressividade contra o pai, resultando em obediência masoquista e hostilidade sádica deslocada. Dessa forma, o nexos entre essa explicação psicológica com a interpretação sociológica é realizada a partir da teoria de Horkheimer de que, a repressão social externa é condição paralela ao recalque de pulsões internas, e que para haver a internalização do controle social é necessário uma atitude para com a autoridade e o superego, enquanto sua instância psicológica, de modo irracional (Jay, 2008). Portanto, para Adorno, essa era uma síndrome presente extensivamente na baixa classe média da Europa e dos Estados Unidos entre indivíduos cujo status real diferia do que realmente aspiravam.

Conforme constata Schargel (2022), "*The Authoritarian Personality*" lança luz sobre duas premissas básicas: (I) a de que o fascismo não é um fenômeno exclusivo da Alemanha e (II) que existem estruturas sociais e psicológicas que favorecem sua ascensão. Com efeito, o estudo na tentativa de investigar as origens do racismo, do antissemitismo e do fascismo revela algo até então não apresentado: que o fenômeno fascista extrapola os limites geográficos alemães, não sendo um episódio particular e restrito à Alemanha, constatado assim pela "*The Authoritarian Personality*", ainda em 1944. A contribuição da pesquisa reside em apontar a existência de uma fascismo em potencial presente nos indivíduos, que diz de uma estado de prontidão que, frente a estímulos antidemocráticos – a propaganda fascista –, tem seu despertar acionado; além disso, o estudo de modo surpreendente pôs à vista o fato de que nenhuma sociedade está imune ao fascismo, nem mesmo em contextos democraticamente constituídos como a sociedade americana, de forma que "em plena Segunda Guerra Mundial, o fascismo não era um episódio isolado, mas estava presente de forma latente em amostras da população norte-americana da época" (Costa, 2019a, p. 14). É

preciso observar no estudo o dissenso existente entre os altos pontuadores nas escalas temáticas⁹ e suas tentativas de manter o verniz democrático, entre os que relativizam o holocausto ao mesmo tempo em que se firmam como defensores da democracia ou como acusam minorias de atacá-la (Schargel, 2022). Nesse aspecto consiste a dificuldade de pesquisas sobre o autoritarismo com métodos diretivos, visto que o estudo demonstrou que a personalidade autoritária é um traço latente presente, ainda que em momentos históricos ordeiros. Schargel (2022) apresenta uma pesquisa do Latinobarómetro¹⁰ onde encontrou no Brasil, em 2018, 60% da população contra ou indiferente à democracia. Ainda de acordo com o autor, testes qui-quadrados confirmaram uma combinação entre essa rejeição e um medo do futuro econômico. Por isso Adorno *et. al* (2019) argumentava a profunda relação que o autoritarismo mantém com o clima cultural geral do modo capitalista de organização socioeconômica, somada à propaganda fascista, o ressentimento e o medo de crises como afetos centrais mobilizados pelo fascismo tanto na Alemanha nazista, quanto no Brasil contemporâneo.

Adorno, Freud e a Psicanálise de adesão ao fascismo

Tratamos de discutir as apropriações de categorias psicanalíticas feitas por Adorno para empreender sua crítica social, isto é, o recurso à utilização da psicanálise freudiana como aporte teórico-reflexivo na condução da construção de sua análise e relação com a teoria da sociedade. Para Gomide (2011), a tomada dos pressupostos psicanalíticos pelos pensadores frankfurtianos contribuiu para a reflexão sobre a modernidade e seus modos de organização social, para pensar o indivíduo e sua adesão à diferentes estruturas ideológicas políticas e para pensar sua inserção em fenômenos de massa no século XX. Cabe lembrar que o

⁹As escalas temáticas que compunham a escala F eram escalas de opinião e atitude que diziam respeito a considerações ideológicas como: Antissemitismo (AS), Etnocentrismo (E), Conservadorismo Político-Econômico (PEC) (Adorno et al, 2019b).

¹⁰Latinobarómetro. Latinobarómetro 2018: banco de dados. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 13 nov. 2022.

pioneirismo na tarefa de unir Freud ao Marxismo nas pesquisas interdisciplinares realizadas pelo Instituto de Pesquisa Social ficou a cargo de Erich Fromm, ainda na década de 30. Fromm buscava integrar a Psicanálise ao materialismo histórico objetivando analisar sobretudo a estreita relação que existia entre as transformações socioeconômicas e a dinâmica psíquica dos sujeitos. Como antecipamos anteriormente, Fromm recebe duras críticas quanto ao seu revisionismo psicanalítico e materialista – particularmente não agradando Horkheimer e tampouco Adorno e Marcuse – visto que suas análises desvencilhavam-se do teor crítico proposto; fato esse que corroborou para Fromm¹¹ afastar-se do Instituto, em 1939, de Freud e dos demais membros. A saída de Fromm coincide com a entrada enfática de Adorno nas questões que envolvem Freud, a Psicanálise e a Teoria Crítica da Sociedade e ficará patente a presença da Psicanálise em grande parte de suas obras¹². Fica evidente que, tanto Freud quanto a Psicanálise, tornaram-se pilares fundamentais sobre o qual o programa interdisciplinar pensado para a Teoria Crítica da sociedade foi desenvolvido.

Encontra-se situado nos pressupostos psicanalíticos suas análises sobre a cultura contemporânea, a sociedade e a busca por uma compreensão histórica da conflitiva relação entre sujeito e cultura. Destarte, a Psicanálise se apresenta de extrema relevância para a Teoria Crítica de Adorno, utilizada enquanto importante ferramenta de análise de fenômenos profundamente marcantes no século XX como os grandes movimentos de massa característicos pela irracionalidade presente em sua estrutura. Podemos citar desde a constituição das personalidades autoritárias e sua predisposição fascista, os elementos presentes no antisemitismo potencialmente incritos em nossa cultura e os efeitos objetivos e

¹¹Sobre o afastamento de Erich Fromm do Instituto de Pesquisa muito se questiona sobre os reais motivos que o levaram a desligar-se totalmente do grupo. A tese mais difundida é a da divergência em seu revisionismo Freud-Marxista que não agradara aos outros membros, mas há também quem defenda a ideia das diferenças pessoais entre os mesmos ou ainda questões financeiras como decisivas em sua ruptura com o Instituto. Para mais detalhes consultar Jay (2008, p. 142-155).

¹²A presença da Psicanálise nas obras adornianas já se mostrava de modo antecipado desde sua tese de doutoramento, em 1927, intitulada “*O conceito de Inconsciente na doutrina transcendental da Alma*”, rejeitada, no entanto, por seu orientador, Hans Cornelius. Em sua tese, Adorno dedicava-se ao estudo da Psicanálise, a abordagem de Freud sobre o inconsciente e o método por ele utilizado, sendo publicada somente anos depois sob o título “*Escritos Reunidos*”.

subjetivos a âmbito psíquico e social da indústria cultural conforme veremos a seguir. Não só Adorno, mas junto a Horkheimer e Marcuse, os autores fornecem um panorama da condição dos sujeitos dada as implicações do capitalismo tardio¹³ e inseridos em uma ordem social administrada e totalitária.

Antunes (2012) destaca que a necessidade de complementar a Teoria Crítica com a Psicologia Social psicanaliticamente orientada surgiu mediante o questionamento dos motivos que levavam as pessoas a deixar se convencer por propagandas falsas, ou ainda, se haveria nelas mesmas elementos que as tornavam aptas a acatar mensagens opostas aos seus pressupostos de classe e sua realidade objetiva. Ao assumir a direção do Instituto, uma das preocupações iniciais de Horkheimer era a de buscar compreender a natureza e as condições objetivas dos movimentos de massa, deixando de lado explicações universalizantes e leis gerais que, reduzidas a meras descrições dos fenômenos, não davam conta de esclarecer as contradições presentes nesses fenômenos, isto é, entre as circunstâncias objetivas e o caráter irracional nele presente. É precisamente o que Adorno buscava investigar. Ele buscou identificar quais as forças e condições subjetivas presentes na irracionalidade nos movimentos de massa e encontra, na Psicanálise, essa possibilidade quando afirma ser a mesma “a única que investiga seriamente as condições subjetivas da irracionalidade objetiva” (Adorno, 2015, p. 72).

No entanto, a relação estabelecida por Adorno com a Psicanálise não é de todo modo harmônica e conciliadora. Em diversos momentos o autor critica Freud e discorda de alguns de seus pressupostos teóricos, optando mais por uma interpretação dialética e focada nos elementos de contradição do que em análises categóricas da teoria freudiana. Adorno constrói sua crítica social a partir de uma leitura dialética e complexa da Psicanálise. Ao buscar compreender os fenômenos sociais que implicam em desumanização dos sujeitos – como o

¹³O conceito de capitalismo tardio na obra de Adorno visava a análise política e econômica do fascismo e está melhor explicitada em uma fala no XVI Congresso dos Sociólogos Alemães denominada de —Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial? (1968/1986).

fascismo e suas formas totalitárias encontradas, igualmente, nas denominadas sociedades democráticas – a análise da teoria social deve observar a configuração dos sujeitos inseridos e participantes desses fenômenos, conforme posto por Gomide (2011). Ainda de acordo com Gomide (2011), Adorno compartilha do pressuposto psicanalítico acerca do particular individual retratado por Freud. Nele, estaria a via de compreensão e de acesso aos determinantes sociais que atravessam os sujeitos, uma vez que a irracionalidade do sistema manifesta-se na psicologia do sujeito, ainda que este não tenha plena consciência desse processo.

Para Adorno, que compreende os sujeitos como mônadas, o indivíduo representa o todo, traz inscrito em si a substância do coletivo e suas contradições. Nos sujeitos encontraremos ranhuras que nos permitem a observação dos conflitos inconscientes, é na psicologia dos sujeitos que se localiza os conflitos sociais e nelas reproduzem-se. Para além das alterações comportamentais, os fenômenos sociais afetam também a psicodinâmica dos sujeitos e sua subjetividade. Sua total adaptação à realidade social envolve processos de alienação e de reificação, “o sujeito se torna uma maquinaria da reprodução social que se sedimenta, inclusive, em sua constituição psíquica” (Antunes, 2012, p.163). É a realidade do todo que forma o singular. Logo, a adesão à ideologias de forma acrítica acontece de modo operante, com os sujeitos engajados ativamente, ainda que de modo irracional. Adorno ao se referir sobre o fascismo elucida de que modo esse processo ocorre quando afirma que:

O fascismo, para ter sucesso como movimento político, deve ter uma base de massa. Ele deve assegurar não apenas uma submissão medrosa, mas também uma cooperação ativa, da maioria do povo [...]. Por que as pessoas se deixam enganar tão facilmente? Porque – tudo indica – isso corresponde à sua estrutura de caráter, porque antigas expectativas, nostalgias, medos e inquietações tornam as pessoas receptivas a certas convicções e resistentes a outras (Adorno, 1989 como citado em Antunes, 2012, p. 163-164).

Assim, ao apropriar-se das categorias psicanalíticas, Adorno tinha como objetivo desvendar os aspectos subjetivos por trás da concordância cega dos sujeitos em submeter-se a forças irracionais que se mostravam expressamente opostas aos seus próprios interesses. Ele pretendia compreender como esses homens poderiam optar por sua própria dominação, no caso de movimentos de ordem fascistas. Desse modo, os pressupostos psicanalíticos inserem-se no pensamento de Adorno desde sua abordagem sobre o fenômeno fascista – temática que atravessa grande parte de seus trabalhos –, sobre os movimentos de massa contemporâneos que compõem as chamadas sociedades tecnicamente administradas, suas elaborações sobre o antissemitismo e a formação da personalidade preconceituosa, na dinâmica do capitalismo avançado e os efeitos deste nas formas de socialização e como as transformações históricas do capitalismo reverberam nos modos e nos rumos que as sociedades tomaram.

As elaborações teóricas de Adorno são mais bem conhecidas por seus textos filosóficos, sua crítica social à cultura e a estética e a própria questão do fascismo. Todavia, a Psicanálise atravessa grande parte de suas análises e em diversos outros momentos de suas construções teórico-críticas. Textos como a “*Personalidade Autoritária*”, que visa sobretudo descortinar o fascismo como um fenômeno de massa, já utilizava a Psicanálise como ferramenta analítica, igualmente em “*A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista*” (1951), que se utiliza do conceito de identificação com a figura do líder, conforme Freud elaborou em “*Psicologia das Massas e Análise do Eu*” (1922), em “*Antissemitismo e Propaganda Fascista*” (1946) e “*A Técnica Psicológica nas Conferências de Rádio de Mathin Luther Thomas*” (1950). As proposições da psicanálise freudiana também irão aparecer com bastante ênfase em “*Dialética do Esclarecimento*”, especialmente o uso do conceito de projeção que fornecerá subsídios analíticos no exame das pulsões presentes no fascismo e o capítulo sobre o antissemitismo construído em um direto e intenso diálogo com

as proposições freudianas.

Em “*Mínima Moralia*”, Adorno toma a Psicanálise como objeto de análise, discutindo seus pressupostos epistemológicos e éticos, e ainda o lugar na função social que vinha exercendo. Na palestra “*Psicanálise Revisada*” (1952), critica os psicanalistas revisionistas, particularmente Karen Horney e Erich Fromm, pela vulgarização do conhecimento psicanalítico para a população geral sem o devido comprometimento com o pensamento crítico, voltado apenas à mera reprodução de conceitos aplicados trivialmente à vida comum sem o devido teor crítico e com o tenro esvaziamento conceitual (Freitas, 2016).

Por sua vez, Adorno desloca suas análises em busca de compreender as condições objetivas que funcionam como sedimentos para uma retórica autoritária. Assim, para além das pulsões inerentes ao fascismo, Bueno (2022) destaca que o entendimento dos processos de vulnerabilização emocional dos sujeitos nas sociedades democráticas, a postura preconceituosa e agressiva em relação às minorias e o caráter discriminativo presente na dimensão fascista, foi objeto de análise por Adorno utilizando-se de categorias teóricas da psicanálise freudiana, de modo particular, os conceitos de *unheimlich* e o de narcisismo das pequenas diferenças. A discriminação projetiva em relação ao outro é melhor compreendida dentro da mecânica fascista quando em função dos referidos conceitos, sobretudo o *unheimlich*, que é de base projetiva.

No entanto, em que finalmente consiste o conceito de *unheimlich* e por quais razões é importante sua abordagem dentro da teoria crítica adorniana? Inicialmente, *unheimlich* é um conceito que envolve o processo de estranhamento de algo até então familiar e pertencente a si mesmo, tornando-se estranho e distante e projetado para fora. Refere-se a um processo de desassociação de elementos que antes eram de natureza interna, parte de si mesmo, mas que são projetados ao exterior. O conceito é citado em “*Dialética do Esclarecimento*” quando Adorno e Horkheimer (1985) argumentam que:

No modo de produção burguês a indelével herança mimética de toda práxis é

abandonada ao esquecimento. Os homens obcecados pela civilização só se apercebem de seus próprios traços miméticos, que se tornaram tabus, em certos gestos e comportamentos que encontram nos outros e que se destacam em seu mundo racionalizado como resíduos isolados e traços rudimentares verdadeiramente vergonhosos. O que se repele por sua estranheza é, na verdade, demasiado familiar. São os gestos contagiosos dos contatos diretos reprimidos pela civilização: tocar, aconchegar-se, aplacar, induzir (p. 150).

No referido trecho, os autores discorrem sobre o processo de exteriorização no outro daquilo que é insuportável em si mesmo, isto é, os efeitos da mimesis sobre a experiência corpórea. O conceito foi tomado de empréstimo de Freud para caracterizar um processo em que determinado conteúdo foi reprimido, mas que retornou como projeção ao exterior, por essa razão a familiaridade com o que foi reprimido.

Freud (2010a) dedicou-se ao estudo etimológico da palavra *unheimlich* constatando seu caráter contraditório, posto que *unheimlich*, traduzido como estranho e/ou familiar, corresponde com seu oposto *heimlich*, traduzido como íntimo e familiar, chegando a uma tradução um tanto quanto imprecisa e de difícil estabelecimento. Para elaborar a teoria sobre o *unheimlich* - ou o infamiliar, Freud (2010a) utilizou-se do conto “O Homem de Areia”¹⁴, de Ernst Theodor Amadeus Hoffmann. Para Freud (2010a), o infamiliar aparece como efeito do reaparecimento daquilo que outrora foi familiar e conhecido. E o que confere ao infamiliar angústia e terror diz respeito ao fato da repetição reavivar algum tipo de conteúdo outrora reprimido e superado que retorna violentamente. Nesse sentido, a repetição traz drasticamente elementos, que não são novos ou diferentes, mas cujo significado recalcado reaparece e provocam os sentimentos referentes ao *unheimlich*, isto é, a angústia, a repulsa e

¹⁴Na fábula, Nathaniel sofre com a presença perturbadora de Coppelius, um advogado repulsivo que ele associa ao lendário "Homem de Areia", uma figura que era capaz de ferir crianças jogando areia em seus olhos. O primeiro trauma acontece quando Coppelius o visita, marcando o início do problema. Mais tarde, quando o pai de Nathaniel morre em circunstâncias suspeitas após outra aparição de Coppelius, o advogado desaparece misteriosamente. Anos depois, já em outra cidade, Nathaniel revive seus medos ao relacionar o óptico italiano Giuseppe Coppola com o aterrorizante advogado de sua infância. Disponível em: [CONTOS FANTÁSTICOS: O Homem da Areia \(E.T.A. Hoffman\) \(riesenberg.com\)](http://CONTOS FANTÁSTICOS: O Homem da Areia (E.T.A. Hoffman) (riesenberg.com))

medo. Explicitamente, o objeto de rejeição é algo que já pertenceu ao sujeito, que lhe era familiar, mas que fora reprimido, logo, ocultando-se dele. Este conteúdo que escapou ao inconsciente, não sendo admitido pelo sujeito, acaba por ser projetado para o outro, para a alteridade.

Desta maneira, *Unheimlich* pode ser definido como aquilo que estava destinado ao secreto e oculto, mas que mostrou-se ao campo do conhecido e tornou-se estranhamente familiar, “pois esse *unheimlich* não é realmente algo novo ou alheio, mas algo há muito familiar à psique, que apenas o processo de repressão alheou-se dela”. (Freud, 2010, p.360 grifo nosso). Esse processo é inconsciente e ao mesmo tempo ambivalente, conforme destacado por Freud (2010a), e é entendido como essencial sobretudo quando Adorno discute fascismo em “*Dialética do Esclarecimento*”, pois fornece subsídios teóricos para compreender como conteúdos internos que foram reprimidos, e portanto inconscientes, são mobilizados nos sujeitos quando este depara-se com as diferenças, sejam elas de raça, étnicas, culturais ou sexuais, entre tantas outras. Nesse sentido, tanto Freud quanto Adorno ao se utilizarem do conceito estão tratando, na verdade, da relação com a diferença e a alteridade. Desse modo, Adorno e Horkheimer (1985), apropriam-se do termo para esclarecer como se dá os sentimentos do caráter autoritário em relação à alteridade, em seu contínuo movimento destrutivo da diferença.

Segundo Bueno (2017), os desejos reprimidos carregam uma dimensão ameaçadora que impacta diretamente nas relações dos sujeitos, gerando conflitos internos e angustiantes, que junto ao mecanismo de defesa da projeção, os leva a construir representações distorcidas e prejudiciais acerca dos outros como o estigma e o preconceito. No fascismo, isso ficará em evidência quando se pensa os movimentos segregacionistas, a discriminação e a estigmatização de diferenças, a hostilidade à estrangeiros e a intolerância ao que difere, como o próprio antissemitismo presente no nazismo. É uma estranheza frente à diferença que leva à sua intensa rejeição, impulsionados pela ambivalência de sentimentos e pela dinâmica dos

conteúdos internos reprimidos, formam um cenário de incompreensão e de ausência de afeição ao outro visto como ameaçador.

Desde a segregação dos judeus no nazismo alemão, Adorno e Horkheimer (1985) são enfáticos ao afirmar que a estranheza intolerável presente no antissemitismo pode aplicar-se à outros grupos sociais, populações, contextos e a outras estruturas geopolíticas. A maleabilidade e a flexibilidade presente no conceito de *unheimlich* – estranho familiar – abate-se sobre diferentes vítimas nos mais diversos momentos da história. Presente no mais profundo âmago fascista, o *unheimlich*, para além de seu aspecto psicológico, é também de natureza social e que abarca um amplo espectro de conjunturas e vítimas. Em “*Elementos do Antissemitismo*”, Adorno e Horkheimer (1985) buscaram compreender de que modo o sujeito do esclarecimento mostrou-se de forma tão hostil e violenta face à diferença.

Para tanto, Freud, ao estudar o fenômeno do estranho familiar, dedicou-se à análise daquilo que caracterizou de “narcisismo das pequenas diferenças” e que fora igualmente tomado por Adorno em suas análises para compreender o fascismo. Em Freud, a natureza humana de possuir dificuldades de lidar com as diferenças diz respeito à relação entre pulsões de vida e pulsões de morte. Em sua linha de pensamento, grupos sociais próximos possuem uma tendência em hostilizar o que vem de fora, o estrangeiro e outras coletividades, e de estabelecerem forte senso de comunidade entre si. Freud explica que há uma tendência em maximizar pequenas diferenças em relação à comunidades próximas a determinado grupo social, gerando uma estrangeiridade negativa, como nomeia Bueno (2017), fazendo com que as pulsões agressivas sejam direcionadas a esses grupos. Nesse processo descrito o mecanismo projetivo é coletivo. A comunidade adjacente carrega então a marca do estranho, do diferente, será aquela para qual a agressividade fluirá em direção, ao passo em que aumenta a coesão e os laços da comunidade interna. Isso explica a relação contrastante entre o *in-group* (coletivo fascista) e os *out-group* (não pertencentes ao coletivo fascista) posto por Adorno. Nessa relação, há um senso de solidariedade grupal e de identificação emocional

entre os integrantes do *in-group* motivado sobretudo pela canalização agressiva e hostil das pulsões ao *out-group*, criando-se assim o inimigo a ser combatido. Todavia, a irmandade fascista não sustenta-se com base em uma fraternidade genuína entre seus membros, visto que sua coesão grupal é nutrida apenas pela manifestação hostil dirigida ao inimigo imaginário (Bueno, 2022). Nesse sentido, adotando uma leitura profundamente influenciada por Freud, “Adorno analisa o fascismo como formação grupal potencialmente produtora de delírios coletivos de estigmatização da diferença baseados em oposições grupais construídas mediante a depreciação sistemática do *unheimlich*” (Bueno, 2017, p.494). É a partir desses dois conceitos, *unheimlich* e de narcisismo das pequenas diferenças, que compreendemos como o fascismo é um fenômeno projetivo, grupal e de massa.

Em outras palavras, fica evidente o aspecto patológico presente no mecanismo da projeção naquilo que Adorno, orientado por Freud, fez uso para estabelecer o nexo entre o preconceito presente no fascismo e a resistência projetiva com a diferença, junto à dificuldade de compreender aquilo que lhes parece estranho e familiar. De forma que a superação dessa contradição é premissa basilar para o enfrentamento do fascismo. Cabe frisar, portanto, como o conceito de *unheimlich* é indispensavelmente relevante para que se compreenda o caráter projetivo na discriminação fascista. No *unheimlich* concentra-se todo o sentimento de horror, de incômodo e de temor na estranheza com o diferente, ainda que isso seja intrinsecamente familiar ao sujeito. Na personalidade autoritária, conforme observação, essa projeção patológica responsável por mobilizar conteúdos reprimidos sustentará condutas agressivas, segregacionistas e hostis à diferenças étnicas, religiosas, sexuais, de gênero e de nacionalidades na síndrome fascista (Bueno, 2022). De modo geral, no antissemitismo, na personalidade autoritária e nos estudos sobre o preconceito realizados pelos teóricos frankfurtianos, se esclarece o elo que une a questão do estigma e do preconceito ao fascismo. Portanto, o racismo, a xenofobia, o sexismo e toda forma de intolerância denunciam conteúdos emocionais projetivos e conflitivos dos quais o sujeito, inconsciente dos mesmos,

age de modo a ser incapaz de lidar com o outro e com a sua diferença, conforme discutido nas seções anteriores sobre a relação entre o preconceito e fascismo, a personalidade autoritária e a síndrome fascista.

Desse modo, o fascismo pode ser compreendido como um delírio coletivo, pois 1) envolve projeções emocionais e 2) porque envolve práticas de discriminação e segregação socialmente difundidas (Bueno, 2022). Uma vez que nas sociedades de massa são amplamente naturalizadas práticas excludentes e discriminatórias, torna-se complexa a tarefa de eliminá-lo. O fascismo sendo um delírio coletivo, identifica-se com a normalidade no sentido de sua naturalidade, visto que para muitos é natural e até “normal” ser racista, homofóbico, machista, o que dificulta a compreensão como um problema a ser superado (Bueno, 2022). Pensemos como a problemática torna-se mais complexa quando se pensa em sociedades historicamente autoritárias e democraticamente frágeis como a realidade brasileira. O caso brasileiro fornece excelente laboratório de análise, visto que possuímos estruturas sociais e culturais voltadas para uma lógica rigidamente hierarquizada e verticalizada que servem não mais do que para a manutenção fascista. Em nosso contexto, destilar ódio e preconceito é encarado desde uma simples “é minha opinião”, “é apenas uma brincadeira”, até mesmo a minimização histórica dos impactos da exclusão e da desigualdade social taxando-as de “mimimi”. Naturaliza-se o preconceito, a exclusão e, conseqüentemente, o fascismo. No Brasil, o Outro, sujeito da diferença a quem é direcionado toda a agressividade projetiva presente no *unheimlich*, que pode ser o negro, o pobre, o nordestino, a mulher, a população LGBT até o morador de rua. Isto é, elementos de natureza histórica, social, colonial, e não apenas de projeção emocional, compõem a atmosfera fascista no Brasil ampliando diferenças e aprofundando a gravidade da questão enquanto um problema social crítico.

É importante salientar que Adorno, ainda que orientado pelas categorias freudianas, não restringiu-se à análise e a crítica do fascismo detendo-se apenas aos aspectos

psicológicos neles presentes. Adorno compreende que o fascismo não deve ser pensado apenas em termos psicológicos ou apenas em termos sociais, psicologizando os determinantes sociais, tampouco sociologizando os fenômenos psíquicos. Mas pensar a problemática em meio às contradições, na relação sujeito e cultura contemporânea, dado que deter-se à categorias eminentemente psicológicas pouco contribui para o entendimento do fascismo nas sociedades administradas e de massa. Assim como, quem dedica-se a pensar o fascismo no contexto brasileiro, não deve ignorar os aspectos idiossincráticos de natureza social e culturalmente relevantes que auxiliam na compreensão da permanência fascista expressiva no Brasil. É precisamente nesse entrecruzamento entre fatores projetivo-emocionais e fatores histórico-sociais que compreendemos o motivo pelo qual ainda se discute fascismo. Não custa lembrar como configura-se o funcionamento social da sociedade brasileira nas palavras de Marilena Chauí:

A sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas entre um superior que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como um sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem alteridade (Chauí, 2000, p.89).

Seguindo a perspectiva de pensar o fascismo para além do aspecto unicamente psicológico, mas levando-se em consideração os aspectos estruturais e sociais, quando Adorno apropria-se de categorias psicanalíticas para pensar o fascismo, ele não somente o faz restringindo-se à explicações orientadas apenas pelos viés psicológico, pois para ele “as necessidades projetivas em si mesmas refletem condições de reificação social, que tornam as subjetividades coisificadas” (Bueno, 2022, p.15). Em suas análises sobre a relação estabelecida entre Sociologia e Psicologia, Adorno reconhece a cisão existente entre

indivíduo e sociedade, visto que esta mantém sua unificação no fato de não ser unitária, no entanto, o autor argumenta que a cisão entre ambos, sociedade e indivíduo, é falsa consciência quando eterniza em categorias absolutizadas a cisão entre sujeitos e a objetividade que age sobre os homens, mas que provém deles mesmos (Adorno, 2015). Por outro lado, os homens, impedidos de se reconhecerem na sociedade, por esta não reconhecer a si mesma, terminam em estado de completa alienação entre si e em relação ao todo, não alcançando realização dentro dela e limitando-se a relações sociais objetificadas (Adorno, 2015). A falsa consciência não é de todo errada, pois vida interna e externa mostram-se cindidas, contudo, Adorno esforçar-se em desfazer a noção difundida em termos metodológicos e empiristas de separar indivíduo e sociedade, o psicológico do sociológico, isto é, Adorno contrapõe-se e crítica a separação tacitamente construída entre as ciências sociais e as ciências da psique. Para ele, uma Teoria Crítica da Sociedade não pode ignorar as ciências voltadas para o estudo da psique e a separação entre indivíduo e sociedade é abstrata. Eis, nesse sentido, a estreita relação entre Teoria Crítica e a Psicologia Social e a rejeição pela independência da Teoria Crítica em relação às demais ciências sociais, pois isso significaria, em grande medida, afastá-la do objeto particular (indivíduo) que se concretiza no todo (sociedade) e negaria a relação entre objetividade e subjetividade. Em suma, Adorno e Horkheimer constroem sua crítica em relação a dicotomia entre sujeito e sociedade, colocando em pauta seus limites e a necessidade de apreender sociedade e cultura a partir da compreensão de seus processos dinâmicos e históricos. Logo, o estudo dos indivíduos e da sociedade envolve dinâmicas conflitivas e de tensionamento que não devem ser tomados de forma isolada, posto que as dinâmicas psíquicas agem de modo correspondente e intercambiável às dinâmicas sociais.

Freud, que avançou nesse sentido, tratou da relação do indivíduo na relação social, sobretudo da ligação entre cultura e os aspectos constitutivos do indivíduo. Adorno e Horkheimer (1978, p. 20) são categóricos ao afirmarem sua relevante contribuição quando

postulam que:

A moderna psicologia da profundidade enfatizou as conexões atuantes, com bastante clareza, de modo a anular as bases que justificavam os privilégios que a sociologia reivindicara para si como teoria do comportamento dos indivíduos reagrupados, em contraste com a investigação psicológica do indivíduo [...] Em última instância, o mecanismo social e, principalmente, às chamadas ‘formas de socialização’, às quais cada indivíduo é exposto, dependem de processos econômicos, da produção e da permuta, e do estado da técnica.

Desse modo, Adorno e Horkheimer reiteram a relação intrínseca entre os aspectos psíquicos e os aspectos culturais, entre sociedade e indivíduo e a importância do papel da cultura enquanto mediadora frente ao entendimento da dinâmica presente nos processos psíquicos. Se, de acordo com Freud (1980), o processo civilizatório da humanidade exige a regulação das interações sociais para o alcance desse objetivo, e isso se dá a partir das exigências trazidas pela cultura sobre os indivíduos, tem-se então profundas implicações para a constituição psíquica. O processo civilizatório implica necessariamente na submissão às exigências culturais, especialmente no que diz respeito à supressão dos instintos pulsionais e ao abandono de desejos em conflito com a cultura, ou seja, o processo de socialização age invariavelmente sobre as pulsões, negando-as e reprimindo-as. Nesse sentido, para que o processo civilizatório ocorra é necessário a repressão dos desejos e sua pronta interdição. O que faz com que o mal-estar e o sofrimento humano tenham sua origem no conflito entre as pulsões e as demandas impostas pela civilização, isto é, requer a renúncia aos desejos e à satisfação das pulsões.

Em vista do processo civilizatório somente ser possível a partir da regulação das relações sociais entre os homens, esse processo contará com a participação da repressão – conceito relevante dentro da teoria psicanalítica – que faz com que se internalize as normas e regras sociais, requisitos indispensáveis para a vida em sociedade e para a cultura. Portanto, a

compreensão da subjetividade somente será possível quando o indivíduo encontra-se inserido numa perspectiva social e historicamente orientada, posto que, enquanto seres sociais e históricos, somos determinados e constituídos a partir de condições concretas. Adorno e Horkheimer compartilham a concepção freudiana de que o indivíduo, inserido na sociedade burguesa, possui uma relação intrínseca com o aparato social, sendo ambos constituídos e constituintes de uma mesma realidade. Adorno reconfigurou o modo que se compreendia até então a adesão ao autoritarismo e o feito de “abolir a democracia através do apoio das massas contra o princípio democrático” (Adorno, 2015, p. 154).

É preciso ressaltar que Adorno inicia sua análise sobre fascismo e a psicologia das massas possuindo como horizonte norteador o sujeito que desenvolveu-se em meio à uma sociedade liberal burguesa e produto do esclarecimento, portanto, supostamente autônomo e racional. No entanto, esse indivíduo moderno e esclarecido, dotado de razão, contrapõe-se radicalmente aos reais objetivos presentes no fascismo – o desejo por destruição. Assim, o fascismo corresponde a um programa político detendo em seu cerne o caráter irracional e profundamente contrário aos interesses dos sujeitos. Desse modo, considerando que o fascismo não conseguiria conquistar as massas por meio de argumentos racionais, torna-se necessário recorrer a estratégias psicológicas com o objetivo de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. (Adorno, 2015). Na psicologia das massas presente no fascismo, é necessário que se crie propositalmente um ambiente emocional agressivo e irracional de modo a mobilizar uma massa disposta à ação violenta, mesmo que não existam quaisquer fins políticos sensatos.

Logo, se de acordo com Adorno (2015), há uma real incompatibilidade entre os objetivos fascistas e os interesses racionais dos indivíduos, a alternativa possível para seduzir as massas seria o uso da manipulação psicológica e do controle irracional como forma de manter os sujeitos operando dentro da dinâmica fascista e agindo assim contra os seus próprios interesses. Nesse processo, insere-se o papel indispensável do agitador/líder fascista

em transformar o indivíduo em massa, pertencente a uma grande “turba¹⁵” violenta para manipulá-lo, a partir da psicologia das massas e tecnologias de controle. Nesse sentido, dentre os trabalhos voltados para a análise do discurso e da propaganda de agitadores fascistas americanos, temos o livro “*Prophets of deceit*”, traduzido como “Profetas do Engano”, de Leo Löwenthal e Norbert Guterman. Sinteticamente, o método empregado pelos agitadores fascistas é sistemático e uniforme. Os pronunciamentos adotados mostram-se tão semelhantes que analisar um deles é conhecer todos. Os discursos são monótonos e repetitivos, devido ao limitado repertório de ideias e as evidentes limitações cognitivas.

Em diálogo com a Psicologia Social de sua época, em “*Psicologia das Massas e Análise do Eu*” (1922) – escrito muito antes do surgimento do horror fascista alemão – Freud, ainda que alheio à problemática política presente no fascismo, lançou luz sobre as origens e a natureza dos movimentos fascistas de massa utilizando-se de categorias psicológicas. Adorno (1975) concluiu, de acordo com os achados de Freud, que o problema da psicologia de massa está intrinsecamente relacionado com uma forma nova de sofrimento psicológico, característico de uma era que, por razões sociais e econômicas, testemunha a derrocada dos sujeitos e seu subsequente enfraquecimento subjetivo. Freud, ainda que desinteressado ou por quais razões sejam não tenha se debruçado sobre as questões relacionadas às transformações sociais, tomou o indivíduo como mônada para suas análises a ponto de concluir que a existência de traços que denunciam uma profunda crise no sujeito e no seu desejo de lançar-se à irracionalidade das forças coletivas.

Portanto, para Freud (2023), interessava a resposta à seguinte questão: o que mantém determinada massa coesa? Isto é, o que converte as massas em massas?

Importava-lhe saber qual o vínculo que, uma vez presente, transformava uma multidão em

¹⁵O termo “incitador da turba”, encontrado em “*Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*” de Adorno (2015), embora se tratando de um termo pejorativo para referir-se a uma massa de pessoas com comportamento agitado e violento, é utilizado por Adorno para caracterizar de que modo se manifesta a agressividade e a irracionalidade nessa multidão objetivamente impulsionados pelo agitador fascista. É transformar multidões desordenadas e sistematicamente programadas à violência sem a presença de qualquer propósito ou razoabilidade política.

massa, ou melhor dizendo, qual o vínculo capaz de fazer com que o indivíduo renunciasse ao Eu para submergir às massas. Inicialmente, Freud (2023) creditava à sugestão o poder de contágio sobre a massa que passaria a agir de acordo com a imitação. As massas estariam, assim, sob a influência da sugestão. O fato é que Freud (2023) posteriormente é levado a concluir que a sugestão e a imitação apenas seriam possíveis mediante vínculo amoroso. Ele reformula sua teoria sobre a sugestão das massas e atribui o laço que une o coletivo às relações libidinais de outra natureza.

Na verdade, a resposta à indagação acerca do vínculo que mantém a coesão da massa terá muitas nuances ao longo da leitura de sua obra, mas adiantamos que para Freud, a resposta pode ser sintetizada em uma única palavra: *Eros* (amor). Não o amor sexual, mas aquele de ordem primitiva, sem objetivos sexuais presentes, entretanto voltado à busca por satisfação. De modo que o investimento libidinal pode ocorrer em direção ao Eu, ao outro e, inclusive, em ideias. Desse modo, para compreender os mecanismos dinâmicos de funcionamento da massa, Freud (2023) utilizou-se de alguns conceitos de sua teoria como identificação, regressão, idealização, circuitos de investimento libidinal e recalque. Em “*Psicologia das Massas e Análise do Eu*”, Freud visa discorrer sobre os mecanismos de formação dos grupos, a submissão cega às massas e a um líder e a intolerância ao diferente.

Segundo Freud, o problema da psicologia de massa está intrinsecamente ligado a um novo tipo de aflição psicológica, bastante característico da época, que testemunha o declínio do indivíduo e sua subsequente fragilidade devido a razões socioeconômicas (Renzo, 2018). Cabe frisar, ainda que Freud não tenha detido-se às transformações sociais da época de modo objetivo, tomou o indivíduo a partir do conceito de mônada, como mencionado anteriormente, e acessou seus conflitos e crises, bem como seu desejo irracional em submeter-se às instâncias coletivas externas transformando-se em massa. Precisamente, Freud buscou conhecer os mecanismos psicológicos por trás do modo como os indivíduos abandonam sua condição de indivíduos para transformarem-se em “turba”.

Freud, influenciado por Gustave Le Bon, partilha do modo como este caracteriza a massa em sua obra “*Psicologia das Multidões*”¹⁶, definindo-as de modo geral como desindividualizadas – remetendo-se ao processo de desindividualização – prevalentemente irracionais, sugestionáveis, inclinadas à ação violenta e regressivas. Para Renzo (2018), o que irá diferenciar Freud de Le Bon será a ausência de desprezo em Freud em relação às massas, o que o fará buscar compreender como as massas se transformam terminantemente em massas. Para Freud, explicações que partem da ideia de instintos sociais ou comportamento de rebanho pouco contribuem para explicar as razões pelas quais indivíduos modernos são levados a aderir a comportamentos que contrapõe-se ao seu nível de racionalidade e à fase da civilização esclarecida e tecnológica em que se encontram. A grande questão, para ele, era entender como os indivíduos deixam de ser indivíduos para se tornarem massa.

Partindo das teses de Gustave Le Bon e William McDougall¹⁷, Freud lança o argumento de que o homem é um animal de horda, possuidor de um instinto gregário natural. Nesse contexto, é necessário que a horda tenha um líder autoconfiante, fortemente narcísico, capaz de minimizar o espírito crítico e maximizar a sugestionabilidade e o contágio das emoções nas massas (Goldenberg, 2015). Adorno (2015) reconhece que além da desindividualização ocorrida na formação da massa e a receptividade à sugestão, sua leitura de Freud permite reconhecer as peculiaridades da massa e os traços arcaicos presentes nela, fazendo com que se observe comportamentos similares àqueles do homem primitivo que compõe a horda primordial¹⁸. Os traços arcaicos da massa podem ser expressos em “potencial

¹⁶Gustave Le Bon foi o fundador da chamada teoria das massas. Nela, postula-se que os grupos exercem profunda e determinante influência sobre os indivíduos através do que ele denominou de hipnose coletiva. As emoções que emanam da massa teriam força contagiosa que agiria sobre os indivíduos provocando a desresponsabilização individual e, assim, adotariam comportamentos e condutas que jamais teriam individualmente.

¹⁷William McDougall foi um psicólogo americano que influenciou o desenvolvimento da teoria dos instintos e da psicologia social. McDougall, antes de Carl Jung, defendia o conceito de “mente de grupo ou coletiva” e observou que a participação do indivíduo em grupo faz com que seus processos mentais incorporem-se aos do grupo reconhecendo que a agressividade, a inconstância e a impulsividade irracional eram aspectos característicos dos fenômenos de massa (Peck Jr, 2023).

¹⁸A hipótese da horda primitiva encontra-se no livro de Freud, *Totem e Tabu* (1913) no qual visa explicar a gênese do social e da cultura. Resumidamente, Freud influenciado pela teoria de Darwin, acreditava que a horda seria o primeiro exemplar de organização social humana e que os homens organizavam-se em pequenas hordas. Cada horda era comandado por um macho forte (pai primitivo) que era senhor e pai de toda

atalho de emoções violentas a ações violentas” (Adorno, 2015, p. 161) demonstrando com isso o processo regressivo que Freud havia mencionado em seus escritos. Essa regressão diz de um retorno a um estágio primitivo de conduta, à horda primeva, e o conseqüente abandono do estágio de esclarecimento a que a civilização teria alcançado. Na verdade, “a formação de massa equivaleria, portanto, a determinado cancelamento dos efeitos civilizatórios do esclarecimento” (Silva, 2020, p. 37). Para Adorno (2015, p. 161, grifo do autor), “aqueles que submergem nas massas não são seres humanos primitivos, mas apresentam atitudes primitivas contraditórias a seu comportamento racional *normal*”. Assim sendo, o retorno a esse comportamento primitivo deve ser “compreendido como o resultado de um *conflito*” (Adorno, 2015, p. 161 grifo do autor), através da “hipótese de um antagonismo entre diversas forças psicológicas” que acontecem nos sujeitos (Adorno, 2015, p. 161) e que auxiliam na elucidação de algumas manifestações da mentalidade fascista.

Assim sendo, para que se compreenda fascismo à luz das categorias adornianas faz-se necessário que nos concentremos nos modos como esse conflito é instrumentalizado para os ideais irracionais e autoritários do fascismo, que não são alcançados via meios racionais, “mas somente através do despertar habilidoso de uma parte da herança arcaica do sujeito” (Adorno, 2015, p. 165). Essa é única forma dos líderes fascistas criarem um contexto emocional agressivo e irracional característico ao fascismo, isto é, explorando sistematicamente e instrumentalizando um conflito psicológico para fins irracionais, questão essa que veremos detalhadamente nos mecanismos da propaganda fascista descritos por Adorno. Parece adequado afirmar que, enquanto “uma rebelião contra a civilização, o fascismo não é simplesmente a recorrência do arcaico, mas sua reprodução na e pela própria

horda exercendo seu poder com extrema violência. Ao menor sinal de ameaça ou rebelião, os filhos homens eram expulsos, castrados ou mortos. Contudo, em algum momento, os filhos que haviam sido expulsos da horda primitiva, retornaram unidos, mataram e devoraram o pai, pondo fim à horda primordial. A refeição totêmica provocava com isso a identificação com aquele pai primordial, modelo temido e invejado, ocasionando assim a repetição, o início da organização social, da interdição, do tabu e do estabelecimento das condutas morais e religiosas. Para maior aproximação com o mito da horda primitiva consultar Freud (1912-1914) - Obras completas volume 11: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos, 2012.

civilização” (Adorno, 2015, p. 162), é uma rebelião contra o resultado dos próprios processos sociais que afeta profundamente a vida dos indivíduos. Neste caso, a Teoria Crítica se ocuparia, então, de desenredar as razões dessa rebelião, entendida também como revolta, que acontece em meio às contradições da sociedade burguesa e suas promessas não cumpridas.

Posteriormente, no contexto do fenômeno de massa, Freud conduziu suas análises em relação aos fatores que mantêm a massa unida e coesa. Em que consiste a liga que mantinha a massa coesa e de que natureza seria o vínculo que os mantinham em unidade, portanto, “se os indivíduos da massa estão ligados numa unidade, tem de haver algo que os une entre si, e este meio de ligação poderia ser justamente o que é característico da massa.” (Freud, 2011, p. 18). E de acordo com a teoria de Freud, o que mantinha o vínculo entre os integrantes seria de natureza libidinal. McDougall, segundo Freud (2010b), afirmara que uma vez em grupo, as emoções dos homens são estimuladas a um nível que dificilmente atingiriam sob outras condições; tornando-se uma experiência prazerosa para os seus membros ao renderem-se tão profundamente às suas paixões e sendo absorvidos no grupo, perdem o senso dos limites de suas individualidades. Freud (2023) compartilha das afirmações de Le Bon quando este explica que o indivíduo transformado em massa e possuindo, assim, alma coletiva, passam a pensar, sentir e agir de modo inteiramente diferente do que se não pertencessem à multidão, isto é, há ideias, sentimentos e ações que só surgem nos indivíduos ligados em massa.

Se para Freud (2023) o vínculo entre líder e seguidor reside na relação amorosa entre ambos, e para explicar isso ele se utilizará de sua teoria da libido, é através das relações afetivas entre seus membros que a massa se constitui. Dessa maneira, para Freud, o vínculo que determina a coesão da massa é inteiramente regido pelo princípio de prazer junto às gratificações reais ou vicárias obtidas pelo pertencimento à massa. Em meio à massa, o indivíduo encontra-se livre das repressões de seus instintos inconscientes. Todavia, para Adorno (2015), que diferente de Freud não pensa a formação da massa pelo ângulo afetivo,

mas pela relação de autoridade, a questão reside em como os mecanismos psicológicos transformam a energia sexual primária em sentimentos que mantêm a massa coesa, uma vez que o vínculo libidinal entre seus membros não é de natureza sexual inibida. Freud (2023) afirmava que as massas eram notavelmente suscetíveis à sugestibilidade. Adorno, por outro lado, discorda de Freud ao questionar a perspectiva deste último de que o vínculo emocional entre o líder e os seguidores é adequado para explicar integralmente o poder da sugestão e o sentimento de apreensão que o líder incute em seus seguidores.

É precisamente nesse aspecto que Adorno diverge de Freud, ou seja, para ele a relação amorosa entre líder e seguidores deve ser excluída ou deslocada para outro campo e que permaneça de tal modo inconsciente e pautada na relação de autoridade. Adorno (2015) é claro em sua afirmativa quando constata que é sinalizador que nas sociedades atuais, suas massas fascistas integradas apresentem em si a completa exclusão de qualquer referência ao amor; o próprio Hitler recusou-se ao papel de pai amoroso, substituindo-o pelo seu correspondente oposto, o da autoridade ameaçadora, fazendo com que o conceito de amor se deslocasse para a abstrata noção de *Alemanha*. Novamente, essa “relação amorosa”, segundo Adorno (2015, p. 163), deve permanecer a nível inconsciente, “de modo a desviar suas manifestações de uma forma adequada a fins políticos”, princípio fundamental das lideranças fascistas. Na realidade, o “amor” que não foi totalmente inibido deve ser recalçado e transformado em obediência, até porque no conteúdo da ideologia facisita não há sequer o que possa ser amado. Logo, no fascismo, a relação de amor entre líder e seguidores é transformada em obediência, onde em certa medida esse amor é deslocado para um comportamento de total submissão à autoridade. Nesse caso, o padrão libidinal do fascismo, tal como aponta Adorno (2015), bem como toda a técnica dos demagogos fascistas, serão autoritários. A ênfase dada ao caráter autoritário do fascismo possui estreita relação com a massa e a horda primordial conforme já destacamos, “correspondendo a um estado de regressão a uma atividade psíquica primitiva” (Freud, 2023, p. 130).

Adorno destaca que o fascismo, enquanto fenômeno destrutivo e irracional, envolve intrinsecamente um movimento de massas carregado de violência, propositadamente estimulado por uma atmosfera de turba. A violência manifestada pela massa, para Adorno (2015), é a mesma encontrada e descrita por Freud na horda primeva: o elemento primitivo da horda seria a incivilidade, a irracionalidade e a falta de compreensão em relação a um estágio histórico de esclarecimento, assim como todo comportamento ilógico e primitivamente violento presente na horda e nas massas fascistas. Freud (2023) já antecipara que o agitador fascista obtém êxito em manipular a psicologia do indivíduo com o objetivo de reproduzir comportamentos primitivos e incivilizados. Enquanto Adorno (2015) avança na compreensão de que o fascismo, para além da manipulação da psicologia individual, aproveita-se de tendências psicológicas voltadas ao fascismo, mobilizando aspectos arcaicos e primitivos nos indivíduos, movendo-os a seus objetivos políticos.

Portanto, em Adorno (2015) alcançamos o entendimento de como os indivíduos são levados a uma regressão que os coloca como meros membros de um grupo. É despertado “no sujeito uma parte de sua herança arcaica, que também foi submissa aos pais [...]. Foi desperta a representação de uma personalidade onipresente e perigosa” (Adorno, 2015, p. 164), revivendo uma experiência individual e de caráter subjugadamente masoquista. Esse episódio possui ligação com a relação mantida entre o indivíduo com o pai da horda primitiva, visto que “o líder do grupo é ainda sempre o pai primitivo temido; o grupo será sempre dominado por uma violência ilimitada, demandando autoridade em alto grau e tendo sede por submissão” (Adorno, 2015, p. 164). Convém ressaltar que a relação amorosa entre líder e seguidor baseia-se na relação objetal na qual os indivíduos colocam o objeto – a figura do líder – no lugar de ideal de eu. Deste modo, o pai primitivo é o ideal de grupo que domina o eu, ao invés de um ideal de eu em si, e que só é alcançado “através do despertar habilidoso de uma parte da herança arcaica do sujeito” (Adorno, 2015, p. 165).

Com efeito, tanto a natureza quanto o conteúdo da propaganda fascista são

psicológicos por conta de seus objetivos irracionais e de caráter autoritário, inacessíveis à razão. Da mesma forma que a agitação fascista se fundamenta na figura do líder, seja ele líder ativo ou apenas representante dos interesses do grupo, a representação psicológica do líder é suficiente para reavivar a ideia do pai primitivo todo-poderoso e ameaçador. O imaginário do pai todo-poderoso é recebido dentro de um grupo tornando-se o verdadeiro “eu do grupo” engendrando atitudes passivamente masoquistas levando o seguidor fascista a um comportamento político escancaradamente irreconciliável com seus interesses racionais enquanto indivíduo privado, com o grupo ou classe à qual pertence¹⁹. Dessa forma, para que esse mecanismo ocorra é necessário que aconteça um processo de *identificação* que fará com que os sujeitos assumam uma tendência regressiva tornando-se meros membros de um grupo – a horda primitiva – e adotando uma postura frente ao pai da horda, ou a figura do líder, de modo passivo-masoquista, de submissão e sujeição ou total obediência, de maneira que a irracionalidade produzida no seguidor fascista parte de “uma convicção não baseada em percepção e raciocínio, mas em vínculo erótico” (Adorno, 2015, p. 166). Em suma, a libido só é transformada em vínculo entre líder e seguidor através do processo de *identificação*.

Sobre a identificação na mentalidade e propaganda fascista é necessário algumas considerações. Adorno (2015) observou que o líder fascista não carrega em si a imagem da figura paterna com ares de bondade e afeto genuíno e que a *identificação* representa o vínculo afetivo mais antigo a que se tem conhecimento, desempenhando papel de relevância, inclusive, dentro da teoria do complexo de Édipo. Adorno apenas convalida algo que Freud (2023, p. 28) já tinha dado relevo em seus trabalhos, segundo o qual “a identificação é a forma mais elementar de ligação afetiva com o objeto”.

Adorno compreende que o componente de *identificação* presente no processo

¹⁹Adorno (2015) descreve um caráter masoquista presente no seguidor fascista que, invariavelmente, segue acompanhado de impulsos sádicos e que encontra-se estreitamente ligado aos postulados de Freud sobre o complexo de Édipo. Assim sendo, “uma vez que a integração fascista dos indivíduos nas massas os satisfaz somente de forma vicária, seu ressentimento contra as frustrações da civilização sobrevive, mas é canalizado para se tornar compatível com os objetivos do líder; funde-se psicologicamente com a submissão autoritária” (Adorno, 2015, p. 166).

edipiano faz com que se separe a imagem do líder como pai primitivo todo poderoso da imagem paterna que se tem atualmente. Outrossim, há no processo de *identificação* um elemento primitivamente narcísico que corresponde ao ato de devorar. Isto é, segundo Adorno (2015), o ato de devorar transforma o objeto amado em uma parte de si mesmo, o que fornece indícios de que o líder fascista parece ser o engrandecimento da personalidade do próprio sujeito, melhor dizendo, uma projeção coletiva de si mesmo. O indivíduo projeta a imagem de si na figura do líder, mas não uma imagem realística, é uma projeção engrandecida da própria personalidade. De modo que, ao olhar para a figura do líder, o indivíduo enxerga uma imagem de si idealizada. O líder, que na teoria de Freud representa o pai da horda primeva acompanhado de toda onipotência e autoridade, é o retrato da própria imagem que o sujeito imagina de si. A esse processo, Adorno (2015) caracterizou como *identificação narcísica*, no qual o indivíduo toma a imagem do líder como ideal de eu, desfazendo-se da angústia causada pela frustração frente às deformações da imagem do próprio eu.

Prosseguindo à ideia, na teoria freudiana, o papel desempenhado pelo narcisismo no interior da identificação na formação da massa fascista é descrito por Freud como *idealização*. Para compreendermos a formação da massa fascista a partir de Adorno é necessário que retornemos à forma como o autor pensa a dinâmica psíquica desse indivíduo. A disposição ao fascismo requer que pensemos a existência de uma certa “tendência” no interior do indivíduo que o faz aberto à ideologia fascista. Assim sendo, para Adorno (2015), no indivíduo abrigaria-se um "eu" interno próprio que atuaria como uma fonte criadora de demandas, às quais ele se sentiria compelido a responder de alguma maneira e uma outra instância do eu de caráter racional. Contudo, o indivíduo na tentativa de responder às demandas, falharia nessa tarefa de satisfazer as necessidades do próprio “eu” resultando, desse modo, no conflito entre o desenrolar da falência em atender as demandas do “eu” e as instâncias racionais do indivíduo, o que resultará em *impulsos narcísicos* fortes (Silva, 2020).

Desse conflito entre as exigências por satisfação do “eu” próprio e o recorrente fracasso em atendê-las, terá como resultante os impulsos narcísicos que não só podem ser absorvidos, como serão satisfeitos através do mecanismo de *idealização*. Ocorrerá aqui uma transferência, ainda que parcial, de energia narcísica ao objeto como forma de livrar-se do conflito e amenizar a frustração em relação às demandas do “eu” próprio. No fascismo, isso corresponde à transferência de libido narcísica para a imagem do líder através do processo de identificação, fazendo da imagem do líder seu ideal de eu, e aqui mostra-se o processo de idealização na tentativa de se dispor da frustração proveniente de seu próprio eu. A identificação e a idealização são processos que ocorrem simultaneamente e têm natureza coletiva, mostrando-se bastante efetivos sobre um grande quantitativo de indivíduos com disposições caracterológicas e tendências libidinais equivalentes” (Adorno, 2015). No pensamento de Adorno (2015), a comunidade fascista corresponde precisamente à definição dada por Freud de um grupo, significa pois “um número de indivíduos que colocaram um e o mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu e, conseqüentemente, se identificaram reciprocamente em seu eu” (p. 170).

No âmbito da civilização, Adorno argumenta que há certa contradição entre o processo civilizatório ocorrido nas sociedades modernas que conflita diretamente com aqueles indivíduos com predisposições e tendência ao fascismo. Aqueles que há pouco tratamos de descrever e sob os quais o conflito do eu próprio com o eu racional conflituam ao mesmo tempo em que o indivíduo malogra êxito em atender as demandas por parte do eu próprio. Assume-se que haveria um desalinho entre a instância racional (eu racional) em relação aqueles indivíduos ressentidos e frustrados frente à irracionalidade presente nas sociedades modernas. É a partir desse conflito que Adorno explicará de que modo se dá a personalidade autoritária, ou o caráter autoritário, definido como “o produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna” (2015, p. 184) na qual os homens são tomados, pela propaganda fascista, pelo o que eles de fato se tornaram:

“verdadeiros filhos da cultura de massa padronizada de hoje, em grande parte subtraídos de sua autonomia e espontaneidade” (Adorno, 2015, p. 184). É precisamente sob esse aspecto que podemos observar o ponto nodal em que Adorno articula os aspectos subjetivos, em clara referência às tendências fascistas, aos aspectos objetivos da realidade concreta. Interessa a Adorno identificar quais os vetores sociais que incidem e participam ativamente na constituição da personalidade autoritária e as implicações resultantes desses efeitos.

Todavia, Adorno enfatiza que há outro aspecto dentro da imagem do líder merecedora de atenção. A imagem do líder como pai primitivo ou como “super-homem” não se mostra suficiente para absorver toda a libido narcísica do seguidor, visto que permanecem ligadas ao eu do próprio indivíduo. Para esse propósito, um dos elementos fundamentais na propaganda fascista é o conceito de “*pequeno grande homem*”. Esse conceito, segundo Adorno (2015), baseia-se na ideia de que uma pessoa carrega em si tanto a imagem de onipotência quanto a representação de ser apenas mais um do povo. Em outros termos, “o líder precisa, ao mesmo tempo, operar o milagre de aparecer como uma pessoa mediana, tal como Hitler posava como uma união de King Kong e barbeiro suburbano” (Adorno, 2015, p. 171). É de responsabilidade do conceito de “*ambivalência psicológica*” concretizar esse milagre social do duplo desejo, tanto o desejo do seguidor em submeter-se à autoridade quanto o ser ele mesmo a autoridade (Adorno, 2015). Expõe-se na dinâmica fascista a existência do desejo do seguidor em introjetar em si a natureza opressora do líder quanto a vontade em sujeitar-se à autoridade. Uma relação que oscila entre dominação e servidão coadunados a desejos de caráter sadomasoquista e hierárquicos.

No que se refere ao aspecto hierárquico, este racionaliza distintamente à ambivalência do caráter expressa na célebre fórmula de Hitler, “*Verantwortung nach oben, Autorität nach unten*” (responsabilidade para com os de cima, autoridade para com os de baixo). Adorno (2015) utiliza-se do folclore alemão para ilustrar esse traço de ambivalência do caráter com o termo “*Radfahrernaturen*”, para aqueles que possuem “caráter de ciclista”,

isto é, curvam-se para aqueles acima deles, chutam os que encontram-se abaixo.

Notadamente reflete um princípio há muito conhecido, o desdém dirigido aos que se encontram em posições inferiores e de subserviência para com os de posições superiores. Isso poderia explicar como, no contexto do fascismo, surge a hostilidade em relação àqueles que não fazem parte do coletivo fascista (*out-group*) e contra as minorias em posições sociais vulneráveis.

No mais, para concluir a elucidação do dispositivo básico da propaganda fascista denominado de “*pequeno grande homem*”, esse conceito aliado ao de “*ambivalência psicológica*” do seguidor fascista, estará ligado à clivagem da libido narcísica do indivíduo. No sujeito fascista, uma parte de sua libido será direcionada à imagem do líder na figura do “super-homem”, aquele tudo pode, imbatível, em virtude de seu desejo por autoridade; e a outra parte direciona-se à imagem do líder enquanto “homem-comum”, popular, “um de nós”, em virtude de seu desejo por submissão à autoridade. Em síntese, assim age a força integradora que conserva em unidade a força desse dispositivo, ou como Adorno (2015) prefere chamar de força integradora positiva, porque há o emprego da libido na imagem do líder.

Todavia, para Adorno, nem só de força integradora positiva vive o conglomerado de massa fascista. Ela também se dará de modo negativo. Uma vez que “a libido positiva é completamente investida na imagem do pai primitivo, o líder, e dado que poucos conteúdos positivos estão disponíveis, é necessário encontrar um negativo” (Adorno, 2015, p. 176). Nesse caso, o emprego da libido negativa atuará como uma força integrativa negativa da massa fascista, na qual a libido negativa operará por meio da pulsão de *destrutividade fascista*. Sua manifestação é observada, por exemplo, no impulso de eliminar o *out-group*, de sorte que toda manifestação de agressividade, hostilidade e qualquer ímpeto de ódio contra aqueles que não fazem parte da ideologia fascista, funcionará como força integradora negativa da massa. Utilizando-se do dispositivo “joio e trigo”, é empregado por todos os

demagogos fascistas a cisão entre quem está dentro e quem está fora do campo ideológico fascista e o critério adotado para reconhecimento, segundo Adorno (2015), é o de raça.

Como já ressaltamos, apoiado em Adorno (2015, p. 177, grifo do autor), a hostilidade contra o *out-group* fornece um certo *ganho* narcísico, no sentido de que o “seguidor fascista simplesmente por pertencer ao *in-group*, é melhor, superior e mais puro que aqueles que são excluídos”. Por sua vez, qualquer forma de crítica ou de introspecção é ressentida como perda narcísica e gera uma resposta de fúria (Adorno, 2015). Ora, isso explica o comportamento violento por parte dos fascistas contra críticas dirigidas a si e de rechaço contra qualquer trabalho que envolva reflexão e/ou introspecção em decorrência que ambos os movimentos minam sua satisfação em termos de ganho narcísico e do sentimento de superioridade frente ao objeto de ódio.

Entretanto, Adorno não reconhece que a força integradora entre seguidor e líder e entre os próprios integrantes da massa fascista seja, de fato, genuína ou autêntica. Isso é melhor explicado pelo dispositivo da “*ambivalência psicológica*” e o mecanismo de “*destrutividade fascista*”. Para Adorno (2015), a grande questão reside no fato de que a destrutividade fascista não é endereçada apenas para os membros do *out-group* enquanto agressividade direcionada, mas ela existe igualmente entre os próprios membros da massa fascista, o *in-group*. A coerência grupal é alcançada somente mediante o mecanismo que faz com que a hostilidade interna ao *in-group* seja projetado ao *out-group*, não significando que não exista uma hostilidade interna, embora não possam admitir que haja um desprezo um pelo outro (Adorno, 2015). Dessa maneira, esse desprezo mútuo existente no *in-group* “é expresso por um investimento afetivo completamente negativo nesses animais inferiores (abelhas e formigas) [...] mesclado com o código contra o *out-group* e projetado sobre este último” (Adorno, 2015, p. 179).

Adorno (2015) igualmente explorou dois aspectos de suma importância à propaganda e agitação fascista. A *padronização* dos métodos e a *estereotipia* presente nos

seguidores fascistas. No que se refere a esses dois aspectos, Adorno (2015, p. 182) evidencia que:

Como sabemos, a agitação fascista tornou-se atualmente uma profissão, ou seja, um meio de vida. Ela teve muito tempo para testar a efetividade de seus vários apelos, e, através do que pode ser chamado de seleção natural, somente os mais atraentes sobreviveram. Sua própria efetividade é uma função da psicologia dos consumidores. Através de um processo de “congelamento”, que pode ser observado em todas as técnicas empregadas na cultura de massa moderna, os apelos sobreviventes foram padronizados, de forma semelhante aos slogans publicitários que provaram ser muito valiosos na promoção de negócios. Essa padronização, por sua vez, se coaduna com o pensamento estereotipado, ou seja, com a estereotipia daqueles suscetíveis a esta propaganda e seu desejo infantil por repetição interminável e inalterada.

Nesse trecho, Adorno chama atenção para a padronização dos métodos da propaganda fascista com vistas a manter sua audiência junto ao público. O modelo segue uma estrutura pautada em fórmulas, em invariáveis repetições e standardizações que devem ser repetidas à exaustão e seguir uma uniformização nos modelos propagandísticos. Na análise da propaganda fascista observa-se certo ritual mais ou menos rígido realizado em cada discurso fascista. Há uma estereotipia em todo o material da propaganda, na qual o locutor repete incessantemente os mesmos padrões, onde diferentes locutores se utilizam dos mesmos clichês (Adorno, 2015). Para Adorno (2015), alguns dos estereótipos mais relevantes que se tem conhecimento refere-se à dicotomia entre preto e branco, amigo e inimigo, assim como o uso de outros dispositivos psicológicos como o lobo solitário, o da infatigabilidade, de inocência perseguida, todos encontrados em “*Antissemitismo e propaganda fascista*” (2015), bem como o do “pequeno grande homem”, o “joio e o trigo” e o mecanismo de contraposição entre *in-group* e *out-group* descritos recentemente.

Na verdade, todas as observações trazidas por Adorno e companhia sobre o padrão da propaganda fascista estão baseadas em três estudos realizados pelo Programa de Pesquisa em Antissemitismo com patrocínio do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia. Em autoria desses estudos conta com os nomes de Theodor W. Adorno, Leo Lowenthal e Paul W. Massing. Os estudos em questão trataram de analisar uma significativa amostra de propagandas antidemocráticas e antissemitas, que consistiu sobretudo na transcrição de palestras radiofônicas de alguns agitadores da Costa Oeste dos Estados Unidos, além de panfletos e publicações semanais. A ênfase das análises do material evidentemente é psicológica, por mais que se observe questões de ordem sociológica, econômica e política. A análise dos frankfurtianos sobre o material propagandístico repousa na explicitação objetiva das contradições referentes às falas com o suporte da Psicologia Social e da Psicanálise com vistas a descortinar conteúdos latentes dentro dos conteúdos manifestos. O que Adorno, Löwenthal e Guterman empreenderam, a partir da análise dos discursos de pastores americanos na rádio e dos escritos contidos nos panfletos, possibilitou identificar que agitadores fascistas permaneciam expressando suas ideias favoráveis ao fascismo europeu de forma livre e continuada em meio à democracia. Portanto, o fascismo nos Estados Unidos tratava-se de uma realidade que partilhava semelhanças com outros movimentos fascistas, sobretudo com o fascismo alemão. Essa afirmação reforça o que Carone (2002) já destacava com base nos estudos de Adorno sobre a persistência do fascismo, mesmo em ambientes democráticos. Em outras palavras, as pessoas continuavam expostas a elementos fascistas de forma constante. O fascismo paira no espaço democrático de maneira persistente enquanto tendências que sobrevivem na e por meio da democracia, revelando-se muito mais perigosas do que aquelas que se mostram objetivamente contra.

Adorno, diferente da leitura de Axel Honneth que entendia o fascismo como o ápice da decadência da civilização ou reduzindo-o a uma suscetibilidade do público aos apelos do agitador fascista sobre a dinâmica psíquica dos indivíduos, compreendia o fascismo como

uma forma expandida das tendências fascistas inscritas na sociedade e na própria democracia bem como na formação do processo subjetivo engendrado no capitalismo tardio (Vasconcellos, 2022). Em suma, o fascismo continua sobrevivendo junto à lógica democrática no período pós-guerra e a mentalidade antissemita é capaz de se reinventar e de se readaptar. De modo que o antissemitismo moderno mostra-se em aspectos religiosos, econômicos quanto políticos e na própria racionalidade.

Conclui-se que, a análise da propaganda antidemocrática objetiva convencer as pessoas manipulando seus mecanismos inconscientes, sem qualquer pretensão de apresentar ideias e argumentos robustos (Adorno, 2015). O discurso da demagogia fascista é de natureza ilógica e pseudoemocional, onde programas políticos e ideias concretas têm relevância reduzida. Portanto, trata-se de uma *propaganda personalizada* e essencialmente não objetiva, na qual os agitadores despendem grande parte de seu tempo falando sobre si mesmos ou sobre suas audiências (Adorno, 2015). Os agitadores fascistas frequentemente descrevem-se:

[...] como lobos solitários, como cidadãos norte-americanos saudáveis e sadios, com instintos robustos, como altruístas e infatigáveis; incessantemente divulgam intimidades reais ou fictícias sobre sua vida e de sua família [...] Frequentemente referem-se a si mesmos como meros mensageiros daquele que está por vir - um truque já familiar nos discursos de Hitler (Adorno, 2015, p. 138-139).

Além de suplicarem frequentemente por dinheiro – outra técnica adotada pelos demagogos fascistas –, todos *substituem os fins pelos meios*. Sempre falam em um grande movimento acontecendo, na força coletiva da organização, no renascimento do país/nação, mas nunca explicitando exatamente que movimento seria e em que consiste; em um discurso vago e impreciso, não se sabe realmente quais os fins deste movimento a que tanto se referem. De modo que, na glorificação da ação, o fim “é que nós possamos demonstrar ao mundo que existem patriotas, homens e mulheres cristãos tementes a Deus, que ainda estão dispostos a dar suas vidas à causa de Deus, ao lar e à pátria”. (Adorno, 2015, p. 140).

Por seu turno, para Adorno (2015) outra característica da propaganda fascista é promover os meios, onde ela mesma é o conteúdo relevante aos ouvintes. No discurso dos demagogos fascistas não é difícil observar o quão se utilizam de histórias contadas aos seus ouvintes sobre acontecimentos escandalosos, a maioria fictício, sobre excessos sexuais e atrocidades atribuídas a outros, a indignação com a obscenidade e a crueldade; que nada mais é do que uma racionalização sobre o prazer de que essas histórias proporciona a quem conta e ao ouvinte da propaganda. Adorno (2015) evidencia o padrão presente em grande maioria dos agitadores fascistas, onde poucos são os que ousam confessar abertamente os objetivos fascistas e antidemocráticos que, certa medida, é inevitável que haja alguma imprecisão em relação aos objetivos políticos, revelando-se como uma característica intrínseca ao próprio fascismo. Logo porque o fascismo apresenta uma essência fundamentalmente não teórica.

Adorno (2015) constata também que no que diz respeito às ações repressivas e de terror, o fascismo amiúde ultrapassa os limites do que é declarado publicamente, revelando-se ser um regime predominantemente de características voltadas ao totalitarismo, em função de que totalitarismo implica em ignorar quaisquer limites, recusa-se a dar fôlego, busca a conquista através da imposição de uma dominação absoluta e o aniquilamento por completo o inimigo escolhido; um princípio essencial do regime totalitário é que nada seja assegurado, nenhum limite restrinja a arbitrariedade impiedosa (Adorno, 2015). Por fim, Adorno persiste na ideia de que o totalitarismo não enxerga as massas como indivíduos autodeterminados, donos de seus destinos e decisões racionalmente orientadas. Pelo exato oposto, o totalitarismo lida com as massas enquanto meros objetos de administração, ensinados sobretudo a se auto anular e à obediência irrestrita.

De modo que o discurso fascista ou a propaganda fascista não possui caráter racional, por não deter argumentos lógicos convincentes às massas. É preciso ressaltar que 1) a propaganda fascista ataca fantasmas, e não oponentes reais, construindo uma representação do judeu ou do comunismo e como o imaginário construído relaciona-se com a realidade, 2)

não emprega qualquer lógica discursiva, mas exibições de oratórias baseadas em ideias com alguma similaridade ou associação de menor complexidade, tornando-se mais fácil para quem ouve seguir o que é dito (Adorno, 2015). Portanto, ainda que os objetivos da propaganda fascista sejam irracionais, pois vão de encontro aos interesses racionais de seus seguidores, o padrão da propaganda antisemita não é de todo irracional, visto que é conscientemente planejada e organizada. O ouvinte da propaganda fascista a enxerga como uma espécie de show ou uma performance do teatro, do esporte, inclusive, é próprio dos demagogos fascistas vangloriar-se de terem sido exímios atléticos na juventude (Adorno, 2015).

Para o sucesso da propaganda fascista é necessário a repetição exaustiva de modelos padronizados e uniformizados. Nos mais diversos lugares, os agitadores costumam empregar as mesmas afirmações e modelos padrões por razões psicológicas. O seguidor fascista requer a repetição rígida, tal como o *jitterbug*²⁰ demanda o modelo padronizado de músicas populares e se enfurece se as regras não saem conforme desejo. Desse modo, a propaganda fascista mostra-se invariavelmente estereotipada e padronizada numa extensa e incansável reprodução mecanizada, posto que, “enquanto a rigidez mecânica do padrão é óbvia, é ela mesma a expressão de certos aspectos psicológicos da mentalidade fascista” (Adorno, 2015, p.155). Para sintonizar-se com as tendências inconscientes de sua audiência, o agitador, por assim dizer, exterioriza seu próprio inconsciente (Adorno, 2015).

É preciso ressaltar, segundo Adorno (2015), que há uma identidade básica entre líder e seguidor contido no processo de identificação. Em termos psicológicos, os líderes refletem seus seguidores. A distinção entre eles está no fato de que os líderes não têm inibições em expressar-se; agem de forma vicária em relação aos seus ouvintes, dizendo e fazendo o que estes gostariam de fazer, mas de alguma maneira sentem-se impedidos. Adorno (2015, p. 181) ressalta que “o líder pode adivinhar as demandas e necessidades psicológicas daqueles

²⁰É uma espécie de entusiasta da música jazz conforme nota do tradutor e pode ser encontrado no ensaio de Adorno “*Sobre música popular*”, especialmente na seguinte referência: Adorno, T.; Cohn, G. (org.). (1986). *Sobre música popular*. In: *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Editora Ática.

suscetíveis à sua propaganda, porque os reflete psicologicamente e deles se distingue por uma capacidade de exprimir, sem inibições, o que é latente neles, e não por qualquer superioridade”. Líder e seguidor identificam-se internamente e reciprocamente em termos de aspectos psicológicos, entretanto, a diferença é externa e repousa na capacidade dos primeiros conseguirem externalizar aquilo que os últimos mostram-se desarticulados em fazer. Os ouvintes veem na figura do líder, detentor da habilidade do discurso não inibido, a possibilidade de expressarem conteúdos, ideias e sentimentos latentes em si e assim “os agitadores fascistas são tomados a sério porque arriscam a se passar por tolos” (Adorno, 2015, p. 145).

Conforme já discutido o caráter performático da propaganda fascista, dando ênfase às performances e ao modelo de apresentação enquanto shows a serem apreciados pela sua audiência, Adorno denominou a referida dinâmica de *ritual* que estaria ligado mais a um papel cerimonial assumido pelo líder fascista. Adorno (2015) melhor descreve da seguinte forma a referir-se ao ritual:

Essa cerimônia, entretanto, é meramente uma revelação simbólica da identidade que ele [o líder] verbaliza, uma identidade que os ouvintes sentem e pensam, mas não podem exprimir. Isso é de fato o que eles querem que ele faça, e não serem convencidos, nem essencialmente transportados em um frenesi, mas sim terem suas próprias mentes reveladas. A gratificação que eles obtêm da propaganda consiste muito provavelmente na demonstração dessa identidade, não importa o quão longe ela vá, pois é uma espécie de redenção institucionalizada do próprio caráter inarticulado dos ouvintes através da verbosidade do locutor. Este ato de revelação e o abandono temporário da seriedade responsável e autônoma são o critério decisivo do ritual propagandístico (p. 146).

Nesse trecho, Adorno sintetiza alguns apontamentos já descritos tais como o ritual, a cerimônia e a revelação do caráter identitário entre líder e seguidor e sua diferenciação. De

certo que a expressão de seus conteúdos mentais revelados na figura do líder e a gratificação com a propaganda geradora de satisfação com a identificação com o líder, tornam-se elementos indispensáveis para a propaganda fascista. Os seguidores, de fato, se veem nos líderes e este funciona como espelho de seus seguidores, uma revelação simbólica de si mesmos ao passo que livram-se da angústia de, por não poderem expressar o que gostariam face à censura social, sentem certa realização ao verem-se concretizado no líder. É nesse sentido que Adorno nomeia o referido fenômeno de ritual fascista, pois trata-se da expressão de emoções, sentimentos e conflitos psicológicos que, sem a figura do líder, certamente inviabilizaria o processo. Para Adorno, esse ato de identificação é um fenômeno de regressão coletiva, uma espécie de retorno a emoções primitivas, mas sobretudo “uma atitude ritualística na qual a expressão de emoções é sancionada por uma agência de controle social” (Adorno, 2015, p. 147). O ritual fascista opera como um endosso ou legitimação, proveniente do líder, que permite a expressão das vivências internas de seus seguidores autorizando-os a expor conteúdos psicológicos problemáticos. É uma redenção institucionalizada como expressa Adorno (2015). Podemos concluir que o fenômeno do ritual fascista, além da predisposição fascista que se manifesta em cada indivíduo ao aderir ao ritual, portanto, se revela externamente como uma libertação de suas emoções, materializando-se através de sentimentos, ou de mesmo modo, redirecionando tais emoções ao contexto político pretendido pelo agitador fascista, especialmente por meio da expressão violenta.

É preciso reafirmar que, sob a perspectiva de Adorno (2015), o fascismo é identificado pela irracionalidade que lhe é característico e enquanto um fenômeno político fundamentalmente oposto à autonomia e racionalidade dos indivíduos. Logo, como poderia angariar o apoio de milhares de pessoas para seus objetivos políticos? Certamente o meio adotado não envolve persuadir o indivíduo esclarecido através do poder da argumentação racional, mas incitar a psicologia das massas. Isso implica em transformar essas mesmas pessoas em uma "turba", ou seja, multidões inclinadas a ações violentas desprovidas de

qualquer intento político sensato.

É importante salientar que existe uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, chamada de capitalismo administrado, e o encontraremos em Žižek, (1992), na qual nessa fase a sociedade não mais depende da intervenção do "eu" como uma entidade autônoma, mas, em vez disso, busca a liberação dos impulsos que são considerados "socialmente indesejáveis" (impulsos do id²¹). Não obstante, Marcuse (1982) abordará a ideia de dessublimação repressiva, e para compreendermos o conceito é essencial abordar previamente o tipo de sociedade à qual estamos nos referindo quando o autor fala em sociedade unidimensional²², que inscrita no modelo de capitalismo tardio, diz de uma organização social baseada na administração metódica dos instintos humanos.

Nesse sentido, a dessublimação repressiva pode ser conceituada, de acordo com Marcuse (1982), como um processo em que as normas e restrições impostas pela sociedade aos instintos e pulsões são afrouxadas, permitindo a expressão de desejos e impulsos antes reprimidos. No entanto, a expressão de tais instintos, na realidade, permanece atrelada e em conformidade com as normas e estruturas de poder predominantes, configurando-se uma falsa liberdade ao indivíduo. Marcuse (1982) sustenta que a dessublimação é repressiva porque a administração regulada das pulsões e instintos humanos representa uma estratégia empregada pela sociedade para “a manutenção do status quo, reprimindo qualquer transformação social mais radical” (Silva Peixoto, 2011, p. 161), ocultando a autêntica mudança social e perpetuando a dominação já estabelecida.

Portanto, conclui-se que estes impulsos indesejáveis são considerados úteis ou funcionais para a ordem social vigente. E as forças que normalmente reprimiriam esses impulsos agora exercem uma influência manipuladora sobre eles, direcionando-os de acordo

²¹É conceituado por Freud (1982) como “isso” para designar uma das três instâncias da segunda tópica freudiana, ao lado do ego (eu) e do superego (supereu). O id (isso) é concebido como um conjunto de conteúdos de natureza pulsional e de ordem inconsciente.

²²O conceito é empregado por Marcuse (1982) para descrever uma sociedade que exerce controle sobre todos os aspectos da vida privada e pública, administrando forças e interesses anteriormente opostos, gerenciando sistematicamente os impulsos humanos; uma sociedade onde qualquer força de negação é reprimida e, ao mesmo tempo, se torna um elemento de coesão e confirmação para seus respectivos fins.

com os interesses dominantes da sociedade (Žižek, 1992). Em outras palavras, a sociedade controla e direciona os impulsos e desejos individuais de maneira a beneficiar o sistema e as forças de repressão que o sustentam. Essa introdução, na verdade, é necessária para compreendermos que o que acontece nos seguidores fascistas, predominantemente de personalidade autoritária, junto aos fenômenos já descritos como o ritual fascista de identificação com o líder, a expressão de sentimentos, pensamentos e emoções arcaicos e primitivos, o comportamento violento e irracional, são, em certa medida, expressões dos impulsos do id, isto é, de ordem irracional e inconsciente. Os impulsos irracionais estariam prontos para emergirem à superfície, contribuindo para o comportamento e sentimentos observados nos seguidores fascistas (Silva, 2020). Assim sendo, em Adorno “o fascismo surge precisamente como a forma política da “dessublimação repressiva”, o ponto exato em que as pulsões do id tornam-se instrumento fundamental para a manutenção da própria ordem” (Silva, 2020, pp. 51-52).

Com efeito, o sujeito do esclarecimento conforme como delineado por Adorno e Horkheimer, caracterizado por sua autonomia e independência, quando inserido na massa, perde sua natureza particular, abandonando o processo de individuação para se amalgamar com um todo irracional, impulsivo e submisso, característicos das massas fascistas. Por isso, intencionamos conectar de que modo a manutenção dos instintos (id), junto a configuração da segunda tópica freudiana, no qual o indivíduo abre mão do seu (eu) enquanto instância racional, autônoma e intrinsecamente ligada ao processo de individuação em favor de pertencer à massa; para com isso, demonstrar a relação dos referidos elementos com as forças irracionais presente no fascismo e seu mecanismo de manipulação psicológica. Ora, se o indivíduo de caráter autoritário e a irracionalidade inerente ao fascismo são de fato “produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna” (Adorno, 2015, p. 184), fica evidente então que os instintos impulsivos do id são socialmente produzidos, fruto do conflito entre indivíduo (eu) e as demandas sociais a ele impostas. O resultado desse

conflito assume a configuração do inconsciente individual dos sujeitos.

Adorno (2015) afirma que o resultado da dominação das massas pela propaganda fascista não é uma manifestação primordial e espontânea de impulsos e demandas, mas uma renovação quase científica de sua psicologia. Significa, segundo Silva (2020), que para Adorno, no contexto do ritual fascista, o comportamento irracional das massas não possuía qualquer elemento "natural" ou espontâneo. Pelo contrário, esse comportamento era instigado, gerenciado e explorado por uma consciência externa. A propaganda fascista consiste, portanto, em toda sua lógica distorcida e de narrativas fantasiosas, em uma técnica intencionalmente projetada e estruturada de forma consciente. Trata-se do uso racional da irracionalidade para fins de dominação. Sendo assim, Adorno (2015) torna explícito seu posicionamento de que não compreende, tampouco reduz o fascismo puramente a termos psicológicos. A via de compreensão tomada por Adorno (2015) é de que:

O fascismo como tal não é um problema psicológico e que qualquer tentativa de compreender suas raízes e seu papel histórico em termos psicológicos ainda permanecerá no nível das ideologias, tal como a das “forças irracionais” (grifo do autor) promovida pelo próprio fascismo. Embora o agitador fascista indubitavelmente assuma certas tendências internas daqueles a quem se dirige, ele o faz como mandatário de poderosos interesses econômicos e políticos. Disposições psicológicas, na verdade, não causam o fascismo; em vez disso o fascismo define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio completamente não psicológicas (pp.185-186).

Portanto, não existe uma irracionalidade “natural” e “espontânea” na formação das massas fascistas. Seu caráter formativo revela-se consideravelmente superficial, é voltado a interesses outros e a forças exteriores de ordem econômica e política. Em suma, a regressão do indivíduo (eu) esclarecido e autônomo para tornar-se parte de uma massa,

desindividualizando-se e indiferenciado-se nesta, faz parecer que os indivíduos são acometidos por uma poderosa força externa. No entanto, conforme sugere Adorno (2015), é imprescindível não se deixar enganar pela aparente espontaneidade e pela ideia de uma "força primitiva" que parece emergir. Ele destaca que essa impressão não deve nos levar a ignorar o fato fundamental de que a própria "massa" já é uma construção artificial. Ela é resultado de um processo previamente dirigido, planejado e manipulado por agentes externos. Isso requer pensar a formação da massa para além das reações e impulsos psicológicos individuais, mas sendo moldada por influências e vetores externos. De modo que “a psicologia das massas foi apropriada por seus líderes e transformada em um meio de dominação” (Adorno, 2015, p. 186), ou seja, mais um instrumento que serve à dominação, na qual a última é posta em efetividade utilizando-se da racionalidade para atuar nos mecanismos irracionais.

Por fim, com relação ao conceito de encenação e falsidade que Adorno aplica às massas fascistas, ele introduz tal conceito ao afirmar que há um caráter de falsidade e de encenação, sobretudo no ritual fascista. Para compreender de que modo isso acontece é necessário retornar à análise que o autor faz sobre os *jitterbug* – os entusiastas da música jazz²³. Para Adorno (1986), o gosto musical é moldado socialmente pela imposição de canções através de repetição, semelhante ao mecanismo da propaganda fascista. A repetição exaustiva da música leva a uma padronização da mesma, de forma a não gerar prazer ou satisfação para o ouvinte, visto que, a repetição visa sobretudo vencer a resistência dos indivíduos frente à música ouvida. Entretanto, a resistência não é ao todo superada, ela permanece coexistindo junto ao consentimento supostamente dado pelo ouvinte, fazendo com que a referida resistência manifeste-se de forma ambivalente, ora o indivíduo age com profundo entusiasmo, ora com impetuosidade e fúria (Adorno, 1986). Logo, ao observarmos a existência mútua de fúria e aceitação na música que foi socialmente imposta, estamos de

²³Adorno correlacionou o jazz à “arte comercial ligeira”, concebendo-a como um gênero que levava os ouvintes à regressão da audição, isto é, à perda da liberdade de escolha e da capacidade de conhecimento consciente da música, além da perda da experiência estética (Fridman, 2020).

frente, portanto, da expressão da resistência original nos ouvintes; conseqüentemente, o suposto consentimento dado pelo indivíduo não foi de natureza autônoma e individual, mas imposta. Nesse sentido, diz Adorno (1986), o ouvinte busca agir de modo resignado, na qual essa resignação é vivida, ilusoriamente, como escolha autônoma e o próximo passo é comportar-se de maneira entusiasmada mediante a ameaça de exposição de suas incoerências. Em linhas gerais, o ouvinte da música força aceitação e entusiasmo visando a superação da resistência e conservar a resignação, tudo isso, claro, disfarçado de escolhas autônomas. Portanto, todo o entusiasmo e empolgação com o jazz não é de modo algum genuíno, mas fictício, fanático e encenado.

Assim sendo, Adorno (2015) afirma que a categoria falsidade aplica-se tanto aos ouvintes do jazz, em sua análise crítica sobre a música popular, quanto aos líderes fascistas e a identificação por parte das massas com toda sua histeria e furor. É uma grande encenação coletiva, pois, “é através dessa encenação que elas atingem um equilíbrio entre seus ímpetos pulsionais continuamente mobilizados e o estágio histórico do esclarecimento que elas alcançaram e que não pode ser revogado arbitrariamente” (Adorno, 2015, p. 188). Dessa forma, as massas encenam ao enfrentar sua própria incoerência, que surge das demandas pulsionais promovidas pelo movimento fascista e do contexto histórico de esclarecimento no qual estão inseridas, buscando, nesse processo, harmonizar tais aspectos. Por fim, Adorno (2015, p. 188) destaca que, “se elas (as massas) parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico”.

Dialética do Esclarecimento: a teoria da Indústria Cultural como antessala para o fascismo.

Bueno (2021) é claro em afirmar que os estudos de Theodor W. Adorno sobre a personalidade autoritária e o fascismo constituem uma das maiores contribuições da Teoria Crítica para a época atual. A originalidade e a relevância das análises de Adorno, segundo o

autor, está ligada ao uso dos fundamentos psicanalíticos que permitem examinar o teor de vulnerabilidade psicológica do cidadão comum em uma sociedade imersa em atmosfera agressiva e grupal que caracteriza o fascismo. As análises Adornianas ousam em ir além dos aspectos puramente históricos e geopolíticos. A obra “*Dialética do Esclarecimento*”, a propósito, foi escrita ao final da Segunda Guerra Mundial e ainda no exílio dos autores nos Estados Unidos e visa mostrar que os conflitos de guerra no mundo, a ascensão totalitária, assim como o fascismo, não dizem de meros incidentes históricos. No mais, tematizam os efeitos contraproducentes do esclarecimento (*Aufklärung*), baseados no processo civilizatório que resultou em dominação sobre a natureza a partir da troca de uma razão baseada no misticismo por uma racionalidade instrumental. A ideia de esclarecimento faz referência ao processo de “desencantamento do mundo”, no qual os sujeitos libertos das amarras míticas da natureza e do desamparo frente a esta, ao dominá-la, teriam o conhecimento necessário para se libertarem, ainda que o resultado fosse o completo processo civilizatório do homem como marcadamente repressivo. Esse seria o aspecto dialético do esclarecimento a que Adorno se refere. O desencantamento do mundo era a promessa iluminista que não se cumpriu. A razão não elevou os homens ao alcance da autonomia e liberdade. Estes encontram-se oprimidos e sob dominação. Para Adorno e Horkheimer (1985), o esclarecimento materializado na ciência moderna, no positivismo e no capitalismo é destituído de todo seu poder de emancipação, de formação e da utopia de um mundo enquanto possibilidade de transformação.

Em “*Dialética do Esclarecimento*” (1985), Adorno junto de Horkheimer, explicitam de que modo o ideal iluminista de progresso deu lugar à barbárie ao reconstruírem o caminho que constitui a subjetividade humana. Já no prefácio, os pensadores deixam claro o propósito de sua obra que pretendia compreender o “porque a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 11), já tornando clara a face dialética do esclarecimento e opondo-se à concepção de Hegel de história como progresso infalível do espírito. Nessa obra,

os autores realizam uma crítica ao esclarecimento (*Aufklärung*), à sociedade ocidental e sua racionalidade técnica, ao afirmarem que o esclarecimento, através da razão, prometido pelo iluminismo produziu uma sociedade repressiva e totalitária. Nesse sentido, o processo de esclarecimento deu forma ao que conhecemos como ciência, que diz de uma outra forma de autoridade e de viés totalitário.

O progresso, que seria conquistado pelo esclarecimento da sociedade por meio do conhecimento positivista, justificava-se pela ideia de libertar o homem dos medos e dos mitos através da razão e do conhecimento, na qual “o mito converte-se em esclarecimento e a natureza em mera objetividade” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 21). Para Kant, o projeto de esclarecimento pela via da razão produziria o desencantamento do mundo através da dissolução dos mitos e a centralidade do saber no lugar da imaginação. O sujeito, ao adquirir a condição de liberdade, passaria a fazer extenso uso da razão e de seu próprio entendimento sem mais uma direção externa. Por outro lado, em “*Dialética do Esclarecimento*”, Adorno e Horkheimer (1985) concentram-se na tese de que a razão, enquanto elemento central, que libertaria os homens da natureza externa, tornando-os senhores de si e também do mundo levando à emancipação humana, na verdade adquiriu outros contornos, transformando-se no completo oposto. Nesse caso, a razão fora utilizada enquanto elemento de dominação e o esclarecimento como regressão à ideologia, apenas no sentido de uma falsa clareza. Na leitura de Adorno e Horkheimer (1985, p.15), nas sociedades capitalistas o esclarecimento enquanto “ideologia se esgota na idolatria daquilo que existe e do poder pelo qual a técnica é controlada”.

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado.

Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da reificação. Mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 14).

Ou seja, o esclarecimento enquanto um processo que predizia retirar o homem de sua condição de minoridade e garantir sua emancipação mediante crítica ao mito, com efeito, resultou em aprisionamento a uma racionalidade instrumental e sua dinâmica de ação. A razão instrumental nada mais é do que a impossibilidade da reflexão crítica e de elaboração dos processos, onde o campo da experiência restringe-se a mera repetição e o progresso técnico-científico como origem da dominação. O esclarecimento foi cooptado para fins de domínio e controle, e a razão direcionada a propósitos instrumentais, distanciando-se substancialmente do ideal emancipatório presente no pensamento inicial. Sinteticamente, o mito do esclarecimento converteu-se em dominação da natureza e no controle do homem. Partindo desse ponto, tem-se Jürgen Habermas, a quem a compreensão da razão instrumental/sistêmica encontra-se atrelada à concepção de patologia moderna e entende que grande parte das referidas patologias modernas são frutos da colonização do mundo da vida pela lógica instrumental (Lima, 2015).

Destarte, tem-se a falsa clareza da ciência e a reificação do conhecimento. A razão, todavia, tornou-se totalitária no avançar do processo histórico com a dominação e a transformação objetiva da natureza; essa agora desqualificada, torna-se matéria de simples classificação (Adorno & Horkheimer, 1985). De modo que a racionalidade presente na

filosofia e na ciência, que prometia a emancipação humana, culminou em mais controle e dominação do homem, revelando, com isso, o caráter dialético e totalitário presente no esclarecimento. Os teóricos atribuíam ao culto da técnica e da racionalidade as origens da barbárie na sociedade. As sociedades deveriam seguir pelo caminho do esclarecimento com o objetivo de livrar o homem da barbárie por meio do uso da técnica e da razão. É daqui, então, que se funda o projeto de uma sociedade moderna com a dominação da natureza pelo homem o que levará, no entanto, à dominação do próprio homem conseguinte à barbárie.

Nesse contexto, a própria concepção de modernidade pode ser pensada criticamente a partir da obra “*1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade*”, de Enrique Dussel, publicada em 1982, que visa discutir como elemento central a tese da modernidade enquanto mito. Dito de outro modo, para Dussel (1993), a modernidade que renunciava a emancipação do homem resultou em relações de mais dominação, ao argumentar de que modo as expedições do ocidente realizadas no século XV, em outros mundos, fez com que o encontro entre os povos não resultasse em reconhecimento, mas em encobrimento. A obra detém relevância, uma vez que, à semelhança dos autores aqui considerados, ela questiona a concepção de modernidade como emancipação humana ao discutir sua dimensão mítica. Adorno e Horkheimer, a partir da perspectiva da Teoria Crítica e do mito do esclarecimento, estabelecem conexões com o mito da modernidade presente no pensamento de Dussel. Isso ocorre na medida em que se busca compreender o caráter mítico da razão esclarecida ao analisar as implicações da modernidade para diversos povos, especialmente sob o prisma da barbárie, que em muitos casos é justificada e posta em prática em nome da modernidade, essa que se diz emissária da emancipação. Assim como Adorno e Horkheimer (1985), Dussel (1993) reconhece a faceta mítica do esclarecimento e suas importantes implicações quando se pensa, à luz da barbárie, os pressupostos do progresso técnico e material do capitalismo de legitimação da violência. Ainda que se apresente algumas diferenças teóricas, a convergência de Dussel com os teóricos frankfurtianos

sintetiza-se na ideia de que todos estes alertam acerca dos limites e das implicações da modernidade e do esclarecimento como mito sobre as sociedades, mas, ainda sim, apostando na emancipação humana a partir do uso crítico da razão.

Dessa maneira, o mito que seria substituído pela racionalidade, agora converte-se ela mesma em mitologia. E na relação entre mito, esclarecimento e dominação, Adorno e Horkheimer (1985) se utilizarão da alegoria contida nas narrativas de Homero, em *Odisseia*, ao analisar como o esclarecimento mistifica-se e torna-se aprisionamento e alienação na figura de Ulisses e o canto das Sereias. Em “*Dialética do Esclarecimento*”, os frankfurtianos narram o mito, ao mesmo tempo em que analisam a trajetória do herói Ulisses e seu encontro com as Sereias. Ulisses foi alertado por Circe sobre o fato de que nenhum navegante resistira ao canto sedutor das sereias sem ser lançado ao fundo do mar. Ulisses então, utilizando-se da razão com vistas a ouvir o canto e permanecer incólume, tapa os ouvidos de seus companheiros de barco com cera e os orienta a remar com todas as forças; ao passo que ele, amarrado ao mastro, consegue ouvir o canto sem maiores consequências. A única coisa que consegue fazer é acenar com a cabeça para que o desatem. Aos companheiros, resta somente a ciência do perigo do canto, mas não de sua beleza. O esforço de Ulisses no emprego de sua estratégia implicou, entre outras coisas, em um alto custo: a renúncia de sua liberdade para viver o fetichado canto das Sereias e a alienação dos outros tripulantes em relação à melodia (Lima, 2015).

O que ele escuta não tem consequências para ele, a única coisa que consegue fazer é acenar com a cabeça para que o desatem; mas é tarde demais, os companheiros - que nada escutam - só sabem do perigo da canção, não de sua beleza - e o deixam no mastro para salvar a ele e a si mesmos. Eles reproduzem a vida do opressor juntamente com a própria vida e aquele não consegue mais escapar a seu papel social (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 40).

A partir do mito de Ulisses e sua aventura na tentativa de ouvir o canto das sereias, Adorno lança mão da passagem em analogia à sociedade moderna. Na tentativa de ouvir o sedutor canto das sereias, sem ser arrastado ao fundo do mar, Ulisses utiliza-se da dominação para ordenar aos companheiros de barco que o amarrem e mantenham-se remando com os ouvidos tapados, para que assim, ele possa ouvir sem ser arrastado, enquanto os companheiros não desfrutam de mesmo privilégio, encontrando-se alheios ao canto. Ulisses, ao superar a natureza mitológica, representa o homem burguês que, na posição de senhor, conduz a massa alienada; os companheiros, representam os trabalhadores e sua força de trabalho com o trabalho comandado sob a égide da dominação.

Ulisses, ao fazer uso da razão instrumental desafiando as recomendações de Circe para ouvir o canto, coloca-se em uma posição de abdicação da própria liberdade para uma de aprisionamento, enquanto destina aos companheiros a alienação como condição para manterem-se vivos – ainda que o custo seja uma existência apartada do conhecimento e do regalo artístico. Dito de outro modo, a alegoria de Ulisses ilustra de que forma a emergência do sujeito racional, autônomo e livre recai na condição de corrompimento da própria criatividade, espontaneidade, no encantamento pela arte e a liberdade humana. Ao adotar a narrativa do herói mítico Ulisses, Adorno e Horkheimer (1985) demonstram como os homens conseguiram dominar a natureza exterior, ainda que isso tenha lhes custado a renúncia de sua própria liberdade. A alienação, a abdicação de si e a repressão de sua natureza interna é o custo exigido para que se mantenha a preservação de si mesmo. Portanto, “o preço que os homens pagam pelo seu poder é a alienação sobre o que exercem poder” (Lima, 2015, p. 24).

Na modernidade, a relação que o homem estabelece com a natureza é alterada de tal modo que seu desencantamento pela via da razão possibilitou a dissolução do mito e o controle do homem sobre a natureza com o uso da técnica. Todavia, era necessário reduzir a natureza à desqualificação para classificá-la, pois “a natureza desqualificada torna-se a matéria caótica para uma simples classificação, e o eu todo-poderoso torna-se o mero ter, a

identidade abstrata” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 22). Nesse sentido, o objetivo de redução da natureza visava sobretudo submetê-la ao princípio da calculabilidade, isto é, reduzir a realidade em fórmulas objetivas tais como previsto nas ciências positivistas. Para os autores, que defendem a tese do esclarecimento como mito, “o princípio da imanência, a explicação de todo acontecimento como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica, é o princípio do próprio mito” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 23). Na formulação de Adorno e Horkheimer (1985, p. 19), “o que não se submete ao critério de calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento”. E em uma leitura contemporânea, o critério da utilidade hoje seria o equivalente a submissão aos princípios do mercado. Ao passo que a ênfase na técnica, o culto ao procedimento e à calculabilidade culminou em conceitos como fórmulas somente, com o destaque dado às regras e procedimentos, isto é, uma razão instrumentalizada da qual os autores se referiam. Nela, os conceitos e as definições mostram-se vazios e sem significado ao visarem uma pretensa pureza e transparência em nome da objetividade, neutralidade e imparcialidade científica (Antunes, 2008). Os conceitos construídos em meio à sociedade administrada e enquanto produto da razão instrumental, obedecem à lógica da repetição, categorização e da universalidade, onde o pensamento, reificado, adquire natureza instrumental apenas. Em última análise, para Adorno, a razão instrumental é a derrocada da razão Iluminista, é a razão que impera nas sociedades capitalistas, porque enquanto racionalidade, prioriza a técnica voltada estritamente para a produtividade e para o progresso. Em certo sentido, é uma crítica ao positivismo-cientificista e à própria ideia de progresso enquanto mito quando reparamos as abissais desigualdades sociais e econômicas. Na perspectiva de Benjamin, segundo Garcia (2010), a razão instrumental não passa de ilusão, porque propõe um mundo de ficção, em que a técnica regenera o mundo, gera progresso. A falsa noção de progresso apenas expande a realidade de desigualdades sociais.

A rigor, para Horkheimer, a tarefa da Teoria Crítica, e de qualquer atividade científica, seria a de superar a concepção de uma teoria que reduz-se a um fim em si mesma, uma teoria desconectada do contato direto com a realidade e com os problemas sociais, restringindo-se a mero produto. O papel do teórico deve ser o de comprometimento com a transformação social e não com a realidade administrada; orientando-se a horizontes éticos como a liberdade humana, as lutas de classe, a emancipação e pela “postura crítica em face do conhecimento produzido e da própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender” (Lima, 2015, p. 17). O pensamento e a atividade do pesquisador crítico, uma vez orientado à emancipação humana e a transformação social, deve dispensar as expectativas geradas pela ordem social vigente, isto é, deve contrapor-se a ideia de trabalho de pesquisa como um trabalho socialmente útil e trazer em consideração o questionamento referente a quem serve determinado conhecimento, de acordo com as elaborações de Lima (2015). É saber reconhecer seus limites para não perder suas bases, é compreender que seu escopo está para além da descrição e do reconhecimento das mazelas sociais, mas principalmente implicada com as injustiças sociais e sua supressão. Ainda sim, a Teoria Crítica compromete-se sobretudo com o dever de denunciar a opressão.

Ademais, cumpre frisar que a Teoria Crítica esforça-se em compreender as transformações históricas do capitalismo e do fascismo junto às variadas formas de expressões e contradições presentes nas relações estabelecidas pela burguesia (Puzone, 2022). Portanto, trata-se de entender como essas contradições, passíveis de criar uma outra organização social, confere forma a própria barbárie. É importante, desse modo, lembrar os achados dos estudos com os trabalhadores alemães de Fromm, quanto a pesquisa sobre autoridade e família de Horkheimer, para entendermos as contradições presentes nessa sociedade. Sinteticamente, foi possível perceber a existência de ideias autoritárias entre os trabalhadores e que não haveria uma relação direta entre a classe a qual o indivíduo pertencia

e a sua representação da realidade, como se trabalhadores fossem depositários da visão antiautoritária, conforme explicita Puzone (2022).

Entre os trabalhadores observa-se ideias, valores e atitudes antidemocráticas e permite concluir que as transformações nos modos de organização social acarretam também mudanças na estrutura psíquica dos sujeitos perante a realidade concreta de intenso desenvolvimento das relações e das contradições capitalistas. Por tudo isso, segundo Puzone (2022), o foco das análises de Adorno e demais teóricos incluiriam crítica às categorias da economia política e relações de classe, ainda que após o domínio nazista na Alemanha e a Segunda Guerra Mundial fizessem com que uma mudança importante operasse na Teoria Crítica no que concerne ao exame crítico da razão ocidental. De modo que para Adorno, o fascismo é consequência direta do capitalismo dos monopólios, todavia, não devemos reduzir sua compreensão do fenômeno a determinações econômicas ou de classes (Crochík, 2008).

Para Crochík (2008), com os estudos sobre a personalidade autoritária, as análises sobre os padrões da propaganda fascista entre outros estudos de Adorno e membros do Instituto, esperava-se que a partir do conhecimento e da reflexão sobre ele, as pessoas resistiriam à violência nelas suscitadas. Os estudos buscavam, em última análise, conhecer as razões que levavam os sujeitos a aderirem ou resistirem à ideias autoritárias e violentas. Segundo Vasconcellos (2022), se em “*Dialética do Esclarecimento*” Adorno já buscava estudar os aspectos inerentes ao fascismo e um conjunto de continuidades deste aos fenômenos culturais e políticos no pós-guerra no centro do capitalismo tardio, nas décadas seguintes, Adorno aprofundou suas reflexões tanto em termos teóricos, quanto em pesquisas empíricas. Adorno então vai buscar lançar luz sobre as questões que permitem a preservação das condições concretas e também objetivas que impossibilitam a vigência plena da democracia nas sociedades modernas.

Adorno (2021, p. 32) “considera a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências

fascistas contra a democracia”, ou seja, a corrosão por dentro é mais prejudicial do que os movimentos que articulam-se contra a democracia de modo efetivo. Não raro, para Adorno a preservação de tendências fascistas no bojo das sociedades democráticas e na formação subjetivas dos sujeitos era questão maior sobretudo ao analisar a permanência do pensamento antissemita e sua sobrevivência nas sociedades pós-guerra.

No texto “*Elementos do Antissemitismo: limites do esclarecimento*” (1985) presente em “*Dialética do Esclarecimento*”, iremos observar uma discussão importante e indiscutivelmente necessária sobre o antissemitismo moderno e a sua sobrevivência em democracias pós-guerra. Para além da relevante discussão pontual sobre o antissemitismo, esse texto contribui de modo considerável para a compreensão de diversos outros preconceitos e, principalmente, sinaliza tendências psicológicas e sociais que podem ser reconhecidas na leitura dos fenômenos sociais atuais.

“*Elementos do Antissemitismo*” é o último tópico da obra maior em que está inserido, não provém de trabalho empírico direto, ainda que possua estreita relação com as pesquisas empíricas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Sociais, sobretudo com forte referência ao que compreende os estudos dos agitadores fascistas norte-americanos realizados nos anos 1930 e, principalmente, alinhado ao escopo mais amplo presente em “*Dialética do Esclarecimento*”. Adorno e Horkheimer em “*Dialética do Esclarecimento*” aprofundam suas reflexões, através da razão, em torno da elucidação das bases do irracionalismo que contribuíram sobremaneira no retrocesso da civilização esclarecida rumo à barbárie, ao demonstrarem os limites do esclarecimento e a permanência das condições objetivas e subjetivas que mantinham o fascismo enquanto tendência passível, em algum momento, de alvorecimento. Com isso, Borzuck (2021) observa que tanto “*Elementos do Antissemitismo*”, “*The Authoritarian Personality*” (1965), “*Mínima Moralia*” (1951) e “*Eclipse da Razão*” (2016), entre outras obras, discorrem sobre as condições concretas que sustentam as bases do

fascismo e que permitiram sua ascensão, assim como uma aguçada crítica a essas estruturas sociais e a racionalidade vigente.

É importante observar que “*Elementos do Antissemitismo*” é composto por sete teses onde cada qual representa um elemento distinto. O método da constelação, que consiste em lançar luz sobre o objeto, foi o procedimento adotado. Nele, o “lançar luzes” diz de elementos que constituem o próprio objeto, e não que ajudam a explicá-lo. Ao tratar do tema, os autores visam confrontar o objeto com o seu conceito e requerer deste tudo aquilo a que se propôs por definição. É, conforme Borzuk (2021, p. 70), fazer com “que o conceito seja confrontado com o que ele reivindica ser”. A autora vai além na crítica à tradição científica e convencional que requer o distanciamento entre objeto e conceito, que em consequência gera insuficiente experiência com o objeto e uma inconsistente representação deste, e ao fim impõe a conversão de uma identidade entre eles. A autora recorre a esse pensamento para esclarecer que a identidade que se presume entre objeto e conceito é o que Adorno, junto à Horkheimer, se opõe. Dito de outro modo, Adorno e Horkheimer contrapõem-se à ideia de identidade instituída entre objeto e conceito e a insistência em uma provável identificação entre ambos, no sentido de coisa e conceito em natural conformidade. Assim sendo, o que se define por antissemitismo é diferente do seu real significado, isso explica, portanto, os autores utilizarem um método que não visa explicação, mas buscar examinar o objeto em cada aspecto que lhe constitui e contrapor o objeto ao conceito que lhe é atribuído.

Diante disso, podemos nos questionar, tomando como referência o presente momento histórico de ascensão da extrema direita e de avanço fascista em diversas partes do mundo, sobre o que se diz sobre o fascismo e o que realmente ele é. (Re) pensar a identidade entre o objeto e o conceito para que possamos avançar em sua compreensão conforme os autores fizeram com o antissemitismo. Em “*Elementos do Antissemitismo*”, tanto Adorno quanto Horkheimer, ao iniciarem o último elemento das sete teses com a afirmação de que não haveria mais antissemitas, buscavam demonstrar que o antissemitismo permanecia vivo a

partir da mentalidade do tipo *ticket*, isto é, “a psicologia antissemita foi, em grande parte, substituída por um simples “sim” dado ao *ticket* fascista” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 165). A mentalidade “*ticket*” possui estreita relação com o conceito de semicultura trazida por Adorno e Horkheimer, que nada mais é do que o processo presente na modernidade de ofertar informações em grandes blocos como verdades prontas para o grande consumo em massa. Para que isso ocorra é necessário a padronização e a estereotipia consiste em um padrão básico para tudo mais a ser assimilado pelas grandes massas. Esse mecanismo é o mesmo utilizado pelo mundo do entretenimento com a padronização da música, do cinema, da televisão, do teatro e, de modo progressivo, com a arte e demais produtos culturais, culminando naquilo a que Adorno se referia com o conceito de indústria cultural. Adiante, aprofundaremos de forma detalhada a discussão em torno da Teoria da Indústria Cultural. Logo, tal qual no entretenimento, a política passou a funcionar nos mesmos moldes do “*show business*”, performática e padronizada que oferece em meio às escolhas possíveis não mais do já conhecido e pré-estabelecido. Sobre a mentalidade “*ticket*” e a padronização das escolhas, Adorno e Horkheimer afirmam acuradamente que:

Quando ainda se deixa uma aparência de decisão ao indivíduo, esta já se encontra essencialmente predeterminada. A incompatibilidade das ideologias, trombetada pelos políticos dos dois blocos, não passa ela própria da ideologia de uma cega constelação de poder [...]. Escolher um *ticket*, ao contrário, significa adaptar-se a uma aparência petrificada como uma realidade e que se prolonga a perder de vista graças a essa adaptação. . . Hoje, os indivíduos recebem do poder seus *tickets* já prontos, assim como os consumidores que vão buscar seu automóvel nas concessionárias da fábrica (Adorno & Horkheimer, 1985, pp. 168-169).

A mentalidade “*ticket*” abriga tudo de mais irracional e de conter em si ausência de escolhas autônomas, onde o próprio esquema “*ticket*” é mais uma peça na engrenagem. É importante destacar que Adorno e Horkheimer já alertavam sobre o processo de esgotamento

da ideia de sujeito livre e autônomo em suas escolhas, ou seja, do aniquilamento da noção de sujeito soberano em suas faculdades de escolha e predileções através da profunda padronização da cultura e de conformação, visando dar forma a sujeitos cada vez menos autônomos e adaptados. A esse processo, Alves (2001, p. 52) denominou de “*liquidação do sujeito*” [grifo do autor] o regime que consiste na “produção em massa de individualidades adaptadas ao existente”. Ademais, é neste ponto que reside o nexos entre o processo de liquidação da subjetividade e a dinâmica antissemita que consiste na intolerância ao diferente, no pensamento em blocos ou padronizado, na racionalidade estereotipada e na rigidez mental ou, como Adorno e Horkheimer advertem, tais atributos representam o próprio modo de pensar baseado na mentalidade “*ticket*”. Isto é, há muito de conteúdo antissemita na racionalidade ticket. O antissemitismo, longe de ser um impulso independente, transformou-se em resposta pronta ao “*ticket*” fascista, uma submissão e adesão irrefletida ao programa fascista e reacionário que segundo Adorno e Horkheimer (1985):

Quando as massas aceitam o *ticket* [grifo do autor] reacionário contendo o elemento antissemita, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais as experiências de cada um com os judeus não têm a menor importância. De fato, ficou provado que as chances do antissemitismo são tão grandes nas regiões sem judeus como até mesmo em Hollywood. A experiência é substituída pelo clichê e a imaginação ativa na experiência pela recepção ávida (p. 165).

Desse modo, os autores demonstram com a frase provocativa no início do texto que “se é verdade que não há mais antissemitas, a mentalidade antissemita se preserva na mentalidade do *ticket*” (Borzuk, 2021, p. 79). E complementam ao debaterem sobre a perda da dimensão da experiência e a derrocada da habilidade crítica e de julgamento, em um mundo cada vez mais administrado e marcado por padrões, o poder de discriminação desaparece, com o pensamento enrijecido, a leitura da realidade é feita sem reflexão, mas por

meio de conceitos e termos prontos que dizem de uma reificação e alienação presentes nas sociedades de capitalismo tardio.

Portanto, em “*Elementos do Antissemitismo*”, os autores constroem uma ampla teoria sobre o antissemitismo voltando-se para a análise, segundo Alves (2003), do fim da individuação, a desconsideração pelo sujeito na modernidade, a regressão do comportamento político manifesta na mentalidade de *ticket* e a suscetibilidade dos sujeitos ao preceitos da indústria cultural e da propaganda política reacionária. Ainda que o conteúdo antissemítico não tenha ficado restrito aos judeus, o antissemitismo presente no fascismo expandiu-se para outras populações e contextos históricos, fortemente pautado pelo rechaço à diferença, a formação do *in-group* e dos *out-group* entre tantos outros aspectos abordados ao longo dos estudos de Adorno sobre a mecânica fascista.

Nas análises Adornianas foram considerados os estudos sobre o agitador fascista e o padrão da propaganda fascista com a finalidade de responder à seguinte questão: “por que os seres humanos modernos retornam a padrões de comportamento que contradiz flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida?” (Adorno, 2015, p. 159). Significa buscar compreender as razões que levam os sujeitos a abrirem mão de sua individualidade e autonomia e se lançarem como membros de uma massa e unidade fascista, ao ponto de se questionar em que consiste o elo que os mantém unidos e vinculados. Para isso, Adorno irá trabalhar com a noção de manipulação fascista, a idealização da figura do líder e a identificação com o mesmo, ou seja, um padrão de identificação através da idealização do líder fascista. Nessa dinâmica estará envolvida diversos outros processos que fazem parte desse fenômeno de identificação e idealização que confere estrutura ao fascismo tais como o ganho emocional envolvido, a pronta satisfação de impulsos narcísicos e sadomasoquistas, a submissão cega ao poder autoritário e a hostilidade para com minorias. Acrescenta-se a estes, o ressentimento e a recusa à ação

introspectiva e ao trabalho intelectual e reflexivo já identificados por Adorno ao descrever a síndrome autoritária em “*The Authoritarian Personality*” detalhadamente.

Adorno (2015) observa que Freud ainda em 1921 já rejeitava a fantasiosa concepção liberal do progresso civilizatório como produtor instantâneo do aumento da tolerância e da redução da violência contra os *out-groups*. O projeto de sujeitos emancipados não se concretizou, de modo contrário, a humanidade caminhou para uma cena de barbárie brutal fundamentada em um movimento fascista arrasador. O fascismo, segundo Adorno (2015, p. 187), soube com maestria mobilizar conteúdos emocionais de forma eficiente ao fomentar o avesso da emancipação, isto é, produzir “por meio da perpetuação da dependência em vez da realização do potencial de liberdade, através da expropriação do inconsciente pelo controle social, em vez de tornar os sujeitos conscientes de seu inconsciente”. O controle social que há em uma sociedade de clima cultural com características que se fundamentam na reificação, com sujeitos desconectados e destituídos do senso de coletividade sem relação direta entre os pares, na qual, conforme Adorno (2015), cada indivíduo encontra-se reduzido a um átomo social, a um simples componente em meio ao funcionamento do coletivo, é marca da sociedade moderna. Para Adorno (2015, p. 187), a coletividade fascista é marcada pelo “empobrecimento psicológico do sujeito que “se abandonou ao objeto” que ele colocou no lugar de seu mais importante constituinte”.

Isto posto, Adorno desvenda os elementos envolvidos no processo de adesão à retórica fascista e as dinâmicas psicológicas implicadas na formação do grupo. Nesses termos, outro dado que se mostra importante nas análises de Adorno é quanto a sua descoberta do componente performativo e cênico por parte das massas em sua identificação com o líder fascista. Não há uma identificação no sentido estrito, mas uma encenação da identificação que possui uma função clara, “é através dessa encenação que elas atingem um equilíbrio entre seus ímpetus pulsionais continuamente mobilizados e o estágio histórico de esclarecimento que elas alcançaram e que não pode ser revogado arbitrariamente” (Adorno,

2015, p. 188). Ao se referir sobre as multidões fascistas, Adorno (2015, p. 188) ressalta que “se elas parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico”. Portanto, Adorno destaca o aspecto da encenação e da falsa identificação como reguladores da necessidade de integração social dos sujeitos, á demanda por pertencer a grupos e coletivos, que a exemplo da mentalidade fascista, será pautada pelo prisma contido na ideia de oposição entre *in-group* e *out-group*.

É importante compreender que, tanto na análise sobre a música popular quanto na análise da adesão fascista, Adorno identifica a ausência de escolhas autênticas da música com preferências musicais cada vez mais padronizadas e determinadas pela indústria cultural e que impede ao sujeito perceber que suas escolhas são mediadas por seu poder de controle e persuasão, resultando na adesão acrítica aos produtos da indústria cultural. Enquanto qualquer crítica ou movimento no sentido de demonstrar a manipulação contida no processo é recebido com resistência e recusa em romper com artigos culturais de massa. Na adesão à retórica fascista, de igual modo, há uma resistência em romper com tendências fascistas e recusa em deixar de fazer parte de um todo coletivo integrado, pois é geradora de gratificação emocional e na existência de necessidades emocionais que são satisfeitas pelo envolvimento nos coletivos fascistas, conforme assinala Bueno (2017). Nos referidos trechos, podemos visualizar de que forma o conceito de indústria entrelaça-se com o conceito de fascismo, quando em realidade, indústria cultural e fascismo são fenômenos contemporâneos em seu aparecimento.

Para Adorno e Horkheimer (1985) não é possível falar de fascismo sem fazer menção à indústria cultural enquanto importante conceito e relevante papel desempenhado dentro do objeto de estudo aqui abordado. A compreensão de indústria cultural, como veremos, incluirá a noção de um movimento que engloba aparatos culturais representativos de padrões hegemônicos da realidade objetiva, no qual o propósito consiste em estabelecer condições que façam com que a sociedade receba sem resistência, e anseie, por um projeto político e

social de caráter autoritário. Recordemos como nos últimos anos foi possível uma significativa parcela da população brasileira pedir por intervenção militar, expressar apoio e o desejo da volta do movimento de ditadura, inclusive, atenuando e relativizando seus efeitos mais funestos. A proposta a partir daqui é tentar demonstrar de que modo a indústria cultural funciona enquanto vigorosa ferramenta para o fascismo e como, no Brasil, ela própria desempenhou papel decisivo tanto nas eleições quanto na formação de uma espécie de “caldo cultural” reacionário e conservador, pois como afirmam Bastos, Stédile e Bôas (2018, p. 60), a indústria cultural “é um elemento decisivo para o reascenso do fascismo brasileiro”.

A expressão "Indústria Cultural" surgiu pela primeira vez no livro *“Dialética do Esclarecimento”*, originalmente publicado em 1947. Inicialmente, os autores se referiam a esse fenômeno como "cultura de massas", no entanto, optaram por adotar o termo "indústria cultural" para evitar uma compreensão inadequada que poderia levar a pensar que se tratava de uma cultura que surgia espontaneamente das massas. Os autores concluíram a obra ainda em exílio nos Estados Unidos, quando Hitler ascendeu ao poder na Alemanha, em 1933, possuindo como questão norteadora, e ao mesmo tempo inquietante, o conhecimento do por que, possuindo as condições técnicas para a emancipação, o indivíduo não a realiza?

No livro *“Dialética do Esclarecimento”*, o capítulo *“A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”* Adorno e Horkheimer dedicam-se à tarefa de encontrar a resposta para o questionamento acima esclarecendo os modos de funcionamento e as implicações da indústria cultural. A inquietação dos autores consistia em compreender as razões pelas quais o projeto do Esclarecimento falhou a ponto de encaminhar os homens a um estado de barbárie. Uma sociedade que deixou a condição de minoridade e de explicar o mundo através dos mitos, alcançando a evolução técnica possibilitando, entre outras coisas, a evolução tecnológica a níveis surpreendentes por meio do Esclarecimento, no entanto não correspondeu ao projeto inicial de emancipação do homem. Em termos dialéticos, quando Adorno e Horkheimer (1985) nomeiam sua obra com o referido título *Dialética do*

Esclarecimento, eles acentuam o fato de que o projeto de Esclarecimento longe de emancipar os indivíduos, tornou-se ele mesmo algo de natureza autoritária a partir das condições materiais impostas ao homem: cultura, mercado, consumo, pensamento reificado e uso da técnica. Em suma, na esteira dos pensadores da Teoria Crítica, o fascismo é símbolo do desvio do projeto originário da racionalidade moderna, o qual buscava o esclarecimento dos sujeitos.

Nessa linha de entendimento, Adorno e Horkheimer (1985) identificam a indústria cultural enquanto fenômeno moderno que surge no final do século XIX e início do século XX, sendo resultado direto do modo de organização e produção capitalista. A expressão indústria cultural possuía como objetivo identificar o processo marcadamente característico do capitalismo no interior das sociedades industriais do século XIX na perspectiva de criação de mercado próprio voltado ao consumo em massa de bens culturais, de caráter reprodutor e alienante. Estamos falando do início do capitalismo monopolista, com a reorganização do capital financeiro, avanço e expansão capitalista rumo à centralização de capital, período de organização do modelo de produção²⁴ nos trabalhos nas grandes fábricas, acumulação de capital, expansão do conglomerado empresarial e aprimoramento mercadológico. Isto é, a indústria cultural é resultado direto da dinâmica adquirida pelo atual momento histórico do capital e da expansão do processo de dominação do sistema produtivo. Indústria cultural e capitalismo monopolista surgem assim simultaneamente, alcançando vertiginosa expansão.

Essa expansão acompanhará tanto a nível da cultura nos moldes capitalistas, quanto nas esferas do lazer e do trabalho dos indivíduos enquanto um fenômeno objetivo e de reificação. Para Bastos, Stédile e Bôas (2018) a indústria cultural reside na articulação

²⁴Sobre os novos modelos de produção temos o Fordismo, Taylorismo e Toyotismo que tinham como norte organizativo o controle sistemático do processo de trabalho. Com isso, a introdução da esteira rolante representou não só o ganho na produtividade, mas a constituição de um novo modo de vida, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem (de Freitas Ribeiro, 2015). Esses modelos, em síntese, colocaram em prática uma racionalização da organização do trabalho, trouxeram imensa intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho, engendrando impactos de modo sistêmico ao trabalhador, sobretudo em sua subjetividade.

mercadológica entre cultura, arte e divertimento, onde o sistema produtivo passa a dominar não só o trabalhador, mas de igual modo, todo o seu tempo livre, o lazer enquanto um prolongamento da esfera do trabalho. Assim, a dominação social por parte do capitalismo se efetiva de modo irrestrito na figura da indústria cultural. Para Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural serve para construir sua crítica à cultura de modo dialético e nos moldes marxistas, em que há a transformação da arte, da cultura e da diversão ao processo mercantilista, e os sujeitos, exímios consumidores. Adorno e Horkheimer, ao preocuparem-se com o fenômeno da indústria cultural, tinham em mente sua relação imbricada com o capitalismo, pois através da ação de destituição da consciência dos sujeitos operada pelos mecanismos da indústria cultural, facilitaria sobremaneira a aceitação e reprodução dos interesses capitalistas, portanto, ideológica. Tudo é posto à lógica da dinâmica capitalista, quando tudo pode ser transformado em mercadoria. Na indústria cultural os sujeitos são constituídos como consumidores passivos, onde seus produtos e que dela fazem parte vêm imbuídos de mensagens que reforçam sempre a hegemonia da lógica capitalista.

Para Adorno, a indústria cultural possui caráter sistêmico, isto é, no fato de se constituir um sistema de socialização e de subjetivação composto pela televisão, cinema, revistas, rádio, *best-sellers*, moda, esportes, horóscopo, etc., ressaltando como seus efeitos na percepção e na experiência não são da ordem do inconsciente em grande parte (Della Torre, 2021). Enquanto sistema, a indústria cultural está ligada ao surgimento da reprodutibilidade técnica, teorizada por Walter Benjamin. Em “*A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*” (1936) Walter Benjamin explora no ensaio as profundas transformações que a reprodutibilidade técnica, sobretudo na fotografia e no cinema, trouxeram para a percepção e o campo da experiência da arte. Ainda que Benjamin possuísse uma visão mais otimista que Adorno sobre a indústria cultural, ressaltando alguns de seus potenciais em especial à ideia ligada à democratização da arte pelo processo da reprodutibilidade, ele, de certo modo, percebia a perda de parte da singularidade da arte; no entanto, nada que retirasse o valor ali

presente. Naturalmente, assim como em Adorno, a problemática fascista é tema recorrente em seu pensamento e em sua obra, tanto quanto foi em sua existência.

Interessante destacar que o ensaio foi escrito na forma de aforismas, o que coincide com as circunstâncias em que se encontrava Benjamin à época e que está descrito no primeiro texto biográfico introdutório, ou seja, uma vida de errância e sobrevivência numa era de catástrofes em um momento em que a Europa encontrava-se em profundo conflito, o que o condenou a uma vida de imigração contínua em virtude da ascensão nazista na Alemanha. “*A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*” trata-se, na realidade, de uma teoria estética materialista “que considerava uma importante contribuição para a politização da arte e desta como instrumento de luta diante da ascensão do nazi-fascismo” (Ventura, 2018, p. 531). É um ensaio que assinala o conceito e a natureza da arte na era da reprodutibilidade técnica e que compõe uma agenda de pesquisa mais ampla, como a das “*Passagens de Paris*”, escrita entre 1927 e 1940. De modo geral, as obras benjaminianas seguem a tendência de discutir as implicações do capitalismo e sua repercussão para a teoria estética.

Nesse ínterim, no ensaio “*A obra de arte*”, Benjamin (2017) discute termos e conceitos como a reprodutibilidade técnica e a reprodução mecanizada e em massa da arte que geram prejuízos na experiência e no caráter único das peças. Para construir sua tese, Benjamin trabalha com dois importantes conceitos: o de *perda da aura* da obra original mediante o processo de reprodução técnica e o *conceito de valor* que desdobra-se em valor de culto e valor de exposição. O primeiro remete-se ao valor inserido na obra de arte tradicional e a segunda, atribui-se a obra de arte reproduzida tecnicamente. Todavia, segundo Vicente (2018), “*A obra de arte*” também abre discussão sobre a constituição da percepção humana, no sentido de que, cada momento histórico terá sua forma própria de percepção do mundo, fato que se dará também a nível de transformações estéticas com a arte. No mais, Benjamin (2017) afirma que, para além dos efeitos sentidos na arte, a reprodutibilidade técnica de forma massiva traz implicações importantes ao ser aplicada para outros campos como o

político, social e cultural. Isso ocorre porque há uma estetização da política que serve ao aparato fascista. Este compreendeu como ninguém operar uma estética política e artística para fins fascistas e é nesse entrelaçamento que encontra-se a aproximação, ainda que pouco explorada, entre a filosofia estética de Benjamin com a estética política do fascismo, posto que Benjamin propõe uma leitura política e imanente da arte.

Enquanto crítico da modernidade, via nesta a expressão da ideia de progresso – que para ele é uma concepção fantasiosa visto que está ligada à razão instrumental, consequentemente, o existir das condições que favorecem o florescer fascista. Portanto, dada as condições da modernidade e da racionalidade instrumental, o fascismo cultua tanto a técnica, inclusive sobre os próprios homens, quanto a tecnologia. Há toda uma estetização da técnica. O pensamento de que o avanço técnico acarretaria em mais progresso mostrou-se ilusório, fazendo com que, onde quer que chegue tal progresso, invariavelmente, observe-se condições de retrocesso e de dominação. Igualmente, Benjamin (2017) compreende que a expansiva proletarização da humanidade contemporânea e a formação crescente de massas são duas faces de um mesmo acontecimento, ao passo que o fascismo organiza as massas proletárias sem tocar nas relações de produção e de propriedade. Para isso, a alternativa encontrada (pelo fascismo) consiste em deixar que as massas alcancem sua expressão, jamais seu direito. É claro que as massas têm o direito de transformação das relações de produção; o que o fascismo busca é inviabilizar esse direito e preservar as relações tais quais elas se apresentam permitindo às massas sua expressão. Diante disso, Benjamin (2017, p. 96-97) reitera que “o fascismo caminha diretamente em direção a uma estetização da vida política. Com D’Annunzio²⁵ a decadência penetrou a política, com Marinetti, o futurismo; e com Hitler a tradição de Schwabing”. Os exemplos citados demonstram o que Benjamin já preconizava: como a arte tornou-se peça importante para uma estetização fascista da política e

²⁵Gabriele D’Annunzio foi um poeta e dramaturgo italiano que possuiu carreira literária e política. Politicamente, D’Annunzio é apontado como precursor do fascismo italiano, chegando a servir de inspiração a Benito Mussolini.

complementa ao diagnosticar que “todos os esforços para estetizar a política culminam em um ponto. Esse ponto é a guerra” (Benjamin, 2017, p. 97). Benjamin compreende que a guerra é o evento máximo de investidura do fascismo, tanto no domínio quanto na estetização da técnica. A guerra é o fim dado à mobilização realizada aos grandes movimentos de massa em favor das relações de produção tradicionais numa ótica política. Assim como será a guerra que mobilizará os aparatos técnicos favoráveis às relações de produção e de propriedade numa perspectiva técnica. E, convém ressaltar que, “é evidente que a apoteose da guerra no fascismo não se utiliza desses argumentos” (Benjamin, 2017, p. 97). Todavia, conduz-se a percepção frente a uma estetização da técnica e da guerra com vistas a promover satisfação artística com a estetização da política pelo fascismo. Fato que ficará mais evidente no “*Manifesto Futurista*”, publicado pelo jornal parisiense “*Le Figaro*”, em 20 de Fevereiro de 1909²⁶, de Filippo Tommaso Marinetti e citado dentro do ensaio de Benjamin (2017). Especificamente, Benjamin (2017) traz em seu ensaio o manifesto de Marinetti em favor da guerra colonial na Etiópia para ilustrar a estetização da guerra simultaneamente à estetização da técnica operada pelo fascismo.

Há 27 anos nós, futuristas, nos opomos à caracterização da guerra como antiestética...De acordo com isso, determinamos:...a guerra é bela porque fundamenta, graças às máscaras de gás, aos assustadores megafones, ao lança-chamas e aos pequenos tanques, o domínio da humanidade sobre a máquina subjugada. A guerra é bela porque inaugura a tão sonhada metalização do corpo humano. A guerra é bela porque enriquece um campo florido com as orquídeas ígneas das metralhadoras. A guerra é bela porque unifica os tiros de fuzil, os balaços de canhão, os cessar-fogos, os perfumes e odores putrefatos em uma sinfonia. A guerra é bela porque cria novas arquiteturas, como a dos grandes tanques, dos geométricos esquadrões aéreos, das

²⁶É nessa data que Marinetti publica o primeiro Manifesto Futurista. É considerado um texto que representa um movimento que se espalharia pela Europa com nome de vanguarda e o ato consciente de um século que apostou no futuro - o século XX, ponto de partida das promessas da modernidade (Berardi, 2019).

espirais de fumaça sobre aldeias em chamas e muitas outras...Poetas e artistas do futurismo...lembrai-vos destes princípios para uma estética da guerra, para que vossa luta por uma nova poesia e uma nova plástica...seja por eles iluminada! (Benjamin, 2017, p. 98).

O "*Manifesto Futurista*" revela a relação existente entre três elementos fundamentais: a política e a cultura fascista, a estetização da técnica e a propaganda de guerra, fazendo do movimento bélico algo poético, com valor de consumo e projetado para as massas. A guerra é projetada como espetáculo, imbuída de beleza e enquadrada como tendência artística pelos movimentos de vanguarda da época como o futurismo italiano. Em realidade, trata-se da representação da ideologia fascista na forma de manifesto artístico com a estetização da guerra para além do aspecto político, mas sobretudo a nível cultural. Desse modo, a guerra passa a ser exposta enquanto valor de arte e é por ela propagandeada. O que Benjamin (2017) nos mostra é de que forma arte tornou-se veículo de propaganda ao próprio fascismo e de que forma a técnica e sua reprodução pode servir à propaganda ideológica para as massas. A tarefa é então compreender a estreita relação existente entre a estética e a propaganda fascista e o apoderamento desta sobre a arte.

No que se refere a Marinetti, seu posicionamento parte de uma perspectiva de destruição e renovação do passado através de uma expressão artística que abomina elementos da tradição, que propunha presente e futuro guiados pela mecanização, velocidade, juventude e violência (Maciera, 2020). Para ele, somente o fascismo seria o movimento político capaz de alcançar esse objetivo. No entanto, é curioso reparar que quando Mussolini começa a flertar com setores conservadores políticos da Itália, Marinetti afasta-se do movimento fascista para, em momento posterior, agora no poder, aproximar-se novamente a ponto de abandonar suas referências, inclusive, enveredar-se pela defesa da tradição a que o fascismo defende e a exaltação do passado (Maciera, 2020). Essa mudança de orientação e de referencial será percebido na recriação do passado em sua arte futurista, mostrando

novamente mais um aspecto inerente aos fascistas e aos fascismo: o caráter contraditório e incoerente presente na história do movimento.

A rigor, o “*Manifesto Futurista*” reúne os principais elementos que dão o tom ao movimento fascista e base ao seu pensamento; uma vez que potencializa as ideias fascistas a partir da expressão de machismo, da exaltação da violência e da guerra, do desprezo pela intelectualidade, pela arte entre outros, marcando toda uma estética de tempo que partilha percursos paralelos entre futurismo e fascismo italiano. Depreendemos, além disso, o culto à máquina, à tecnologia, à técnica e a união no mesmo texto das noções de guerra e de modernidade como elementos razoáveis. De forma geral, o “*Manifesto Futurista*” resume a expressão estética do fascismo, especificamente o italiano. No entanto, a estética e os valores por ele defendidos, estarão presentes em movimentos de natureza autoritária de culto à destruição, à morte e à própria violência como linguagem e como ação que são estruturais em todo fenômeno fascista.

Nós queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da energia e da temeridade... Nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo de corrida, o salto mortal, o bofetão e o soco. Nós afirmamos que a magnificência do mundo enriqueceu-se de uma beleza nova: a beleza da velocidade [...] Nós queremos entoar hinos ao homem que segura o volante, cuja haste ideal atravessa a Terra, lançada também numa corrida sobre o circuito da sua órbita.. Não há mais beleza, a não ser na luta. Nenhuma obra que não tenha um caráter agressivo pode ser uma obra-prima. A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças desconhecidas, para obrigá-las a prostrar-se diante do homem [...] pois já criamos a eterna velocidade onipresente. Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas idéias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher. Nós queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda natureza, e combater o moralismo, o feminismo e

toda vileza oportunista e utilitária. Nós cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela sublevação [...] É da Itália, que nós lançamos pelo mundo este nosso manifesto de violência arrebatadora e incendiária, com o qual fundamos hoje o "Futurismo", porque queremos libertar este país de sua fétida gangrena de professores, de arqueólogos, de cicerones e de antiquários. Já é tempo de a Itália deixar de ser um mercado de belchiores. Nós queremos libertá-la dos inúmeros museus que a cobrem toda de inúmeros cemitérios. Museus: cemitérios!... Idênticos, na verdade, pela sinistra promiscuidade de tantos corpos que não se conhecem [...] Para os moribundos, para os enfermos, para os prisioneiros, vá lá: – o admirável passado é, quiçá, um bálsamo para seus males, visto que para eles o porvir está trancado [...] Mas nós não queremos nada com o passado, nós, jovens e fortes futuristas! E venham, pois, os alegres incendiários de dedos carbonizados! Ei-los! Ei-los! [...] Vamos! Ateiem fogo às estantes das bibliotecas! [...] Desviem o curso dos canais, para inundar os museus! [...] (Marinetti, 1909, s.p.).

O “*Manifesto Futurista*²⁷” transforma em valor político e estético a máquina, a velocidade, a violência e a guerra como expressão dos valores modernos do século XX. Não por acaso, o manifesto é publicado, segundo Berardi (2019), no mesmo momento em que Henry Ford introduzia a primeira linha de montagem, em que o Taylorismo reinava com o trabalho coordenado e sincronizado nas fábricas via esteiras móveis. Contudo, muito embora o futurismo tenha surgido como reação e ânsia à inovação, ele consiste em um movimento que não restringiu-se somente como resposta ao subdesenvolvimento – como Itália e Rússia que encontravam-se à margem do mundo europeu e em que o movimento ganhou notória visibilidade –, mas, como disparador de uma energia estética profundamente esperançosa no futuro que atravessa o espírito do capitalismo moderno (Berardi, 2019). O movimento futurista e seus adeptos de fato acreditavam que o futuro era sinônimo de progresso e,

²⁷Para o leitor que deseja acessar o manifesto futurista de forma integral, encontrá-lo-ei no [Microsoft Word - Manifesto do Futurismo.doc \(wordpress.com\)](#)

portanto, exaltavam a modernidade, isso no início do século XX. Entretanto, a realidade que se mostrou no final do século não correspondeu ao que pensavam os futuristas mais otimistas. A aceleração exaltada pelo enaltecimento da velocidade pelos futuristas transformou-se a ponto de não mais restringir-se ao aspecto externo – o da produção e a máquina externa – mas enveredou-se pelo aspecto interno, o do ponto de vista psíquico (Berardi, 2019). Ao invés da velocidade dos automóveis, há o imperativo da velocidade das informações e da hiperconectividade. Ainda que Berardi (2019) compreenda que acesso à informação não significa necessariamente conhecimento, pois o excesso de conectividade acabou por produzir esvaziamento do significado e da linguagem ocasionando o empobrecimento da experiência. A crença no futuro construída sobre os fundamentos técnicos, de velocidade e das guerras, ancorado à modernidade capitalista, não se cumpriu. A promessa de um futuro glorioso deu lugar a uma sociedade marcada pelo tiranismo capitalista, pela violência, alienação e em uma realidade de totalitarismo fascista. Com isso, “no final do século que tinha acreditado no futuro, a utopia perde força e surge uma percepção oposta do iminente, do inexorável, do inevitável, uma percepção distópica” (Berardi, 2019, p. 68). Por fim, o autor conclui que não há futuro, pois esgotou-se nossa capacidade de imaginá-lo sucumbido pela velocidade. Desse modo, “o futuro torna-se inimaginável” (Berardi, 2019, p. 109) desembocando naquilo que o autor denominou de o “século sem futuro”, aquilo que não se concretizou enquanto promessa da modernidade. Em certa medida, tais perspectivas auxiliam no entendimento do desencantamento com o futuro e com a cisão entre a utopia e a distopia real. Depara-se então com um homem submisso aos arroubos técnicos e ao capitalismo contemporâneo, que produz como resultado regimes orientados ao fundamentalismo religioso, xenofobia e demais movimentos totalitários que formam a base do fascismo.

É especialmente interessante a relação entre Berardi e Benjamin porque ambos lançam luz sobre questões estéticas a partir de transformações antropológicas importantes, assim como Benjamin alerta sobre alterações na percepção da realidade exterior e na pobreza

da experiência cada vez mais profunda nas sociedades modernas e discutidas por Berardi. Isto posto, Benjamin (2017, p. 99) afirma que o preço pela auto alienação a níveis elevados consiste na vivência pelo próprio homem de sua aniquilação como deleite estético, pois “assim configura-se a estetização da política operada pelo fascismo”, um verdadeiro gozo estético pela destruição. Novamente, reiteramos que a estetização política engendrada pelo fascismo foi possível sobretudo pelo uso do aparato de reprodução técnica. O objetivo nada mais era do que conter movimentos revolucionários das massas através da reprodução e criação de imagens que as representassem como expressão. No entanto, o interesse das massas proletárias pela arte era subvertido pelo fascismo com o fito de mantê-las em completa letargia.

Ora, a reprodutibilidade técnica pode e foi bastante usada em termos de manipulação de massa e para estratégias de propagandas na atualidade com o uso das tecnologias de comunicação e de reprodução de conteúdos para fins políticos de extrema direita. Portanto, a crítica à cultura, à arte e ao aparato tecnológico mostrou-se imprescindível e pertinente ao entendimento sobre de que forma opera a indústria cultural e como seu aparato serve aos objetivos autoritários e fascistas. Desse modo, discutir indústria cultural não restringe-se às análises detidas apenas à arte e a cultura, mas envolve expandir o conceito para pensar os desdobramentos políticos de seu uso.

Não obstante, houve um momento durante a República de Weimar na qual a cultura e grande parte da estrutura midiática encontrava-se concentrado nas mãos de uma só figura – Alfred Hugenberg²⁸, denominado “barão da imprensa”. Adorno, intrigado com o fato, foi tomado por interesse em analisar de que modo a ligação entre imprensa, rádio e outras manifestações culturais e artísticas explicavam a ascensão fascista na Alemanha. Adorno

²⁸Alfred Ernst Christian Alexander Hugenberg (1865-1951), o principal “barão da imprensa” da Alemanha entre-guerras, nasceu em Hanôver de tradicional família liberal que gradualmente alinhou-se para a direita ultranacionalista e notoriamente racista (Aguilar, 2015). Fez carreira política e como executivo, sendo o detentor de grande parte dos veículos midiáticos da Alemanha, dentre eles jornais, cinejornais e editoras formando um verdadeiro conglomerado midiático que apoiava diversos grupos nacionalistas. Logo alinhou-se a Hitler e ao nazismo alemão, chegando a ser nomeado como ministro da economia quando Hitler ascendeu ao poder.

reconhece que a mídia da época, rádio e cinema, serviam como veículos de propaganda e agitação antidemocrática, conforme igualmente ocorreu na atualidade com propagação de propagandas, notícias falsas e diversos artifícios adotados pela mídia, internet e redes sociais influenciando a opinião pública e o rumo de eleições presidenciais no Brasil e no mundo. Se à época de Adorno o agitador fascista era transportado das ruas para os lares através do rádio, hoje, ele chega ao público via *smartphones*, internet, redes sociais e outras plataformas online (Della Torre, 2021). É disso de que trata o conceito de indústria cultural no entendimento de Adorno, isto é, uma superestrutura composta por uma infraestrutura de meios de comunicação de massa como o cinema, o rádio, a televisão, jornais revistas, e atualmente acrescentando-se o uso das redes sociais, da internet e de toda tecnologia, que para além da mercantilização da cultura, passam a exercer controle social, político e subjetivo das massas. Destarte, o conceito de indústria cultural assume um lugar central na filosofia de Adorno e como assinala Della Torre (2021), ele preocupava-se precisamente com a forma social da indústria cultural, aquela que solapa subjetividades, molda desejos, reconfigura a linguagem com a qual nos comunicamos, molda a percepção de mundo baseada em estereótipos, produzem identificações com os *superstars*, da mesma forma que prepara terreno para a identificação com líderes fascistas, que assemelham-se a super estrelas.

Em geral, o que Adorno e Horkheimer (1985, p. 100) assinalam é que por meio da indústria cultural a dominação imposta pela racionalidade técnica é realocada para os bens culturais de consumo de massa, aliado aos interesses do capital visando um cenário em que “o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”. Para a teoria crítica, tanto a cultura quanto as subjetividades estão sob o jugo capitalista. De certo que Adorno não conseguiu dimensionar a grandeza dos desdobramentos que sua teoria da indústria cultural adquiriu atualmente, mas

destacou que as implicações são inúmeras, desde o campo político, social e cultural. De modo que ao alertar sobre seus efeitos, Adorno (1971, p. 295) aponta que:

O efeito do conjunto da indústria cultural é o de uma antidesmistificação, a de um antiiluminismo [anti-Aufklärung]; nela, como Horkheimer e eu dissemos, a desmistificação, a Aufklärung, a saber a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meios de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvaguardar e desabrochar senão através de homens não tutelados. Se as massas são injustamente difamadas do alto como tais, é também a própria indústria cultural que as transforma nas massas que ela depois despreza, e impede de atingir a emancipação, para qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam.

Neste ponto, Adorno destaca os efeitos da indústria cultural como vetor que age impedindo o pensamento crítico e atua de modo autoritário impondo a dominação social através do aparato técnico moderno. Assim, a indústria cultural funcionará como mola propulsora que movimenta tanto a engrenagem econômica do capitalismo quanto a alavanca do fascismo.

De modo que a indústria cultural, enquanto composta pelos aparatos técnicos modernos, reverteu a lógica vigente de que, para a agitação fascista acontecer, necessitaria da figura do partido presente. Se antes os agitadores antidemocráticos precisavam ir às ruas para proferirem seus discursos às massas, com o surgimento das redes sociais as limitações foram superadas, sobrepujando inclusive os meios de comunicação tradicionais (Della Torre, 2021). No cenário da indústria cultural moderna, não há mais a necessidade dos meios tradicionais para alcance da audiência, tampouco a necessidade do partido a fim de se angariar a massa. Para a autora, que busca realizar uma atualização do conceito de indústria cultural para se

pensar uma nova organização da extrema direita, as redes e sua capilaridade permitiram, entre outras coisas, uma abrangência muito maior e retirou a necessidade do partido na eleição. Um exemplo foi o então ex-presidente, Jair Bolsonaro, que ficou sem pertencer a partido algum entre 2019 a 2021, antes pertencendo a partidos com pouca ou quase nenhuma representatividade, indicando o caráter secundário do partido nas eleições.

A indústria cultural tomou formas e características não só circunscritas aos aparatos tradicionais, ela mesma se transformou no próprio aparato digital culminando em uma infraestrutura digital poderosa. A exemplo, campanhas de desinformação nas redes e nos jornais, as *fake news*, notícias fraudulentas, a ação de *bots* e dos algoritmos compilando e organizando as informações em Big Datas, a manipulação de propaganda dirigida a partir da coleta de dados e informações sobre tendências e preferências políticas e toda sua efetividade em influenciar o resultado de eleições, comprovam de que modo a indústria cultural dissemina e consolida sua tarefa de reascenso fascista.

Para tanto, em termos históricos, a indústria cultural era um amplo sistema no qual nossa socialização ocorria para além do âmbito laboral (Adorno & Horkheimer, 1985). Já mencionamos anteriormente meios como o rádio, o cinema e a televisão, entre outros, que constituíam os componentes desse sistema durante a época dos autores. No entanto, é importante salientar como esse conjunto se alinhava com objetivos políticos diversos, com outras formas de socialização e de sociabilidades, sendo esse o interesse de Adorno em sua análise sobre a cultura em tempos de indústria cultural. Cabe ressaltar que o ambiente de grande parte de suas reflexões críticas e estudos sobre o tema indústria cultural ocorreu em seu exílio, quando teve que fugir, em 1938, para os Estados Unidos mediante a ascensão nazista. Foi nessa época que Adorno desenvolveu o projeto de pesquisa sobre o rádio, o "*Princeton Radio Research Project*", coordenado por Paul Lazarsfeld. O referido projeto sobre o rádio foi de imprescindível importância para que Adorno desenvolvesse de maneira ampla a teoria sobre indústria cultural.

No projeto sobre o rádio, Adorno estudava de que forma os programas eram organizados, o que as pessoas ouviam, o que gostavam de consumir, os hábitos dos ouvintes, a produção do conteúdo, os impactos subjetivos dessas produções nos ouvintes e de que forma a lógica de mercado dita a experiência estética. Há duas outras pesquisas realizadas em solo americano na década de 1940 que mostram-se fundamentais para o entendimento do conceito de indústria cultural: o estudo sobre os agitadores antidemocráticos da extrema direita e a personalidade autoritária, seguindo a premissa da existência de tendências fascistas no interior das democracias e já antecipando a tese de que o fascismo é originário das contradições capitalistas.

Os debates de Adorno com Walter Benjamin, conforme antecipamos, já revelam seu entusiasmo em analisar a influência dos aparatos tecnológicos sobre a cultura e a arte e as implicações políticas decorrentes dessa relação. Entretanto, Benjamin (2017) já havia diagnosticado as possíveis implicações dos modernos métodos de reprodutibilidade técnica, embora tenha enfatizado também questões controversas e problemáticas dessa nova fase do capitalismo. Adorno, partindo das reflexões de Benjamin, refletia sobre os aspectos conflitantes do desenvolvimento tecnológico e seu impacto na arte, na cultura e na política (Della Torre, 2023a). Sendo assim, é importante ressaltar que os efeitos da indústria cultural não podem ser mensurados de forma direta e individual, pois trata-se de um sistema amplo e complexo, portanto, suas repercussões só podem ser observadas ao longo do tempo e dentro de um todo. Ainda que atualmente, devido à rapidez com que os eventos e avanços tecnológicos acontecem, percebemos de maneira mais evidente as consequências intrínsecas a eles, em comparação com a época de Adorno.

Partindo desse ponto, compreendemos que na contemporaneidade o conceito de indústria cultural deve avançar em compreensão de sua validade e aplicação histórica. De modo que, quando Della Torre (2021) afirma que a indústria cultural adquiriu uma versão digital na atualidade, a autora propõe com isso uma atualização necessária do conceito

mediante o célere desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação que fará com que novos desafios sejam impostos à sociedade. Novamente, ressalta-se que o conceito equivocado de indústria cultural como um sistema de bens e materiais culturais provenientes de consumo de massa recai numa interpretação enganosa e inadequada. Podemos observar que o conceito de indústria cultural é mais amplo e complexo, fazendo referências a novas formas de sociabilidades que possuem importante repercussão política. Para Della Torre (2023a), mediante o desafio de atualizar o conceito de indústria cultural, o momento marcado pelo avanço tecnológico e pela configuração das forças produtivas contribuíram de modo significativo para a amplitude da indústria cultural, social e geograficamente. Em tempos de algoritmos, redes sociais, inteligência artificial, o desafio de conhecer de que modo a cultura é produzida não é tarefa das mais simples, no entanto, conhecer o funcionamento da indústria cultural em tempos de avanço tecnológico contemporâneo mostra-se fundamental.

Deste modo, falemos da chamada indústria cultural digital, termo observado nas reflexões de Della Torre (2021) e que realiza a atualização do conceito adorniano. Para a autora, que explica o sucesso do novo radicalismo de direita encontrado no fato de que a indústria cultural, em sua versão digital, apresenta-se como “autoridade desinteressada”. A extrema direita encontrou nas redes sociais um veículo acima de qualquer suspeita, frente à atrativos como a gratuidade e o suposto caráter neutro das redes e demais mídias, acabaram por abdicar da relevância que os partidos possuíam ao se utilizarem de tais aparatos tecnológicos que contam, entre outras coisas, com o aspecto de produção e compartilhamento de conteúdos em massa. O caráter “desinteressado” e “acima de qualquer suspeita” das redes sociais recai no entendimento, segundo a autora, de que as redes são partidárias, apolíticas e que não possuem lado, superando assim a velha forma de fazer política. Somado, claro, ao poder de alcance que possuem a superação de barreiras existentes físicas e geográficas.

Estamos, desse modo, falando de uma importante estrutura e cultura digital baseada na plataformização, customização e financeirização das redes sociais. Nota-se que não apenas

o aspecto da nova infraestrutura digital engendrando uma base material pela indústria cultural pode ser observado, mas a forma cultural em que ela se apresenta (Della Torre, 2021).

Portanto, teremos a cultura do *like*, a monopolização das redes, as propagandas direcionadas, o uso dos algoritmos, os *bots*, mensagens e conteúdos disparados em massa, as *fake news* e demais estratégias com fins de manipulação política em ambiente digital. Logo, quando a autora afirma que o conceito de indústria cultural pode ser expandido nos dias atuais no sentido de uma indústria cultural digital, ela refere-se a essas novas formas culturais de socialização e de sociabilidades presentes nas redes sociais. Segundo Della Torre (2021) “trata-se, portanto, de uma convergência entre um aparato objetivo extremamente abrangente e um modelo de subjetivação que favorece imensamente a extrema direita”. O radicalismo de direita conseguiu e segue obtendo êxito em grande medida ao efetivar, com o apoio e uso das redes sociais, uma política fechada ao diálogo e ao pensamento reflexivo crítico.

Para tanto, combina-se com características próprias das mídias digitais como conteúdos com forte apelo emocional, a liberdade de emitir opiniões e discursos de ódio sob a égide da “liberdade de expressão”, os conteúdos selecionados e padronizados mediante atuação dos algoritmos direcionando os referidos conteúdos com bases em posicionamentos políticos equivalentes formando bolhas ideológicas e corroborando para construção moderna dos *in-group* e *out-group*, além de propiciar a sensação de participação política. As técnicas da propaganda fascista permanecem atuais, somando-se a estas o aparato tecnológico que deu forma e impulsionou um autoritarismo que viu nas redes a oportunidade de expandir sua influência e alcance, um novo campo a ser explorado. A atualização da palestra que Adorno proferiu em 1967 intitulada de “*Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*”, na ocasião de uma conferência na Universidade de Viena, pode ser feita no sentido de que hoje os aspectos ligados ao novo radicalismo de direita concentra-se na ideia de que a indústria cultural e a propaganda fascista tomaram uma forma social e cultural ampla, dando corpo a um aparato que foi capaz de alterar as formas de organização social. E Adorno em sua palestra já

pressupunha que algo dessa natureza fosse possível ao afirmar que não teríamos o controle ou domínio político e econômico sobre a indústria cultural e sua máquina de propaganda. Desse modo, é de suma importância que retomemos à uma crítica mais ampla sobre a indústria cultural, em sua forma social e cultural, conectado ao debate sobre a política de dados para avançarmos sobre a questão da manipulação política (Della Torre, 2021), tão catastrófica nas eleições presidenciais em 2018, e pensar esse aparato que abala as formas tradicionais com que nos organizávamos, inclusive, politicamente.

A conseqüente centralização dos meios de comunicação de massa, assim como diagnosticado à época de Adorno, facilita a formação do caráter alienante e autoritário da indústria cultural, e estabelece um processo amplo por abrangência, mas contraproducente, em termos de interesses a que serve. É importante ressaltar que, ao conceituarmos a indústria cultural como um componente de natureza autoritária – inicialmente baseado nas análises adornianas que apontam para essa perspectiva ao considerá-la como um dos elementos autoritários presentes nas sociedades administradas e dentro das democracias burguesas – é porque ela serve e promove o autoritarismo. De que forma? É de conhecimento que o fascismo busca a adesão das massas à sua ideologia como um meio de alcançar êxito político e, para isso, a indústria cultural lhe serve pelo fato de “oferecer um mundo padronizado e um rol de pensamentos estereotipados e em bloco a seus consumidores, privando-os da possibilidade de exercer uma escolha para além da imitação de padrões dentro de um comportamento de massa” (Antunes & Maia, 2018, p. 190). A dominação exercida pela indústria cultural é favorável ao regime fascista, pois como aponta Adorno (1985, p. 126), “a cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários, e não apenas os bárbaros. A cultura industrializada faz algo a mais. Ela exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável”. Não obstante, a indústria cultural a serviço do capitalismo, contribui para manter a todos em um estado de falsa consciência sobre a realidade objetiva e encobrir as condições de dominação impostas.

Hoje, esse papel é desempenhado pelo nexos entre a indústria cultural, que se conhece teoricamente em Adorno, e a indústria cultural digital, resultado do avanço tecnológico e do refinamento técnico. O alargamento da indústria cultural frente ao avanço tecnológico e digital terá como resultado novas facetas dessa indústria que encontra-se amalgamada ao capitalismo e ao fascismo.

Nesse sentido, Della Torre (2023a) utilizará o conceito de “indústria cultural digital”, ao referir-se a uma nova modalidade do fenômeno sob o capitalismo de plataforma e que compreende as redes sociais e a internet e que incluirá outros campos como o trabalho e o lazer. A indústria cultural passa a ser reproduzida no e pelo capitalismo de plataforma gerando desdobramentos fundamentais no interior da cultura, sobretudo ao se considerar que grande parte das redes sociais – *WhatsApp, Facebook, Instagram, Meta, TikTok* – são monopólios e ditam comportamentos, preferências, sociabilidades, influenciam o debate político e a própria cultura. Enquanto isso, a indústria cultural age ao dificultar a formação de indivíduos autônomos, independentes, críticos e capazes de decidir conscientemente (Adorno, 1999). Ela, enquanto amplo sistema técnico que transforma os modos com que a socialização ocorre e destitui os sujeitos de suas subjetividades inseridas no modo de vida capitalista, funciona como instância de difusão do fascismo, posto que a indústria cultural torna os indivíduos mais suscetíveis ao processo de identificação com os agitadores e líderes fascistas. Desse modo, é impraticável falar de personalidade autoritária e não reportar-se à indústria cultural, pois “vale lembrar que a ascensão da extrema direita hoje foi extremamente potencializada pelo *boom* das plataformas e das redes sociais após 2008 e resultou na eleição de pessoas diretamente ligadas ao *show business*” (Della Torre, 2020, p. 104).

Adorno e Horkheimer (1985) em suas análises sobre a indústria cultural mesmo detendo-se ao exame da televisão, da rádio, do cinema e da música – os aparatos técnicos de sua época – não deixaram de se preocupar com o caráter político do conceito. Apoiando-se na teoria freudiana, perceberam que a indústria cultural produz processos de identificação com

as “superstars” do cinema, assim como a identificação com as “superstars” políticas; “nos Estados Unidos, por exemplo, líderes como Ronald Reagan, Donald Trump e Arnold Schwarzenegger, todos eles literalmente vieram da indústria cultural” (Della Torre, 2023a), na Ucrânia, Volodymyr Zelensky, comediante que não possuía experiência política, no Brasil, Jair Bolsonaro, nacionalmente conhecido sobretudo através de vídeos no Youtube e participação em programas televisivos. Estes últimos têm em comum o fato de terem suas campanhas focadas fundamentalmente nas redes sociais, ausentando-se dos debates e optando pela comunicação com os eleitores via internet. Acontecimentos estes que demonstram o poder de influência política da mídia e das redes sociais. Novamente, nos exemplos citados, a ênfase recai no fato de não precisarem dos partidos para impulsionarem-se e ganharem força no cenário político, a infraestrutura digital personalizada na figura da indústria cultural digital por si só permite esse feito. Dessa maneira, para a projeção política dessas figuras, a utilização ostensiva da internet e das redes sociais foram mais determinantes, dispensando inclusive a necessidade do partido político. De acordo com Antunes e Maia (2018), frente à tamanha influência das redes sociais, da internet e de todo aparato técnico dos Big Data, da exploração ubíqua e da propaganda dirigida, revelam em si mesmos as novas facetas adquiridas pela indústria cultural. Isso evidencia o porquê do grande interesse, tanto por parte do mercado quanto da política, na indústria cultural e nos seus formatos atuais frente ao seu alcance, poder de manipulação e capacidade de dominação. Ela dispensa intermediários, partidos de massa e a propaganda é veiculada sem maiores limitações, organizada pela coleta de dados de seus usuários feita pelos algoritmos matemáticos. É lícito supor que a indústria cultural da atualidade mostra-se até mais efetiva em seus meios e objetivos que aquela à época de Adorno.

Della Torre (2021) frisa que Adorno já tinha destacado esse movimento inerente à indústria cultural e seu poder de suplantar o partido de massas na organização do fascismo em seu texto “*Aspectos do novo radicalismo de direita*”. Para a autora, fica evidente quando

se pensa a ascensão da extrema direita nos últimos anos diretamente ligada ao novo aparato digital surgido a partir da crise de 2008 que transformou o capitalismo. Para Adorno e os demais pensadores da Escola de Frankfurt, o sucesso político dessas figuras é mais bem explicado quando se pensa na relação entre indústria cultural, capitalismo, tecnologia, cultura, propaganda e fascismo.

Hoje sabemos que a extrema direita em várias partes do mundo têm se organizado a partir do uso das redes sociais e que, à época de Adorno, os agitadores fascistas utilizavam sobretudo o rádio como veículo de sua propaganda antidemocrática. Em seu trabalho intitulado “*A técnica psicológica de Martin Luther Thomas*” (1943), Adorno buscou analisar o programa do agitador fascista que possuía grande alcance e audiência de público. Adorno concluiu que o rádio era veículo de alienação, de propagação dos discursos antidemocráticos e toda sorte de propaganda fascista, logo, funcionava como veículo de promoção fascista. Sua análise permite concluir que a indústria cultural era a instância responsável pela sutil dominação ideológica sobre a sociedade, de modo a cooptar a consciência do sujeito histórico, criando barreiras à qualquer transformação social ou movimento emancipatório.

Sobre a relação entre indústria cultural e agitação fascista, Vasconcelos (2022) aprofunda as reflexões entre as condições objetivas e os pressupostos subjetivos que trabalham na manutenção do fascismo como uma tendência, uma espécie de presença constante e produto da sociedade. Em suas palavras, Vasconcelos (2022) explicita que:

Se o rádio servira como meio para a ascensão de Hitler e outros movimentos fascistas, os novos colossos da exploração industrial de cultura replicavam a expertise da propaganda nazista pelo universo cintilante de seus cenários, enredos e star system, assumindo as formas de uma autoridade interessadamente desinteressada. Com o sucesso de suas produções garantido por sua presença ostensiva, a Indústria cultural prende a atenção de seus espectadores com a promessa de um desejo sempre postergado. Logrado a se contentar com a leitura do cardápio, o venerável público não

cumpra um papel meramente passivo, porém, tal qual qualquer consumidor de mercadorias, ele é castrado. Privados de sua capacidade de estabelecer uma relação concreta com as coisas, os indivíduos são coagidos a devotar ardorosamente suas paixões a um esquematismo que passa a presidir a produção seriada do espírito. Se, em Kant, as categorias do entendimento ordenariam a multiplicidade da experiência sensível, as mercadorias culturais operam uma síntese similar antes mesmo dos sujeitos se aperceberem dos estímulos projetados nas telas do cinema para mantê-los cativos (p.4).

Apreende-se, portanto, que o conteúdo e a ideologia fascista é levada ao ar por intermédio da indústria cultural. Os sujeitos, para além de uma postura meramente passiva, são despossuídos de sua capacidade de estabelecer uma relação concreta entre os fatos, são levados por um esquematismo de pensamento em massa e seguem regidos pela influência da indústria cultural.

Dessa maneira, se Adorno tinha o rádio à sua época, hoje possuímos a indústria cultural digital que é amplamente utilizada pela extrema direita para alcance de seus objetivos políticos controversos. Nesse caso, podemos compreender que:

[...] as redes sociais intensificaram a forma da indústria cultural: tudo aquilo que estava na relação formal entre nós e a cultura (os padrões repetitivos, o pensamento estereotipado, etc.) se aprofundou pelo alcance e capilaridade das redes, pois elas penetram fundo no corpo social e fundo na subjetividade. Além disso, podemos dizer que as plataformas sociais – ao ocupar as pessoas a maior parte do dia – se tornaram elas próprias uma forma de gestão do conflito social e, portanto, da luta de classes (Della Torre, 2023a).

Isto posto, compreendemos então que a indústria cultural é portanto um sistema de socialização que produz transformações diretas e objetivas nas subjetividades. Ela opera transformações em nossa realidade desde a nossa forma de vivenciar o trânsito, de vivenciar

o ambiente das redes sociais, do trabalho, dos estudos, entre outras inúmeras plataformas – ifood, waze, uber, netflix. Para tudo há um aplicativo, uma rede social ou um aparato digital que será referência e que mediará nossa experiência com o mundo. Isso gera efeitos em nossa socialização de forma profunda e radical, não por menos a indústria cultural desenvolve-se a passos largos acompanhados dessas plataformas virtuais. Diante de tamanho poder e influência, compreendemos a guerra digital travada entre as grandes corporações tecnológicas e da própria extrema direita contra o projeto de lei das fake news – PL 2630²⁹ – que busca regulamentar a atuação das plataformas digitais no Brasil com vistas a impedir a ação de crimes digitais, diminuir discursos de ódio e violência e a propagação de notícias falsas. Na contramão dos interesses atuais do capitalismo financeiro, a PL visa atuar sobre aquilo que as redes sociais fazem de melhor: a captura das subjetividades pelas Big Techs para obtenção de lucro, através da exploração e expropriação. Isto significa reiterar, mais uma vez, a fundamentação da indústria cultural na lógica capitalista, voltada ao lucro e aplicada em meio à cultura.

No mais, é importante salientar que a indústria cultural é um sistema amplo que abarca, além da socialização conforme já destacamos, igualmente a produção cultural, a dimensão política, a laboral e a subjetiva. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985) a indústria cultural age de modo que:

Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu level, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo” (p. 116).

²⁹A PL das fake news denominada de Lei Brasileira de Liberdade, responsabilidade e transparência na internet objetiva a criação de regras para a regulação de conteúdos expressos nas redes sociais e em demais plataformas digitais.

Compreende-se que a indústria cultural reduz os indivíduos à representação de seus interesses porque está ligada à ideologia capitalista, posto que a cultura é moldada por interesses econômicos de uma classe dominante ao substituir a consciência pela conformidade. Ela é ao mesmo tempo ferramenta e produto do mundo capitalista, utiliza-se da tecnologia e é viabilizada por ela de modo simultâneo. Enquanto resultado do modo de produção capitalista, a indústria cultural age diretamente na formação das subjetividades impedindo o pensamento crítico e impondo modos de existir enquadrados em seus interesses.

O cerne da indústria cultural é basear-se na padronização em massa da cultura através da utilização dos meios midiáticos orientados pelo capitalismo solapando qualquer sinal de pensamento crítico, portanto, não é exagero afirmar que a sociedade moderna e a racionalidade instrumental são os celeiros da indústria cultural. Falamos de uma sociedade administrada, como já teorizada por Herbert Marcuse, em que cultura e publicidade encontram-se tão incorporadas a ponto de não percebermos suas distinções, resultado dos efeitos da indústria cultural. O próprio Marcuse trata de elaborar o argumento sobre a forma de controle social exercida pela racionalidade tecnológica em "*A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*" (1982). Nela, o autor destaca que a noção de liberdade na sociedade industrial avançada é ilusória, e que a oferta, é no máximo, mais totalitarismo aos indivíduos como forma de controle social. Nas sociedades administradas a tecnologia, as falsas necessidades, a liberdade e a cultura postas a serviço da dominação e controle social encerram os sujeitos em realidades unidimensionais (Marcuse, 1982). De modo que as sociedades administradas são marcadas pelo progresso e a racionalidade técnica, não constituindo-se de modo algum instâncias neutras, servem como instrumentos de dominação tendo a tecnologia como forma de controle social.

Grosso modo, nas sociedades de capitalismo tardio, onde a indústria cultural se faz hegemônica, é necessário que se mantenha a crítica à indústria cultural e aos aparatos

tecnológicos uma vez que os mesmos agem na e para manutenção da lógica fascista. A rigor, no atual momento histórico, o capital contribui para o desenvolvimento da indústria cultural – um sistema ideológico encarregado de obscurecer a dinâmica social e moldar a formação dos indivíduos –, por outro lado, temos o fascismo, um regime fundamentado em liderança, que conta com elementos de uma dominação ainda mais intensa do que em períodos anteriores ao capital (Leal, 2023). Nesse sentido, concluímos que ambos os fenômenos, indústria cultural e fascismo, são produtos diretos das transformações capitalistas, ou seja, ambos são elementos estruturantes da lógica capitalista. Adorno e Horkheimer perspicazmente notaram que o sistema capitalista em sua nova etapa de organização opera de acordo com princípios autoritários por meio da cultura, tendo a indústria cultural como a força que possibilita essa dinâmica. Ela é responsável pelo processo de solapamento das subjetividades e de reificação da consciência, aspectos inerentes ao sistema capitalista, – sistema esse que busca fomentar o autoritarismo, garantindo assim, em períodos de crise, a continuidade do capitalismo por meio da dominação e da natureza autoritária presente na ameaça fascista.

Diante do exposto, para muitos críticos, Adorno possui uma visão suficientemente pessimista das leituras que faz sobre a sociedade e o futuro. Mas é de Adorno, também, a prospecção de um futuro em que as democracias possam respirar livres do perigo fascista. Nesse sentido, a saída encontrada por Adorno (2021) visando a superação da sombra do fascismo e da barbárie é apontada em “*Educação e Emancipação*” nos termos de que “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação”, isto é, uma educação potencialmente antifascista, emancipadora e uma cultura com potenciais formativos diferentes daquelas estruturas sociais que mantém as condições geradoras da barbárie. Se para Adorno a barbárie está ligada objetivamente à falência da cultura, uma educação emancipadora passa pelo fortalecimento da cultura, pois de acordo com o pensador:

A cultura que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa. Ela dividiu os homens. A divisão mais importante é aquela entre trabalho físico e intelectual. Desse modo, ela subtraiu aos homens a confiança em si e na própria cultura. E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disso foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura. Em vez disso, a raiva se voltou contra a própria promessa ela mesma, expressando-se na forma fatal de que essa promessa não deveria existir (Adorno, 2021, pp. 178-179).

A desbarbarização envolve, sobretudo, rever o papel da cultura nos dias atuais rumo a sua transformação e fazer da educação, enquanto componente crítico e contestador, ferramenta social com vistas ao desaparecimento da ameaça fascista. Conforme as contribuições de Adorno, o fascismo não deve ser reduzido ao sentido apenas do retorno do arcaico, mas compreendido como aquele que se reproduz na e pela civilização, o que nos faz perceber que o autor visa alcançar o aspecto social que o criou. Voltar as análises para o ambiente social que o criou, é debruçar-se sobre as condições sociais mantenedoras do fascismo nas democracias burguesas, é além de tudo, observar as mudanças de desenvolvimento do capitalismo e suas sucessivas crises ao longo da história. Isso porque, como já dito, o fascismo é o sintoma político da crise do capital econômico.

Os nexos entre capitalismo e fascismo

Sabe-se que o conceito de indústria cultural é de relevância maior na obra filosófica de Theodor Adorno porque busca refletir sobre a relação entre cultura e sociedade moderna à luz dos ditames capitalistas. Na esteira da discussão entre indústria cultural e a relação com o fascismo, torna-se imprescindível o debate em torno do capitalismo, tendo em vista que o fascismo se vale de crises cíclicas para ganhar força por meio de discursos “antissistema”. O

desconhecimento da relação entre fascismo e capitalismo incide na possibilidade de sua recidiva forjada na ampla tentativa de supressão de seus determinantes econômicos.

Além disso, ressalta-se que o capitalismo e o fascismo guardam uma proximidade maior do que se possa imaginar; com este último configurando-se um produto histórico da dinâmica daquele. Para tanto, a reflexão sobre o fascismo não se restringe à mera tarefa de identificá-lo com base em uma lista de características e elementos presentes, mas, sobretudo, deve ser ponderado e analisado como resultado da dinâmica capitalista, a qual, em momentos específicos, favorece a sua ascensão. Insistimos no ponto de que a ordem do capital, a partir das recorrentes crises que a ela são inerentes, faz com que se produza arrocho econômico e políticas de austeridade que punem principalmente os trabalhadores, ao passo que abrem caminho para o fascismo.

Os teóricos frankfurtianos, em especial Adorno e Horkheimer, já haviam destacado a profícua relação entre economia, psiquismo e a sociedade, reforçando as contradições inerentes ao sistema capitalista e enquanto detentor das estruturas e condições objetivas que propiciam o surgimento do fascismo. Por seu turno, Horkheimer (2020, p. 11) alertara para a necessidade do debate que abarca o fascismo e o capitalismo, afirmando que “quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo”. Horkheimer reitera a ideia, já no século XX, que toda crítica direcionada ao fascismo envolve, impreterivelmente, pensar os modos de produção capitalistas que sustentam o fascismo. Consistindo o fascismo em uma das faces do capitalismo, nos interessa aqui elaborar o referido vínculo destacado pelos frankfurtianos, isto é, discorrer sobre fascismo como uma especificidade do capitalismo, não podendo o mesmo ser tomado de forma isolada como salienta Horkheimer. Adorno, Marcuse e Benjamin partilham da compreensão de que o fascismo não é um mero acidente de percurso ou um desvio histórico. É preciso entender que o fascismo sempre esteve circunscrito a uma ordem social com características políticas e culturais que favorecem a sua presença constante. Enquanto uma ameaça que nunca sumiu, o fascismo desde que apareceu, nunca foi

completamente destruído. Não por menos, podemos compreender a formulação de Horkheimer e a razão pela qual Adorno enfatiza a tese da persistência da ameaça fascista em meio à democracia burguesa. No ensejo da crítica fascista, é necessário refletir sobre o modo de produção capitalista porque são elas que fornecem, sob dadas condições, o fascismo como uma eterna possibilidade, porquanto, segundo Mascaro (2022, p. 14), “o fascismo é sempre uma possibilidade do capitalismo em sua reprodução, dadas suas contradições e crises”.

Sabe-se que Adorno morreu em 1969 e, com isso, foi impedido de testemunhar a onda neoliberal que se destacou a partir de 1980. Contudo, Adorno (2020, p. 45) já observara “o fato de que os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram”, ao elaborar o vínculo entre fascismo e capitalismo, e no interior dessa elaboração, encontramos a interpretação frankfurtiana do fascismo como algo intrínseco ao processo social e histórico das sociedades modernas, ou nas palavras de Horkheimer: ele é “a verdade da sociedade moderna” (Adorno, 2020, p. 12). Adiantamos que o fascismo na lógica adorniana faz parte de uma estrutura sociometabólica do capitalismo e o seu potencial de persistência deriva da continuidade da ordem social, das circunstâncias políticas e da dinâmica cultural que lhes deram origem. E em todo o trabalho intelectual de Adorno, a afirmação de que o fascismo é a verdade última da história moderna e contém em si as tendências imanentes ao desenvolvimento do capitalismo aparecerá de modo recorrente (Adorno, 2020).

Adorno e Horkheimer (1985), como vimos em “*Dialética do Esclarecimento*”, pontuaram os elementos mantenedores entre o nazifascismo e os aspectos culturais e políticos surgidos no pós-guerra no cerne do capitalismo tardio. Adorno pensa o conceito de capitalismo tardio a partir das relações de dominação do trabalho e que liga-se diretamente à noção de sociedade industrial. Adorno e Horkheimer já haviam destacado que a forma como o arranjo capitalista apresenta-se nas sociedades administradas impede qualquer possibilidade de transformação social, pois estende a relação de produção, que é de dominação, para outras esferas além do trabalho. Ou seja, os filósofos já haviam lançado luz sobre as implicações da

expansão da dominação capitalista, “isso, porque o jogo entre relações de produção e forças produtivas não se encerrou com a mudança no arranjo capitalista” (Leal, 2023, p. 43).

Adorno e Horkheimer (1985, p. 14) advertem que “o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população”. No modo de vida capitalista os indivíduos se vêem cada vez mais anulados frente ao poder econômico, ao mesmo tempo em que o progresso técnico avança e as formas de produção se expandem, a relação de dominação aumenta proporcionalmente. Em tempos de capitalismo de monopólios, a premissa burguesa de que os indivíduos alcançariam um grau de racionalidade e sensatez da consciência já não mostra-se mais de interesse à racionalidade econômica. Adorno vê o poder econômico representado na própria racionalidade técnica preponderante em uma sociedade alienada de si e lesada. Aliás, Adorno não apreendia de forma positiva a sociedade capitalista tardia sobre a qual realizava sua crítica. Para o filósofo faltava liberdade aos indivíduos, liberdade essa conquistada apenas mediante a emancipação e desvencilhamento das amarras capitalistas.

Nesse sentido, Fleck (2015) em sua tese afirma que Adorno é um teórico anticapitalista, no sentido de que o capitalismo é visto por ele como um entrave à emancipação. O capitalismo na obra de Adorno é representado por um modo de vida e não enquanto uma forma de distribuição de riqueza apenas, que se impôs com a modernidade e no processo civilizatório orientado a uma mecânica crescente e alienada que tem como objetivo último o próprio crescimento (Fleck, 2015). Essa forma específica de dominação a que Adorno se refere é definida mais por sua abstração e sutileza do que propriamente pela relação entre os grandes donos do capital versus o proletariado. Essa dominação econômica abstrata pauta-se no aspecto político, que sobrepuja o interior das estruturas e funcionamento social. Noutras palavras, a crítica de Adorno à dominação é a crítica sobre a qual todos estão sujeitos à dominação econômica, funcionando enquanto peças da engrenagem capitalista, os

indivíduos são lançados à reificação. Ainda nesse sentido, para Adorno, a crítica ao capitalismo e seu processo de danificação da vida e da natureza é, também, uma crítica à racionalidade instrumental, visto que esta é a racionalidade que predomina nas sociedades capitalistas – a razão instrumental. Assim como Adorno, o intelectual e dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898-1956) diagnostica, mediante a repercussão do nazismo no mundo, o seguinte:

Vocês, porém, aprendam como se vê em vez de olhar fixo, e como agir em vez de falar e falar. Uma coisa dessas chegou quase a governar o mundo! Os povos conseguiram dominá-lo, porém, que ninguém saia por aí triunfando precipitadamente - é fértil ainda o colo que o criou (Brecht, 1992, p. 213).

Ou seja, aquilo que deu origem ao fascismo permanece pulsante e vivo. Seus determinantes econômicos e a influência das formas sociais do capitalismo ganham materialidade. Os determinantes sociais, culturais, ideológicos e políticos que o sustentam, e são eles mesmos parte do fascismo, permitem a Brecht afirmar que “a cadela do fascismo está sempre no cio”, uma vez que o fascismo é uma espécie de vir-a-ser constante, que de tempos em tempos recua e em momentos oportunos reaparece (pois nunca sumiu) com força e vigor, como algo novo e recente. Seu reaparecimento ocorre concomitante às dificuldades do capitalismo e suas sucessivas crises econômicas, aliado à crises políticas de representatividade e ao recrudescimento da própria razão instrumental que prioriza os fins ante aos meios.

No mais, é possível observar que a referida razão instrumental alinhou-se de modo irrepreensível à chamada razão neoliberal denunciando o nexos entre capitalismo e fascismo. Atualmente, os pressupostos mantenedores do fascismo possuem base sócioeconômica neoliberal, conforme antecipado por Adorno. Ao mesmo tempo em que assinala o nexos entre economia, sociedade e psiquismo, enquadra o fascismo como princípio organizativo das contradições no interior da lógica capitalista (Querido, 2023). Em “*Aspectos do novo radicalismo de direita*”, Adorno (2015) chama a atenção para a forma como o Terceiro Reich

insere-se na lógica do capitalismo, posto que o hitlerismo foi, de certo modo, a revolução burguesa da Alemanha. Ancorado na expansão industrial e junto à crise de 1929, o Terceiro Reich surgia como algo intrinsecamente arraigado à lógica social inerente ao capital. Desse modo, Adorno (2015) nos mostra como a dominação econômica e política são elementos inseparáveis. Logo, para a compreensão do entendimento dessa assertiva – a relação entre capitalismo em sua atual versão neoliberal e a ascensão de regimes antidemocráticos no mundo –, contaremos com a obra de Wendy Brown - “*Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*” (2019). O uso da referência, entre outras a serem utilizadas, justifica-se porque nela encontramos elementos teóricos e reflexivos que alinham-se ao nosso objeto de pesquisa e, portanto, mostra-se pertinente para o avanço no desenvolvimento da compreensão da ideia do fascismo como a verdadeira face do capitalismo.

Os filósofos frankfurtianos contribuíram sobremaneira com o apontamento da referida tese, a da relação intrínseca entre capitalismo e fascismo, e ofertaram os caminhos de uma crítica no interior do objeto. Mas resta, contudo, esmiuçar de que modo esse processo desenrolou-se historicamente e em que estado encontra-se o capitalismo e os regimes autoritários escancaradamente antidemocráticos na história recente das sociedades. Partindo de Brecht, que entende o fascismo como parte do capitalismo, no qual o próprio fascismo funciona como estruturante das sociedades capitalistas, buscamos em Brown observar como o neoliberalismo associa-se à movimentos de extrema direita dentro das sociedades democráticas capitalistas resultando em um tipo de fascismo neoliberal, ultracapitalista e conservador. É uma tarefa política tentar compreender de que modo as forças capitalistas ditam as regras sobre os modos de viver e de que modo esse movimento termina por produzir mais autoritarismo, reacionarismo e ascensão de políticas antidemocráticas.

É certo que as forças antidemocráticas e de extrema direita ascenderam nas democracias liberais no mundo todo. A vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 nos

Estados Unidos foi um momento significativo, um acontecimento que acompanhou outro grande movimento, o de ascensão da extrema direita por várias partes do mundo reacendendo o alerta sobretudo quanto ao questionamento das razões de umas das maiores nações eleger um candidato com posicionamento explicitamente antidemocrático. A cada prévia de eleição o resultado causava choque. Neonazistas no parlamento alemão, o neofascismo na Itália, o Brexit impulsionado pela xenofobia e estimulado pelos principais jornais do país, a retomada do nacionalismo branco nos países Escandinavos. Menciona-se ainda Viktor Orbán, na Hungria, o autoritarismo despontando na Turquia de Recep Erdoğan e em todo o Leste Europeu, Andrzej Duda, na Polônia, Narendra Modi, na Índia, e o Trumpismo nos Estados Unidos com uma onda reacionária, racista e anti-imigrante. Acrescenta-se a estes, Rodrigo Duterte, nas Filipinas, Volodymyr Zelensky, na Ucrânia, Javier Milei, na Argentina e Jair Bolsonaro, no Brasil. Um fenômeno ao mesmo tempo global e curioso, pois são regimes alinhados à extrema direita que chegam ao poder democraticamente e prosseguem no desmantelamento da democracia a passos largos rumo ao autoritarismo.

No Brasil, presenciamos o bolsonarismo preponderante, forte o suficiente em força e alcance, fundamentado, antes de tudo, em um movimento de estímulo ao ódio, ao negacionismo, ao autoritarismo e à ignorância, impulsionado pelas redes e pela internet. Na Argentina, Javier Milei, candidato da extrema direita, desponta como líder das primárias para a presidência da Argentina e mantém crescimento em um cenário de crise econômica no país. Em última análise, a Argentina, ao eleger um candidato representante da extrema direita, retrata aquilo que buscamos clarificar, que o fascismo se vale de crises do capitalismo para ganhar força com discursos antissistema e o que recai na necessidade de apontarmos a verdadeira raiz do problema, sobretudo no sul global, onde o fascismo aparentemente sempre foi regra. Dessa forma, Bolsonaro, Milei, Trump não podem ser compreendidos como meros acidentes de percurso. Eles devem ser vistos enquanto tendências, resultado do esgotamento da forma governo de conciliação proposto pela democracia. Ademais, outra importante

questão salta ao entendimento. A de que na atualidade os golpes democráticos na forma como conhecemos na história adquirem outra roupagem. Eles se dão através de políticos extremistas que corroem a democracia por dentro, são eleitos democraticamente, mas mostram-se abertamente antidemocráticos em sua natureza. Como resultado, dentro de uma sociedade capitalista o fascismo será sempre uma possibilidade. Portanto, entende-se a necessidade de compreender o fascismo para além do seu aspecto puramente abstrato, mas desenredar as estruturas que o sustenta, posto que, não há como falar sobre fascismo sem reportar-se ao capitalismo. O fascismo é o capitalismo em crise.

Desse modo, “*Nas ruínas do neoliberalismo*”, a autora mostra de que forma o neoliberalismo – atual ordenamento do capitalismo – demonstra seu desprezo por quaisquer elementos voltados ao Estado de bem-estar social, com ênfase ao desgaste político e democrático provocando uma onda reacionária, nacionalista, autoritária e fundamentalista. Para situar o contexto geopolítico global que funciona como pano de fundo para a discussão da temática principal discutida na obra, a autora destaca que de um lado tem-se o Norte global em meio a inexorável política neoliberal que minguava despesas com gastos sociais, associado a uma agenda política liberal, agenda econômica neoliberal e agendas culturais culturais que geravam divisão e abandono, provocando reações de ressentimento e indignação aos novos despossuídos (Brown, 2019). Enquanto isso, os novos despossuídos eram esmagados pelas políticas econômicas neoliberais no tempo em que os valores familiares cristãos, a branquitude e a exaltação da guerra eram incansavelmente propagados como valores a serem celebrados. Tratava-se de um neoliberalismo misturado ao conservadorismo por intercalar patriotismo com militarismo, valores cristãos familiares à mensagens racistas junto ao capitalismo desenfreado, consistindo em uma fórmula de sucesso até a chegada da grande crise econômica que assolou o mundo em 2008 (Brown, 2019). A crise econômica de 2008, que abalou nações de forma distintas, estabeleceu um ambiente social propício para que o discurso reacionário aflorasse na sociedade (Richter, 2017). A autora cita que alguns

estudiosos cuidadosos atribuem à crise econômica de 2008 a causa da virada da direita em todo o mundo. Surgindo como alternativa ao caos instaurado, a mudança proposta para solucionar a catástrofe econômica seria recrudescer a oposição e a responsabilização do Estado social por suas ações afirmativas, a rejeição aos imigrantes e a exigência de auxílio dos governos para recuperar bancos em detrimento da grande parcela da população. Nos Estados Unidos, a direita aproveitava-se do uso de jornais, das redes e demais programas de rádio para apregoar suas mensagens com forte posicionamento contrário ao governo e de caráter fascista, ao mesmo tempo em que grupos despertavam em um movimento de organização em torno de pautas nacionalistas, de exaltação da branquitude e do liberalismo ensejando uma espécie de populismo de extrema direita. Um populismo que ganhava cada vez mais terreno a partir de sentimentos da desilusão e do desamparo político e econômico; ao mesmo tempo em que se procurava os culpados pela atual situação de perda de privilégios e de garantias de quem outrora achava-se seguro em sua torre de garantias.

Diante desse cenário, restava pôr a culpa no imigrante, nas minorias e em diversos benefícios para aqueles que não eram merecedores da inclusão social, sobrando às políticas de amparo e inclusão social o crédito da culpa. O que os populistas de direita conseguiram êxito em manipular a partir de suas próprias perdas, foram os danos ocasionados pelas políticas econômicas neoliberais. Sempre evocando um passado no qual a vida era retratada melhor e mais satisfatória, com valores tradicionais sólidos no qual as famílias igualmente tradicionais eram felizes, íntegras e heterossexuais, quando as mulheres e as minorias limitavam-se aos espaços às quais eram destinados, quando a vizinhança era ordenada e familiar e quando os valores cristãos e a branquitude eram os nortes identitários (Brown, 2019). Era esse mundo que os populistas de direita evocavam no imaginário popular, o de um passado glorioso, feliz e correto, sendo possível observar com grande recorrência nos *slogans* das campanhas de Trump com o “Make America great again” (Faça a América grande de novo), “A França para os franceses”, de Marine Le Pen, o “Take back control” do Brexit, o

“Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” do Alternativa para a Alemanha-AFD, o “Polônia pura, Polônia branca” do Partido Polonês da Lei e da Justiça, “Mantenha a Suécia sueca” dos Democratas suecos e no Brasil o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” de Jair Bolsonaro. Os slogans expressam ressentimento e descontentamento geral, aglutinando em torno de si grupos alinhados por posicionamentos preconceituosos, racistas, cristãos e evangélicos conservadores de direita, além de cidadãos comuns pobres e frustrados com a situação política e econômica. E para endossar o movimento, a articulação nas redes sociais e nas mídias tradicionais contribuía no apoio e fomento das narrativas de extrema direita.

Brown (2019) visa demonstrar de que forma as forças que determinam a forma antidemocrática das rebeliões alinham-se ao fascismo ao considerar elementos essenciais para análise a forte oposição da racionalidade neoliberal em relação às questões de interesse social e político, o menosprezo à desintegração da sociedade e o descrédito ao bem público, a extrema valorização junto à exaltação da moralidade tradicional, o enaltecimento do mercado e os ataques à igualdade unidos à mobilização de valores tradicionais. Grande parte das análises políticas e históricas, segundo a autora, deixam de lado fenômenos importantes como o niilismo crescente, o uso da moralidade tradicional como arma política e a ação de defesa do moralismo e de liberdade justificar ataques à democracia, à igualdade racial, de gênero e sexual, à educação pública e à esfera público civil. Falamos de tempos em que defender justiça social é demonizado pela extrema direita, que trata explicitamente esse tema como grave oposição à liberdade e à moralidade em seus discursos.

Desse modo, é possível adiantar de que forma a racionalidade neoliberal preparou terreno para mobilizar e legitimar forças radicalmente antidemocráticas na segunda década do século XXI, porque no argumento de Brown (2019), nada escapa à racionalidade neoliberal de valorização e de ataques às democracias. Para a autora, compreender as raízes da ascensão de políticas antidemocráticas no ocidente requer teorizar para além das questões puramente econômicas, mas sobretudo repensar a cultura política e a governamentalidade neoliberal que

incide sobre a subjetividade. Além disso, conta com o fato de mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade que contribuem para a formação de indivíduos ressentidos e coléricos frente às investidas e ao abandono econômico, vendo-se vítimas da instrumentalização de seus afetos políticos.

Para Dardot e Laval (2016) é necessário que se compreenda politicamente o neoliberalismo, para além de uma perspectiva ideológica e de sistema econômico, em sua natureza enquanto projeto político e social e o que ele representa e promove desde a década de 30. Os autores são enfáticos ao afirmarem como o neoliberalismo representa uma ideia muito particular de democracia, que, diante de muitos aspectos, deriva de uma verdadeira noção de antidemocratismo, nos fazendo vivenciar uma era em que os autores denominam de era pós-democrática.

A grande questão gira em torno do fato do neoliberalismo ter viabilizado a insurgência de forças antidemocráticas na metade do último século e colocar em perspectiva a ascensão da extrema direita nas democracias liberais. Tradicionalmente, a partir do encontro da denominada Sociedade Mont Pèlerin³⁰, em 1947, deu-se origem aos fundamentos daquilo que hoje chamamos de neoliberalismo e seus principais intelectuais – sendo eles Friedrich Hayek e Milton Friedman, além de alguns ordoliberais alemães. O neoliberalismo enquanto perspectiva política transformou-se em um movimento ideológico a nível mundial que transformou profundamente o mundo através de seu projeto político e econômico dominante no capitalismo nas décadas 80 e 90 (Gros, 2008). Como desdobramento do liberalismo e como crítica ao projeto keynesiano nos anos 1930 e 1940, o neoliberalismo teve seu desenvolvimento logo após a Segunda Guerra Mundial e tornou-se referência como projeto político e econômico para diversos países na crise capitalista dos anos 1970. Logo, a expansão

³⁰A criação da Sociedade Mont Pèlerin está estreitamente ligada às ideias de Hayek e à estratégia política proposta por ele para se contrapor às tendências socialistas que os liberais consideravam dominantes na Europa da época (Gros, 2008, p. 5). Friederich Hayek era professor de Economia na Universidade de Viena, nos anos 30, e enquanto esteve na presidência da Sociedade Mont Pèlerin buscou promover o liberalismo clássico e econômico em uma fase em que o socialismo e as intervenções estatais ganhavam espaço ao redor do mundo. Seus intelectuais defendiam a devida redução do Estado e o fortalecimento de um mercado predominantemente livre.

do neoliberalismo foi fomentado pela articulação entre intelectuais, acadêmicos, empresários e “think tanks” (institutos de pesquisas) liberais alcançando sua internacionalização na década de 1990.

Essa atual organização econômica neoliberal, com princípios e políticas que lhes são próprios, como veremos, encontra-se amalgamada com regimes de base autocráticos, nacionalistas e neofascistas, combinados “com outros poderes e forças, tais como racismo, niilismo, fatalismo e ressentimento” (Brown, 2019, p. 19). É preciso entender, portanto, de que modo as formulações neoliberais com ênfase nos ideais de liberdade individual instigam e legitimam a extrema direita utilizando-se do discurso de liberdade para fundamentar políticas de exclusão, de violência e aniquilamento visando garantir a manutenção do *status quo*, a hegemonia e a expansão do capital. Ainda nesse sentido, o pensamento neoliberal rejeita ações voltadas à justiça social, atribui às políticas de esquerda a culpa pelo esgarçamento do tecido social e, numa perspectiva meritocrática, por premiar quem de fato não merece. Pertence à cultura política e à subjetividade neoliberal a tarefa de economicizar todos os aspectos da existência humana, incluindo os aparatos democráticos e suas instituições, a subjetividade e os modos de vida. A rigor, Brown (2019) incorpora duas perspectivas distintas: a abordagem neomarxista, que enxerga o neoliberalismo como uma evolução do capitalismo, e a abordagem foucaultiana, que analisa como governos, indivíduos e subjetividades passam por transformações durante o processo de reestruturação da lógica liberal em direção ao neoliberalismo. Nesse sentido, o capitalismo enquanto sistema econômico não segue sua própria lógica, mas organiza-se a partir de determinadas racionalidades políticas e seus princípios.

A exemplo do neoliberalismo como formulado por Friedrich Hayek, mercado e moral estão profundamente conectados entre si e com a ideia de liberdade³¹. Para Hayek,

³¹Friedrich Hayek em sua obra “A constituição da liberdade” (1960) define liberdade como de valor único e de caráter individual. O conceito de liberdade para o pensador neoliberal em nada se aproxima das noções de emancipação, de vontades ou de escolhas individuais conscientes ou coletivas (Brown, 2019). Desse modo, ele pensa liberdade enquanto exclusivamente a liberdade individual na relação dos homens com outros

mercado e moral são os fundamentos da liberdade, da ordem e do desenvolvimento. Trata-se de um projeto político-moral que busca manter intactos os valores e hierarquias tradicionais, rejeitando ideias de caráter social e adotando uma postura de oposição extrema à intervenção do Estado e ao exercício do poder político democrático. Assim, a liberdade defendida e que motiva o desprezo pelos valores democráticos e pela justiça social é a liberdade de mercado junto a promoção da moral tradicional. Esses são os elementos que definem a lógica do pensamento neoliberal, o que leva Brown a observar certa estranheza no fenômeno, que parece unir de forma peculiar elementos neoliberais, como o apoio ao capital financeiro internacional e a ênfase na liberdade individual, com valores que contradizem esses princípios, como o nacionalismo, a imposição da moral tradicional e a busca por soluções estatais. (Brown, 2019, p. 10). Observamos que a lógica neoliberal, tal qual formulada por seus intelectuais, une liberdade de mercado e tradicionalismo moral conservador, ao mesmo tempo que se contrapõe ao Estado de bem-estar social.

A proposta neoliberal originou-se do aglutinamento entre uma moral tradicional conservadora, a partir do pensamento de seus idealizadores, junto a defesa da ampliação do espaço do mercado em detrimento ao social, no pensamento neoliberal hayekiano não há espaço para quaisquer formas de bem-estar social. O ponto de partida para entender o projeto neoliberal e seus consistentes ataques ao social é perceber que na democracia a noção de igualdade política e de justiça social são fundamentais. A relevância do social é fundamento para todo e qualquer estado democrático que queira funcionar nos moldes de uma prática política democrática, bem como o conceito de justiça social que tornar-se indispensável para pensar e efetivar uma sociedade democraticamente orientada.

Entender que somos sujeitos de direitos políticos e que a justiça social serve para corrigir um pouco mais as diferenças sociais, as exclusões e estratificações fazem parte do ideal democrático e do ideal social. No mais, “é sintomático que são precisamente a existência

homens e como um princípio supremo, por isso falará tanto em liberdade pessoal e a importância da expansão da esfera pessoal protegida. Isso explica a antipatia de Hayek pela democracia e seus valores.

de sociedade e a ideia do social [...] o que o neoliberalismo se propôs a destruir conceitual, normativa e praticamente” (Brown, 2019, p. 38). Se para Hayek o termo sociedade não detinha sentido algum e para Margaret Thatcher³² o conceito inexistia; para a direita, as agendas voltadas para justiça social atrapalham a liberdade e ganham uma concepção pejorativa porque impõe programas voltados à igualdade social, de direitos, de ações afirmativas e de políticas públicas vistos como empecilhos ao desenvolvimento econômico. Desse modo, no neoliberalismo o objetivo é o desmonte do Estado de bem-estar social com vistas a preservação de seus interesses econômicos. E o ataque neoliberal ao social contribui de modo intenso na geração de “uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (Brown, 2019, p. 39).

O projeto de Friedrich Hayek, enquanto mais eminente intelectual neoliberal, visava a construção sistemática da crítica à noção de social e de sociedade, em especial à social-democracia. Para início de compreensão, considerava a concepção de social enquanto farsa e ameaçadora, desprovida de sentido e perigosamente voltada ao controle da existência coletiva, portanto tirânica. (Brown, 2019). Ferrenho crítico aos fundamentos presentes no termo social e sociedade, Hayek achava uma expressão infundada e rasa, que servia como forma de coerção pelos governos; quanto à justiça social, para o mesmo, revelava-se como uma falsa realidade e portanto ilusória. Em suma, para Friedrich Hayek, o conceito de sociedade é problemático, pois considerava o termo desprovido de significado, logo, perigoso. Portanto, fica claro a problematização semântica com o termo sociedade para Hayek, vista como símbolo de controle e tirania, cuja primazia deveria residir mais nas noções de mercado e de moralidade tradicionais vistos como espontâneos e organicamente dinâmicos. Se a busca por igualdade e justiça social nas sociedades limita a liberdade conforme defende Hayek,

³²A nível histórico, no campo econômico as ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman influenciaram os governos e posicionamentos políticos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA. Por volta da década de 1980 o mundo presenciou o ressurgimento do liberalismo - o neoliberalismo - como reação aos excessos de políticas de bem-estar social, as políticas keynesianas.

Brown (2019, p. 102) argumenta que a estratégia dos neoliberais estará em dismantelar as noções de sociedade e social, isto é, “o objetivo é dismantelar a sociedade, sufocar a democracia, domar e reprogramar o Estado”. E esse dismantelamento dar-se a níveis distintos; epistemologicamente, negando sua existência, como Margaret Thatcher para quem a ideia de sociedade não existia; politicamente, privatizando ou dismantelando o Estado social, legalmente, a reivindicar liberdade para contestar a igualdade, eticamente, ao se contestar justiça social mediante a defesa de valores tradicionais e, culturalmente, com o incentivo a desmassificação (Brown, 2019). A desmassificação é o processo de converter o proletariado em uma espécie de empreendedorização dos trabalhadores, individualizando-os e delegando à família a responsabilidade pela autoprovisão. Trata-se da construção de um outro e novo quadro antropológico onde os trabalhadores, cada vez mais resilientes e responsabilizados pelo seu próprio sucesso ou fracasso, encaram de maior grado as crises e longos períodos de recessão econômica. São os empreendedores de si no neoliberalismo, com discursos neoliberais que responsabilizam os mesmos por ser seu principal capital humano a que dispõem. Em razão disso, constatamos cada vez mais trabalhadores desproletarizados, dessindicalizados, terceirizados e cada vez mais precarizados. Sujeitos que não se veem como parte do tecido social mais amplo, mas como indivíduos e famílias que seguem orientados pela lógica cruel de mercado e pela moral e que se compreendem livres por assim ser.

Para isso, a constituição da liberdade, da ordem e do desenvolvimento civilizatório poderia ocorrer somente por meio da conjugação entre o mercado e a moral, conforme advogado por Hayek. Isso requereria uma mínima interferência do Estado, particularmente na "esfera pessoal protegida", a fim de ampliar o domínio da moral. Em suma, o projeto neoliberal visa implantar um projeto político e moral que protege as velhas hierarquias tradicionais contrapondo-se a ideias de social e ao poder político interventivo do Estado democrático. Portanto, tradicionalismo moral e liberdade de mercado são os dois pilares que

sustentam a lógica neoliberal na perspectiva hayekiana. Diante disso, cabe frisar como as forças conservadoras apelam à moralidade tradicional com grandes doses de patriotismo, nacionalismo e conservadorismo religioso, visto que os referidos fundamentos encontram-se no seio do projeto neoliberal mercado-moral.

Desse modo, para efetivar seus propósitos políticos, o neoliberalismo recorreu a sucessivos ataques e investidas à sociedade, à legitimidade e à vida democrática, o que corroborou com o recrudescimento das políticas antidemocráticas no ocidente. O projeto neoliberal visava a desdemocratização da sociedade, vista como empecilho à liberdade e ao desenvolvimento econômico. Não obstante, o que se observou foram efeitos muito diferentes daqueles vislumbrados por seus idealizadores como veremos em breve. Enquanto movimento ideológico em escala mundial, o neoliberalismo impactou de maneira profunda a história da humanidade e permanece repercutindo seus efeitos nos dias atuais. O termo neoliberalismo, como já mencionado, surgiu a princípio no Colóquio Walter Lippmann em 1938, reunião de intelectuais acadêmicos, e forneceu as bases político-ideológicas do que fora chamado de Sociedade Mont Pèlerin. O neoliberalismo pode ser definido por um conjunto de políticas que privatiza os bens públicos, que reduz a atuação social estatal, que suprime o trabalho, desregula o capital e favorece impostos e tarifas que beneficiam altos investidores (Brown, 2019). Essa dinâmica de funcionamento foi a mesma imposta ao Chile de Augusto Pinochet após o golpe militar de 1973. Ao assumir o poder, Pinochet contou com a colaboração do grupo denominado “*Chicago Boys*” oriundos da Universidade de Chicago dos Estados Unidos. Sob a influência dos “*Chicago Boys*”, o Chile implementou uma sucessão de reformas econômicas que compreendiam princípios neoliberalistas. Consistem na inclusão de políticas monetárias extremamente conservadoras, severas reformas fiscais, privatizações e redução da intervenção estatal na economia. A experiência inicial no Chile logo foi estendida para outros países muito mais por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir dos anos 1970.

Na análise de Brown (2019), o neoliberalismo é concebido como um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem estar e as sociais-democracias. A autora se utiliza da compreensão foucaultiana no qual o neoliberalismo é entendido como um dispositivo que afeta tanto a governança quanto as subjetividades. Para Foucault (2022), a racionalidade neoliberal não se restringe apenas a uma abordagem econômica, mas também abrange um formato de governança e uma transformação nas relações sociais e na subjetividade. A racionalidade neoliberal, de acordo com Foucault, inclui supremacia do mercado, intervenção mínima do Estado, culto ao individualismo, flexibilização laboral, e por fim, a biopolítica. Isto é, para Foucault, o neoliberalismo resultou em uma espécie de nova racionalidade política com implicações que ultrapassam os aspectos puramente econômicos e capitalistas, mas gerando repercussões em todos os níveis da existência, lançando novos registros de valores e impactando na produção dos sujeitos.

Muito embora o neoliberalismo propague certa naturalidade dos mercados, é certo que as consequências de suas políticas desastrosas contribuíram para desestabilizar Estados e sociedades malogrando e submergindo-as em recorrentes crises políticas e retrocessos sociais delicados. Para além de seus aspectos negativos, as políticas neoliberais não dissipam apenas regulamentações e instituições, mas atuam, sobretudo, na produção de certas relações sociais, certos modos de viver e certas subjetividades (Dardot & Laval, 2016). É produtora afirmar que o neoliberalismo engendra processos e dita normas sobre nossa própria existência. Ele normatiza, regula, engendra processos subjetivos, orienta políticas e relações e modifica as sociedades. O êxito normativo do neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), que amplia-se a nível político, econômico, social e subjetivo fazem parte de um todo, de uma nova razão do mundo tal qual o conceito foucaultiano – uma subjetivação neoliberal.

A base da democracia é a igualdade política e Brown (2019) realça sua importância para que o jogo democrático exista nas sociedades. É justamente nessa perspectiva que os intelectuais neoliberais investem seus ataques, ou seja, no desmantelamento da sociedade e

esse processo inicia-se pela própria desconstrução da noção de sociedade sob a alegação de que a “sociedade não existe” o que existe são indivíduos e famílias, segundo Margaret Thatcher. Para Brown (2019), é precisamente esse o discurso neoliberal que embasa os ataques da direita contra toda justiça social e luta por direitos. Ela deslegitima e menospreza intervenções sociais e de mitigação das desigualdades. Na cultura neoliberal, é corriqueiro críticas às ações de justiça social em favor da liberdade e das normas morais, onde o social é visto como empecilho às liberdades individuais e de mercado. Para Hayek o social é inexistente e ao mesmo tempo um conceito ilusório. Seus esforços tendem a proteger o mercado e a moral das amarras da justiça social, enquanto pensa os sujeitos numa perspectiva de disciplinamento moral. Para o pensador neoliberal, é impossível ter liberdade existindo um Estado invasivo. Para Brown (2019, p. 63) “a liberdade está em demonizar, e finalmente, derrotar o social. A sociedade deve ser desmantelada”.

Desse modo, fica claro que o combate ao social é o próprio combate à democracia. E todo aquele que se opõe ao social mostra-se hostil à democracia, conforme observa-se nos pensadores neoliberais. Nas palavras de Brown (2019, p.70), “o neoliberalismo, deste modo, visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definhando suas energias democráticas”. As práticas neoliberais legitimam um ambiente social e político com características de extrema oposição a uma democracia igualitária e de direitos, cerceia o político, suprime ou restringe reivindicações democráticas. O resultado foi o acirramento do processo de despolitização da população e do funcionamento dos Estados mediante décadas de implacável hostilidade aos valores democráticos, proporcionalmente a formação de uma massa neoliberalizada e aturdida quanto aos ideais democráticos. Como descreve Brown (2019, p. 71), dado que o “político foi depreciado e atacado [...], enquanto a própria democracia era minguada e desvalorizada, os poderes e energias políticos não democráticos e antidemocráticos em ordens neoliberalizadas inchavam em magnitude e intensidade”. Nesse contexto, o resultado da governabilidade neoliberal que cuidou de

produzir, entre outras coisas, o aumento da desigualdade, instabilidades econômicas, precarização do trabalho, corrosão de direitos sociais e crises econômicas globais, contribuiu, expressa e diretamente, para o enfraquecimento das democracias e com a emergência de agitações antidemocráticas por todo o mundo. Em meio ao cenário de “terra arrasada”, de crises e instabilidades, oportunizou ao populismo de direita e extrema direita a mobilizar, através de seus demagogos, a raiva e o ressentimento político das massas. Portanto, é evidente que o ataque neoliberal aos princípios e à política democrática colaborou para revoltas e insurreições antidemocráticas atualmente (Brown, 2019).

A política neoliberal visa acúmulo de capital e para isso é necessário proteger o mercado e demais atores econômicos do domínio político do Estado e assim manter-se longe de processos como regulação e redistribuição com o fito de pôr em prática seus ideais de mais liberdade para os mercados e maiores privatizações sem qualquer tipo de restrição. Para tanto, o desmantelamento do Estado de bem estar e a contestação do controle político para os fins neoliberais chegou a níveis críticos, a ponto de ocasionar a desdemocratização da cultura política e dos próprios sujeitos imersos nela (Brown, 2019). Esse processo denominado pela autora de desdemocratização equivale ao profundo esvaziamento democrático em relação a seus fundamentos, ainda que sem eliminá-la totalmente. Logo, é necessário compreender que os efeitos das investidas neoliberais à democracia corroborou para o movimento de levante de determinados fenômenos, entre eles, em meio à lógica de deslegitimação democrática, surgem também movimentos fundamentalistas religiosos, de conservadorismo na política, grupos nacionalistas extremos, neoconservadorismo, movimentos antifeministas e contrários à igualdade de direitos. Isso significa que a depreciação neoliberal da democracia abriu terreno para a expansão de movimentos autoritários e de moralidade conservadoras.

Face a antipolítica neoliberal, podemos acompanhar ao longo das últimas décadas o despertar de uma onda de autoritarismo antidemocrático que varreu diversos países, em vista de uma racionalidade que vê o poder político concentrado como o perigo supremo para o

mercado e para a liberdade (Brown, 2019). É lícito afirmar, desse modo, o quão antipolítica e antidemocrática é a racionalidade neoliberal e de como sua política contribuiu para a ascensão de regimes antidemocráticos. Especificamente, os neoliberais declaram guerra à democracia e tudo que lhes diz respeito – movimentos sociais, participação popular direta, justiça social e a luta por direitos – identificando-a com o totalitarismo, equiparando-a ao fascismo ou governo da plebe (Brown, 2019). Para Hayek, os regimes democráticos eram incompatíveis com o projeto de sociedades livres e inquietava-o o fato de existir “democracia demais”. Segundo o neoliberalismo, o excesso de democracia era visto como prejudicial, e os regimes democráticos eram percebidos como intrinsecamente totalitários, uma vez que poderiam promover um totalitarismo estatal. Por conseguinte, diversas escolas neoliberais propuseram uma “ditadura liberal” como forma de conversão de uma “democracia totalitária” (a social democracia) para a liberdade (Brown, 2019). Em decorrência disso, a dissolução do significado de democracia foi feita paulatinamente alterando seu sentido com foco em suprimir seu conceito e sua prática com vistas a dar espaço aos ideais neoliberais.

Na racionalidade neoliberal, é necessário preservar, ainda que a todo custo, uma sociabilidade capitalista, a acumulação predatória, a desigualdade e a violência da centralidade de mercado e do lucro, na qual a democracia não passa de um detalhe incômodo (Solano, 2018). O neoliberalismo requer a existência de uma fragilização democrática para que o mesmo possa efetivar seus princípios. Como aponta Brown (2019), o solapamento da democracia era fundamental em vista de seus preceitos serem incompatíveis com os objetivos neoliberais que pretendiam construir um Estado forte, não soberano, enxuto e isolado das demandas sociais e de massa. Ao Estado restava a tarefa de garantir as condições que garantissem o adequado funcionamento da economia e dos mercados. Portanto, a transição do liberalismo para o neoliberalismo foi marcada sobretudo pelo contínuo enfraquecimento da democracia. A aquiescência do neoliberalismo ocorreu mesmo perante seu amplo ataque à democracia e isso pode ser melhor explicado porque seus pensadores, em prol da defesa das

liberdades individuais, se utilizam desse argumento para criticar a democracia e justificar seu encolhimento tanto de modo conceitual quanto prático. Essa convicção foi particularmente defendida por Friedman e Hayek que viam como necessários a limitação do poder político do Estado em nome da liberdade que justificaria a revogação do Estado regulador e a restrição da voz política do povo (Brown, 2019).

Desse modo, para que se tenha um mercado livre, é necessário um governo limitado e a devida separação entre economia e política o que, aos olhos neoliberalistas, possibilita afirmar que o capitalismo seria um sistema que proporcionaria mais liberdade aos indivíduos ao limitar a ação do Estado. A escola austríaca³³ econômica prega, essencialmente, a menor intervenção estatal possível, ao mesmo tempo em que postula que quaisquer mecanismos ou situações provenientes da dinâmica de mercado, por mais desiguais que possam parecer, apresentam-se como justas por natureza. O rechaço e a ojeriza à solidariedade social é uma máxima no pensamento neoliberal, assim como reverência ao mercado como instância máxima na regulação das relações sociais, portanto, incompatível com a democracia. Em seu livro *“Liberalismo”*, Mises busca justificar toda a defesa aos princípios capitalistas diante da ameaça socialista e que, a adoção de regimes reacionários e autoritários, é considerado um “mal necessário” para se combater o socialismo. Em sua obra, de modo direto, Mises associa a justificação do fascismo em defesa do liberalismo econômico sem maiores reservas. Apesar de assinalar o desfavor quanto o estabelecimento do fascismo, Mises reconhece no fenômeno a garantia de resguardo frente ao risco socialista.

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o

³³Foi um movimento teórico econômico liderado por Ludwig von Mises orientado pelo liberalismo, que por sinal, leva o mesmo nome de sua obra *“Liberalismo”*, 1927. Nela, Mises demarca seu posicionamento em defesa do capitalismo, da propriedade privada e liberdade econômica.

fascismo obteve para si estará inscrito na história...O fascismo constitui um expediente de emergência (Mises, 2010, p. 77).

Nesse trecho, observamos a relação que orientará grande parte da lógica neoliberal: uma economia liberal associada a uma política de austeridade amparada em tendências fascistas. No liberalismo de Mises exalta-se o fascismo, pois este procede, quando acionado, na defesa intransigente dos interesses capitalistas. Para tanto, tal posicionamento também será partilhado por Hayek, pois ambos veem no socialismo um risco maior que o próprio fascismo oferece. Utilizar-se da retórica de medo ao socialismo como mola propulsora garante a manutenção do capitalismo para esses autores e seus discípulos. Logo, sob a justificação de crises e da ameaça socialista, comumente apoia-se regimes autoritários e ditaduras por parte dos partidários do liberalismo econômico. Do temor socialista, passa-se aos ataques à democracia, esta vista como barreira ao progresso econômico liberal. A Friedman, que via a democracia como sinônimo de menos liberdade e autoritária por natureza por impor a vontade da maioria sobre os demais, além de diversos outros adeptos ao neoliberalismo, é atribuída a ideia da necessidade de uso do autoritarismo político para favorecimento dos mercados. De modo geral, Friedman via todo regime democrático com uma espécie de coerção da maioria porque era voltado para a soberania popular. Nesse sentido, ao qualificar a democracia como a representação de coerção da maioria, Friedman e Hayek suprimem totalmente o valor do poder político democrático (Brown, 2019). Desse modo, de Mises, Hayek à Friedman, todos argumentam a inevitabilidade da implantação de um neoliberalismo radical com apoio da implantação de regimes ditatoriais. Portanto, o fascismo constitui elemento necessário da dinâmica capitalista em sua materialidade para a seguridade burguesa, pois, não é um fenômeno que preocupa-se com as necessidades das massas, mas em manter a posição daqueles que detêm o poder sobre o capital. A fim de manter a reprodução do capital, a exploração e a acumulação, a relação com o fascismo visa manter a proteção de uma determinada classe e de uma determinada lógica: a elite econômica e o neoliberalismo

respectivamente. Conclui-se, assim, o caráter burguês e a constituição capitalista presente no fascismo já exposto por Horkheimer em outras ocasiões.

É só contatar que, grosso modo, na visão neoliberal a noção de soberania popular era perigosa e passível de ser contida pois ameaçava a ideia de liberdade. Para isso, limites radicais e bem definidos deveriam ser impostos ao campo político para que o despojamento da soberania na democracia ocorresse. Para Hayek, a quem a própria noção de soberania popular era uma ficção, julgava os poderes democráticos enquanto poderes de natureza coercitiva e, portanto, a intervenção neoliberal deveria ser justamente limitar os poderes coercitivos de governos democráticos, conforme afirma Brown (2019). Além de tudo, Hayek argumenta que democracia e liberalismo possuem opostos radicalmente diferentes, como aponta Brown (2019). Para ele, o oposto da democracia é o autoritarismo (poder político concentrado), já o oposto do liberalismo é o totalitarismo (controle total de todos os aspectos da vida). Portanto, para Hayek e seus companheiros neoliberais, se tanto uma democracia totalitária quanto um liberalismo autoritário constituem-se como possibilidades históricas, os mesmos pensam ser razoável a legitimação de autoritarismo para a fixação do liberalismo, vide exemplo de Pinochet no Chile. Para os neoliberais é admissível certo grau de autoritarismo para autorizar o liberalismo.

Todavia, como antecipa a autora, os objetivos neoliberais geraram efeitos contrários ao que se planejava. Segundo Brown (2019), em vez de um Estado administrador das condições ideais para o funcionamento do mercado e do grande capital, este instrumentalizou e balizou as ações estatais de forma consistente, em vez de os sujeitos tornarem-se politicamente pacíficos, tornaram-se extremamente vulneráveis à demagogia nacionalista, em vez de disciplinar e ordenar moralmente as populações, a moralidade tradicional transformou-se em ferramenta para diversos fins políticos. Conforme a política antidemocrática no interior das democracias ganhava espaço e intensidade, elas deram forma a uma outra política, esta conduzida pelos grandes interesses econômicos e sem qualquer

fragmento democrático presente, dado que, a democracia no neoliberalismo foi sufocada e rebaixada. Se o projeto neoliberalista desviou-se do curso esperado, o que deu errado? O grande capital permanece ditando seus interesses e o neoliberalismo foi utilizado por poderes políticos com objetivos oportunistas mobilizando insurreições anti-democráticas, inclusive, contra suas implicações.

O neoliberalismo celebrou a separação da economia do domínio político ao desejar situar a liberdade apartada de qualquer aprisionamento político estatal. No entanto, o resultado foi um neoliberalismo em que o Estado segue dominado e atendendo aos interesses dos grande capital e tendo que lidar, ao mesmo tempo, com uma massa ressentida, raivosa e revolta. Como Wendy Brown analisa especificamente o contexto norte-americano em suas análises sobre o neoliberalismo, para exemplificar, a autora descreve de que forma o projeto neoliberal de Hayek não logrou êxito. Hayek que pensava uma ordem de poderes estritamente separados e limitados governamentalmente, enquanto os ordoliberais idealizavam uma organização de governo em que a democracia estaria subordinada ao regimento tecnocrático, não cogitaram que o cenário seria o inverso. Ao contrário, a legislação dos Estados Unidos fora dominada pela necessidade de satisfazer tanto a classe doadora de fundos às campanhas políticas quanto um eleitorado raivoso, resultando numa cultura política de troca de favores (Brown, 2019). Conjuntura similar acontece no Brasil com a disparidade entre os grandes acordos com a burguesia e a negligência com os mais desfavorecidos, acirrando mais ainda as desigualdades sociais.

Dessa maneira, ao longo de quatro décadas de influência da racionalidade neoliberal, surgiu uma cultura política profundamente contrária aos princípios democráticos. A democracia seguiu sendo atacada e exposta às piores tendências autoritárias. Assim, estratégias como a desinformação e notícias falsas, o uso das tecnologias digitais e das redes para tentativas de interferências nas eleições, o apoio da mídia, a desqualificação de candidatos, acordos e negociações políticas obscuros, ataques às instituições democráticas,

intimidação e violência, a interferência de empresas para moldar a opinião pública e a indiferença com os fatos, “tudo isso, desacredita ainda mais o político e desorienta ainda mais a população quanto ao significado ou ao valor da democracia” (Brown, 2019, p. 106). Isso evidencia, segundo a autora, que quanto mais a democracia se afasta dos princípios de veracidade, razoabilidade, responsabilidade e da resolução de conflitos por meio da compreensão e da negociação das diferenças, mais perde sua credibilidade.

De modo geral e evidente, o neoliberalismo marca acentuada contraposição à ideia de soberania popular. Enquanto figura central no pensamento neoliberal, Brown (2019) afirma que Hayek hostiliza e rejeita a democracia não unicamente pelo seu apeço ao mercado e à liberdade individual, ou ainda pelo receio da expansão do poder estatal, mas sobretudo pelo equívoco, segundo ele, da democracia objetivar substituir uma ordem espontânea (pois os mercados se regulam espontaneamente), calcada na tradição e no costume por projetos para a sociedade. A democracia, enquanto tirania da maioria e uma ameaça às liberdades individuais, não servia na visão de Hayek. Era necessário substituí-la por mercados desregulados e pela moralidade tradicional tornando os sujeitos livres, todavia, uma liberdade profundamente desvinculada dos fundamentos sociais, coletivos e democráticos.

Dardot e Laval (2016) ponderam que o sujeito neoliberal, orientado a comportar-se como permanente competidor e responsável pelo seu próprio fracasso, recai em um estado de eterna insegurança e sentimento de desamparo, afundados em uma razão neoliberal que produz o esgotamento da democracia liberal. Na razão neoliberal, as sociedades passam a se caracterizar por uma governamentalidade profundamente orientada de forma contrária aos princípios democráticos. Uma vez que, o enfraquecimento da democracia pelo neoliberalismo gera desigualdades sociais profundas, exclusão de minorias, privatização de bens comuns e ataques à democracia de modo que a razão neoliberal subverteu profundamente a democracia. Ocorre que a privatização também se deu a nível da esfera pessoal e protegida por meio da familiarização e da cristianização provocando uma subversão dos valores democráticos por

valores morais antidemocráticos (Brown. 2019). Essa proposição fica melhor evidenciada na frase proferida por Margareth Thatcher: “não existe tal coisa como a sociedade [...] há apenas indivíduos e suas famílias” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p.152), definindo o posicionamento neoliberal de não reconhecimento do conceito de sociedade, ao passo que dar ênfase à família, onde todo direito que vá de encontro às noções de proteção da família são severamente rechaçados. Esse aspecto gera toda uma campanha familiar em oposição aos princípios democráticos e suas instituições. Contribui igualmente para encorpar discursos e atitudes homofóbicas, misóginas e de caráter preconceituoso em nome de valores como patriarcalismo, tradicionalismo e moral cristã. Esse aspecto acerca da proteção da esfera familiar é de suma importância dentro do neoliberalismo para compreendermos como ela liga-se à construção de uma política liberal autoritária à medida que categorias como religião e família adquirem legitimidade como valores públicos e coletivos que moldam a cultura conforme juntam-se ao mercado para desarticular a democracia (Brown, 2019). Longe dos princípios democráticos, as nações são representadas como uma grande formação a âmbito privado e familiar e o presidente, o grande patriarca, onde lemas como Deus, pátria e família servem como ponto de partida para movimentos fascistas como o integralismo brasileiro.

Brown (2019) exemplifica que o lema e o discurso de Marine Le Pen em sua campanha em 2017 na França também conjuravam uma linguagem econômica com a familiar, ao colocar a França como uma grande casa que deveria ser protegida dos imigrantes e refugiados, colocando em efetividade os processos de privatização e familiarização do país. Com isso, Brown (2019) reitera que:

Quando a nação é privatizada e familiarizada [...], o neoliberalismo planta as sementes do nacionalismo [...] Também se ramificam o estatismo, o policiamento e o autoritarismo, uma vez que muros e proteções de todo tipo são autorizados e exigidos por essa privatização. Muros e portões de casa, é claro, são os símbolos visuais mais

fortes que demarcam o privado do público, o protegido do aberto, o familiar do estranho, a propriedade do comum (p.143).

Conforme a noção de famílias ameaçadas pelos direitos garantidos das minorias e a concepção de nação ameaçada pela presença de refugiados e imigrantes se expande, gradativamente os fundamentos democráticos e de direitos humanos perdem sua legitimidade. Em defesa da “esfera pessoal protegida” defendida pelos neoliberais, privatiza-se e familiariza-se a nação, alegando a necessidade de amplificar esse princípio em favor da liberdade, gerando implicações a nível de classe, raça, gênero e sexualidade em termos de acirramento de desigualdades, opressão e violência. A "esfera pessoal protegida" irá cultivar um ambiente no qual se desenvolve um profundo repúdio por qualquer sistema social orientado para valores democráticos, de diversidade e pluralidade. De outro modo, cultiva um *ethos* caracterizado por formas tradicionais de funcionamento que preza entre outras coisas pela uniformidade, a unidade, a privatização, a família e o autoritarismo. Enquanto isso, o máximo de autonomia que os sujeitos podem experimentar dentro desse formato de organização social será a liberdade de escolha entre as ofertas de mercado, sobretudo as ofertadas pela indústria cultural vigente.

Não obstante, Löwy (2015) sinaliza que o sucesso gradativo da extrema direita pode ser atribuído, inicialmente, ao processo de globalização capitalista neoliberal – que conserva um poderoso sistema de homogeneização cultural imposto – que produz e reproduz formas excessivas de nacionalismos, formas religiosas chauvinistas, além de gerar e alimentar conflitos. Somado a este processo, já mencionamos as crises advindas do neoliberalismo que acaba por favorecer, em grande parte do globo, a extrema direita que se beneficia e avança vertiginosamente. De modo que fatores econômicos, sobretudo ligados ao neoliberalismo, participam ativamente no ganho de expressividade do fascismo, mas isso por si só não explica a guinada ou recuo do autoritarismo. É necessário, conjuntamente, refletir sobre outros fatores que participam ativamente da questão, principalmente os eventos históricos.

Logo, em termos mais amplos, podemos concluir que dentre os objetivos da extrema direita esteve o intento de trocar uma ordem democrática e com valores plurais por princípios de mercado, orientados pela moralidade tecnocrata e sectarista. É refundar a sociedade e o próprio Estado através da economia, possuindo como ferramenta o neoliberalismo enquanto um projeto econômico e moral que nada mais é do que uma política antidemocrática. Portanto, Brown, ao discorrer sobre as ruínas do neoliberalismo, na verdade, denuncia a guinada fascista, como sempre atrelada ao capitalismo, visto que aquele tem bases neste. Na perspectiva adorniana, o potencial fascista sempre esteve atrelado ao capitalismo de base liberal. Por isso, a questão é como ser contra o fascismo sem ser contra o capitalismo? Adorno e Horkheimer já haviam lançado a questão de que, quem não quer falar sobre capitalismo deve calar-se sobre o fascismo, pois são constituídos de mesma matéria. Desse modo, como posicionar-se contra o fascismo sem posicionar-se contra o capitalismo? O próprio capitalismo não teria sobrevivido sem as intervenções fascistas ao longo da história, posto que, a barbárie fascista, cujas origens estão intrinsecamente ligadas à barbárie capitalista, não se restringe a um fenômeno natural que se abateu sobre as sociedades.

No texto "*O fascismo é a verdadeira face do capitalismo*" (1935)³⁴ do dramaturgo Bertolt Brecht, o autor declara que:

o fascismo é uma fase histórica do capitalismo; neste sentido, é algo novo e ao mesmo tempo antigo. Nos países fascistas, o capitalismo continua a existir, mas apenas na forma de fascismo; e o fascismo apenas pode ser combatido como capitalismo, como a forma de capitalismo mais nua, sem vergonha, mais opressiva e mais traiçoeira.

Assim sendo, Brecht realiza o movimento crítico que visa atingir aqueles que se opõem ao fascismo sem questionar o sistema capitalista que o alimenta. Ele segue

³⁴Tradução de Richard Winston para a revista *Twice a Year*. Textos escolhidos de *Twice a Year*, 1938-48. Syracuse University Press, 1964. **Fonte:** <http://resistir.info/> - A versão em inglês encontra-se em www.informationclearinghouse.info/52530.htm Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1935/mes/fascismo.htm>

comparando essas pessoas a alguém que deseja consumir carne, mas sem matar o bezerro. Em outras palavras, são pessoas dispostas a aceitar o capitalismo, mas sem lidar com o resultado da barbárie advinda, ou até mesmo posicionam-se contra a barbárie, mas não questionam criticamente as estruturas subjacentes ao sistema que são fonte e agem na manutenção da barbárie. Em última análise, Brecht chama atenção para a farsa daqueles que criticam o fascismo mas não confrontam as origens de suas causas no sistema capitalista. O fascismo, longe de ser definido como um evento natural ou em termos de produto da natureza humana, deve ser pensado, conforme Brecht (1935), enquanto um grande desastre mas sem relação alguma com catástrofe natural. O fascismo, assim como as guerras, são eliciados pelas classes possuidoras, são desastres reais e ao mesmo tempo produzidos por quem detém poder hegemônico.

Theodor W. Adorno: vida e dialética às matizes de seu pensamento filosófico

Theodor Wiesengrund-Adorno (1903-1969) permanece como importante pensador da Escola de Frankfurt. A Escola de Frankfurt encontra-se, na verdade, longe de definir-se como escola pelo fato do grupo de intelectuais que a integram não partilharem de uma unidade temática e metodológica ao abordarem os problemas filosóficos. O que possuem em comum é a preocupação fundamental com “a crise da clássica idéia de Filosofia apoiada na hipóstase³⁵ de uma racionalidade “estreita”, ainda demasiadamente confiante em sua onipotência, que nos levou ao mesmo tempo a uma técnica muito avançada e à barbárie do fascismo” (Perius, 2006). O contexto histórico presente na experiência do grupo de intelectuais ligados à Escola de Frankfurt é o período entreguerras, da queda do socialismo da União Soviética, da mudança para os Estados Unidos e a superficialidade da cultura de massa; por outro lado, o contexto filosófico será o de declínio do idealismo, da crítica ao racionalismo e sua

³⁵O conceito de hipóstase pode ser definido como um conceito que é ele próprio derivado e originado, no sentido de algo posto, que passa a ser considerado como algo existente em si. Essa é a definição dada por Adorno em seu texto “*Terminologia Filosófica*” e segue sendo citado em *Dialética Negativa*.

desmistificação ao apontar elementos ligados ao mito e uma crise geral da filosofia e seus sistemas e representações com a conseqüente queda de convicções e a crescente coisificação da realidade objetiva. Uma época histórica marcada por grandes eventos que transformaram os rumos da história do pensamento filosófico. Adorno sempre esteve muito próximo de Lukács, Benjamin, Kracauer e Löwenthal no início de sua carreira acadêmica na Universidade de Frankfurt. Filho de pai judeu alemão e mãe cantora de renome, Adorno teve uma infância e adolescência feliz e segura, perpassada pela música. Tem na filosofia sua formação básica, obtendo o título de doutoramento, em 1923, sobre a fenomenologia de Husserl.

Sua aproximação com a análise da sociedade advém do contato com alguns outros intelectuais que lhes exerceram influência, no entanto, seu grande incentivo a dedicar-se às questões sociais provém sobretudo às circunstâncias históricas que o atravessaram como a chegada do nazismo ao poder que compeliu não só a ele, mas aos demais colegas pensadores, o exílio norte americano. A fuga para os Estados Unidos forçou um movimento de confrontação com questões filosóficas, políticas e sociais como o fascismo, a racionalidade instrumental e o capitalismo.

Ainda nesse contexto, Adorno fora, junto aos seus demais companheiros, ferrenho crítico do positivismo, do capitalismo, do racionalismo instrumental e das sociedades administradas – características por sua administração, manipulação e controle social levando os sujeitos, acríticos, à posição de conformidade social. Ao proferir sua palestra inaugural, em 1931, ocasião em que assumiu uma cátedra na Universidade de Frankfurt, elabora sua crítica à especialização, a descrença com o potencial emancipatório do movimento trabalhista e a oposição à ideia de divisão entre ciência e filosofia, mas sobretudo, preocupou-se igualmente em vida e obra quanto a questão da emancipação humana e de liberdade. É dele a assertiva de que “não só a possibilidade objetiva: também a capacidade subjetiva para a felicidade só se dá na liberdade”, quando, para muitos críticos, Adorno possui uma perspectiva filosófica pessimista sobre a realidade, e não poderia ser diferente dada a realidade de seu momento,

mas em contraposição, manifesta sua esperança no potencial de transformação humano. No entanto, como viver a vida verdadeira num mundo falso? Eis um dos grandes questionamentos de Adorno e que circunda toda a sua atuação enquanto filósofo e sociólogo. Adorno, segundo Cohn (1986), busca refletir criticamente sobre a sociedade que, se fosse verdadeira, permitiria a realização da boa vida. E a boa vida pode ser definida como aquela que encontra-se diametralmente oposta à vida falsa ou que Adorno conceitua como “vida danificada” em *“Mínima moralia”*. É patente, em toda a produção adorniana, a crítica afiada aos ditames capitalistas e aos aspectos da vida moderna. Nesse ponto é interessante dar ênfase a uma preocupação central para Adorno, a saber, o processo de desumanização dos sujeitos e a gradual coisificação transformando-os em objetos e distantes de sua emancipação. As suas análises sobre os problemas sociais visavam identificar de que modo os dominados eram despossuídos de sua dignidade, na recusa em reconhecer sua humanidade e particularidades. Por isso, interessa à Adorno a análise sobre processos de alienação, negação e de dinâmicas que dão conta do empobrecimento da experiência e dificultam a emancipação humana. Essa dificuldade vai implicar no que Adorno (2008) chamou de vidas danificadas, aquelas formas de vidas em que a humanidade lhes foi negada, em que a experiência com a alteridade sofreu com o processo de enfraquecimento e de objetificação.

É assim que se dá o empobrecimento da relação com outras pessoas: atrofia-se a capacidade de perceber a outra pessoa como tal e não como função da própria vontade; sobretudo, atrofia-se a capacidade de contradição fecunda, de transcender-se a si próprio ao se incorporar o contraditor. Ela é substituída pelo conhecimento julgador dos homens, para o qual, ao fim e ao cabo, o melhor é o mal menor. Essa maneira de reagir, que é o esquema de toda administração e “política de pessoal”, desde logo tende ao fascismo... Pertence ao elenco básico da dominação, remeter ao campo dos inimigos, todo aquele que se identifica como diferente (Adorno, 2008, p. 128).

O filósofo denuncia a coisificação das relações, a negação do outro e o consequente apagamento da humanidade típica das sociedades administradas. E a repressão a que os sujeitos são submetidos ocasiona um estado de rigidez em prol da autopreservação. “*Minima Moralia*”, junto à “*Dialética de Esclarecimento*” são duas obras que possuíam a mesma finalidade: identificar as razões que explicavam o porquê dos homens não terem atingido um autêntico estado de humanidade, mas caminhando rumo a uma nova espécie de barbárie. Entretanto, um fato interessante refere-se a obra “*Minima Moralia*”, que embora semelhante aos objetivos contidos em “*Dialética*”, aquela traz muito das experiências individuais de Adorno. Inicialmente, foi escrita sob os anos em que Adorno encontrava-se exilado nos Estados Unidos, que curiosamente ele preferia chamar de “desterrado”. Sua adaptação à vida em solo americano nunca se deu de modo efetivo, a sua rebeldia em seguir os ditames acadêmicos norte-americanos, o seu afiado senso crítico, seu não-conformismo e a sua insubmissão acadêmica expressa na sua forma de escrita e de conteúdo, distancia-se completamente da produção intelectual da época em solo americano. Com isso, “*Minima Moralia*” é resultado das reflexões de um Adorno “desterrado”, por vezes solitário, encerrado em um mundo que lhe causava consternação e incertezas, com relações de poder e dinâmicas sociais que atravessavam não apenas a sua biografia, mas a de tantos outros. A vida de sujeito emigrado de forma compulsória deixou marcas profundas na experiência de Adorno e que mesclou com grandes doses de análises filosóficas, sociológicas e psicanalíticas. Ao se referir à “vidas danificadas”, talvez Adorno esteja citando a sua, ao mesmo tempo que muitas outras numa análise sociológica mais ampla, atravessadas pelas determinações sociais impostas pelo capitalismo. De todo modo, é uma obra rica e que vale a pena deter-se nela para compreensão dos modos como a vida foi submetida aos ditames capitalistas e a crítica aos elementos que fornecem condições ao aparato fascista.

Sua obra é de uma extensão e densidade significativas. Não por menos, as obras de Adorno são consideradas amiúde de difícil compreensão e por vezes ininteligível. Cohn

(1986) cita a vez que certo comentarista dotado de irreverência afirmou que em “*Dialética Negativa*” as passagens mais fáceis são as citações de Hegel. Os textos de Adorno são marcados por elementos como a ironia, as frases contundentes e as formulações exacerbadas, fazendo com que de fato não seja uma leitura das mais fáceis, todavia, funcionam como sacolejos ao leitor. Adorno é do tipo de autor que estima a inteligência de seus leitores e espera que nossa capacidade de percepção esteja para além do que está posto e encontre-se preservada para que alcancemos as nuances, a contradição, o não óbvio. Adorno possuía como temática privilegiada em seus escritos o interesse na compreensão dialética entre a filosofia e a realidade social. Dialética porque pensa os fenômenos sociais como entidades que não existem por si mesmos, mas que encontram-se inseridos em uma totalidade perpassada por contradições e possibilidades diversas. Todo fenômeno é mediado por marcadores históricos e sociais concretos, portanto, a necessidade de uma abordagem dialética.

A empreitada de Adorno, junto à Horkheimer, na construção de uma Teoria Crítica da Sociedade partiu primeiro ao enfrentamento de vertentes do pensamento positivista – herdeiras da razão iluminista (Cohn, 1986). Para que isso ocorresse era necessário, portanto, construir uma crítica à razão burguesa que é ela própria a razão instrumental. Tanto para Adorno, quanto para Horkheimer, há uma vertente totalitária na nova forma de organização capitalista, o que Pollock chamava de “capitalismo de Estado”, que são característicos por sua concentração monopolista, de regulamentação e controle estatal com a diferença de que, no “capitalismo de Estado” haveria um deslocamento do primado da economia para o âmbito político (Cohn, 1986). Isso significa que o exame do poder recai então para a esfera dos dispositivos políticos de dominação, segundo os frankfurtianos, e em segundo plano o aspecto econômico.

Para que tal processo ocorra é necessário a presença do domínio ideológico, conceito sobre o qual Adorno compreende enquanto formação da consciência social, sendo complexo,

multifacetado e articulado em muitos níveis. A ideologia será assim um entrave à consciência e ao pensamento crítico de conhecimento dos processos envolvidos na condução daquilo que foi produzido. A ideologia apresenta a experiência social como dado natural e imediato, promovendo ao mesmo tempo o desconhecimento dos processos mediadores que a produziu promovendo uma falsa experiência social. Portanto, conforme assinala Cohn (1986, p. 11-12), “o dado ideológico é o dado da experiência social que não se reconhece como particular e se dissolve no geral [...] da falsa experiência social. Falsa porque é incapaz de reconhecer e realizar sua própria verdade, que é a de ser resultado de uma atividade social determinada”. Por isso mesmo, Adorno nos fala sobre o mundo falso, o mundo ideológico, da falsa experiência e que só será passível de ser revelada em sua verdade a partir da crítica imanente no interior do objeto. Em síntese, pode se afirmar que:

A ideologia é o processo que assegura o primado do geral abstrato e formal sobre o particular concreto e substantivo, da identidade sobre a diferença. Criticar a ideologia implica assumir o partido da diferença, da particularidade, contra a primazia da identidade e da generalidade (Cohn, 1986, p. 12).

A crítica que opera no interior do próprio objeto é a ação prática de crítica à ideologia, pois refere-se ao processo de crítica imanente do objeto. Nessa perspectiva, o que Adorno nos evidencia é que toda Teoria Crítica da Sociedade diz de uma crítica imanente à ideologia. Para Adorno, “a crítica imanente deve captar nos fatos a tendência que os extravasa” (Cohn, 1986, p. 18), é cercar o objeto em busca de constelações de ideias e reflexões que partilham entre si similitudes, é inclinar-se a ele e acompanhar sua movimentação e desenrolar para só assim pôr em prática o exercício de uma crítica imanente.

A análise da cultura, de modo similar, é outro tema que permeou suas reflexões e críticas a partir do pensamento imanente, visando identificar suas contradições e inconsistências a partir de dentro. É interessante pensar que em Adorno dificilmente veremos definições estabelecidas e totalizadas em conceitos gerais, “de fato quem lê Adorno esperando

definições fixas e acabadas jamais chegará ao seu texto” (Cohn, 1986, p. 18). E nesse ponto, cultura é desses termos não encerrados em definições pré-estabelecidas, posto que para Adorno, é necessário não subordiná-la a categorias conceituais, sistemas classificatórios ou conformá-la à heteronomia. Adorno preza pela análise crítica atenta e exploratória, desprendida de apenas uma perspectiva. Para ele, há uma exigência de se prosseguir a reflexão onde muitos se fixam, de não se prender apenas um aspecto isoladamente na busca pela suas contradições. O procedimento de Adorno é jogar um pólo do objeto contra o outro com o objetivo de demonstrar que não se pode analisar esse mesmo objeto de modo exclusivo. Nesse sentido, o *jazz* é moderno ou arcaico? Isoladamente, nem um nem outro; a indústria cultural é cultura ou é indústria? Não é cultura porque subordina-se à lógica de mercadoria, nem é indústria porque é mais circulação do que produção (Cohn, 1986).

O filósofo alemão dedicou sua atenção a muitos temas, desde crítico da música de consumo, a literatura, os programas de rádio e televisão à sua época, as seções de horóscopo nos jornais, a formação da personalidade autoritária, a preocupação com a democracia, a propaganda política e como se forma a opinião (Cohn, 1986). Despendeu interesse em estudar o fascismo como objeto de investigação cultural e sociológica, pois para Adorno, o fascismo atravessou sua experiência e biografia ainda 1933 quando impelido à situação de exílio. Visto por muitos de seus críticos como exímio pessimista, mediante suas análises pouco otimistas sobre o futuro das sociedades, Adorno não renunciava a sua postura crítica e a sofisticação de suas ideias acarretaram-lhe a terminologia de pensador elitista. Nesse sentido, Cohn (1986) explica que com relação ao pessimismo atribuído à Adorno, tem nexos com traços reais de seu pensamento, e mais especificamente, com uma questão relacionada ao método. O autor assinala que nas análises adornianas mostra-se presente a noção de *tendências sociais*, cujos traços não são analisados apenas no aqui e agora, mas em um pano de fundo mais amplo e potencial, numa perspectiva de análise dos processos históricos considerando seu curso. A Adorno interessa captar, criticamente, tendências constitutivas e inerentes a esses processos

históricos. E para que isso ocorra, é necessário um olhar atento e crítico às nuances, aos detalhes e às particularidades do objeto. É, portanto, saber apreciar o singular que se mostra resistente a categorias e a padronizações, ou ainda, ao mero agrupamento de dados e sistematização. Uma vez que Adorno mostra-se claramente avesso à sistematização tradicional de organização do saber e opta pelo que chama de constelações. Constelações porque seu pensamento acontece a partir de tessituras engendradas em formulações antissistêmicas.

A biografia de Adorno diz de uma postura combativa, desfazendo o equívoco em que o caracterizam enquanto filósofo da incredulidade e do pessimismo. Sua dedicação não restringiu-se apenas à filosofia, mas ao contínuo esforço em conclamar aos ideais democráticos, ao pensamento crítico, à educação e ao esclarecimento. A experiência de Adorno é marcada consideravelmente pela:

[...] defesa da diferença qualitativa, da particularidade, da individualidade ameaçadas pelo avanço da sociedade como totalidade integrada e tendencialmente assimiladora universal. A experiência de Adorno é a da sua geração, marcada pelo fascismo, pelas vicissitudes da revolução socialista e pelo exílio. Só que nele (Adorno) essa experiência não passa pelo partido, como em Lukács, nem pela militância mais ou menos heterodoxa, como em Benjamin, Marcuse ou Bloch, nem mesmo pela atividade de organização científica e acadêmica, como em Horkheimer, mas se rebate diretamente sobre o plano daquela vida “prejudicada” sobre a qual ele reflete em sua obra de exílio durante a guerra, dedicada à “triste ciência” da boa conduta da vida, *Minima moralia* (Cohn, 1986, p. 23).

E partindo de uma análise sociológica mais ampla, Adorno compreendeu que a questão do fascismo não restringia-se à realidade alemã, mas era uma questão que pertencia ao todo social e era inerente às sociedades modernas. Toda análise meramente sociológica, puramente psicológica ou ainda apenas econômica, erra o alvo da discussão em se tratando de

fascismo por sua complexidade e enredamento. Logo, as ferramentas para abordá-lo devem acompanhar a complexidade que se apresenta no fenômeno e isso tanto Adorno quanto a Escola de Frankfurt constataram de modo antecipado ao estabelecerem a necessidade de contemplá-lo a partir de uma perspectiva multidisciplinar que combina ciência política, sociologia e psicologia (Gordon, 2021). Tem-se então uma abordagem do fascismo, na perspectiva adorniana e da Teoria Crítica, de forma micrológica e no tensionamento dialético entre o particular e o universal – o que vai refletir em toda sua obra, que possui desde trabalhos filosoficamente orientados como em “*Dialética do Esclarecimento*”, até pesquisas empíricas importantes em Psicologia Social, como “*A Personalidade Autoritária*”, que mergulham nos meandros da psicologia individual, mas sem desconsiderar as condições objetivas da sociedade moderna. Tanto os “*Estudos sobre a Personalidade Autoritária*” quanto “*Os experimentos de Grupo*” mostram-se ricos em detalhes empíricos, nas tendências autoritárias das instituições políticas e da vida cotidiana, revelando o caráter latente, penetrante e complexo do fenômeno fascista (Gordon, 2021). Para Adorno, aquele passado não ficou restrito a uma marca histórica, persiste e mantém-se vivo porque é resultado das condições sociais da vida moderna. Por isso que o fascismo não pode ser pensado apenas como uma forma de política. Ele diz de uma regressão coletiva a níveis arcaicos de comportamento.

Em suma, Adorno insistiu na conexão entre seu momento histórico e sua teoria, orientando-se pelo materialismo histórico e a dialética negativa na busca por desvelar a verdade sobre as sociedades a partir da crítica imanente. E dialética negativa porque se propõe a uma síntese não totalizante, mas uma síntese constituída por constelações que não interessadas na construção categórica de conceitos, visam lançar luz sobre o objeto. Com isso, “na medida em que os conceitos se reúnem em torno da coisa a ser conhecida, eles determinam potencialmente seu interior, alcançam por meio do pensamento aquilo que o pensamento extirpa de si” (Adorno, 2009, p. 141), dessa maneira, “o conhecimento do objeto

em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si” (Adorno, 2009, p. 142).

CAPÍTULO II - Como chegamos até aqui?

O caminho do caos: crise democrática e ascensão do autoritarismo

Torna-se importante a exposição histórica e ao mesmo tempo contextual da situação do Brasil e do período entre os anos 2013 aos dias atuais, para que se compreenda o momento no qual nos encontramos. Em função de que, para compreender os aspectos relevantes do cenário que atualmente nos cerca, é necessário retornar na história recente do Brasil de colapso democrático e da ascensão de manifestações que contribuíram sobremaneira para uma profunda transformação do país no “laboratório mundial do neoliberalismo autoritário de feições fascistas” (Safatle, 2022, p. 11). Significa, pois, revisitar 2013 e suas dinâmicas populares e o que significaram para o Brasil. Apesar de multifacetado e da complexidade desse momento histórico, autores como Pinheiro-Machado (2019) e Safatle (2022) partilham da ideia de esgotamento institucional e da esquerda³⁶ brasileira, somada à inabilidade de construção de uma democracia concreta no país. Democracia essa, que segundo Freixo (2019), não se fortaleceu efetivamente mesmo após quatro décadas da chamada transição democrática iniciada com o fim da ditadura militar. Ainda de acordo com o autor, “em uma sociedade profundamente desigual [...], fortemente hierarquizada e marcada pela violência real e simbólica, a tentação autoritária continua a ser um espectro a nos rondar” (Freixo, 2019, p. 5).

³⁶Para fins de nossa reflexão, nesta pesquisa utilizaremos os sentidos de esquerda, direita e extrema-direita de acordo com Silva, Brites, Oliveira e Borri (2014) que concebe esquerda como um campo político ligado aos interesses da classe operária e a superação da sociabilidade vinculada ao capital, já a direita enquanto campo político ligado aos interesses de dominação, opressão e apropriação inserida na lógica do capital e, por fim, a extrema-direita fortemente ligada às experiências nazifascistas, cultuando traços como o nacionalismo, o irracionalismo, a defesa de valores tradicionais e intolerância, além de muitos outros aspectos ligados às suas condições de emergência.

Apesar do desafio de traçar os acontecimentos a partir das manifestações de 2013, dada a complexidade desses eventos, revisitá-los e o que significaram, colabora para se entender de que forma a força coletiva desses movimentos foi potencializada pela extrema direita e pela dinâmica fascista. Faz-se questionar como uma expressiva parcela da população que ocupava as ruas reivindicando mais democracia, retorna posteriormente pedindo por intervenção militar e defendendo governos visivelmente fascistas. O Brasil, diferente de outros países da América Latina, impulsionou o surgimento de um fascismo popular (Safatle, 2022), isto é, um populismo autoritário e entender como chegamos até aqui passa pela análise de como a democracia brasileira foi pouco a pouco fragmentando-se. Para compreender como esse processo ocorreu e as insurgências de junho de 2013, é necessário pensar o Brasil inserido em um contexto mundial de acontecimentos, acompanhado de um quadro político e econômico interno ao país em expressa crise. Em dimensões globais, o roteiro que acompanhou junho de 2013 está expresso em uma conjuntura que pode ser sintetizada em três grandes ciclos: o (I) a partir de uma crise econômica iniciada em 2008 e as fracas respostas políticas dadas a ela, (II) a tomada da política institucional pelos interesses do capital hegemônico, ao resguardar os interesses corporativos e financeiros ocasionando declínio democrático e (III) crise do consenso entre direita³⁷ e centro-esquerda com a reorganização do espectro partidário (Nunes, 2022).

Rebeliões e ocupações de 2011: da crise do capitalismo ao touro de *Wall Street*

O ano de 2011 foi certamente um importante momento histórico, pois nele foi possível observar um fenômeno global como nunca visto anteriormente: “uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de lutas muito assemelhadas e consciência de solidariedade

³⁷Nesta pesquisa entendemos o movimento político de direita segundo a definição de Santos (2015) enquanto um conjunto de movimentos sociais, econômicos e políticos que se alinham ao capitalismo neoliberal e os desdobramentos do que isso implica em termos de desigualdades sociais, enfraquecimento do Estado social, controle da mídia e redução da pluralidade política.

mútua” (Carneiro, 2012, p. 7). De repente, passam a se observar inúmeras manifestações e protestos - que Antunes (2022) caracterizou como era de rebeliões - propagadas em escala global, com início no Norte da África, sucedendo na queda de ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; alcançou a Europa com ocupações na Espanha e Grécia, estendeu-se ao Chile, aos Estados Unidos e Rússia (Carneiro, 2012). Ou seja, uma sucessão de rebeliões e protestos mundo afora como que em um contágio coletivo a nível mundial e que partilhavam de aspectos comuns na forma de operar, desde ocupações de ruas e praças, utilizando-se da internet e redes sociais, até a rejeição de espaços e mecanismos institucionais clássicos (Carneiro, 2012). Os acontecimentos de 2011 deram-se com bastante entusiasmo, em um despertar e êxtase coletivo forte provocando uma catarse política a níveis mundiais. Uma sequência de atos que ganhou corpo e repercussão através dos veículos de comunicação tradicionais, mas que contou com o alcance viral que as mídias digitais podem proporcionar.

Não obstante, essa onda de revoltas populares tratava-se de uma resposta à crise do neoliberalismo e que tomou forma na figura das grandes manifestações e protestos que deram início às inúmeras ocupações – tomada e acampamento de estudantes e trabalhadores em espaços públicos de diferentes cidades em todo o mundo com origem no segundo semestre de 2011 (Peschanski, 2012). O estopim deu-se na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, quando o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, vítima recorrente de extorsões policiais, ateou fogo no próprio corpo levando o país a uma convulsão social e consequente queda do governo de Ben Ali (Safatle, 2022). Assim, o século XXI iniciava-se com uma das mais importantes revoltas desse período que se caracterizou como um movimento global de novas formas de mobilização: a “Primavera Árabe³⁸”, que em grande medida foi impulsionada pelas redes sociais, espalhou-se pelo mundo árabe como protestos contra a corrupção, o

³⁸A Primavera Árabe foi uma onda de revoltas e manifestações revolucionárias. Trata-se de um fenômeno que surgiu no Oriente Médio e Norte da África, nos anos 2010/2011, no momento em que a sociedade civil, indignada com a opressão e corrupção dos ditadores de seus países, revoltou-se e saiu às ruas protestando por melhores condições sociais (Bijos & Silva, 2013). Com início na chamada “Revolução de Jasmim”, na Tunísia, o movimento popular árabe derrubou três regimes ditatoriais, a começar pela Tunísia de Zine el-Abidine Ben Ali, no Egito de Hosni Mubarak e na Líbia com Muammar Qadaf, espalhando-se por outros países ao norte da África.

autoritarismo e reivindicando mais democracia (Pinheiro-Machado, 2019). Para Carneiro (2012) o cenário era de crise social, econômica e financeira desde 2008, resultando em impactos sociais a começar pela alta nos alimentos até o aumento do desemprego. A grande questão era a ausência de respostas políticas alternativas para a crise, de modo a amenizar os efeitos perversos da crise do capital que aumentara sobretudo os níveis de pobreza. Desse modo, a conjuntura ligada à crise do neoliberalismo, as políticas econômicas de austeridade que castigam sobretudo os mais vulneráveis social e economicamente e à captura da democracia pelos interesses do capital econômico e das grandes corporações, compõem o quadro das insatisfações presentes nas manifestações mundo afora. É possível observar ao longo desse texto como a crise de legitimidade do neoliberalismo escancara a existente vulnerabilidade das democracias, principalmente quando quem arca com os altos custos da crise financeira é justamente quem não as produziu.

Em cada região, os movimentos em protestos articulavam-se de modo particular e geraram desdobramentos diferentes. Na África do Norte, o movimento representou o caráter de uma revolução democrática e pôs fim a ditaduras, na América Latina se caracterizou pelas reivindicações estudantis e estremeceu os Estados Unidos ocasionando a ocupação de *Wall Street* (Carneiro, 2012). Observa-se, então, que o movimento de protestos e ocupações nas ruas e praças pelo mundo, representou sobretudo um momento único na agenda da política global. As vozes das ruas traziam um tom de indignação e ansiavam por uma democracia de fato representativa e que incluísse a todos, que não servisse apenas aos interesses do grande capital.

Portanto, diversos protestos em países europeus – Grécia, Islândia e Portugal – reivindicaram a antiausteridade, a insatisfação com a democracia representativa, a política institucional e a incerteza econômica. Na Espanha, os Indignados ocuparam praças e ruas de Madrid descontentes com os rumos políticos e econômicos do país (Pinheiro-Machado, 2019); já o movimento “*Occupy Wall Street*”, em meio ao desemprego em alta nos Estados

Unidos, protestava contra a austeridade com o slogan “Nós somos os 99%” ao se referir à contínua desigualdade econômica em prol dos 1% mais ricos no país. (Gohn, 2014). Acerca da ocupação de *Wall Street*, Pinheiro-Machado (2019), recorda do touro de 3,5 toneladas de cobre nas proximidades de *Wall Street*, em Nova York, representativo da vitalidade, mas também da vaidade do mercado financeiro norte americano. A onipotência e altivez do touro, representativa da dimensão do mercado financeiro norte americano, logo foi suplantado pela crise financeira de 2008 que teve início no setor imobiliário da Califórnia, dispersando-se e causando desordem econômica nos Estados Unidos, Europa e o restante do mercado global.

Segundo aponta Pinheiro-Machado (2019), toda essa tensão e crise surgida na zona de mercado foi para além da economia, alcançou a esfera política, fragilizando em grande parte toda a estrutura global. Contudo, é importante ressaltar que as recentes transformações ocorridas no mundo não decorrem unicamente do colapso econômico, mas este serviu para mostrar o desconforto com a racionalidade neoliberal, a globalização e a democracia na forma como se ordenavam (Pinheiro-Machado, 2019), tanto quanto os meios alternativos encontrados para solucionar a questão da crise, utilizando-se de políticas austeras solapando qualquer vislumbre de igualdade social e econômica.

Fica evidente, assim, que a crise financeira foi o estopim para a eclosão da onda de ocupações e protestos por todo o mundo. Na Ásia e nas Américas a onda de manifestações também aportou. Na China, em 2011, reivindicava-se por mais democracia. No Brasil, o movimento ocorreu por meio das ocupações urbanas e estudantis e eclodiu, ainda que anterior ao ápice da crise, em 2013 com os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público. Em Hong Kong, em 2014, surge o movimento dos Guardas-Chuvas descontentes com o Partido Comunista e sua intervenção política (Gohn, 2014). Esses movimentos, estimulados pela Primavera Árabe, opunham-se à vinculação da democracia liberal a políticas econômicas de caráter espoliativas impulsionadas pela crise econômica (Safatle, 2022). As ocupações, ao protestarem por mais democracia, denunciavam a dureza a que eram

submetidas as classes sociais desamparadas economicamente e mais expostas aos efeitos da crise global. Era contra uma forma de globalização que penalizava os “99%” que as ocupações, carregadas por um sentimento antissistêmico, ajudavam a repercutir (Pinheiro-Machado, 2019).

Grosso modo, Peschanski (2012, p. 28) conclui que as ocupações traziam em seu cerne o descontentamento com a intensa desigualdade econômica e como bandeira “o igualitarismo democrático radical”, porque segundo o autor há uma relação direta entre economia e democracia. Contextos sociais marcados por profundas desigualdades sociais prejudicam o andamento do sistema democrático, uma vez que, em momentos de crise do capital ou na disputa de interesses entre classes, há uma tendência em socializar as perdas e privilegiar as classes dominantes em detrimento das classes populares. A insatisfação geral era contra um sistema capitalista financeiro global que corrói a democracia e a impede de se concretizar. Por isso, em diferentes países o contexto de crise do capitalismo neoliberal iniciado em 2008 impactou profundamente as condições de vida da população, sobretudo a mais pobre. Somada a adoção de medidas austeras que provocaram o aumento do custo de vida, a precarização laboral e dos salários, a diminuição da qualidade dos serviços urbanos e o acirramento das desigualdades sociais (Tatagiba & Galvão, 2019). Com isso, esse contexto socioeconômico de forte crise do capitalismo global constituiu solo fértil para a eclosão dos conflitos e a profusão de insatisfações, uma vez que é de entendimento que o capitalismo vive não só de periódicas crises de ruína criadora, mas uma condição de amplo declínio (Carneiro, 2012) que impacta impiedosamente o trabalhador já inserido no contexto de trabalho precarizado. Por isso, a centralidade dada à discussão, presentes nos movimentos de ocupações e protestos, em torno do descontentamento com a democracia nunca consolidada e longe de representar os “99%” do proletariado. Para Alves (2012, p. 33), tanto o movimento dos Indignados na Europa, quanto o “*Occupy Wall Street*” norte-americano, “reivindicam a democratização radical contra a farsa democrática dos países capitalistas centrais”. No bojo

de ambos os movimentos, delatava-se a concentração de riqueza, acentuando as condições de desigualdade social e de trabalho dos 99% – trabalhadores em sua maioria precarizados e mais expostos à crise - e a falsa noção de democracia existente.

Ressaltamos, contudo, que a onda de protestos e ocupações foi recebida com extrema repressão, desde prisões de manifestantes até assassinatos. Foi momento, também, conforme assinala Carneiro (2012), que a extrema direita, ressurgida no cenário social de 2011 com sua face implacável a exemplo do massacre da Noruega³⁹, continuava a se agigantar. Parece claro afirmar que há uma estreita relação entre grandes crises sistêmicas capitalistas e o favorecimento da ascensão de regimes radicais tal como a extrema direita. No mundo de forma geral, bem como ocorreu no Brasil, a direita soube aproveitar-se do momento político e das insatisfações, conduzindo e ordenando-as ao conservadorismo e autoritarismo (Pinheiro-Machado, 2019).

Ainda na esteira das ocupações e protestos de 2011, Safatle (2012, p. 47) argumenta que a mobilização em torno de tais movimentos possui como eixo “a noção de que nossa democracia não existe ainda, nossa democracia ainda não chegou, nós ainda esperamos uma democracia por vir”. Isto é, as ocupações e a onda de protestos revelam o desencanto com uma democracia que na prática nunca se efetivou, vive um eterno processo contínuo de se fazer firmar, mas que não acontece. A leitura que se faz a partir do autor, é que vivemos em algo parecido com a democracia que desejamos, mas que ainda não é a democracia que esperamos. Nesse quesito, as ocupações foram unânimes em denunciar um simulacro de

³⁹O massacre da Noruega foi um atentado realizado em 22 de julho de 2011 por Anders Behring Breivik ao fazer uso de artefatos explosivos no centro da cidade de Oslo, prosseguido por um sequência de tiroteios na cidade-ilha de *Utoya*. Breivik era vinculado à extrema-direita e matou 69 pessoas a tiros, 8 por bombas e feriu 151. Segundo Pimentel (2021), a motivação política para os atentados seria a teoria de que a Europa estaria sendo tomada pelo Islã, apoiadas pelas elites européias e por alas liberais e de esquerda. É importante observar que a Europa vive um fluxo imigratório intenso, em especial de muçulmanos, que alimenta discursos xenófobos estimulada por uma extrema-direita populista em ascensão no continente (Novaes, 2018), o que ajuda a compreender o extremismo violento nos países europeus. Breivik - o terrorista Norueguês - antes de realizar o atentado, deixou um manifesto no qual, entre outras teorias da conspiração e crenças extremistas, acreditava que a Escola de Frankfurt, ao dar uma nova interpretação ao marxismo, colaborava para o avanço do islamismo e seria, entre outros elementos, um tipo de novo nazismo (Pimentel, 2021). Desse modo, a radicalização e teorias da conspiração aliada à criação do “inimigo” a ser combatido, dão corpo ao extremismo violento de direita.

democracia e tornar clara a ideia de que recusamos uma democracia em constante processo, continuada, desgastada, que já nasce desgastada (Safatle, 2012).

Quando manifestantes ocupam espaços públicos em protesto por uma democracia real, estes compreenderam que, a democracia em vigor, não os circunscreve. Para Safatle (2012), os manifestantes entenderam que a democracia parlamentar não logrou êxito em limitar e contrapor-se ao sistema financeiro e suas determinações. Sobre isso, é interessante observar o exemplo posto pelo referido autor que nos ensina os caminhos para uma democracia real com o caso da Islândia – um dos primeiros países a sofrer com os impactos da crise de 2008. A Islândia decidiu que o dinheiro público que seria utilizado para indenizar os bancos passaria por consulta popular, um plebiscito. O resultado, segundo Safatle (2012), foi o apoio em massa ao calote. Com o “quem paga a orquestra escolhe a música”, foi assim que os islândeses colocaram em prática um dos princípios bases da democracia – a soberania popular –, visto que, se é o povo que paga a conta, é ele quem decide o que fazer (Safatle, 2012). Em linhas gerais, o que predominava era a primazia por salvar instituições financeiras, enquanto países e populações ficavam completamente à deriva econômica causando, com isso, um esvaziamento democrático. Enquanto, o caso da Islândia, mostra exatamente que o caminho é por vias democráticas e populares.

As ocupações, desse modo, buscavam expor como o sistema democrático mostrava-se falido e corrompido em favor de um sistema financeiro opressor. A revolta global presente nas ocupações possuíam, portanto, como objeto a extrema desigualdade, a crítica a governos corruptos e a natureza antidemocrática desses governos (Wallerstein, 2012). O ano de 2011 viu surgir no cenário global importantes movimentos desde os Indignados na Espanha, as ocupações em Nova York, o movimento estudantil chileno e a Primavera Árabe como grandes mobilizações populares mundiais.

E o Brasil, contagiado pela onda de protestos internacionais em curso, viu em junho de 2013 a agitação nas estruturas sociais e a demarcação de novos rumos políticos ao país.

Realidade essa experimentada de forma semelhante em outras partes do mundo que culminou em duas vias distintas: ora para uma abertura política maior ou convergiu para regimes de extrema direita e autoritários. Para Pinheiro-Machado (2019, p. 24) “a extrema-direita que se organiza após a crise de 2008 não é consequência direta da primavera de protestos, ela já vinha se articulando nos anos 2000, a crise foi a oportunidade para ganhar espaço”. Não à toa, a direita saiu vencedora em vários países, pois soube articular os movimentos sociais que despontavam e beneficiar-se de suas insatisfações para atingir seus fins sociais e políticos. A consolidação da extrema direita em países europeus e nos Estados Unidos faz pensar que o que aconteceu no Brasil não está apartado de um processo global. A diferença, segundo Safatle (2022), é que no contexto brasileiro a situação foi mais dramática. Desse modo, a ascensão de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Marine Le Pen⁴⁰ e do Alternativa⁴¹ pela Alemanha possuem em comum o esgotamento da democracia liberal (Safatle, 2022). Esta que não mais se sustentou via pactos e acordos entre distintos interesses e que não produziu transformações e reformas estruturais, garantindo assim a sua não sobrevivência. Além do mais, trata-se de um modelo que não se desfez de sua relação quanto ao neoliberalismo e que optou por reformas rasas sem qualquer oposição mais dura ao capitalismo (Singer, 2012).

Em síntese, a democracia liberal visou sobretudo se estabelecer no centro do espectro político na busca de harmonizar setores historicamente antagônicos e conflituosos ao não se comprometer com transformações mais profundas social e politicamente. O esgotamento desse modelo político foi potencializado pela crise econômica que desencadeou movimentos e escolhas rumo a extremos, aliada a uma complexa conjuntura de movimentos, coletivos e atores sociais na cena política. Dessa forma, é válido afirmar que a onda de manifestações ocorridas no Brasil é parte de um movimento maior iniciado com a Primavera Árabe, mas

⁴⁰Marine Le Pen comanda o partido de extrema-direita *Front National* (FN) com histórico recorde de 6,4 milhões de votos amparados em um discurso anti-imigração, retorno de pena de morte, islamofobia e demais declarações de forte teor fascista (Longo & Souza, 2022).

⁴¹Partido de extrema-direita denominado *Alternative für Deutschland* - Alternativa para a Alemanha, que cresceu em popularidade e representatividade na Alemanha.

não somente por ele. Há uma conjuntura política e econômica própria ao país que forneceu contornos aos movimentos reivindicatórios aqui ocorridos. Assim, para compreender melhor essa conjuntura e o que significou seus desdobramentos, as manifestações de junho de 2013 são um importante e recente marco histórico brasileiro.

Nunes (2022) ressalta que, para além de grandes manifestações públicas, os acontecimentos de junho dizem de um período em que todos sentiam-se confortáveis em falar sobre política e sentiam-se instigados a participar dela. Para muitos, as manifestações ocorridas nesse período denunciavam as insatisfações com as condições precárias de uma classe trabalhadora e setores ávidos por reformas mais profundas, em oposição àqueles cujo objetivo era a manutenção do *status quo* (Tatagiba & Galvão, 2019; Singer, 2013). Em outra interpretação, a onda de protestos, ainda que tenha surgido de forma espontânea no início, abriu espaço para o oportunismo e crescimento de núcleos fascistas no país (Safatle, 2022). Há quem interprete tais manifestações como expressões populares que são “uma continuidade histórica das lutas anarquistas e autonomistas da virada do século XX” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 33), isto é, com caráter democrático. E avaliações que consideram esse ciclo os responsáveis por colocar em risco a democracia brasileira conforme discute Nobre (2022). Do mesmo modo que, passado esse período, percebemos com mais clareza que o aconteceu em 2013 diz de uma janela de espaço que favoreceu de algum modo a expressão de manifestações e discursos de ódio sem ressalvas e que deu um salto com as tecnologias digitais, estendendo-se para outros âmbitos sociais.

As distintas composições de manifestantes e de reivindicações em torno de junho de 2013 têm permitido diferentes análises e narrativas sobre o significado desses ciclos de protestos. Gohn (2016) e Braga (2013) definem os atos de protestos como novíssimas formas de manifestações e de atores em cena nunca vistos no país. Ideia compartilhada por Pinheiro-Machado (2019, p. 21) acrescida ao fato de que a autora reconhece a “natureza radicalmente democrática dos protestos” e a inauguração de uma nova estética e ética de

protestos. Ao passo que Domingues (2013), em outro entendimento, concebe as manifestações enquanto uma massa composta por pautas difusas e abertas e de forte polarização política. Desde as Diretas já, para Nunes (2022), as manifestações de junho de 2013 representam um dos maiores movimentos de massa já ocorrido no país. Em linhas gerais, de comum entre os autores é a certeza dos impactos provocados pelas manifestações na história brasileira com profundos desdobramentos sociais e políticos.

Em suma, fica clara a inscrição dos ciclos de manifestações dentro de um quadro de esgotamento político que surgiu no período de transição democrática e que Safatle (2022) vai definir enquanto uma política de pactos, conciliações e frentes amplas visando, antes de tudo, a governabilidade; mas que não deram conta de operar mudanças e reformas mais robustas, apenas o gerenciamento dos conflitos e interesses distintos. O enfraquecimento desse modelo aliado ao esgotamento econômico em escala global contribuíra para o irrompimento das manifestações de junho de 2013. Numa conjuntura mais ampla e global, Antunes (2022) analisa que essa era de rebeliões, que tinha o potencial para se converter em um ciclo de mudanças estruturais profundas na direção democrática, na verdade se transformou em uma era de contrarrevoluções, seja pela forte repressão que sofreu ou pelo esgotamento sendo tomada por forças que visavam o retorno ao domínio.

20 centavos: a luta contra o aumento

O aumento das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo foi decretado em 2 de junho de 2013. As passagens de 3 reais, passariam ao custo de 3,20 o suficiente para mobilizar o primeiro, de uma sequência de protestos contrários ao aumento. Com isso, em 6 de junho, em São Paulo, o Brasil observava uma manifestação contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL). Tinha início, então, um processo que reivindicava a melhoria dos bens públicos e denunciava a precariedade e a vulnerabilidade a qual uma parcela significativa da população estava

submetida cotidianamente. Em São Paulo, por efeito de sua centralidade política, a jornada de lutas convocada pelo MPL inicia um dos quatro movimentos de massas do Brasil dos últimos quarenta anos (Pomar, 2013). Contudo, já havia iniciado, desde janeiro de 2013, em Porto Alegre, as marchas contra o aumento da passagem de ônibus de 2,85 para 3,05, junto a um contexto de mobilizações crescentes que tomavam conta, além da capital gaúcha, do Rio de Janeiro, Natal, Teresina e Goiânia (Pinheiro-Machado, 2019; Pomar, 2013).

Em paralelo aos protestos, ocorria a organização da Copa do Mundo para 2014, que tornou públicas mais ainda as desigualdades sociais e a força violenta do Estado em reprimir manifestações. O Rio de Janeiro é um exemplo interessante, pois expôs os efeitos ocasionados pelas obras da Copa do Mundo sobretudo nas regiões vulnerabilizadas. Foi possível ver, pelo mundo todo, as imagens que circulavam da Polícia Militar agindo de forma brutal para a retirada de indígenas da Aldeia Maracanã que seria reformada para a Copa (Pinheiro-Machado, 2019). A violência empregada em meio ao grande evento esportivo repercutia de forma negativa principalmente por sua incidência perversa ocorrer sobre aqueles vulnerabilizados. Para Pinheiro-Machado (2019), esse fato representava o abandono público em privilégio do privado, quando manifestantes traziam em seus cartazes “queremos hospitais padrão FIFA⁴²”. Desse modo, somada às reivindicações contra o aumento das passagens, surgiam em paralelo protestos que revelavam o descontentamento envolvendo o superfaturamento das obras, o uso de dinheiro público para eventos gigantescos contrapondo-se às precárias condições dos serviços públicos ofertados, a corrupção corporativa e a repressão policial violenta (Gohn, 2014).

Aliás, foi sob forte repressão policial que muitos dos protestos realizados pelo MPL ocorreram em suas convocações para as manifestações nas ruas. No entanto, é importante destacar que o feito do MPL foi expandir a discussão sobre o transporte público, quando este

⁴²Os cartazes empunhados pelos manifestantes possuíam reivindicações diversas, desde “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “O gigante acordou”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola ,só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral!” (Singer, 2013).

pautou o passe livre para estudantes como bandeira principal e posteriormente à tarifa zero (Pomar, 2013) sempre buscando como horizonte de debate a melhoria do sistema público coletivo de transporte através de luta política e de progressivas manifestações articuladas sistematicamente. Desse modo, o MPL não foi um movimento que surgiu repentinamente no cenário brasileiro apenas em 2013. Segundo Gohn (2017), ele foi criado em 2005 em Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial (FSM), todavia suas origens reportam às manifestações de estudantes do ensino médio ocorridas em Salvador em 2003⁴³, em Florianópolis em 2004⁴⁴ e no ativismo do Centro de Mídia Independente (CMI)⁴⁵. A mensagem deixada por esses movimentos, a Revolta do Buzu e a Revolta da Catraca, é a da importância da organização de coletivos e da mobilização popular como ferramentas de transformações sociais frente às injustiças. Tanto a ocupação das ruas, quanto a conscientização popular e a organização sistemática foram pontos fundamentais, que foram tomados como inspiração para movimentos posteriores, como as convocações para os atos de protestos em junho de 2013 pelo MPL. Pomar (2013) define o MPL como um movimento de esquerda que ao longo de sua atuação política articulou-se com outros movimentos semelhantes como o Movimento Sem Terra (MST) e os movimentos urbanos de moradia. De acordo com a definição dada pelo próprio *site* do MPL⁴⁶, ele é caracterizado como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, em busca de transporte

⁴³As manifestações ocorridas em Salvador em 2003 realizadas por estudantes do ensino fundamental, médio e universitários ficou conhecida por “Revolta do Buzu”. Eram manifestações que protestavam contra as más condições do transporte público e o aumento da tarifa de ônibus na capital (Coelho, 2020).

⁴⁴Esse movimento ficou nacionalmente conhecido como a “Revolta da Catraca” ou “Guerra da Tarifa”, que contou 17 de protestos em Florianópolis em 2004. As manifestações, inspiradas nas que ocorreram em Salvador, posicionavam-se contra o reajuste das passagens de ônibus e o aumento dos salários de vereadores (150%) e da prefeita (275%) (Coelho, 2020). Em comum, ambos os protestos caracterizavam-se por sua horizontalidade, sem liderança ou participação de partidos e sem o uso da internet e das redes sociais.

⁴⁵O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. O CMI Brasil quer dar voz à quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais e sobre as políticas às quais se opõem. Informação disponível em: <https://midia independente.org/> Acesso em: 06/06/2022.

⁴⁶Definição do Movimento Passe Livre (MPL) disponível em: <https://www.mpl.org.br> Acesso em: 6/6/2022.

público efetivo e gratuito para a população, afastado da iniciativa privada. A principal bandeira de luta do movimento é a Tarifa Zero e o coletivo conta, primordialmente, com o apoio das ruas. O diferencial do MPL, segundo Gohn (2017), reside no conjunto de particularidades próprias ao movimento: a performance das manifestações ao utilizar música em vez de carros de som, ausência de lideranças e a horizontalidade sem comando único. Ou seja, “uma nova estética e ética de protestos se popularizava” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 36).

Logo, quando se fala em movimentos sociais e de identidades, é interessante observar como esses coletivos reinventaram-se e passaram por processos de transformações ao longo da história. Hoje é possível subdividi-los em três modelos: os movimentos clássicos, os novos e os novíssimos (Gohn, 2017). Os *clássicos* abarcam os tradicionais sindicatos, os sem-terra, estudantes, movimentos comunitários; os *novos* englobam os movimentos de luta por direitos e identidades criados na década de 1970 tais como de gênero, étnicos e ambientais, e os *novíssimos* englobam os movimentos da atualidade como o MPL, Movimento dos Secundaristas, o “Vem Pra Rua” e o Movimento Brasil Livre (MBL). Para a autora, cada movimento vai diferir em termos de posicionamento político, ideológico e cultural.

No que se refere ao termo “manifestações”, Gohn (2017) afirma ter sido utilizado por grande parte da mídia brasileira para se referir às novíssimas formas de protestos nas ruas surgidas na última década. A expressão, registrada na história e na memória do país a partir dos protestos de junho de 2013, apresentava demandas e denúncias inteiramente distintas dos chamados movimentos *clássicos* (operários, sindicais, agrários) e dos *novos* movimentos (Gohn, 2017). Desse modo, as manifestações de junho estão inscritas em um novo modo de organização política e que conferem uma identidade própria ao movimento, com reivindicações e demandas que diferem das tradicionais presentes em movimentos clássicos.

Para o MPL, por exemplo, interessava ampliar o horizonte da mobilidade urbana, tida como um direito a todo e qualquer cidadão de usufruir de serviços públicos com qualidade,

muito além de apenas 20 centavos. Assim, na tarde de quinta-feira de 6 de junho de 2013, quando uma multidão já ocupara as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, militantes do MPL colocavam em prática a primeira das várias manifestações daquele período contra o aumento das tarifas (Knijnik, Lima & Ortellado, 2013). Seria o início de um ciclo de protestos que ficariam na história do país com as célebres manifestações.

Com horário às 18h e saída agendada do Teatro Municipal rumo ao Vale do Anhangabaú e dali para a Avenida 23 de Maio, marcada por intensa repressão policial, o primeiro ato é finalizado com manifestantes detidos e feridos e a declaração do comandante da operação policial à imprensa de que “essas pessoas não estão a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna” (Knijnik et al., 2013). A visão negativa dos participantes divulgada pela mídia como vândalos e baderneiros foi amplamente difundida e combatida com forte violência policial. Todos os protestos do dia 6 ao dia 13 de junho foram marcados por dura violência policial e pela desqualificação por parte dos principais jornais do país em torno das manifestações. Ora os veículos de imprensa afirmavam que se tratava de grupos movidos por fins partidários, ora davam destaque aos transtornos ocasionados pelos protestos em massa e, por fim, diminuam a bandeira de luta contra o aumento das tarifas afirmando ser de menor relevância e desproporcional (Knijnik et al., 2013; Pinheiro-Machado, 2019).

Com isso, o primeiro ato de protesto ocorrido em São Paulo, que inaugura o ciclo de manifestações daquele ano, teve um início tímido, visto como ato composto por estudantes, tratado em claro tom de reprovação pela mídia ao caracterizar os atos de vandalismo (Gohn, 2014; Knijnik et al., 2013). Uma manifestante saiu com o cartaz “não sou vândalo, mídia” (Gohn, 2014, p. 22) com o objetivo de contestar a imagem passada ao público pelos veículos de imprensa que, em um primeiro momento, tentaram desacreditar o movimento. Para Gohn (2014) a tática de criminalizar o movimento foi a estratégia mais fácil utilizada por muitos dirigentes para solucionar a situação, ao passo que revelava o desconhecimento da conjuntura que estava posta e em plena articulação.

24 horas depois do primeiro ato de protesto, que contou com 2 mil pessoas, o MPL conduziu o segundo ato de protestos, dia 7 de junho, numa estratégia de convocar manifestações contínuas e sucessivas como forma de suplantar o poder público rumo ao diálogo da agenda de luta trazida pelos militantes do movimento. Então, saindo do Largo da Batata em direção à Marginal Pinheiros, o segundo dia de manifestação reuniu 5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar (Knijnik et al., 2013). Ainda de acordo com os autores, é nesse momento que entram em cena os militantes do *Black Bloc*⁴⁷ reagindo à ação truculenta da polícia e buscando evitar a dispersão dos manifestantes.

No mais, os dias 8 e 9 de junho de ocorrência de protestos seguem com a imprensa reforçando a tese do vandalismo, desqualificando os manifestantes e com jornais, tal como o *Folha de S.Paulo* tecendo críticas às manifestações conferindo-lhes uma gramática violenta (Knijnik et al., 2013). O tom das matérias atribuía aos manifestantes a instauração do medo, da violência e da perturbação social, acrescida da deslegitimação dos responsáveis e da pauta presente nas manifestações.

O terceiro grande ato contra o aumento da tarifa, ocorrido no dia 11 de junho, concentrado na Avenida Paulista, sob forte chuva e enfrentando inúmeros bloqueios policiais, contou com uma adesão maior de participantes: 15 mil pessoas seguiram ao principal Terminal de ônibus e de lá rumo ao Museu de Arte de São Paulo (MASP) (Knijnik et al., 2013). Após seis horas de protestos e atacados pela polícia, além de 20 pessoas presas, por toda a noite ondas de depredações nas estações de metrô e agências bancárias, pichações e queimas de sacos de lixo foram motivadas como resposta à ação repressiva da polícia. Não por menos que no dia seguinte, 12 de junho, os relatos nas redes sociais do terceiro grande ato de protesto dão conta da violência policial empregada; ao passo que nos jornais atribui-se

⁴⁷De acordo com Knijnik, Lima e Ortellado (2013, p. 37) “o *Black Bloc* nasceu no movimento autonomista da Alemanha nos anos 1980, quando manifestantes utilizavam máscaras e se vestiam de negro para dificultar a identificação da polícia (por isso foram apelidados de *der schwarze Block* ou “o bloco negro”)”. O *Black Bloc*, no final dos anos 1980, portava-se como agente de proteção às passeatas, barrando a infiltração de agentes baderneiros e protegendo os manifestantes dos ataques da polícia conforme pode ser visto em Knijnik, Lima e Ortellado, (2013). Os *Black Blocs* tornaram-se um movimento com presença constante em diversos atos de protestos e manifestações mundo afora atuando sobretudo como força de resistência à violência policial.

o vandalismo aos próprios manifestantes (Knijnik et al., 2013) de forma que a abordagem dada às manifestações pelos principais veículos de comunicação os qualificavam enquanto violentos e radicais, exigindo por ações mais duras da polícia contra os protestos e seus participantes.

Logo, na esteira do quarto grande ato de protestos do dia de 13 de junho, diversos jornais como o *Estado de S.Paulo* e a *Folha de S.Paulo* pediam por mais rigidez nas ações policiais e o endurecimento por parte das autoridades (Knijnik et al., 2013), o que de fato ocorreu. O quarto grande ato de protestos e representando o segundo grande momento significativo desde o início das manifestações, possuiu dimensões e repercussão igualmente proporcionais à grandiosidade do movimento do dia 13. De acordo com Gohn (2014), contando com extensa violência policial, dezenas de feridos e 192 detenções, o impacto dos relatos e das imagens do quarto grande ato assinalam a virada da opinião pública e o aumento da adesão às manifestações nos atos seguintes. O protesto realizado no dia 13 contou com a mobilização e a participação de um contingente maior de pessoas nunca visto em atos anteriores convocados pelo MPL: 20 mil pessoas protestando contra o aumento da tarifa.

Para Knijnik et al. (2013), além da grandiosidade das manifestações do dia 13, fica como marco histórico a violência policial desproporcional utilizada sob os manifestantes como nunca visto desde o início do período democrático. Em meio à agitação de acontecimentos vindos das ruas, do outro lado os jornais televisivos transmitem a cobertura das manifestações e a sua perspectiva dos protestos. No *Jornal Nacional* prevalece a narrativa em torno do vandalismo, da violência e os transtornos ocasionados pelas depredações; já para José Luiz Datena, apresentador do “*Brasil Urgente*”, programa jornalístico policial ultraconservador e sensacionalista da Rede Bandeirantes, o discurso é fortemente contrário às manifestações (Knijnik et al., 2013). Contudo, paralelamente às manifestações, especialmente a do dia 13 pelo uso exacerbado da força policial utilizada, nas redes sociais usuários relatavam a violência a que eram submetidos os manifestantes. Prontamente o discurso contra

o abuso policial é tomado pelas mídias digitais e televisivas tornando-se central, ao passo que institutos de pesquisas revelavam o crescimento do apoio popular com as manifestações. Para Pinheiro-Machado (2019), a hostilidade e violência policial produziu comoção popular e constituiu mais uma faísca para um país que se encontrava em chamas.

De modo similar ao dia 13, no dia 17 de junho milhares de pessoas compareceram às ruas para protestar em diversas capitais do país. Em São Paulo a concentração contou com 65 mil pessoas no Largo da Batata, no palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, houve protesto e ocupação, e em Brasília ocupação da marquise do Congresso Nacional (Gohn, 2014). Vale lembrar que na capital, em decorrência de seguidos dias de protestos e em ocasião da abertura da Copa das Confederações, a presidente Dilma é então vaiada nas arquibancadas que segundo Gohn (2014), não eram de torcedores das camadas populares por efeito do alto preço dos ingressos. A partir desse momento, os acontecimentos ganham velocidade e reveses totalmente novos, as passeatas e manifestações dão um salto em nível nacional em tamanho e apoio popular.

Por sua vez, as críticas e a mudança de tom na cobertura da imprensa sobre as manifestações ganham outro contorno. A mudança de posicionamento e de discurso começa a ser percebida. Os autores que melhor elucidam essa virada da mídia em relação aos protestos serão Knijnik et al. (2013) pois trazem com mais detalhes como ocorreu essa mudança de opinião. A exemplo disso, nos referidos autores podemos observar o jornal *Folha de São Paulo* trazer em sua capa uma pesquisa que revela a insatisfação dos paulistanos com a qualidade do transporte público, no jornal *O Globo* tem-se uma matéria de apoio aos manifestantes, a revista *IstoÉ* traz uma reportagem intitulada a “volta da repressão” criticando a dura atuação da polícia, no *Estadão* mais críticas aos abusos policiais. Cabe frisar que o aumento do apoio às manifestações não cresceu apenas em meio às ruas, mas de igual forma nas redes sociais. É nessa época, segundo Pinheiro-Machado (2019), que o Brasil inicia na era do ativismo on-line. O apoio de famosos também pode ser observado em meio ao

ambiente virtual, sobretudo no *facebook* e *Twitter*. A criação de *hashtags* tais como *#mudabrazil*, *#changebrazil* e *#ogiganteacordou* explodiam nas redes sociais expondo o aumento da mobilização popular e a ampliação dos protestos a nível nacional (Knijnik et al., 2013). Como se pôde ver, as redes sociais contribuíram sobremaneira para a imagem dos protestos percorrerem o mundo, à medida que manifestações eram vistas em diversos outros países em apoio aos protestos ocorridos no Brasil.

Para Knijnik et al. (2013, p. 139) convém ressaltar que “para os meios de comunicação as manifestações deixaram de ser tão somente episódios pontuais e começaram a abordá-las como parte de uma crise”. A partir disso, a pauta do movimento bem como o próprio MPL passaram a ter reconhecidas suas reivindicações dadas as proporções que os atos tomaram. Para os autores que vão além em sua análise, a mudança de discurso dos meios de comunicação segue duas linhas: (I) não relacionaram mais as manifestações à iniciativa de partidos de extrema-esquerda e (II) sugestionam que subjacente à reivindicação dos 20 centavos haveria na verdade outras insatisfações (Knijnik et al., 2013). No início dos protestos o protagonismo do movimento era atribuído aos partidos de extrema-esquerda acusados pela mídia televisiva e escrita de coordenarem os atos. Já o MPL era atacado e tido como um grupo de jovens desordeiros. Curiosamente, o MPL, liderança política responsável pela convocação dos protestos e pela negociação com os representantes do governo, de atuação reprovável, passou a ser representado pela mídia como movimento apertidário e “não-violento”. Para Knijnik et al. (2013) essa virada discursiva serviu para diferenciar os vândalos dos manifestantes de fato. Assim sendo, os atos de protestos continuaram por todo o mês de junho. A cada manifestação, aglutinava-se um público em número inigualável. Nos cartazes expostos pelos manifestantes era possível observar escrito “Amanhã vai ser maior”. Toda a mídia escrita, falada, televisiva e online mobilizava-se em torno dos acontecimentos, do mesmo modo, a imprensa internacional ocupava-se de noticiar os fatos e chamar atenção para o que estava acontecendo no país.

Enquanto isso, no dia 18 de junho acontecia o sexto protesto contra a alta das tarifas de ônibus em São Paulo, reunindo 50 mil pessoas na Praça da Sé e culminando na depredação da Prefeitura de São Paulo (Gohn, 2014). A manifestação realizada no dia 18 marca o segundo grande momento dentro do intenso ciclo de protestos que aconteceram durante o mês de junho, muito por conta da violência empregada e do irrompimento de conflitos, mas igualmente pela força que toma a revolta popular e a amplitude massiva dos protestos. E dentro desse segundo grande momento das manifestações, tem-se o que se considera o apogeu dessa fase, o sétimo protesto no dia 20 de junho, quando mais de um milhão de pessoas compareceram às ruas em todo o país em mais de 25 capitais e a depredação do Palácio do Itamaraty (Gohn, 2014). Como se pode ver, o dia 20 de junho foi uma data ímpar em nossa história. Todas as manifestações marcadas entre os dias 17 ao dia 20 de junho tiveram forte participação popular por todo o Brasil e geraram imagens com forte simbolismo. São representativas do que ocorria no país em pleno furor social, ávido por transformação, desde a imagem de ocupantes do Congresso até os ataques ao Palácio do Itamaraty em Brasília, dão dimensão da força dos protestos.

Com efeito, já antecipamos anteriormente a mudança de posicionamento crítico da grande imprensa em relação aos protestos, ao adotarem uma postura nova no modo de retratar as manifestações, passando a dar legitimidade e destaque à relevância das reivindicações. Contudo, outro movimento importante da mídia relativo às demandas trazidas pelas manifestações passa a sofrer alteração, do aumento da tarifa de ônibus, “diversos órgãos da imprensa começam a buscar novas motivações para os protestos” (Knijnik et al., 2013, p. 141). Os autores trarão o exemplo da revista *Veja* com uma reportagem característica do editorial em que ela desprestigia os manifestantes de classe média por protestarem por uma demanda popular tal como o preço das passagens. Para a revista, o aumento da tarifa seria apenas um pretexto, o que os jovens de classe média querem é protestar. Na matéria da *Veja*, os jovens “são donos de uma indignação difusa contra o sistema [...]. Têm em comum o fato

de pertencer às classes médias e ricas [...]” (Knijnik et al., 2013, p. 142). A reportagem continua ao afirmar que na entrevista aos jovens manifestantes os mesmos “confessaram nunca andar de ônibus, mas protestavam mesmo assim em nome de suas empregadas domésticas”. No fim, o editorial completa que “fosse esse mesmo o caso, seria mais eficiente pedir aos pais um aumento de salário para elas” (Knijnik et al., 2013, p. 142). Para a revista há outras motivações latentes que não unicamente o aumento do preço das tarifas nas passagens de ônibus. De mesmo modo, outros veículos de comunicação seguem questionando se de fato a demanda em torno do acréscimo nas passagens dos transportes públicos seria o principal motivo de mobilização popular.

A revistas *Época* e *IstoÉ*, de modo similar, também identificam o provável surgimento de pautas difusas em meio às manifestações. A *Folha de S.Paulo* compartilha da impressão de que a agenda de reivindicações das manifestações estava se ampliando quando seus editores publicam uma matéria ao falar que a reação contrária ao aumento da tarifa de ônibus “Demandas que, relevância à parte, pareciam muito pouco para fazer as coisas chegar onde chegaram” (Knijnik et al., 2013, p. 145). E complementam os editores ao afirmarem que “Não será surpresa se nos próximos protestos a tarifa de ônibus virar um rodapé de algo maior [...]” (Knijnik et al., 2013, p. 145). Para a *Folha*, os protestos passaram a reivindicar, muito além do aumento dos 20 centavos, o direito de se manifestar, questão ligada ainda à repressão e às agressões policiais massivas.

Aliás, para o jornal *O Estado de S.Paulo* foi justamente a repressão policial, de acordo com Knijnik et al. (2013), que fizeram com que a pauta das manifestações se expandisse. A revista *São Paulo* abre sua matéria com uma foto em que aparece um jovem pichando um muro com uma jaqueta contendo o símbolo do Partido dos Trabalhadores (PT) riscado por um xis apenas, sem menção alguma à demanda dos preços das passagens, igualmente o programa *TV Folha*, na Tv Cultura, com colunistas afirmando que a luta pela redução das tarifas de ônibus na verdade seria a expressão de outras insatisfações populares (Knijnik et

al., 2013). De modo correlato, Na *Globo News*, no *Jornal das Dez*, o editorial comandado por Renata Lo Prete e Merval Pereira dá ênfase à dispersão da pauta presente nos protestos, chamando atenção para o caráter difuso e a origem das reivindicações, muito embora nascida nas tarifas, mas não sendo mais a única (Knijnik et al., 2013). Em linhas gerais, o que percebemos é que a imprensa começa notadamente a evidenciar a dispersão ou o alargamento das pautas presentes nas manifestações de junho de 2013. Para muitos, a revolta com os 20 centavos não teria força o suficiente para o tamanho da mobilização vista, mas que haveria uma insatisfação mais ampla e latente no desejo de se manifestar.

Na sexta, dia 14 de junho, o MPL divulgara em sua página no facebook uma imagem que continha a mensagem “Não é por 20 centavos. É por direitos” (Knijnik et al., 2013, p. 147) em razão da mídia diminuir a relevância e injustificar a bandeira de luta em torno das tarifas de ônibus nas mobilizações. Knijnik et al. (2013) compreendem que no slogan compartilhado pelo MPL, a luta é para além dos 20 centavos, ou seja, a mobilidade urbana como um direito mais amplo, ao passo que para muitos manifestantes e para os veículos de comunicação tratava-se na verdade de vários outros direitos sociais. Numa análise sobre as publicações com mais engajamento nas redes sociais nesse período, revelava que as postagens mais compartilhadas eram as que prontamente continham pautas difusas (Knijnik et al., 2013). Outra publicação bastante compartilhada no ápice das manifestações refere-se a uma postagem do grupo hacker *Anonymous*⁴⁸ *Brasil* na qual manifestantes empunhavam uma faixa com o dizer: “O povo acordou, o povo decidiu, ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil⁴⁹!” (Knijnik et al., 2013, p. 149). Outras imagens percorriam as redes sociais em

⁴⁸Segundo Gohn (2014), o Anonymous é um grupo internacional de ciberativismo criado nos Estados Unidos na primeira década do século XXI. Em 2006, organiza-se em torno de causas diversas, dentre elas, a identificação de pedófilos; em 2008, ganhou projeção global ao posicionar contra a cientologia e em 2010 ao realizar um cerco cibernético à empresas contrárias ao site WikiLeaks - site de denúncias criado por Julian Assange (Esswein & Júnior, 2014; Gohn, 2014). O Anonymous teve grande participação em meio aos movimentos de ocupações e da Primavera Árabe divulgando imagens e informações dos protestos ocorridos à época. De igual modo, sua participação nos ciclos de protestos em junho de 2013 também foi marcante, dando continuidade a era de ativismo digital inaugurado no país desde 2011, momento em que o grupo hacker já havia registrado presença, de acordo com Gohn (2014), ao derrubar um site do governo federal.

⁴⁹Disponível em: [AnonymousBr4sil - "O povo acordou, o povo decidiu, ou para... | Facebook](#) Acesso em: 20/06/2022.

velocidade e engajamento surpreendentes tais como as que diziam: “Desculpe o transtorno. Estamos mudando o Brasil⁵⁰”, outro cartaz continha: “Tem tanta coisa errada que nem cabe em um cartaz⁵¹”. Portanto, outras demandas começaram a coexistir junto ao aumento das tarifas de ônibus no rol de reivindicações das manifestações de junho de 2013.

Para Knijnik et al. (2013), torna-se complicado determinar a relação entre o movimento espontâneo das redes sociais e a atividade planejada dos meios de comunicação de massa. Se por um lado há veículos de imprensa que tentam identificar as reais insatisfações dos manifestantes para além dos 20 centavos, segundo os autores, há outros – como a revista *Veja* – que reduzem o grau de relevância da pauta inicial dos transportes e sugerem aos manifestantes a adoção de interesses propostos por eles (Knijnik et al., 2013). Em razão disso, não se sabe até que ponto a mídia se apropriou e ampliou as demandas trazidas pelos protestos ou se deve a um movimento casual nas redes sociais e nas ruas. Dessa maneira, se orquestrada ou de modo ocasional, a percepção acerca dos manifestantes sofreu profunda modificação conforme nos mostra Knijnik et al., (2013). De vândalos e baderneiros, a mídia passou a representá-los como manifestantes legítimos, que ao adotar uma postura crítica aos transportes públicos, recorrem a uma crítica mais abrangente acerca das políticas de Estado brasileiro (Knijnik et al., 2013). Depreende-se, portanto, que a grande mídia construiu todo um enredo em torno das manifestações, ao esvaziar a pauta inicial, almejando fragmentar e dividir o movimento para coordenar e controlá-lo. Ao postular que os protestos expressavam insatisfações para além dos 20 centavos, a mídia hegemônica converteu e manipulou os protestos para rumos que lhes interessavam.

Dada a repercussão das manifestações, a mídia internacional em sua cobertura também busca compreender de que forma uma pequena manifestação realizada a nível local em São Paulo, dá início a uma ampla mobilização de grandes proporções e com tantas pautas reunidas. Para Knijnik et al., (2013), os jornais esforçam-se em explicar a ampliação dos

⁵⁰Disponível em: [não é pelos 20 centavos \(obviousmag.org\)](http://obviousmag.org). Acesso em: 20/06/2022.

⁵¹Disponível em: [Cartazes em alta nas ruas](#). Acesso em: 20/06/2022.

protestos em razão da difusão das pautas e elencam entre as insatisfações a descrença com o sistema político, o alto custo de vida, os significativos gastos públicos com eventos esportivos de grande porte e os precarização dos serviços públicos. Gohn (2014) atribui a ampliação da pauta ao crescimento das manifestações e complementa ao dizer que a multidão presente nos protestos, a ampliação das demandas e a denúncia da violência policial, tornaram o movimento difuso e parecer ser “contra tudo”. Apesar da autora reconhecer a influência do contexto internacional como os movimentos *Occupy*, os Indignados na Europa, a Primavera Árabe, além do contexto local e nacional brasileiro, não há menção sobre o papel da mídia nas manifestações de junho de 2013, a não ser como noticiador apenas.

Cabe destacar que a conquista da demanda básica finalmente foi obtida no dia 19 de junho com a decisão do cancelamento do aumento das tarifas de ônibus. E no dia 21 de junho o MPL decide retirar-se e não convocar mais as manifestações, e assim o mês encerra-se com diversas manifestações contra a Copa das Confederações, em especial nas cidades sedes (Gohn, 2014). À medida que as manifestações de junho de 2013 ocorriam, concomitante a elas aconteciam outras manifestações como a Marcha das Vadias, Marcha da Maconha, greves, ocupações em universidades, Marcha da Família com Deus, Parada do Orgulho Gay entre outros (Gohn, 2017) mas nenhuma com a proporção das jornadas de junho. Depois de toda a efervescência social causada pelas manifestações naquele ano, os protestos continuaram, porém com menos força, no qual outros temas e atores sociais ganharam notoriedade.

Mas de acordo com Pinheiro-Machado (2019), após as jornadas de junho, nada permaneceu no mesmo lugar, pois as bases das transformações sociais já haviam sido alteradas. A começar que, para a autora, a apropriação das ruas por parte das elites se deu tanto pelo apoio da mídia, em especial da *Globo*, com o discurso do apartidarismo – entendido como antipartidarismo – quanto pela leitura das manifestações como reação à corrupção do governo PT (Pinheiro-Machado, 2019). Em certo sentido, a mídia hegemônica

contribuiu para fazer com que as manifestações, dentro do rol de pautas adquiridas, incluíssem o PT e seu modo de governar como alvos dos protestos. Como vimos, as manifestações adquiriram rumos profundamente distintos do que imaginava o MPL e se transformaram em protestos contra a corrupção, partidos, a política, o governo e as más condições de vida da população em sua maioria. Para Pinheiro-Machado (2019, p. 38), que rejeita a tese das jornadas de junho como “marchas coxinhas que produziram o golpe”, havia nesses ciclos de manifestações uma potência insurgente, progressista e democrática. Traziam demandas legítimas e o teor dos protestos possuíam natureza democrática, o drama do Brasil foi que, ironicamente, o jogo virou para o lado autoritário (Pinheiro-Machado, 2019). Essa natureza democrática dos protestos, conforme indica a autora, seria uma contestação aos modos de organização do trabalho no neoliberalismo opressor que recrudescer o cotidiano de vida dos cidadãos.

Vale atentar-se ao fato de que, para alguns autores como Pinheiro-Machado (2019) e Pinto (2017), o ciclo de protestos em 2013 e as demandas sociais trazidas por eles, foram resultados dos recentes avanços sociais ocorridos no país e de políticas públicas que transformaram as condições de vida do brasileiro. Para Pinheiro-Machado (2019), o surgimento dos “cidadãos que querem mais”, foi resultado de uma década de governo federal do PT, que pôs o país em um amplo processo de inclusão social e financeira via consumo. A ascensão social e as políticas distributivas desse período contribuíram para a construção de cidadãos mais críticos e exigentes com os serviços que agora estavam acessando. Nesse sentido, as manifestações revelavam que a sociedade havia mudado, as mudanças quanto à renda e à qualidade de vida haviam progredido substancialmente e o “povo queria mais” (Gohn, 2014, p. 80). O avanço em diversas áreas sociais contribuiu para que uma consciência crítica se formasse a ponto de perceber que, por mais que mudanças estivessem acontecendo, havia ainda questões a serem superadas e desigualdades estruturais continuavam a existir.

Foi um período de políticas de inclusão como as cotas nas universidades, que fez com que mais negros, pobres e indígenas acessassem o ensino superior, provocando um abalo nas estruturas elitistas do país, a economia crescia, a mobilidade social também e a fome diminuía (Pinheiro-Machado, 2019). Para Gohn (2014) era possível perceber que grande parte dos participantes nas manifestações eram jovens de camadas médias, ou como a autora denominou de os “novos incluídos” via consumo, dada a melhoria de renda. Todavia, as políticas voltadas para a melhoria de vida, sobretudo das camadas mais pobres da população, não impediram que as insatisfações com o que ainda carecia de melhorias aflorassem. Por outro lado, para pensadores como Safatle (2022), sua crítica consiste no fato de que, embora os indicadores sociais tivessem adquirido melhoras substanciais, ainda se mantinham extensas desigualdades sociais no Brasil, tendo o governo petista somente capitalizado os pobres sem uma política de combate efetivo às desigualdades.

O lulismo – termo concebido por Singer (2012) para caracterizar o período de governança marcado por um reformismo gradual fraco e pacto conservador – engendrou mudanças significativas a nível social, mas ainda havia “contradições sociais e lacunas democráticas deixadas pelo caminho (Pinheiro-Machado, 2019, p. 31). Já Nunes (2022) define o lulismo enquanto uma situação em que ricos tornaram-se ainda mais ricos para que, dessa forma, o pobre pudesse ficar um pouco menos pobre, uma fórmula de ganha-ganha. O lulismo, prezando pela governabilidade, não enfrentou o grande capital brasileiro ao buscar esquivar-se do conflito de classes, pautou-se numa política de pactos e conciliações, em um governo de coalizão, em vez de buscar por mudanças radicais. Essa forma de operar, chamada pela ciência política de presidencialismo de coalizão, na qual até meados dos anos 2010, a polarização recaía entre PT e PSDB, significava que o vencedor da eleição tornava-se líder da coalizão de governo (Nobre, 2022). Além disso, a polarização política construída entre petismo versus antipetismo não foi algo de natureza espontânea, mas um projeto para

dividir que favoreceu a direita e mais tarde, tomado como estratégia de campanha, pela extrema direita.

Sobre o presidencialismo de coalizão e seu pacto de governabilidade, para avançar em políticas de combate às desigualdades, seria necessário indispor-se com a governabilidade adquirida, pois são dois lados claramente opostos. Significa, pois, que, quanto mais se caminha rumo à diminuição das condições que produzem as desigualdades entre classes, maior a crise de governabilidade e do pacto dentro de certo governo, daí decorre o reformismo tímido de que falam os autores quanto aos governos petistas que não só perderam a oportunidade de operar um programa de reformas estruturais, como decidiram por recuar frente às manifestações, desqualificando e reprimindo-as (Nunes, 2022).

Além disso, houve o surgimento de toda uma geração jovem que cresceu na era petista em que este simbolizava a ordem e o *establishment*, um governo de pactos e alianças (Pinheiro-Machado, 2019; Nunes, 2022), e que passou a ser associado ainda mais ao sistema vigente reforçando o sentimento antissistema presente nos protestos de rua. Esse conjunto de contradições e conjunturas levou o modelo de governo pautado pela governabilidade, de reformismo fraco e o fato de integrar-se ao sistema em ordem, ao seu esgotamento político. Nesse contexto, é lícito afirmar que o que aconteceu em junho de 2013 pode ser caracterizado como a indignação dos governados contra os governantes, em meio à profunda crise do poder constituído e das instituições, com o efeito de que a revolta com o gênero político deslocou-se do âmbito privado e chegou às ruas e redes sociais (Nunes, 2022), como uma gigantesca catarse coletiva.

Desde os escândalos do mensalão⁵², o esforço pela governabilidade, a crescente descrença coletiva nas instituições, no PT e a crítica à corrupção tomaram grandes proporções no cenário político-social e, inclusive, nas manifestações de junho, dando mais corpo à descrença geral na classe política e no funcionamento das instituições. Os protestos marcados

⁵²Tratava-se de esquema de propinas pagas a parlamentares com dinheiro público para que votassem em projetos a favor do governo (Miguel & Coutinho, 2007).

para o dia 20 de junho nas grandes capitais, segundo Pinheiro-Machado (2019), atraíram grupos expressivos de nacionalistas antipetistas motivados, especialmente, pelo sentimento de perda de privilégios. Como se pôde observar, nem todos os setores da sociedade toleraram as mudanças sociais que vinham ocorrendo no país, os avanços e o desenvolvimento de camadas desfavorecidas da população. Conforme Nunes (2022), as elites econômicas e políticas do país atacaram as recentes e importantes conquistas alcançadas por extensa parte da população. Incomodada com a ascensão social que classes populares passaram a alcançar, a elite burguesa brasileira viu-se ameaçada ao visualizar camadas mais pobres e marginalizadas com acesso às universidades, bens de consumo e usufruindo de melhor qualidade de vida. Como bem assinala Arcary (2022), a burguesia chegou à conclusão de que a democracia - em que todos possuem igualdade de acesso a melhores condições de vida e ante as muitas concessões feitas no governo petista - ficou cara demais. É importante apontar que a classe alta em momento algum deixou seus ganhos e privilégios durante o governo lulista, apenas viu esses ganhos serem mais modestos em relação aos mais ricos e os ganhos adquiridos pela população vulnerabilizada. Foi nesse clima extremamente oportuno que figuras como Olavo de Carvalho surgiram disseminando sua ideologia ao misturar desde teorias conspiracionistas, até a frustração do concurseiro não aprovado pondo a culpa nas cotas raciais, do macho alfa em crise por culpa do feminismo, do sujeito intelectualmente limitado culpando o marxismo cultural e do empreendedor frustrado por culpa das políticas redistributivas (Nunes, 2022). Esses sentimentos de fracasso e impotência, segundo Nunes (2022), encontravam não só explicações simplistas, mas acolhimento e organização desses afetos por parte da direita até o presente.

Isto posto, Pinheiro-Machado (2019) frisa que, de forma oportunista, a elite brasileira aproveitou e apropriou-se das manifestações pela pauta da corrupção, adotando um discurso moralizante e minando seu sentido político-econômico. A manobra tinha como interesse último apenas a manutenção do *status quo*. Sabemos, portanto, que no Brasil a junção de

classes dominantes interessadas em manter seus privilégios sociais e políticos e uma mídia aliada aos interesses das grandes corporações em um grande acordo nacional, confluíram para um estado de ruptura democrática já bastante fragilizado. Com efeito, foi a grande classe média e alta a impulsionar o bolsonarismo e de onde parte em sua maioria os seguidores de direita, além de seus organizadores e intelectuais (Nunes, 2022).

Em linhas gerais, parece acertado que, as manifestações de junho de 2013, enquanto importantes mobilizações de revolta popular na história brasileira, e que acompanhou uma sequência de outras revoltas vistas pelo mundo, anunciaram o fim de uma democracia liberal (Safatle, 2022). Tanto Safatle (2022) quanto Pinheiro-Machado (2019) concordam que as manifestações pegaram a esquerda de sobressalto, no qual parte dela optou por desqualificar e rechaçar a revolta e por fim, recuou, dando espaço à “direita que avançou, abocanhou e ganhou de lavada” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 38). Isto é, imediato ao fim dos protestos, a direita passou a ocupar as ruas e as mídias digitais tomando a direção dos movimentos e pautando a sua agenda de interesses de classe em termos sociais e políticos (Abreu & Allegretti, 2016). Utilizando-se das plataformas digitais para a organização política, algo que ficou bem mais explícito nas eleições de 2018 sob a direção da extrema direita, a direita soube conectar uma demanda - frustrações e ressentimentos - à uma oferta de acolhimento, explicações e soluções (Nunes, 2022), o que explica em parte o crescimento da direita na política. Os espaços tradicionais de organização política foram deixados de lado e as redes sociais tornaram-se palco da cena política de 2013 aos dias de hoje. Ao fim desse ciclo, que não terminou com o fim dos protestos de ruas entre os anos 2013 à 2015, o Brasil assistiu à articulação entre as elites políticas, financeiras e oligárquicas junto aos seus potenciais desejos autoritários com desdobramentos dramáticos ao contexto político do país (Pinheiro-Machado, 2019).

O fenômeno do rolezinho

No final de 2013, surgiu um fenômeno que despertou curiosidade e debates tensos. O fenômeno dos rolezinhos mostrou-se muito interessante, embora tenham sido poucos os estudos sobre o tema, visto que se mostrou um acontecimento complexo de difícil apreensão, de diversas análises e de difícil enquadramento. Para a direita e a elite, os praticantes dos rolezinhos eram vistos como desordeiros; para a mídia, caracterizados pelo estereótipo de vândalos e perigosos; aos frequentadores dos shoppings, seriam figuras marginais; aos estudiosos sociais, tratava-se de um fenômeno melhor explicado pela segregação e desigualdades sociais, e para a crítica social, seriam resultado da cultura consumista hedonista contemporânea (Freitas, 2015). Entre o retrato de uma luta de classes ao deleite capitalista, entre a expressão de indignação ou apenas diversão, os rolezinhos eram de difícil apreensão e entendimento acerca do que, de fato, queriam aqueles jovens.

Os chamados rolezinhos eram caracterizados como encontros marcados em grandes shoppings, organizados via redes sociais por jovens da periferia paulistana (França & Dornelas, 2014). O objetivo dos jovens consistia em passear, divertir-se e conhecer outros jovens participantes do encontro. Logo o fenômeno espalhou-se para outros estados com o crescimento e a amplitude com que tomou frente à mídia e às instituições. Em um momento em que o Brasil havia pouco saído da agitação das ruas nas manifestações de junho, os rolezinhos provocavam polêmicas, curiosidades e debates políticos intensos. Na mídia, havia o debate se o encontro em grandes turmas de jovens possuíam intenções políticas ou se tratava de protestar contra o capitalismo (Pinheiro-Machado, 2019). Para outros, a ideia de que se tratavam de vândalos e arruaceiros prontos à desordem e arrastões era defendida, ao passo que perguntavam-se por meio de memes “Por que eles não vão dar rolezinho em uma biblioteca?” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 44). No dia 7 de dezembro de 2013 com uma adesão de seis mil jovens, compareceram ao estacionamento do shopping Metrô Itaquera, zona leste de São Paulo, uma multidão causando receio e temor, que logo prontamente foi reprimido pela polícia (França & Dornelas, 2014).

Críticos da época divergiam em posicionamento e no diagnóstico do fenômeno. Alguns afirmavam ser os rolezinhos um reflexo da inclusão pelo consumo, que acarretou uma geração consumista e acríticos politicamente, ao passo que para outros, eram jovens com direito à cidade e à livre circulação nos espaços públicos (Pinheiro-Machado, 2019). Os rolezinhos expressavam a transgressão dos limites de classes impostos, quando jovens negros, pobres e da periferia passaram a ocupar um espaço tradicionalmente burguês. Esses espaços demarcam a forte segregação social no Brasil, inclusive, de quem possui o direito à livre circulação pela cidade e quem não. Para Viana (2014), a emergência de fenômenos como os rolezinhos é a manifestação confessa que a sociedade brasileira é construída sob a base de divisão de classes.

Ao final, o fenômeno dos rolezinhos, de marginais, jovens em ato político de protesto ou até de adolescentes em busca de novas formas de sociabilidades entre várias especulações, perdeu força e desfez-se tão rápido quanto seu surgimento. Contudo, sem antes nos mostrar que ao menor ato de insurgência, escancara-se as desigualdades e a segregação social que grandes parcelas da população estão sujeitas. A questão central em torno dos rolezinhos era se tais tratavam de ato político ou não. Para Pinheiro-Machado (2019,) a análise dos rolezinhos revelava que havia mais camadas nesse fenômeno, ao propor a ideia de que neles há menos insurreição política e mais desejo em se fazer pertencer à ordem capitalista. Interessante perceber com isso que, em seus estudos longitudinais com jovens que participaram dos rolezinhos, Pinheiro-Machado e Scalco (2018) constataram que, após a crise e seus efeitos limitadores do consumo e na ânsia por condições de vida melhores, parcela significativa desses jovens aderiram ao discurso conservador e aos ideais de direita presentes nas eleições de 2018. Em outros termos, de um possível ato político com características de protesto, visto que eram encontros em massa marcados pelo Facebook por jovens periféricos, o que se observou era se referir mais a um desejo de estar inserido na lógica consumista e

capitalista, do que um ativismo político subversivo e, por último, tomados pelo discurso populista de direita.

De forma emblemática, os rolezinhos representaram a passagem de 2013 para 2014, momento em que se tem início uma crise econômica, e principalmente política, de modo inigualável no Brasil (Pinheiro-Machado, 2019). Em suma, a recessão econômica após anos de crescimento financeiro surgiu, a inclusão pelo consumo de classes historicamente despossuídas vista nos governos petistas e os desdobramentos dessa ação no campo social e político deu-se a olhos vistos e os rolezinhos, em conclusão, foram reprimidos e posto fim. Há a evidente compreensão de que classes dominantes não toleraram a permanência de jovens periféricos compartilhando de mesmo espaço e que essa seria a tônica para os demais anos que estavam por vir.

Por isso, Nunes (2022) questiona-se como um momento de alto despertar crítico e apreciação política presente nas manifestações resultaram em uma estrutura social ávida por medidas que vão de encontro à possibilidade de controle social sobre o Estado. Um começo que parecia propício a mudanças significativas tomou rumos antagônicos a dos valores democráticos.

Crise de representatividade e greves gerais

Início esse tópico com algumas considerações de Aluísio Lima em seu trabalho “*Desventuras da democracia no estado de exceção brasileiro*” (2017), entretanto, ainda escrito em 2016 em meio ao fervor dos acontecimentos que aqui nos deteremos a debater. Nele, o autor apresenta provocações necessárias para pensar o momento em que o Brasil experienciou uma de suas importantes fases históricas. Uma fase que detinha potencial para a mudança de perspectiva e outros rumos, sob um governança popular eleita democraticamente e com potencial para transformações sociais profundas e favoráveis à maioria dos brasileiros. Era um momento em que um presidente atravessado por marcadores pessoais de

analfabetismo, nordestino, ligado a partido de esquerda, eleito pelo voto popular e que implantou políticas sociais que transformaram a vida de cidadãos até então como jamais pudera se imaginar na realidade brasileira (Lima, 2017). Com relevância internacional, tal presidente logo fora substituído em seu mandato por uma mulher democraticamente eleita, outro fato histórico de tamanho significado se não fosse o fato de ter sido afastada antes mesmo de concluir seu segundo mandato mediante golpe político implantado através de manobras políticas e jurídicas escusas. Recordar os grandes movimentos de massa nas ruas em defesa da democracia, junto às então correntes fascistas e autoritárias, que de modo similar, também passaram a ocupar o espaço das ruas e disputar pautas. Descrever a situação em que o Brasil encontrava-se há 10 anos é tarefa complexa e aqui já nos arriscamos a traçar um panorama geral para que tenhamos ferramentas teóricas para discutir o que se propõe o referido capítulo, isto é, compreender como chegamos a um estado de profunda crise política, econômica, escândalos de corrupção e um intenso movimento que se levantou contra a democracia, além da observância da emergência de discursos conservadores, reacionários e fascistas que tomaram conta do cenário nacional. Criou-se um ódio sistemático e acentuado contra a democracia, concomitante à naturalização e ao acirramento da barbárie.

Oliveira (2008) faz uma analogia do Brasil com um “ornitorrinco”, ao equiparar as características peculiares e singulares do animal com as que são observadas em solo brasileiro com sua identidade, diversidade e complexidade que lhes são únicas. A questão torna-se mais complexa ainda quando analisa-se a situação política e social nos anos que sucederam a crise de 2008, aliadas à crises sucessivas que culminaram em grandes manifestações de massa, à tomada pelo país de um grande descontentamento com o cenário político e econômico, os sucessivos ataques à democracia que tiveram consequências que impactam, inclusive, a atualidade. Desse modo, faz-se necessário a descrição dos acontecimentos que sequenciam a chegada dos atos que culminaram em um estado fragilizado democraticamente e que caminhou a passos largos à condições de intenso

desprezo pela democracia. A crise que se aprofundou, de combustível para estímulo de mudanças favoráveis à sociedade, serviu na prática para que forças de extrema direita sentissem à vontade na política brasileira.

Em fevereiro de 2014, pouco tempo após a agitação e efervescência das jornadas de junho de 2013, tem início a greve dos garis no Rio de Janeiro. O movimento secundarista em 2016 e em abril de 2018 acontecia a greve dos caminhoneiros, de alcance maior e de contornos multifacetados. Em todos estes revelava-se a descrença e a insatisfação com as instituições representativas, logo caracterizadas como revoltas espontâneas e sem liderança formal (Euzébios Filho, 2019), opunham-se aos sindicatos e ao próprio governo.

A greve dos garis, que reivindicava melhores salários e benefícios, contou com a participação de mais de 70% da categoria, o que ocasionou, em oito dias de paralisação, o acúmulo de quase vinte mil toneladas de lixo em meio às ruas (Bartz, 2016). Já a greve dos caminhoneiros, apesar de algumas semelhanças com a greve dos garis, principalmente no que se refere à crise de representatividade (Bartz, 2016), possuiu características distintas tanto das manifestações de junho de 2013 quanto dos rolezinhos. No caso dos caminhoneiros havia um forte componente conservador, de polarização política e de ânsia por intervenção militar.

Em meio às paralisações em 2018, o *WhatsApp* era o principal meio de comunicação e informação dos caminhoneiros que, indagados sobre os reais motivos da greve, respondiam que era contra a corrupção e por tudo mais que estava aí (Pinheiro-Machado, 2019). Desapontados com o então governo federal, à época chefiado por Michel Temer, os manifestantes reivindicavam por causas diversas na qual, muito embora tenha se iniciado com a indignação quanto à alta do preço dos combustíveis no Brasil, protestava-se por tudo. De unânime entre os caminhoneiros, longe de possuírem uma claro entendimento do que viria a representar, havia o pedido por intervenção militar, ainda que não fizessem referência à ditadura (Pinheiro-Machado, 2019). Para os caminhoneiros, somente a intervenção militar libertaria o povo dos desmandos de um governo corrupto. Sob forte patriotismo, o clima

coletivo que se formou dizia de uma descrença democrática e na aposta em intervenção militar (Araújo, 2018).

Dentre as demandas trazidas pelos caminhoneiros, que iam desde a reivindicação pela diminuição dos preços dos combustíveis à baixa das taxas de pedágios, a pauta anticorrupção e o apartidarismo eram expressamente postos. Por esse motivo, Pinheiro-Machado (2019) compreendeu que a greve era, em suma, antipolítica, pois era em oposição à classe política e tudo de mais hegemônico. Com efeito, em uma análise das condições laborais dos caminhoneiros, em grande parte trabalhadores autônomos e precarizados imersos em condições adversas de trabalho, faz percebermos o porquê da insatisfação antissistêmica instalada. Novamente, a ausência de condições dignas de vida, a austeridade como políticas econômicas que empobrece principalmente as classes precarizadas e o jogo democrático sendo comandado por quem detém o poderio econômico, estão no interior de movimentos como os que eclodiram após 2008. Como é possível que haja democracia quando esta que deveria ser de fato representativa não é, segue sendo capturada por interesses econômicos escusos? A partir disso, a democracia representativa, que não funciona como deveria, entra em profundo descrédito e a única questão possível é perguntar-se: democracia para quem?

Pinheiro-Machado (2019) nomeia os rolezinhos e a greve dos caminhoneiros de Revolta do Rolê e Revolta da Caçamba, respectivamente, que, enquanto revoltas ambíguas e difusas, são frutos de austeridade e de um Estado inexoravelmente neoliberal. Na medida em que demonstraram-se manifestações legítimas, o resultado foi que parte desses movimentos foram apropriados por alas mais radicais como a direita, que soube canalizar e mobilizar os afetos de indignação de manifestantes e trabalhadores para o seu campo político. Para a autora, o populismo autoritário de direita, que vestiu-se de solução e apresentou como saída para a crise a possibilidade de um movimento como o fascismo, não só amparou os manifestantes, como avançou a passos largos.

O avanço da direita no cenário global e nacional

É possível observar que no período entre o final do século XX e início do século XXI forças de caráter autoritário e partidos de extrema direita mostraram-se enquanto tendências mundiais. É relevante destacar, igualmente, que junto a esse fenômeno outros fatos atravessam com importante influência como o advento da revolução tecnológica e/ou digital que possui inegável impacto no próprio processo civilizatório, impactos estes a nível cultural, econômico, social e político. A hegemonia adquirida pelo capital financeiro, os atuais desafios de instituições jurídicas e políticas de lidar com as novas transformações sociais e políticas e suas novas demandas, as novas configurações do processo produtivo e de trabalho, as grandes massas jogadas a insegurança de trabalhos desregulamentados e precarizados, o esfacelamento das referências culturais, o medo da escalada terrorista, as sucessivas crises do capitalismo, a incidência dos desastres e da crise climática que se abateu pelo mundo todo e o contato cada vez maior com o mundo de incertezas e inseguranças em todos os âmbitos da vida. Vive-se em um clima de instabilidades no cerne de um processo cultural, econômico e político marcado pelo desarranjo de estruturas que até então eram sólidas.

É nessa conjuntura de crises, desamparo e instabilidades, e dentro de um cenário internacional, que tendências nacionalistas e autoritárias expressas em organizações políticas, partidos e movimentos de ruas irromperam com força e expressividade a nível global. Donald Trump nos Estados Unidos, o crescimento de forças de extrema direita na Europa Ocidental e Central, na Ásia e na América Latina denunciam o processo em curso do radicalismo de direita. Para Codato, Bolognesi e Roeder (2015) o ano de 2014 marca o avanço da direita em solo brasileiro, assim como na Europa, e o retorno paulatino da extrema direita em diversos países como na Grécia (Aurora Dourada⁵³), Alemanha (NPD), Reino Unido (Ukip) e Hungria

⁵³A Aurora Dourada é uma organização política grega de extrema-direita liderada por *Nikoláos Michaloliákos*, ex- militar expulso do exército, fundado como partido em 1993, seus membros possuem histórico de violência, discursos racistas e antisemitas, além de adotarem símbolos nazistas (Botton & de Andrade, 2017).

(Jobbik⁵⁴). Nobre (2022) chama a atenção para o fenômeno de crescimento da extrema direita que tem ocorrido, inclusive, em democracias consolidadas desde 1945 como o caso da Alemanha, França e Itália. Para Santos (2015), o avanço bem sucedido da direita e da extrema direita é um acontecimento global. Esse crescimento da extrema direita conservadora, enquanto um movimento global, possuiu como condições desencadeantes, entre outras, duras crises econômicas, o aumento dos índices de desigualdades sociais e a xenofobia quanto ao sentimento anti-imigração presente em muitos países. Portanto, desde os anos 2010, é possível observar a reorganização de forças com tendências autoritárias e notoriamente fascistas de modo considerável firmando-se em diferentes contextos. No entanto, é possível observar, ao longo desse processo, uma característica particular: essas forças de natureza autoritária não confrontam diretamente as instituições democráticas, em vez disso, utilizam-nas, minando-as internamente e deformando-as em seus valores e propósitos. Buscando enfraquecê-la por dentro, as manobras da extrema direita subvertem a democracia de modo sutil e ao mesmo tempo de modo profundamente ameaçador.

Em termos históricos, mas ainda em um passado recente, a extrema direita foi punida no pós-guerra, sendo apequenada e relegada ao mais baixo patamar da cena pública, após sua ligação com o nazismo e a deplorável colaboração com os invasores (Cruz, Kaysel & Cudas, 2015). Após isso, a política europeia concentrou-se em dois campos, à esquerda e à direita, em um embate civilizado e em conformidade com um Estado de bem-estar social. Caminho parecido aconteceu no Brasil e na América Latina de modo geral. Contudo, passados mais de quarenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, a extrema direita estava de volta ao palco político da Europa e crescendo sistematicamente (Cruz et al., 2015). O fato é que atualmente na Europa há muito se tem um fenômeno chamado de Nova Direita, que também se faz presente em países como no Brasil, ainda que mais recente, mas que se mostra bastante clara e estridente (Cruz et al., 2015).

⁵⁴Segundo Abreu e Allegretti (2016, p. 14) trata-se de um partido neofascista, antisemita e de perseguição aos ciganos, vitorioso nas eleições Húngaras de 2014.

Para Cruz et al. (2015), na Europa o ressurgimento categórico da direita dar-se mediante e após extenso processo de adaptação e de crises econômicas, na qual a direita, apesar da visível força alcançada, lida com uma oposição mais consistente. Na América Latina, vimos a reorganização do conservadorismo, com a atualização de novos personagens, discursos, estratégias e táticas novas (Cruz et al., 2015). No entanto, a diferença do exemplo Europeu para o caso brasileiro e da América Latina, é que nessas a direita se mostra de modo mais determinado e ousado, “ela opta pela guerra de movimento, e busca o poder a qualquer custo, mesmo que para tanto precise transformar, como no passado, em mero arremedo os princípios do Estado de direito e as normas do regime democrático” (Cruz et. al., 2015 p. 8). Como destaca Nobre (2022), na América Latina, governos eleitos têm visto sua derrocada via uma sucessão de ações parlamentares, a exemplo de Fernando Lugo, no Paraguai.

Cumprir frisar que quem melhor soube fazer proveito dos afetos antissistêmicos resultantes dos movimentos de ocupações e protestos junto ao medo do crescimento da esquerda foram as correntes políticas de direita (Nunes, 2022) tanto a nível nacional quanto global. Não raro a articulação da direita resultou, entre outros exemplos, nas eleições de figuras como Donald Trump, Jair Bolsonaro, o *Brexit* e a ascensão da extrema direita em países como Alemanha, Espanha, França e Chile (Nunes, 2022). Em outros exemplos mais catastróficos, o resultado das revoltas do início da década desembocaram em regimes políticos consideravelmente piores que os anteriores, como no Egito e Turquia, onde ocorreu a restauração de uma nova ditadura militar, Síria e Líbia que convivem com guerras civis, restando apenas a Tunísia onde uma democracia cambaleante tenta se manter (Nobre, 2022). Nos Estados Unidos, pesquisas internas demonstraram que o eleitor que votou em Trump não restringiu-se apenas a trabalhadores e desempregados, mas pessoas com renda econômica bastante elevada em um claro movimento de ascensão política conservadora (Abreu & Allegretti, 2016).

O caso brasileiro é bastante singular e chama atenção pelas especificidades aqui presentes. Desde os protestos pró-impeachment em 2015, o movimento de secundaristas em 2015 e 2016 e as greves gerais em a partir de 2017, seguem na esteira dos protestos que ocorreram em 2013 pois dizem ainda da crise de legitimidade das instituições (Nunes, 2022) e da crise política instalada. Logo o Brasil, que no início dos anos 2000 aliado ao governo petista e que durante algum tempo foi referência estratégica em termos de governo de esquerda para países vizinhos e como importante colaborador no BRICS⁵⁵, viu-se encerrado em uma crise institucional e desprestígio internacional (Abreu & Allegretti, 2016). Conjuntura ainda reforçada sobretudo com o golpe parlamentar - alegando-se as pedaladas fiscais como razão suficiente, embora estas sempre fossem feitas por governos antes e depois de Dilma, aparentando suposta legalidade, foi conduzido por um processo jurídico imerso em falhas (Safatle, 2022), que derrubou a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff em 2016, engendrado pela movimentação e articulação da direita interessada em minar as condições de permanência da mesma no cargo.

Para Löwy (2016) o que ocorreu no Brasil não se trata de nenhum fenômeno inédito, mas ilustra o corrente desprezo das oligarquias, que dominam o Brasil há 500 anos, pela democracia, dizimam a todo custo quando essa mesma democracia não se adequa aos seus interesses. Foi o aconteceu com o golpe que instaurou a ditadura militar em 1964 e com o ocorrido em 2016. Logo, Dilma não foi afastada de seu cargo em razão da adoção de medidas radicais, deveu-se, entretanto, à manobra da elite de visualizar em meio à crise econômica instalada e à descredibilização do governo petista, ocasião ideal para alterar, deliberadamente, o contrato da redemocratização sem acordos com outras classes e demais setores societários (Nunes, 2022). Ainda de acordo com o autor, o equívoco da direita ao tentar se reestabelecer no sistema acabou por impulsionar a extrema direita no país. Tal articulação da direita, que já

⁵⁵Sigla que caracteriza o grupo de países emergentes como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul com origem no final da primeira década do século XXI, possuindo como objetivos o crescimento econômico e retorno de investimentos (Rinaldi, 2020).

vinha se desenhando – o episódio do “kit gay” em 2011 e como instrumento de campanha em 2018, junto aos rumores, inverossímeis, da polêmica mamadeira que por acaso seria distribuída nas escolas sob a gestão de Fernando Haddad reforçam a ideia dessa movimentação anterior (Leite, 2019; Nunes, 2022) – e que pode ser melhor visualizada a partir de 2015, porque até antes, em meio às manifestações públicas de 2013, tudo era incerto e confuso até certo ponto.

Para Nunes (2022. p. 182) essa situação mudou a partir de 2015 quando houve o “decantamento do material que estava suspenso na mistura de 2013 tornando os acontecimentos mais nítidos em torno da polarização petismo e antipetismo” e do complexo jogo de acordos e negociações políticas e sociais. Para melhor compreensão desse cenário é necessário retornar um ano antes, em 2014, momento em que a direita assume-se publicamente sem ressalvas e sem constrangimento, pois como afirma Pinheiro-Machado (2019), até aquele momento as pessoas possuíam receio de se dizerem de direita e desde então proferem com tamanho orgulho culminando, não por menos em 2014, na eleição de uma das bancadas mais conservadoras na história do país. Foi possível observar o início da formação, já nesse período, de forças políticas conservadoras na figura da conhecida “bancada da bala”, “do boi” e da “bíblia” no congresso e que se intensificaram mais ainda dando corpo a uma onda conservadora no Brasil.

Ademais, como não recordar o episódio em que um aluno do curso de Relações Internacionais de uma faculdade particular de Santa Catarina, no final do ano de 2013, que se opôs a realizar um trabalho acadêmico sobre Karl Marx, revoltado com a disparidade e o predomínio de intelectuais de esquerda em contraponto ao ostracismo dos de direita (Abreu & Allegretti, 2016). Fica patente que a direita, que posteriormente foi engolida pela extrema direita (Pinheiro-Machado, 2019), foi quem melhor soube definir a seu favor a situação pós-junho de 2013, logrando êxito ao cooptar o movimento para seus fins (Nunes, 2022). Dito de outro modo, ela construiu toda uma base social em cima da oposição entre petismo e

antipetismo dando-lhes contornos próprios, característicos da direita, como descreve Nunes (2022, p. 183) “essas pessoas não eram necessariamente de direita, elas se tornaram” influenciadas pela onda antipestista deliberadamente construída com esse objetivo. A direita conseguiu mobilizar a multidão que foi às ruas e às redes sociais para o seu lado do campo político como ninguém, apropriando-se e impondo suas pautas nas manifestações ao ponto de sentir-se confortável em ocupar as ruas que, historicamente em sua grande maioria, foi lugar de protagonismo dos movimentos e revoluções de esquerda. Além das manifestações, a direita soube, sem titubear e com maestria ocupar o ambiente digital, visualizando-o como um espaço potencial de reprodução de sua agenda política ao exercer domínio das redes sociais no país.

Com o advento da crise econômica que trouxe consigo uma dura recessão nos anos 2015, aliada à Operação Lava Jato, que dava destaque à questão da corrupção ligada ao “governo mais corrupto da história”, a direita reclamou para si a responsabilidade de mobilizar as ruas, contando com o apoio financeiro parlamentar, empresários, mídia, MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online (Nunes, 2022, p. 188). As manifestações iniciadas em março de 2015 eram compostas por agentes de direita que visavam agitação política e o estabelecimento da crise de legitimidade do governo Dilma, tanto em meio às ruas quanto nas mídias digitais convocando os atos de protestos e persuadindo ao seu campo político. Cumpre frisar que foi com Aécio Neves, dando início ao questionamento das eleições de 2014, mediante a recusa em aceitar a derrota presidencial, despertando assim um movimento de deslegitimação do governo de Dilma Rousseff. Como não recordar o entusiasmo com que muitos repetiam a mensagem que “Tchau, querida”?

Não obstante, deu-se início à uma sequência de protestos pró-impeachment, com forte caráter nacionalista, anticorrupção, antipetista e com a presença da elite e da classe média branca brasileira (Pinheiro-Machado, 2019), podendo ainda ser visto na cena política figuras como os discípulos de Olavo de Carvalho, os saudosos da intervenção militar, os

conservadores e patriotas (Nunes, 2022) endossados pelo movimento de direita MBL, de Kim Kataguirí, e a ampliação da narrativa antipartidária, anticominismo e anticorrupção nas redes sociais por parte desse movimento. Ainda que a história tenha mostrado que o MBL não era o que se dizia ser, ao vir a público seu caráter liberal-econômico e conservador, culminando no categórico apoio a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 (Pinheiro-Machado, 2019).

As manifestações verde-amarelas de 2015 seguiram por aquele ano, cabendo destaque para a imagem dos manifestantes com a blusa da seleção brasileira de futebol, com seus animais de estimação, filhos e babás, enquanto proferiam palavras de ordem contra a corrupção e bebiam seus espumantes (Pinheiro-Machado, 2019). De certo, a classe média buscava efetivar seu desejo por aniquilar toda e qualquer solidariedade social buscando no horizonte institucional e político pôr em prática sua pauta neoliberal, sendo possível apenas, em condições autoritárias ou via processo eleitoral alterado (Safatle, 2022). Em paralelo às investidas de uma elite organizada, pronta ao ataque às instituições e a destituição do poder, a mídia *mainstream* dava ênfase ao discurso antipetista, à operação Lava Jato e à imagem do juiz Sérgio Moro como notável opositor a toda horda de corruptos. Desse modo, é possível afirmar que a direita caminhou com certa coesão até o impeachment de Dilma Rousseff parelhada a movimentos como o MBL e, posteriormente, sendo devorada pela extrema direita de cunho fascista do bolsonarismo (Pinheiro-Machado, 2019, Safatle, 2022). Além de toda a conjuntura de instabilidade política e econômica em face aos brasileiros, chama a atenção a elite perversa, sedenta por poder e inteiramente descompromissada com o pacto democrático mediante a tranquilidade com que apoiou o impeachment e o quanto para si foi adequado abraçar uma candidatura claramente antidemocrática e de tendências autoritárias em 2018.

Ademais, avançando nas reflexões, Safatle (2022) então defende a tese do triplo esgotamento no caso brasileiro: a do esgotamento da Nova República, pois como assinala Abreu e Allegretti (2016), com o impeachment e afastamento de Dilma Rousseff há a demarcação da ruptura no processo democrático desde 1985 quando da instituição da Nova

República; o esgotamento do lulismo e seu modelo de governança política e social e o esgotamento da esquerda brasileira que optou por recuar frente ao conflito. Esses três processos diluídos nos acontecimentos que tem em junho de 2013 como ponto de referência, pois como sintetiza Nobre (2022), junho ocorreu, Dilma e seu predecessor Lula refizeram a economia, a recessão aportou, houve a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) onde não cabia, Eduardo Cunha e o revide político, o impeachment, a prisão arbitrária de Lula e a eleição de Jair Bolsonaro apoiado em *fake news*. Ou seja, um encadeamento de acontecimentos dramáticos que tornam a análise da conjuntura brasileira única, muito embora os resultados desastrosos.

O golpe foi dado sem, no entanto, ter havido tanques nas ruas ou o que Nunes (2022) chamou de “golpe palaciano” auxiliado pelo vice Michel Temer, no espetáculo em que políticos, explicitamente corruptos, portam-se como defensores da moral pública e salvadores da pátria, as intervenções arbitrárias do judiciário e reviravoltas outras, tornando claro o caráter desvirtuado da política brasileira que serve apenas aos interesses de uma pequena classe dominante, interessada em manter seu poderio mesmo que ainda às custas do rompimento democrático. De acordo com Reis (2020), a conjuntura social e política do Brasil encontrava-se envolta em uma atmosfera coletiva de afetos revoltos, um ambiente social cheio de contradições e com condições favoráveis à manifestação de lideranças salvadoras, ou quem sabe, messiânicas, que explica em grande parte a eleição de figuras como Jair Bolsonaro.

Em suma, o percurso de junho de 2013 até a eleição de Jair Bolsonaro conta com a presença de dois grupos que se chocam entre si: a direita que articula o golpe de 2016 e uma extrema direita que tomou a frente no processo nas eleições de 2018 (Safatle, 2022) com vistas a estabelecer seu projeto autoritário. Toda a efervescência social vista não foi naturalmente produzida, mas determinada pela extrema direita a um setor de mercado com larga experiência em manipular eleições e arruinar democracias (Della Torre, 2021). Isso

explica o porquê do fenômeno bolsonarista não ter surgido do vazio, mas serviu de forma oportuna a um projeto maior de desmonte progressivo da democracia. Dado que, para Nunes (2022), o percurso que segue de junho de 2013 a Bolsonaro torna clara a premissa de que vive-se em um país eminentemente conservador, reacionário, com uma elite temerária e no qual um governo de esquerda constitui a linha tênue entre o mínimo de sociabilidade e a barbárie. No entanto, é preciso acentuar que Bolsonaro não é um legítimo retrato da direita tradicional, mas representa uma mostra do fascismo brasileiro que tem suas bases no movimento de Ação Integralista Brasileira⁵⁶ (AIB) da década de 30 (Safatle, 2022), que dialogava com movimentos fascistas e nazistas europeus e de extrema direita.

De modo que o levante da extrema direita na contemporaneidade é uma tendência global e já se demonstrou em vários exemplos, inclusive, aqui já mencionados e há muito deixou de ser um fenômeno restrito aos anos 1930 ao ter adquirido bastante expressividade nos dias atuais. Para Nobre (2022), não há o que duvidar da ascensão da extrema direita mundial enquanto uma reação, uma guinada que se deu sobre bases antifeministas, racistas, homofóbicas e xenofóbicas, ainda que não unicamente como uma reação a esses movimentos emancipatórios. Para se ter ideia, em alguns países a direita, expressamente xenófoba, adquiriu cerca de 10% a 20% dos votos na última década e 25% a 30% alcançados em países tais como Reino Unido, Dinamarca e França em 2014 (Löwy, 2015). Nos Estados Unidos com Trump na presidência de 2017 a janeiro de 2021, em um mandato marcado sobretudo pela xenofobia, conservadorismo e extremismo político. E no Brasil, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro; conservador, extremista e antidemocrático, marcas essas que deram o tom de seu governo ao longo dos quatro anos que se seguiram de seu mandato, este permeado por um misto de retrocesso, repressão e medo. Em linhas gerais, dadas as devidas diferenças e as particularidades do atual momento histórico, fica claro que a extrema direita na Europa, além

⁵⁶Foi um partido-movimento, segundo Soares (2020), criado nos anos 1930 por Plínio Salgado, alcançando 1 milhão de filiados, exibiam-se fardados e desfiliavam em estilo militar, cumprimentando-se de modo nazifascista.

de apresentar variações, é bem distinta daquela que apontou nos anos 1930 na Alemanha e na Itália. Dentre as particularidades, hoje a burguesia se mostra, em absoluto, alinhada ao capitalismo neoliberal e contrária à economia nacionalista, uma premissa básica de qualquer projeto fascista segundo Löwy (2015). Na verdade, trata-se de uma extrema direita com forte ativismo público, tanto nas ruas quanto nas plataformas digitais, é ativa e atuante, que explora com surpreendente perícia as fragilidades democráticas, manejando-as ao seu favor e lançando mão do aparato digital para seus fins políticos (Reis, 2020). Possui uma capacidade de adaptação e reconfiguração própria, na qual, a depender de cada local, essa extrema direita adquire perspectivas únicas, daí a extrema direita europeia apresentar nuances que diferem da que se mostra na América Latina.

Com isso, o próprio Löwy (2015) arrisca construir, visando demarcar as diferenças, uma tipologia da extrema direita europeia hoje em três variações distintas, sendo elas (I) constituídas de partidos abertamente fascistas e/ou neonazistas tais como o Aurora Dourada na Grécia, o Partido Nacional Democrata na Alemanha, o Setor Direito na Ucrânia entre outros, (II) os partidos semifascistas com raízes fascistas, mas distantes do fascismo clássico, com um ar moderno e adaptações, por exemplo, substituir o antissemitismo pelo anti-islamismo e por último (III) partidos sem origens fascistas mas que compartilham de sua retórica racista, xenófoba e anti-imigrante. De modo que na realidade tais partidos são mais complexos do que mostra a tipologia e na qual alguns combinam características ou distinguem-se acentuadamente uns dos outros, mesclam ou combinam aspectos organizativos e ideológicos. No interior da extrema direita, conforme aponta Reis (2020), é possível encontrar desde um forte nacionalismo, direitas tradicionais, os que rogam pelo passado fascista e/ou nazista, por autoritarismo estatal firme, fundamentalismo religioso até grupos repressivos com seus representantes como polícia e forças armadas, junto à direitas liberais.

Em suma, para Löwy (2015), a transição para o capitalismo seria o responsável por ter criado as condições propícias para o aparecimento de partidos com predisposições à extrema

direita, representando uma ameaça real à democracia. De acordo com o autor, a explicação para o sucesso da escalada adquirida pela extrema direita estaria ligada, entre outros aspectos, à hegemonia global do capitalismo neoliberal, a crise econômica de 2008 e seus impactos, quando sabe-se que a extrema direita costumeiramente aproveita-se de crises, além do papel relevante de fatores históricos como a tradição antisemita, a cultura colonial e a permanência de correntes que favoreceram a Segunda Guerra Mundial, junto à conjuntura internacional em especial no Oriente Médio, utilizados pela extrema direita para impor sua agenda. Em razão dessa ascensão da extrema direita, Löwy (2015) denominou de “onda marrom” para caracterizar a movimentação fascista da última década e seu crescente êxito nos diversos cenários e estratos sociais, pois segundo o mesmo, todas as camadas sociais são vulneráveis à onda marrom, uma vez que, a ideologia da extrema direita é parte significativa hoje não só da burguesia e dos desempregados, mas de igual modo da classe trabalhadora e dos jovens de modo amplo (Löwy, 2015).

No Brasil, como já mencionado, o contexto social difere em alguns pontos quanto à força da extrema direita aqui vista. Nunes (2022) argumenta que houve um notório desperdício da oportunidade de uma reforma democrática na energia social dispersa das manifestações de junho de 2013, e que, mais trágico ainda, permitiram a extrema direita movimentar-se, cooptando o movimento e as instituições para estabelecer seu projeto autoritário. Para o autor, "Junho foi o momento em que o sistema político perdeu o controle da política" (Nunes, 2022, p. 18). A direita tradicional que tomou a direção das manifestações a partir de 2014 seguiu de forma hegemônica até pouco antes das eleições de 2018, ocasião em que a extrema direita emergiu em meio à crise política e econômica em ordem. Dito de outro modo, a extrema direita avançou a passos largos e não demonstra sinal de recuo.

Utilizando-se do tema corrupção, que não é temática exclusiva da extrema direita, a direita brasileira soube fazer uso com certo sucesso em meio às manifestações, sendo um tema que foi bem manuseado por setores conservadores na Europa mas, primordialmente, no

Brasil (Löwy, 2015). De forma geral, é notório como regimes antidemocráticos se utilizam de problemas inerentes à própria democracia para atacá-la. A prisão arbitrária de Lula, meses antes das eleições com possibilidades reais de eleição, teve em regra o discurso de combate à corrupção. Löwy (2015) salienta que desde os anos 1940, há no Brasil a tradição de uso da corrupção por alas conservadoras para fundamentar o poder de oligarquias e legitimar golpes militares. Foi assim com o impeachment de Dilma, a prisão de Lula e a eleição de Jair Bolsonaro que adotou como pauta central de sua campanha o combate à corrupção no país, angariando votos dos insatisfeitos com as alianças do governo, descontentes com os atos de corrupção e envoltos no sentimento antissistema. Após junho de 2013, a tomada de posição do governo de rechaçar as manifestações e não ouvi-las, aliado aos escândalos de corrupção e a atuação da operação Lava Jato o sistema político perdeu o norte, o horizonte resolutivo em meio a crise que se instalava, dando espaço para que agentes e forças antissistema operassem.

Cabe frisar que para Nunes (2022), em momentos de crise, tal como a ocorrida em junho de 2013, algumas das maneiras dos sistemas políticos manterem a transição em controle faz-se via guerras, ditaduras e experiências nazifascistas ou via fusão ao Estado e à democracia. Para o autor, os partidos políticos adquirem vantagem quanto a esse ponto uma vez que já se encontram fundidos ao Estado, a exemplo, vejamos o que ocorreu em junho de 2013 na qual o sistema político não buscou reformar-se, reorganizar-se e na resistência frente às manifestações. O objetivo último do sistema político era sobretudo manter-se no poder e na mesma lógica de atuação readquirindo o controle perdido. Em suma, de 2013 a 2022 não se trata de um período comum, foram dez anos de dura crise econômica e social, de permanente inconstância política, desastres ambientais, riscos à democracia e acima de tudo à vida (Nunes, 2022). Uma década de transformações profundas e contínuas, para quem sabe, em tão curto espaço de tempo. Como bem coloca Nunes (2022, p. 42), “junho ficou para trás, mas não passou. Ao contrário, abriu uma etapa da história do país. Uma etapa que ainda nos encontramos”.

De modo que os impactos desses acontecimentos, em curto espaço de tempo, para além da política foram também objetivos e subjetivos. As fissuras deixadas provocaram mudanças agudas no corpo social brasileiro, nos dividindo e nos jogando à uma lógica de afetos permeados pelo medo e pelo retrocesso em todos os setores no sentido mais amplo. Grosso modo, desde 2008, momento em que se experimentou uma crise sem precedentes, assistimos o progressivo avanço de movimentos antidemocráticos ao redor do mundo, a propagação e adesão à discursos conservadores, o acirramento do conflito de classes e a radical virada política da extrema direita nas sociedades ocidentais. A partir daí foi comum presenciar os mais diversos ataques à democracia, aos avanços sociais conquistados, aos direitos humanos e às demais conquistas obtidas nos últimos tempos, com o autoritarismo de tendências fascistas ganhando terreno de forma vertiginosa. E o que parecia improvável aconteceu, a democracia não conseguiu barrar o retorno de ideias preconceituosas, racistas e segregacionistas perante os constantes ataques a ela direcionados seja pela ofensiva neoliberal, crises cíclicas ou movimentos antidemocráticos diversos. No momento em que Mussolini afirmou que “o fascismo é uma religião. O século XX será conhecido como o século do fascismo” (Almeida, 2021), não imaginávamos que a última década seria marcada pelo reconhecimento da ofensiva de movimentos de extrema direita com características fascistas em várias partes do mundo e o aprofundamento da barbárie. Assim, numa conjuntura mais ampla foi possível observar pistas que indicam o porquê no recente período histórico a política conduziu-se aos extremos através dos diferentes processos sociais ocorridos até aqui.

Populismo, bolsonarismo e fascismo: do ódio à crise democrática

A onda de recessão democrática global trouxe à cena contemporânea a discussão sobre o fascismo e sua definição. O dissenso sobre o que é fascismo e o que não, também é pauta recorrente entre os que se dedicam a estudá-lo. Há aqueles que discordam da ideia de que esses movimentos antidemocráticos atuais possam ser caracterizados como fascismo,

pelo fato de apresentarem diferenças expressivas como a orientação economicamente liberal que alguns demonstram, a exemplo de Mounk (2019) que partilha do referido pensamento. O fato é que a ascensão de movimentos autoritários e nacionalistas no presente, apresenta semelhanças significativas com o fascismo das décadas de 20 e 30 e que devido ao atual contexto geopolítico ser diferente e complexo, torna-se difícil que o fascismo reapareça tal qual o conhecemos no período de entre-guerras (Menezes, 2021). Até mesmo o prefixo “neo” presente no termo neofascismo mostra-se obsoleto diante da habilidade de se reinventar, de reformular e sobretudo de se reconstruir do fascismo. Por isso autores como Primo Levi, no século XX, já afirmava que cada época possui seu próprio fascismo, enquanto Umberto Eco, considerando as diferentes reconstruções do fascismo, fala do “fascismo eterno” para se referir a um fascismo que se refaz e que se renova a cada aparição, mas mantendo características fundamentais (Menezes, 2021). Nos lembramos da epígrafe presente na introdução que faz alusão, no poema de Brecht, da capacidade do fascismo de sempre se apresentar como novo, trazendo consigo uma outra roupagem, uma outra imagem, mas que mantém características basilares em seu funcionamento.

Convém ressaltar que no momento em que comecei a redigir essa pesquisa o Brasil seguia ainda sendo o Brasil de Bolsonaro, e para se ter uma ideia do que isso significava, Della Torre (2022) afirmava que o cenário brasileiro era comparável a de terra arrasada, junto a expectativa da ameaça de um golpe. Temos aí, então, uma noção daquele momento e do contexto vivido nos últimos anos: autoritário, violento e de tendências fascistas naturalizadas. Ainda que seja importante destacar que para muitos intelectuais não é possível afirmar que, o que vivíamos naquele momento seja de fato fascismo e que seu legítimo representante era a figura de Bolsonaro e sua forma de atuação, visto que ainda tínhamos alguns elementos que caracterizam uma democracia como, por exemplo, a existência de eleições e outros constituintes.

Todavia, como assinala Della Torre (2021), não devemos esperar o fascismo triunfar para só depois nomeá-lo apropriadamente. Devemos pensar o fascismo para além da compreensão enquanto um fenómeno histórico geograficamente localizado. Requer o exercício de pensá-lo como um fenómeno social mais abrangente, na dimensão da sociabilidade e de naturalização de suas práticas, isto é, um movimento que não circunscreve-se apenas à forma de ditadura fascista no tempo passado ou como elemento de Estado e forma de governo. É importante considerar que para alguns pensadores, como Eco (2018) e Mascaro (2022), o fascismo possui elementos tão arraigados em si que superam sua própria existência enquanto fenómeno. Para além da localização historicamente do fenómeno, há fascismo antes e depois, quando se analisa algumas características do regime em diversos tempos históricos, sobretudo em aspectos culturais e de dinâmica psicológica. Essa é uma relevante questão a ser posta pelo fato de que, costumeiramente, espera-se a expressão fascista nos moldes das experiências italiana e alemã. Entretanto, o fascismo através dos tempos manteve-se presente em meio às democracias adquirindo novas formas, com um verniz civil e com trajes socialmente aceitos. É um fascismo em que suas formas enquanto fenómeno permanecem diluídas socialmente, quase imperceptíveis. Muito embora em alguns lugares indivíduos, especialmente em tempos de avanço da extrema direita e de celebração fascista, sintam-se autorizados e confortáveis em expor símbolos nazistas, emitir falas carregadas de intolerância e de defender o indefensável.

No entanto, é necessário, antes de tudo, indicar que o modo que fazemos uso do termo fascismo no contexto brasileiro atual é o de fascismo diferente do surgido na Europa, embora dividam pontos em comum. Refere-se ao reaparecimento de movimentos antidemocráticos, autoritários e intolerantes frente à diferença, ou seja, aquele fascismo que deixou de ser potencial na personalidade autoritária, conforme explicado por Adorno (2019), e passou a fazer parte de práticas e vivências autoritárias de modo concreto nas sociedades democráticas. Deste modo, corrobora-se com Boito (2020) que é possível observar um

movimento fascista em um regime democrático ainda que deteriorado. Em mesmo sentido, para Catalani (2019), é possível observar o fascismo, presente aqui no Brasil e no mundo, como sendo possível estar presente no interior de um regime democrático, pois em certa medida foram “eleitos” por uma parcela da população e ainda que desgastado mantém as instituições de forma aparente. O fascismo segue se adaptando e adequando-se aos novos tempos com vistas a se estabelecer, de modo que, como afirma Dunker (2021), não é preciso esperar as câmaras de gás para nomear ou reconhecer como fascismo. Para isso, o fascismo deve ser entendido como um fenômeno social e ideológico e que está intrinsecamente ligado a processos sociais e históricos objetivos (Catalani, 2018).

Enquanto isso, Soares (2020) no ensaio “*Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*” discorre acerca da aproximação intrínseca entre o bolsonarismo e o fascismo e procura mostrar de que forma o regime fascista se aplica a realidade brasileira, na medida em que o governo Bolsonaro e sua base de apoio partilham de grande parte dos aspectos que configuram o fascismo. Desse modo, parece claro afirmar que para o autor, o governo de Bolsonaro, bem como o conjunto de práticas, falas e ações que configuram o chamado bolsonarismo, condiz a um movimento de tendências fascista, e portanto, coerente em ser caracterizado como tal. Reis (2020) também endossa o fato de que o bolsonarismo é parte e representação de um fenômeno maior de extrema direita, de caráter autoritário e abertamente antidemocrático, e sobretudo, algo maior que o próprio Bolsonaro. Enquanto Avritzer (2020) entende o bolsonarismo, de modo similar aos demais autores, como a expressão de profundas mudanças ocorridas na política e na configuração do poder em sociedade, de forma que seu término não se dará de forma repentina; pois o instrumental econômico, social e político de destruição, legado do bolsonarismo, perdurará ainda por algum tempo, implicando na urgência de derrotá-lo, especialmente porque o objetivo último do bolsonarismo é a destruição da institucionalidade democrática (Nobre, 2022).

Recordemos daquele que iniciou o movimento de colocar as urnas em suspeita foi Aécio Neves e que à época foi normalizado pela mídia. É interessante sempre recordar que o fascista chegou ao poder em um caminho pavimentado tanto pela elite como pela grande mídia. De modo que para alguns setores da sociedade, sobretudo para a mídia, tratava-se de uma decisão muito difícil. Isso fica demonstrado, quando, no dia seguinte à definição de quem disputaria o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o jornal Estadão publica o editorial intitulado “uma escolha muito difícil” ao postular que ambos os candidatos, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, pertenceriam a dois pólos extremos e igualmente radicais. Contudo, uma semana antes das eleições, Bolsonaro proferia a uma multidão de apoiadores o discurso em tom provocador de “metralhar petistas e esquerdistas” (Soares, 2020). O mesmo presidente que exaltou, e permanece, a aclamar torturadores como heróis e a ditadura militar, segundo o qual, o erro foi ter apenas torturado e não matado. Visto que foram 27 anos de carreira política vociferando a favor da tortura – que é crime – e que vai de encontro às normativas da democracia, pois toda forma de tortura é radicalmente contrária ao regime democrático. Ao passo que as instituições não se detiveram em freá-lo, tampouco puni-lo, em seus elogios a ditadores, a tortura e à ditadura militar sem a criação de quaisquer medidas institucionais a fim de impedir os ataques antidemocráticos.

No mais, é possível afirmar que a mídia teve papel relevante em diferentes cenários da política brasileira, desde as manifestações de 2013, o golpe em 2016, a retirada de cena de Lula e a alçada de Bolsonaro à presidência, ao manipular a opinião pública conforme seus interesses. A grande mídia tradicional e as redes sociais contribuíram para que o caminho até a presidência de Bolsonaro se concretizasse. De modo especial, a internet e as redes sociais tornaram-se espaços de campanha política permeados por fake news, ataques e discursos de ódio, que favoreceram em grande medida ao então candidato Jair Bolsonaro, visto que tais aspectos compunham o rol de ações e estratégias políticas adotadas (Almeida, 2021). É preciso ter ciência que nos tempos atuais, com a expansão da internet e a ampla adesão às

redes sociais, que possibilitou a inclusão de todas as classes sociais ao ambiente digital, democratizou-se a comunicação. A direita e a extrema direita observaram isso e perceberam, como nenhum outro, uma nítida oportunidade para ascender a cena política utilizando desses instrumentos. Não raro, é possível constatar que as redes sociais, especialmente o *Facebook* e o *Whatsapp*, há muito não se restringem apenas a redes, mas foram adotadas como ferramentas para manter-se informado, substituindo os tradicionais jornais e a própria imprensa.

Sobre isso, o bolsonarismo não só soube articular a seu favor, pois as notícias e mensagens compartilhadas por essas redes têm poder de verdade, isto é, o que chega ali é tido como real, como soube acolher e explorar esse nicho tecnológico ao dominar esses espaços com sua narrativa e discursos ideológicos para a grande massa. O resultado foi a candidatura vitoriosa de Bolsonaro nas eleições de 2018 que, em grande medida, foi decidida pelas redes sociais. Nestas, Bolsonaro já contava com uma projeção de sucesso de sua imagem não apenas pelo tom agressivo de suas falas, mas acrescido por sua personalidade “tosca e violenta” com um humor popular e grosseiro (Anderson, 2020, p. 151). Por isso, entender de que modo a eleição de um candidato antissistema como a de Jair Bolsonaro se concretizou é de importância máxima, assim como a conjuntura e as circunstâncias que a possibilitaram. O ano eleitoral de 2018 projeta-se a partir de uma dinâmica social, política e econômica muito peculiar. Foi um período que se iniciou atravessado por um clima de contradições exacerbado, com condições favoráveis à emergência de líderes com discursos salvacionistas e antissistema e culmina na ascensão efetivamente marcada da extrema direita ao governo por meio do voto popular.

Enquanto político de carreira, Jair Bolsonaro, ex-militar reformado e apresentando-se como candidato anti-establishment, embora deputado federal por longa data, ao longo de 28 anos emplacou apenas dois projetos aprovados. Foi um político sem qualquer contribuição significativa para a sociedade, segundo Almeida (2021). Seu governo é caracterizado por

embates com outros poderes, ataques à mídia, contraditor à movimentos sociais, visa diluir a laicidade do Estado, toma as Forças Armadas para uso de seus interesses no governo, dissolve direitos e desregula normas que evitam desmatamento de florestas, invasão de terras indígenas e ações policiais violentas (Soares, 2020). Bolsonaro desde o primeiro dia de seu (des) governo procura meios de arruinar a democracia brasileira e testá-la ao seu limite. Conforme Levitsky e Ziblatt (2018), a derrocada das democracias pode acontecer não tão somente sob as mãos de generais, mas igualmente por líderes eleitos que corrompem o próprio processo que os promoveu ao poder, fragilizando a democracia aos poucos. Foi o que ocorreu no golpe de 2016, que não necessitou de tanques nas ruas, tampouco de generais, e o que segue acontecendo atualmente com o líder do executivo corroendo por dentro, paulatinamente, as instituições democráticas no Brasil.

Acompanhamos ao longo dos anos, em especial após o golpe de 2016, como a democracia brasileira entrou visivelmente em declínio. Adorno (2020) em sua palestra sobre os “Aspectos do novo radicalismo de direita” proferida na Áustria, em 1967, salientava que o fascismo é uma ferida da democracia, ferida esta que pode estar mais ou menos aberta a depender do contexto político e social vigente. Logo, nos remete de modo imediato a pensar que em nossos tempos atuais essa ferida está aberta de forma considerável, mediante o atual estado de desgaste democrático e com a escalada do que Boito (2020) chamou de neofascismo - algo que difere do fascismo clássico e que serve para designar outras formas do fenômeno surgidos após a Segunda Guerra Mundial. O neofascismo seria o projeto fascista que encontra corpo dentro da realidade brasileira no trágico governo de Bolsonaro, eleito a partir do desejo pela catástrofe (Adorno, 2020).

O fascismo está mais próximo de uma ideologia de extrema direita do que a política de direita tradicional e seus movimentos, isso porque, embora se apresente sob o discurso de uma revolução, é conservador, utiliza-se de mitos irracionais, conta com meios modernos de propaganda de massa, é antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário (dos Reis

Cruz, 2019). Outras análises sobre o fascismo trazem uma perspectiva interessante quanto ao fenômeno, é o caso do trabalho de Nicos Poulantzas (2021) em “*Fascismo e Ditadura*” na qual o autor pensa o fascismo não apenas enquanto um acontecimento historicamente datado na primeira metade do século XX, restrito apenas às experiências italianas e alemãs. Mais ainda, o fascismo tem raízes no capital monopolista e na configuração das forças de poder, podendo ser uma forma-governo em que Estados capitalistas assumem mediante contextos de crises políticas. Dessa forma, dos Reis Cruz (2019) aponta o fato de que não se deve pensar o fascismo e seu espectro confinados a um dado tempo ou período histórico, em razão de que mesmo não havendo o fascismo clássico - partido militarizado, uniformes marrons, suásticas, camisas negras, fascios - isso não nos autoriza falar em um fascismo inexistente, posto que o principal se faz presente, o irracionalismo, a valorização dos instintos, o anticomunismo, a negação do outro. Já Ian Kershaw (1993) em “*Hitler: um perfil do poder*” foge das análises que priorizam ora os aspectos ligados à luta de classe e operária, tais como as examinadas pelos marxistas, ora os que dão ênfase aos elementos da personalidade fascista reduzindo a catástrofe nazista à figura de Hitler. Kershaw explica que a conjuntura social foi fator preponderante para que a personalidade e a ideologia do líder fascista ganhasse espaço para expandir-se, tal como a cooperação e a indulgência de diversos setores sociais. Não basta apenas haver o componente da personalidade autoritária, é necessário, como veremos adiante nos estudos sobre a personalidade autoritária, que o fascismo triunfa em sociedades onde o clima cultural é propício para se aderir ao mal e abraçar experiências autoritárias.

As categorizações e classificações sobre fascismo são muitas e variam de autor e perspectivas analíticas. Alguns autores categorizam o fascismo em gênero e espécie, é o caso de Boito (2020) que identifica o gênero movimento fascista e as espécies (I) o movimento fascista original tal qual ocorrido na Itália e Alemanha e (II) o movimento neofascista tal qual no Brasil de Bolsonaro. Na qual para o autor, o gênero fascismo corresponde ao processo geral de ascensão do fascismo aos governos. Também dos Reis Cruz (2019) traz em

seu trabalho uma classificação de fascismo em termos de ondas ocorridas em períodos distintos ao longo da história. Segundo o autor, os fascismos de “segunda onda⁵⁷” são os neofascismos surgidos após a derrota do fascismo clássico pelos aliados e fim da Segunda Guerra Mundial. Nestes, o fascismo teve que transformar-se e adaptar-se para resistir às circunstâncias históricas e aos novos contextos; dos modos de organização às ideias, o fascismo de segunda onda modificou-se ao ponto de conseguir inserir-se na democracia parlamentar burguesa. Seguindo na esteira da classificação trazida por dos Reis Cruz (2019), o fascismo de “terceira onda⁵⁸” tem seu surgimento entre 1980 e pós Guerra Fria, centrando seus ataques à imigrantes, ao islamismo e comumente ao comunismo, é favorável à políticas neoliberais e ao desmonte de direitos trabalhistas. No que tange ao aspecto organizativo, são descentralizados em células independentes favorecendo a adesão de militantes e o uso estratégico da internet à serviço não apenas da agitação política, propaganda e reprodução ideológica, mas especialmente para organização, cooptação, formação e confronto ideológico (dos Reis Cruz, 2019). Posto que, no cenário brasileiro, observamos no *modus operandi* bolsonarista aspectos comuns que partilham de similaridade com a ideologia fascista. Desde a política do “eles versus nós”, o medo do comunismo, uma retórica fantasmagórica bastante útil, e o anticomunismo frente ao receio de perda de *status quo*, o apego a valores cristãos tradicionais e defesa da família, o ataque à minorias e um discurso de ódio e destruição. Soma-se a estes, a construção de todo um aparato propagandístico para reprodução de sua ideologia, em especial utilizando-se dos aparatos tecnológicos contidos nas redes sociais e nas mídias alinhadas ao movimento.

Se para alguns pensadores é um equívoco comparar o que se vive atualmente no Brasil como algo ligado ao fascismo, Dunker (2021) vem assinalar que experiências como o

⁵⁷A exemplo de fascismos de segunda onda, o respectivo autor cita, dentre outros, o Partido Nacional Democrático da Alemanha (NPD), com origem em 1964 a partir da integração de vários grupos de direita, o Movimento Sociale Italiano (MSI), fundado nos anos 1970 e o Partido de Representação Popular (PRP), que incorporou os integralistas brasileiros após a guerra (Dos Reis Cruz, 2019).

⁵⁸Dentre os ditos fascismos de terceira onda, podemos mencionar o movimento “Mídia sem Máscara” encabeçado por Olavo de Carvalho e mentor de Jair Bolsonaro, a Frente Nacional (FN) francesa com origem em 1980 e o Tea Party nos Estados Unidos com surgimento em 2009 (dos Reis Cruz, 2019; Patschiki, 2012).

fascismo têm uma história, logo se transformam com o tempo, adquirem novas facetas e aliados; e que Auschwitz não é apenas um acontecimento excepcional, é um paradigma que não deve se repetir. Sem embargo, é possível afirmar que Bolsonaro é fascista. Melo (2019) vai além ao afirmar que, além do próprio Bolsonaro, o discurso bolsonarista é investido de elementos ideológicos que permitem situá-lo no campo do fascismo, conforme observamos a partir das definições trazidas pelos autores anteriores e revisitando as ações do atual governo ao longo de todo o mandato. E a realidade sob o governo fascista continua sendo assustadora. Não apenas pela personalidade autoritária do líder fascista, pois como alertava Adorno (2015) a adesão ao discurso fascista não deve ser compreendida puramente em seu caráter psicológico e individualizante, pois “o fascismo como tal não é um problema psicológico” mas resultado de processos sociais e históricos objetivos. A atmosfera social no Brasil na última década, desde as manifestações públicas que saíram às ruas para protestar, eram forças insurgentes com potencial para revolução, mas que foram direcionadas para o extremo oposto. Todo o sentimento antissistêmico encontrou, na manobra da extrema direita e na figura de Jair Bolsonaro, reduto para o ressentimento político e social. Por sua vez, o bolsonarismo desde então faz uso dos mecanismos de adesão ideológica de massa, engendrando sua ideologia fascista do início ao fim de seu mandato.

Por questões de espaço e de objeto de estudo desta pesquisa, não nos deteremos em postular detalhadamente as ações de governo e do atual presidente, porém acredito ser necessário pincelar os mais representativos acontecimentos de sua forma de atuar visando contribuir nas análises aqui propostas. Assim sendo, Avritzer (2021) salienta que Jair Bolsonaro ascende à presidência menos como um líder político e mais como um líder de um movimento voltado para destruir políticas e políticos através de sua concepção anti-governabilidade. É importante frisar que o mesmo não foi representante de uma direita tradicional, mas antes disso, foi e continua sendo, um legítimo personagem carismático dinamizador de um partido de massas, em que ao seu redor agrupa-se o universo da extrema

direita, o separatismo sulista, grupos neonazis, aparelhos repressores do Estado, fundamentalismo religioso e o mercado (Melo, 2019). É um governo eminentemente de extrema direita, autoritário e ultraneoliberal.

Conseguiu eleger-se como um candidato antissistema liderando uma onda conservadora. Bolsonaro associa sua posição de extrema direita à defesa de valores morais como a ética e a virtude e condiciona todo o resto com o que chama de “esquerda”, essa ligada a tudo aquilo que é corrupto e corrompido na vida social (Nobre, 2022). O autor vai além em sua análise ao afirmar que para Bolsonaro todo aquele em acordo com a Constituição de 1988 é um legítimo esquerdista, que a Constituição em si mesma possui viés de esquerda, em uma compreensão de que a redemocratização seria a responsável pelos males que afligem o país, sendo a democracia legítima aquela no período ditatorial. E como todo movimento autoritário de tendências fascistas, o bolsonarismo realiza crítica à democracia visando propor a “verdadeira democracia”, que seria aquela nos moldes da ditadura militar a real democracia em sua compreensão.

Em seu processo eleitoral, Bolsonaro contou com o largo apoio das Forças Armadas, das forças de segurança, da milícia, do mercado, do agronegócio e de grupos neopentecostais, constituindo uma base de apoio social e eleitoral alinhado à posições autoritárias (Nobre, 2022). Em síntese, a base bolsonarista é composta por seguidores sectários incondicionais ao autoritarismo e por grupos indiferentes a essa forma de poder (Musse, 2021) Desde a campanha, todo o governo conta com slogans de cunho religiosos, ainda que incoerentemente o símbolo do governo seja uma arma, como o “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” e “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” (Nobre, 2022) e o lema de governo “Pátria amada, Brasil” que faz nexos com o antigo integralismo brasileiro, movimento explicitamente fascista da década de 1930.

Desse modo, se faz indispensável caracterizar a extrema direita nos moldes como ela se apresenta no Brasil para, a partir de então, avançarmos na análise mais apurada sobre o

fascismo no cenário nacional e suas particularidades. Nesse sentido, Reis (2020) empreende uma investigação acerca da natureza da extrema direita no contexto brasileiro, salientando certos elementos que a definem. Em primeiro lugar, destaca-se a presença marcante de um sólido núcleo ideológico na figura dos oficiais das Forças Armadas, especialmente no Exército e na Polícia Militar. É uma extrema direita que partilha valores de recurso à violência, conservadorismo social, desprezo e ódio às lutas identitárias, níveis internos de precária organização e a participação de milícias⁵⁹ (Reis, 2020). De igual modo, outro aspecto inerente à nossa extrema direita é a participação de uma grande base de igrejas evangélicas que apoiaram ativamente a campanha de Bolsonaro à presidência e trazem consigo a pauta dos costumes, tornando-se uma grande força política, conforme destaca Reis (2020). Em termos gerais, para Reis (2020) a extrema direita brasileira é marcada pela multiplicidade e a pluralidade das bases de apoio o que evidencia seu caráter heterogêneo, uma frente política sem propostas claras para grande parte dos problemas do país, ancorada em ideias e soluções simplistas, que preza pela propaganda e orientada profundamente a princípios antidemocráticos e autoritários.

Passemos a refletir sobre como a extrema direita brasileira não se assume enquanto fascista. Bolsonaro não se assumiu como fascista, embora sua prática tenha confirmado isso. Para pensar essa tessitura, alguns analistas políticos consideram equivocado caracterizar o governo Bolsonaro como um governo fascista sob a alegação de que o país ainda havia eleições e outros componentes democráticos. Mas concordamos com Boito (2020, p. 111) quando observa que:

No Brasil ainda nos encontramos numa democracia burguesa, ainda que deteriorada, porém, é evidente que é possível formar-se um movimento social fascista num regime

⁵⁹O autor define milícias como estruturas compostas por ex-integrantes das polícias militares e criminosos comuns, que ganharam força nas grandes cidades no último século; além de disputarem espaço e poder com facções criminosas, dentre suas atividades, extorquem comunidades, vendem proteção, apresentam-se como um braço armado disponível a aniquilar adversários (Reis, 2020).

democrático e – talvez isso seja menos evidente – que é possível a constituição de um governo fascista sem que ocorra a passagem para uma ditadura fascista.

O governo Bolsonaro, representante da extrema direita brasileira, exprime em seu discurso e prática ecos fascistas e a política do “nós” versus “eles”, além da empreitada de que, em seu governo, buscou corroer a democracia por dentro na tentativa de fragilizar-la ainda mais, mas sob o verniz de aparente respeito ao jogo democrático. Para Miguel (2018), os setores políticos extremados, ou extrema direita, possuem três vertentes principais, sendo eles: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo.

O libertarianismo explicita o vínculo já debatido com o neoliberalismo, ao passo em que a extrema direita brasileira é predominantemente encorpada pela participação das igrejas neopentecostais e um fundamentalismo atuante junto a outras forças conservadoras. Existe em curso no Brasil uma cruzada evangélica que mostrou-se poderosíssima, especialmente nas últimas eleições, que busca forças ocupando progressivamente espaços de poder para além dos muros dos templos. Nesse caso, engloba o alcance desde a nível local com a eleição de seus representantes a Conselhos Tutelares, por exemplo, até aos mais altos patamares políticos como o Poder Legislativo, partidos políticos e espaços midiáticos com a concessão de canais visando não mais do que uma ampla ocupação de espaços de poder.

Com efeito, trata-se, de acordo com Miguel (2018), de uma direita radical que resgata o fantasma e reaviva o sentimento anticomunista. Para tanto, a extrema direita que observamos aqui não está organizada formalmente, mas descentralizada, apesar de prezar por crimes cibernéticos e investir em igrejas, estas sim são organizadas e com ampla capilarização. De forma geral, a extrema direita brasileira é marcada pelo negacionismo histórico do holocausto, da escravidão e dos direitos humanos, bem como com referências explícitas ao nazismo histórico (Gherman, 2023). Aliás, a extrema direita nacional não estudou profundamente o fascismo, diferente da européia. Há uma incompreensão por parte da direita mais radical acerca do fascismo, eles mesmos não se reconhecem enquanto tal,

inclusive Bolsonaro, muito embora suas ações políticas ratifiquem isso. Isso implica afirmar que, por nossa extrema direita não saber do que de fato trata-se o fascismo, ao pensar em golpe, ela não visa um regime fascista, mas um regime militarizado. Há uma incapacidade cognitiva de compreender a complexidade da questão em torno do fascismo e, portanto, entendê-lo em seu fundamento.

Dito isso, a extrema direita brasileira possuía como objetivo a instauração de um regime militarizado com Bolsonaro no poder no comando de um Estado militarizado e o aparelhamento das instituições democráticas. No Brasil, a extrema direita se expressa na convocação ao golpe militar. Recordemos o processo de militarização e esforço da gestão Bolsonaro em expandir a atuação dos militares em seu governo e na política, com sucessivas ameaças à democracia. O movimento crescente de militares exercendo atribuições civis à época deu-se de modo expressivo. Para autores como Neto e Acácio, (2020), é possível falar em uma democracia militarizada nos anos de governo Bolsonaro, com o pretense desejo de radicalizar mais ainda o poder militar. Logo, é de se considerar um risco a militarização de uma democracia ainda em processo de consolidação ou que, em grande medida, nunca efetivou-se por completo, como no caso brasileiro.

Quando se trata da extrema direita europeia, existem algumas peculiaridades notáveis. Em primeiro lugar, os interesses da classe burguesa tendem a favorecer a globalização do capitalismo neoliberal, ao mesmo tempo em que se opõem ao nacionalismo econômico, o que representa uma premissa fundamental de qualquer projeto fascista, conforme argumentado por Löwy (2015). Outro ponto destacado pelo autor é que a maioria dos movimentos fascistas nas décadas de 1930, com exceção da Alemanha, não abraçava abertamente o racismo, ao contrário do que observamos na época contemporânea. No Brasil, não há a presença de partidos abertamente racistas.

Outro ponto que caracteriza a extrema direita europeia consiste em que grande parte dos líderes fundadores dos partidos nazistas/fascistas possuem estreita ligação com o

fascismo histórico, até expressando certa nostalgia pelo passado fascista (Löwy, 2015). De certo que se tratando de extrema direita, há partidos europeus que se declaram abertamente nazistas e outros que participam do cenário político institucional, mas compartilham, em sua maioria, um nacionalismo chauvinista marcado por elementos como racismo, xenofobia, hostilidade contra imigrantes, islamofobia e uma postura anticomunista. No cenário brasileiro, apesar da atuação política, não há partidos de extrema direita diretamente racistas, ainda que inclinados a pautas intolerantes.

A partir de Adorno (2019) pode-se observar que a identificação gerada por Bolsonaro em seus seguidores conta, entre outros elementos, com a mobilização de sentimentos como o ressentimento social, o medo (sobretudo do comunismo e da esquerda) e a administração do ódio da massa que se identifica com seu líder. Enquanto isso, Bolsonaro faz uso das redes sociais para pôr em prática as técnicas radiofônicas e televisivas de que Adorno (2015) refere-se em *“Teoria Freudiana e o padrão da propaganda fascista”* ao desvendar as estratégias de propaganda por agitadores e que, atualmente, Bolsonaro conta com o apoio da dinâmica algorítmica para desferir ataques a adversários, instituições, notícias falsas, teorias conspiracionistas e culpar o inimigo externo pelos impasses em seu governo, fomentando discurso ódio, violência e a polarização política.

Na própria corrida eleitoral, o país viu-se dividido. Segundo Couto (2021, p. 37), “a polarização simétrica entre a esquerda social democrata do PT e a centro-direita liberal do PSDB deu lugar a uma polarização assimétrica entre o mesmo PT [...] e a extrema-direita bolsonarista”. Bolsonaro surge como consequência do processo liderado pelo próprio PSDB, que buscou minar o PT através de alegações de corrupção. No entanto, ao tentar servir a interesses conflitantes, o PT acabou por se enfraquecer e cair. E essa esteira fomentou o ódio pela democracia, abriu espaço para o fascismo e tornou Bolsonaro o sujeito que conseguiu lograr êxito em trazer e colocar à tona os tipos mais hostis de pensamento e sentimentos fazendo a gestão que fez.

Não obstante, o PT continuou, assim, ligado à corrupção e ao establishment político e Bolsonaro como candidato antissistema apoiado pela imprensa tradicional e pelos veículos de mídia, que não só o naturalizaram como candidato *outsider* como esquivaram-se de categorizá-lo como extremista, considerando equivalente a polarização que se instalou entre PT e Bolsonaro como dois lados proporcionalmente antagônicos (Couto, 2021). O que é um equívoco. Falar de polarização é afirmar que os dois lados fazem parte de extremos opostos e em igualdade de condições, logo não se trata de polarização quando um lado extermina e o outro é exterminado. Foi assim no caso de Marielle Franco, Marcelo Arruda, Bruno Pereira, indigenista brasileiro, Dom Phillips, jornalista britânico e Genivaldo Santos⁶⁰ - assassinado na câmara de gás adaptada no carro da polícia e decretado sigilo de 100 anos, estratégia usual do governo para cobrir crimes. Assim, não há polarização possível quando um lado defende a vida e o outro o ódio, a morte e a violência, ou quando um dos lados é o próprio fascismo. Não existiu polarização na luta contra o nazismo e o fascismo uma vez que são regimes que agem contra a humanidade. O governo Bolsonaro é a síntese da ideia de como o fascismo vai se dar não só na perspectiva de produzir mortes e não necessariamente a nível de pensamento, mas de modo imanente e no cotidiano. A naturalização política e social da barbárie amiúde.

Ora, nesse sentido sempre existiu uma tendência da mídia, e que ainda perdura atualmente, em silenciar quanto a gravidade das falas do então presidente contra os direitos humanos e sociais, contra as minorias, o meio ambiente e a forma agressiva da política econômica de Paulo Guedes (Fontes, 2019). Poucas foram as manifestações da mídia sobre o conteúdo ideológico presente no bolsonarismo, de forma sempre a amenizar, relativizar ou desconsiderar o quão crítico e preocupante é a sua forma de lidar com tudo o que foge à sua base política. Nesse contexto, as eleições de 2018 foram atípicas no sentido do deslocamento da mídia tradicional, como espaço privilegiado para a campanha eleitoral, transposto para as

⁶⁰Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, morreu após abordagem de agentes da Polícia Rodoviária Federal. Policiais admitiram que usaram spray de pimenta e gás lacrimogêneo dentro da viatura. A reportagem pode ser acessada pelo [Caso Genivaldo: entenda ordem dos fatos que levaram homem à morte em abordagem da PRF | Sergipe | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/sergipe/noticia/2022/08/17/caso-genivaldo-entenda-ordem-dos-fatos-que-levaram-homem-a-morte-em-abordagem-da-prf-sergipe-g1.globo.com) Acesso em 17/08/2022

redes sociais *Facebook*, *Twitter* e *Whatsapp* e *Youtube*; liderado pelos filhos de Bolsonaro e empresas especializadas contou com a interferência de setores da extrema-direita dos Estados Unidos na estratégia política de Steve Banon de marketing político (Fontes, 2019). O uso massivo de dados a partir de mineração e extração de informações⁶¹ – Big Data – pelas redes sociais, bem como o arsenal disparado de notícias falsas nas plataformas digitais contribuíram para a eleição de Donald Trump, em 2016, a saída do Reino Unido do bloco europeu, o Brexit e a eleição de Bolsonaro em 2018 e foram decisivas para o desfecho dado. Em suma, a campanha de Bolsonaro seguiu a cartilha das técnicas utilizadas pela extrema direita global, particularmente a norte-americana.

Nunes (2022) afirma que, diante de uma sociedade global e hiperconectada, com os mais diversos produtores e consumidores de informações, as ferramentas para se fazer propagandas, simulando-as como algo genuíno, são as mais diversas. Toda a candidatura de Bolsonaro lançou mão de uma infraestrutura digital inédita e exitosa que se iniciou previamente à 2018, já com o uso de *bots* e robôs (Nobre, 2022). Uma organização digital tão efetiva, de modo que os indivíduos são levados a crer em informações enganosas, teorias conspiracionistas, discursos prontos e simplistas para responder a questões complexas e adotar verdades prontas, estereotipadas, sem que se exija algum esforço intelectual. Com o uso das redes sociais pelos agitadores, os instrumentos de manipulação deram um salto sobretudo na corrida eleitoral em 2018 e seu uso ostensivo na campanha de Jair Bolsonaro. As *fake news*, os robôs, os disparos em massa de mensagens pelo WhatsApp e o ataque de todos os tipos de comunicação de massa e propaganda voltados a encerrar os sujeitos em suas bolhas ao fornecer-lhes algum conforto psicológico por meio de informações estereotipadas sobre a realidade.

⁶¹A *Cambridge Analytica* foi uma empresa que comprou informações de mais de cinquenta milhões de usuários do Facebook visando criar perfis comportamentais e psicológicos de seus usuários através do método OCEAN classificando-os em perfis com o objetivo de produzir modulações subjetivas através da chamada governabilidade algoritma (Rosa, Souza & Camargo, 2020). A empresa, de posse de informações, manipulava e persuadia a opinião pública constantemente utilizando-se notícias falsas com o objetivo final de influenciar em decisões políticas dos usuários - o que muito além de uma violação, diz de uma prática que impacta de forma objetiva o jogo democrático.

Para Adorno (2019) as comunicações de massa modernas, aquelas construídas a partir de uma produção industrial, propagam todo um sistema de estereótipos que, mesmo não sendo totalmente compreensível pelos indivíduos, possibilita a ele um aparente estado de estar informado e inteirado sobre todos os assuntos; desse modo fica difícil escapar de um pensamento estereotipado acerca de questões políticas. Acreditando em informações genéricas e contrário a todo pensamento divergente ao seu, as plataformas digitais funcionam como instrumentos políticos aos propagandistas e agitadores engendrando transformações nos modos de operar no interior de uma sociedade democrática. O fato é que a eleição de Trump a Bolsonaro, o avanço da extrema direita e a radicalização dos discursos possuem como ponto comum o fato das redes sociais terem sido tomadas por aqueles que buscam impor sua agenda autoritária ao solapar a ordem democrática.

Outros acontecimentos igualmente importantes que impulsionaram a candidatura e vitória de Bolsonaro certamente foram a Operação Lava Jato, a prisão de Lula e o episódio do atentado à faca que sofreu (Nobre, 2022). Candidatura construída amplamente sobre ataques a adversários políticos, “ao priorizar a produção constante do conflito a partir do próprio governo” (Couto, 2021, p. 42), prática essa que se manteve ao final de seu governo com Bolsonaro rivalizando não só com os outros poderes, como com os governos estaduais e municipais, com a imprensa, com os movimentos sociais e organizações civis, com a cultura, a ciência, as artes e qualquer que se mostre contrário à sua base ideológica é visto como potencial inimigo a ser enfrentado.

Ainda no governo Bolsonaro, este expressou inúmeras vezes não entender de economia e que a entregaria ao empresariado, a política econômica ficaria então a cargo do *Chicagos Boys*, Paulo Guedes (Fontes, 2019), um ultraneoliberal que vê na privatização em massa a solução para os problemas do país e como grande parceiro o mercado financeiro. Todo o programa ultraliberal de Paulo Guedes gira em torno do movimento de desregulação de possíveis áreas com fito de apropriação econômica, especialmente as terras indígenas e a

Amazônia entregues ao extrativismo e garimpeiros de toda ordem (Nunes, 2022). Na verdade essa é uma marca característica do modo de governar de Bolsonaro, escolher seus ministros pela capacidade dos mesmos de tensionar com a respectiva área, por exemplo, o desmonte das políticas anti-queimadas da Amazônia e o dismantelamento da gestão da pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Avritzer, 2020). Tais políticas não são de menor relevância, são pontos estratégicos e igualmente relevantes em seus respectivos campos.

Toda a sua campanha pode ser caracterizada como uma aliança entre o ultraliberalismo e a defesa da família, da religião, da lei e da ordem, expressamente a favor do mercado (Nobre, 2022). Segundo Couto (2021) para diversos setores sociais, Bolsonaro representava o menor dos males em prol da necessidade de reformas estruturais e mediante a urgência em atender o sentimento antipetista que se instalou a partir de 2013 e que continua a perdurar nas eleições de 2022. De modo similar, segue fazendo ameaças ao retorno do AI-5, perdas de direitos individuais e coletivos, decretar estado de sítio às insinuações de golpe. Seu projeto assenta sobre a construção de uma sociedade intolerante, violenta, e voltada à preservação e aprofundamento das estruturas historicamente desiguais de poder, status e riqueza (Safatle, 2020). Muito embora seu discurso seja sempre de que suas atitudes são orientadas pelo povo e para o povo, aludindo à ideia de que comando parte desse.

Desde que se implantou em 2019, é um dos governos mais militarizados após a redemocratização, o que não surpreende perante sua exaltação à memória do Coronel Ustra, segundo ele o “terror da Dilma Rousseff”, durante na votação do impeachment da presidenta - que foi uma das vítimas de tortura durante a ditadura. Por sua vez, o número de militares em cargos civis cresceu de forma tamanha em 2020, segundo dados do Tribunal de Contas da União⁶² (TCU), já eram mais de seis mil militares espalhados pela estrutura administrativa. Ressalta-se ainda a participação dos militares nas manifestações de 2014 contra o governo

⁶²Disponível em: [Número de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro | CNN Brasil](#). Acesso em: 12/08/2022.

onde possuíram atuação ativa nesses atos pautando o teor das manifestações (Musse, 2021). De forma geral, a ala militar historicamente sempre demonstrou desprezo pelos valores democráticos de modo manifesto. Grosso modo, quanto às Forças Armadas, Anderson (2020, p. 13) destaca que:

O que lhe falta em força de propulsão externa é compensado em capacidade de ataque interno. Ao contrário do que acontece em outros países, o Exército brasileiro constitui uma força política dentro de seu próprio território. Sua grande vocação tem sido a repressão em casa, não o combate fora dela.

De fato, Bolsonaro nunca ocultou o fato de ser um firme admirador da ditadura militar de 1964 e segue mantendo seu pacto com a ala militar como sustentáculo político de seu governo. O acirramento de políticas conservadoras e ultraneoliberais encontrou ambiente ideal no governo Bolsonaro, sua posição favorável ao garimpo, às madeiras ilegais, ao vínculo com milícias, o desmonte do IBAMA e a fixa ideia de armar a população, aliado a cortes e privatizações em setores estratégicos como educação, saúde e previdência social seguem amplamente sendo postas em práticas (Castilho & Lemos, 2021; Nunes, 2022), pois Bolsonaro governa para o dito “cidadão de bem”, isto é, apenas para quem o apoia e este constitui o cerne de seu projeto autoritário – transformar a minoria que o apoia na parcela dominante (Nobre, 2022). É para essa parcela que Bolsonaro, com seu discurso radicalizado, insufla sua base odiosa e demonstra ser um líder que não governa para todos – Bolsonaro opõe-se a tudo que lesa a sua base de apoio –, mas somente para aqueles alinhados à sua política. Os agitadores fascistas sabem se utilizar de seu discurso para provocar reações, à medida que vai subindo o tom e aprofundando a radicalização com o intuito de manter engajada a sua base (Nunes, 2022). Base essa que vinha se consolidando mas que pegou o governo Bolsonaro de surpresa com a chegada da pandemia em 2020 na qual nenhuma ocasião expressou de forma escancarada o projeto necropolítico de seu governo como o referido fato da emergência global em saúde.

Para Castilho e Lemos (2021) a necropolítica de Bolsonaro por meio do Estado tem o domínio deliberativo sobre a vida e morte, com ações políticas que determinam quem interessa e quem não, quem merece e quem é descartável. A violência e a morte são marcas registradas de seu governo, não são ações pontuais, mas regra expressa em seus ministros e na atuação institucionalizada do Estado. Nobre (2022) ratifica essa premissa ao afirmar que a pandemia de Covid-19 evidenciou esse ímpeto destrutivo de seu desejo autoritário. Um autêntico governo genocida e negacionista. O negacionismo do chefe do executivo presente em suas aglomerações no ápice da pandemia, em sua recusa em seguir as orientações de segurança sanitária, em sua postura em adotar meios não comprovados para o tratamento da Covid-19 e em priorizar a economia em lugar de vidas. Negacionista quanto às barbáries da ditadura militar, negacionista frente à ciência e a pesquisa, a mídia, quanto à segurança das urnas eletrônicas, a eficácia das vacinas, das medidas de proteção e isolamento contra a Covid-19 (Nobre, 2022).

Ao fazer pouco caso da gravidade do vírus, Bolsonaro põe em prática um dos elementos presentes no discurso de agitadores em que a ausência de propostas reais, sobretudo a falta de compromisso para com a aquisição de vacinas, segue ligada ao um tom de ameaça e negação – ameaça aos gestores estaduais e municipais frente às ações sanitárias e a negação da gravidade imposta pela pandemia; que menospreza e faz pouco caso das mortes ao dizer “que não é coveiro” e “que um dia todos irão mesmo morrer”. Segue se colocando como um homem comum, apesar de líder (Adorno, 2015) mas que reúne em si a representação psicológica de sua audiência como um todo. Tenta demonstrar aos seus seguidores que a pandemia é uma forma que o “sistema” encontrou para derrubá-lo ao politizar as mortes e a tragédia (Nobre, 2022). Ao tempo em que escrevo essa pesquisa, vivemos até o momento sob o mal-estar do quarto ano de governo Bolsonaro e cercados pelos efeitos, objetivos e subjetivos, do terceiro ano de pandemia, que não cessou e que em agosto

registra 681 mil mortes⁶³ por Covid-19 em grande medida corroborado pela política negacionista do governo.

Um governo que combina a confusão e o caos ao negacionismo, junto aos recorrentes ataques e afrontas à democracia como foi o ensaio de golpe bolsonarista realizado em 7 de setembro de 2021 explícito e sem qualquer responsabilização. Os rumores de golpe, sobretudo partindo do líder do executivo, deveria ser motivo de preocupação por todos os setores sociais, pois consiste em mais uma ofensiva contra a democracia brasileira que segue sendo aviltada. A data, além de demonstrar sua intenção golpista, serviu para agitar sua base ressentida e sedenta por destruição que, entre outras ações, reivindicavam insistentemente por intervenção militar, fechamento do STF, do Congresso e da imprensa livre. A Escola de Frankfurt lançou luz sobre o fato do fascismo se constituir em termos de uma dinâmica organizada a partir de elementos presentes na própria estrutura social e com isso exige-se analisá-lo para além de causas econômicas ou de classe, mas observar estruturas subjetivas inseridas no interior desse movimento. Isso explica as razões pelas quais as pessoas bradem pela volta de regimes autoritários como a ditadura militar, que exaltem líderes antidemocráticos e que insistam em pedir por aquilo que vai de encontro à vida - a destruição de si e dos outros. Em outros termos, “o que o fascismo é capaz de oferecer às pessoas para que elas se engajem e encontrem um gozo enorme em sua própria destruição?” (Della Torre, 2021). Adorno em “*The Authoritarian Personality*” vai discorrer sobre a estrutura subjetiva de um tipo de personalidade com predisposição para o mal, constituída de remanescentes culturais e da sociedade e que diz respeito de um espectro do qual ninguém escapa. O que possibilita observar de que forma o autoritarismo aciona essa personalidade autoritária sobretudo por meio da propaganda fascista que Bolsonaro opera perfeitamente.

O governo Bolsonaro funciona no enfrentamento e na agitação de sua base. No enfrentamento aos inimigos ideológicos - ambientalistas, cientistas, professores, feministas,

⁶³Dados obtidos pelo Ministério da Saúde na página Coronavírus Brasil e disponível em: [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](https://brasil.saude.gov.br) Acesso em: 12/08/2022.

artistas, ativistas e esquerdistas – e na mobilização de seus simpatizantes no constante ataque aos inimigos – que podem ser atores, políticos ou instituições críticas a ele (Couto, 2021). Qualquer que se oponha ao governo é categorizado como o inimigo a ser combatido com violência real ou simbólica, mas com expresso respaldo do presidente, na qual a própria democracia é vista como barreira ao projeto de “democrático real” que seria o período da ditadura, para Bolsonaro, e por isso ela é alvo de recorrentes ataques e de deslegitimação. Aos gritos de “mito”, Bolsonaro se coloca como o legítimo representante da vontade popular, responsável pela missão de varrer a velha política (Couto, 2021) e de fazer um Brasil para as majorias, um lugar onde as minorias têm que se curvar à maioria, seja se adequando ou simplesmente desaparecendo (Bugalho, 2020) em uma clara posição de que não iria governar para todos, contudo, a declaração deveria, como afirma Dunker (2021), ativar um botão histórico de alerta contra a repetição.

Nas últimas décadas presenciamos o esfacelamento democrático em todo o mundo. E no Brasil os impasses aqui enfrentados são de ordem sócio-histórica. Nesse sentido, as condições objetivas para a caminhada autoritária de Bolsonaro estavam dadas, conforme afirma Della Torre (2021), a violência é parte do capitalismo e o fascismo nasce do âmago dessas contradições. O Brasil historicamente é marcado pelo colonialismo, pela dominação, pelas práticas de violência, pela ditadura – sobre a qual nunca se fez justiça para os conspiradores e torturadores do período entre 1964 e 1985, acontecendo o avesso disso, ficaram imunes e livres (Anderson, 2020) – e pelo autoritarismo opressor. Esse não acerto de contas custou caro ao Brasil. O brasileiro tende a desconhecer a própria história ou romantizá-la ao ponto de apelar pela volta da ditadura ou eleger figuras autoritárias que partilham a ideia de que “bandido bom é bandido morto”, que os indígenas são indolentes, os negros malandros ou que os direitos humanos são reservados apenas os “humanos direitos” e nenhum outro (Anderson, 2020).

Para Della Torre (2021) o fascismo ocorre a partir do arranjo de ressentimentos difundidos na sociedade, guiando insatisfações, manejando o desejo de mudança e prometendo punição àqueles que rejeitam a vivência em um mundo circunscrito entre família, trabalho e religião. E para Adorno o fascismo, em toda a sua irracionalidade, violência e destrutividade, só é possível quando passamos a entender de que forma a ativação desses elementos é acionada através da propaganda do líder fascista, pois o fascismo é entre outros essa “irracionalidade racionalmente aplicada” (Adorno, 2015, p. 143). Desse modo, nos perguntamos o que há em comum entre o financiamento por entusiastas da indústria armamentista e conservadores ao grupo de extrema direita MBL à frente das manifestações em 2015, o escândalo da Cambridge Analytica minerando dados do Facebook para manipular eleições, a visita de deputados do partido neonazista alemão AFD ao Brasil, a estreita relação de Bolsonaro à Steve Bannon se não o avistamento da forte estrutura de propaganda, que contou com o uso das redes sociais apoiado e financiado pelo grande capital (Della Torre, 2021). Se antes os agitadores fascistas se utilizavam do rádio e das ruas para disseminar seu conteúdo ideológico, hoje eles contam com apoio de toda uma infraestrutura digital a seu dispor, uma indústria de propaganda em massa com largo alcance e nisso a indústria cultural contribui para a racionalidade tecnológica tanto através da propaganda quanto na naturalização de valores já elucidados por Adorno e Horkheimer em “*Dialética do Esclarecimento*” (1985). Adorno, através do conceito de identificação ao se pensar a propaganda fascista, revela de que forma as pulsões se ligam de tal forma à indústria cultural e como isso mobiliza a adesão a diferentes discursos.

O fascismo seria, para Marcuse (1981), uma organizada estrutura radical a partir das contradições do capitalismo, isto é, um desarranjo organizado e em ordem. Logo, é pertinente compreender que fascismo não deve ser entendido como oposição a uma democracia arruinada, mas presente no interior de um regime democrático (Catalani, 2019). Um fascismo naturalizado nas práticas violentas do Estado e sua política de aniquilamento sobretudo das

minorias – população negra, pobre, periférica, LGBTQIA+, indígena entre outros. As condições que fomentam a barbárie ainda continuam, por esse motivo a ameaça da repetição de Auschwitz é real.

Por sua vez, como coloca Antunes (2022), pensar, estudar e escrever sob as condições desoladoras que nos perseguem nos últimos anos é um ato de sobrevivência, de resistência e, sobretudo, de enfrentamento e de luta. Nossa realidade se mostrou da maneira mais terrível possível em que todos os dias os limites parecem ter sido ultrapassados e a barbárie se tornou cotidiana com a devastação no Brasil fascista de Bolsonaro. Portanto, segundo Nobre (2022) ganhando ou perdendo a eleição de 2022, o bolsonarismo já ganhou. Ganhou porque destruí-lo será tarefa de muitos anos conforme o autor. Seu projeto autoritário e antidemocrático segue bem-sucedido em todos os campos que o braço fascista alcançou: educação, saúde, previdência, economia, direitos trabalhistas, ciência e nas experiências subjetivas. Um governo que amparado na pauta anticorrupção, elegeu-se sob a bandeira de construir um Brasil decente distante da crise ética, moral e fiscal que tanto criticam em governos anteriores, mas que em verdade aprofundou essas crises em tantos níveis quanto possível. Um governo de acordos espúrios, corrupto, formado por dirigentes descompromissados com a democracia e sobretudo com o brasileiro. Nunca foi a corrupção, mas sim por um projeto fascista de poder. A mídia em si, que explorou vastas matérias sobre corrupção em outros momentos, hoje mostra-se desinteressada pela pauta.

Voltado a atender os anseios do mercado, do empresariado e do grande capital, ao entregar a riqueza do país nas mãos daqueles que tem o único objetivo senão saqueá-lo. É o liberalismo econômico levado à última instância, com a adoção e o recrudescimento de políticas neoliberais que geraram os famintos e os desempregados, lançando muitos à informalidade sob a racionalidade neoliberal da meritocracia e do “empreendedor de si” ou do famoso “trabalhe, não pense em crise” do governo Temer. Ao passo que os noticiários divulgam o enriquecimento dos mais ricos durante a pandemia e os mais pobres remexendo

lixo em busca de alimentos. De modo que a fome voltou, o crime aumentou, a corrupção continuou acompanhada de ideologias perversas que mais incentivam a violência por quem se posiciona contra. Por fim, mostrou-se ser um governo genocida que não se limitou apenas ao extermínio das minorias, mas com apologia e a promoção da morte de milhares de pessoas no decorrer da pandemia, e-mails da farmacêutica Pfizer comprovam a omissão da gestão Bolsonaro na compra das vacinas⁶⁴. Enquanto os números de mortos aumentavam dramaticamente, as “motociatas” ficaram na memória do brasileiro numa alusão e celebração à morte, recordar de Manaus e outras cidades deixadas à penúria na pandemia é necessário, no sentido de que necessita-se escrever sobre aquilo que não se pode esquecer.

Não raro, impulsionados por discursos de ódio e ideologias extremistas contra minorias, a Antropóloga Adriana Dias⁶⁵ revela o crescimento em 270, 6% no Brasil entre janeiro de 2019 a 2021 com núcleos extremistas espalhados por todas as regiões que se identificam como neonazistas e partilham em comum o ódio por feministas, judeus, negros e a população LGBTQIA+. Em um vídeo publicado nas redes sociais, Roberto Alvim, então secretário de cultura do governo bolsonaro, reproduziu um trecho de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista. acrescido da estética e linguagem corporal do regime nazista (Bugalho, 2020), sem contar os gestos associados a supremacistas brancos como “tomar um copo de leite” em live, as mensagens e slogans nazistas em uma clara ação de empoderadora de grupos e pautas neonazistas.

Um sujeito que afirma categoricamente que a tortura deve ser um método policial utilizado, que opositores devem ser metralhados, que determina qual mulher “merece” ou não ser estuprada, aquele que discursa aos seu seguidores que “eles sabem o que fazer antes das eleições” não é compatível com os valores democráticos. A defesa aberta de preconceitos, a

⁶⁴CPI da covid comprovou que o governo Bolsonaro ignorou 53 e-mails da Pfizer para a compra dos imunizantes. Disponível em: [Governo Bolsonaro ignorou 53 e-mails da Pfizer, diz Randolfe \(terra.com.br\)](https://www.terra.com.br/politica/cpi-da-covid-comprovou-que-o-governo-bolsonaro-ignorou-53-e-mails-da-pfizer-para-a-compra-dos-imunizantes-1.4811111). Acesso em: 16/08/2022

⁶⁵Sobre a entrevista com a antropóloga Adriana Dias acerca da expansão neonazista no Brasil ver: [“É preciso soar alarme sobre a expansão do neonazismo no Brasil”. Entrevista com a antropóloga Adriana Dias - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](https://www.institutohumanitas.org.br/entrevista-com-a-antropologa-adriana-dias-preciso-soar-alarme-sobre-a-expansao-do-neonazismo-no-brasil/)

perseguição política, o negacionismo científico, o descaso com a população, o estrangulamento do SUS e das universidades, o desmantelamento de conquistas históricas, a destruição da natureza, seja pela predação ou uso de agrotóxicos, são alguns dos elementos da ruína bolsonarista (Antunes, 2022).

Finalmente, não é o suficiente derrotar o bolsonarismo apenas nas urnas, mas no campo ideológico por meio de uma educação contra a barbárie para que Auschwitz não se repita conforme preocupação de Adorno (2021), acrescida da necessidade de elaboração para que possamos superar o trauma, este que nos abateu desde as manifestações de 2013, mas que já vinha se desenhando bem antes, cujos efeitos estarrecedores permanecem ainda nos dias atuais. Resta resistir ao fascismo e não nos sujeitarmos, fazendo uso, mas não tão somente, daquilo que Tiburi (2020) dispôs enquanto ferramenta a partir do uso do diálogo, mas com a tarefa de elaborar outros mecanismos - o uso da arte, do conhecimento, da pesquisa, do ativismo - que permitam ao fascismo sucumbir.

CAPÍTULO III - Por que ainda falar de fascismo hoje?

Não é fácil falar com um fascista.

Quando o outro toma a palavra, ele reage interrompendo-o com insolência.

Ele é inacessível à razão porque só a enxerga na capitulação do outro.

Theodor W. Adorno e Max Horkheimer,

Dialética do Esclarecimento.

A atualidade do conceito de fascismo é inquestionável. Embora, no que se refere à sua existência, ou novas formas de expressão do fenômeno, denominado assim de neofascismo, há aqueles que insistem em negá-lo. Dentre esses, há (I) aqueles que reconhecem o fascismo apenas enquanto um fenômeno histórico, a exemplo do fascismo italiano, os que (II) concebem toda manifestação autoritária como ato fascista e (III) os que acreditam estar

imunes ao fascismo (Tiburi, 2016). Para Tiburi (2016), muitos são os que não compreendem o que é o fascismo ou desprezam algumas facetas do fenômeno - provavelmente isso explique o porquê do antifascismo dispor de menos força no Brasil - por essa razão, ignoram ou ligeiramente relativizam os perigos do neofascismo cada vez mais naturalizado entre nós.

Adorno em suas pesquisas sobre o fascismo, sobretudo em “*A Personalidade Autoritária*” já havia alertado sobre a existência de um fascismo em potencial presente na campo psíquico dos indivíduos e que se expressava na forma de uma personalidade autoritária, na qual sua análise articula aspectos individuais e sociais como veremos em detalhe adiante. Porquanto, aqui no Brasil quem discute fascismo, além claro de muitos outros intelectuais engajados nesta tarefa, bem como os modos de combatê-lo e de resistir é a filósofa Marcia Tiburi. Contudo, a escolha pela autora, visando estabelecer um nexos e discussão sobre fascismo no presente ainda alinhado à Teoria Crítica, e a sua referida obra pauta-se em duas principais razões, além do recorte necessário para a pesquisa, diz do (I) do movimento da autora de abrir a filosofia para conversar com as pessoas de modo aberto, excedendo os muros e longe do jargão acadêmico, numa linguagem popular e acessível, trazendo o conceito de fascismo para o grande público e abandonando a tradicional lógica acadêmica (II) acrescido do fato de a autora pensar fascismo à luz da Teoria Crítica e ser intelectualmente influenciada pelos teóricos da Escola de Frankfurt, sobretudo Adorno. Desse modo, embora se tratando de uma obra pouco volumosa e de escrita simples, o livro de Tiburi não se converte em uma obra de menor valor quanto a isso, mas traz pistas importantes para se pensar o conceito de fascismo em uma perspectiva crítica e suas ressonâncias atuais. Todavia, recorreremos à produções teóricas que discutam fascismo para além de seu livro “Como conversar com um fascista”, ou seja, sem deixar de lado outros trabalhos igualmente importantes da autora e de seus comentadores.

Marcia Tiburi é professora na Universidade Paris 8, França, é autora de diversos livros, entre os quais *Filosofia Prática, ética, vida cotidiana, vida virtual* (Record, 2014),

Feminismo em Comum (Rosa dos Tempos, 2018), e Complexo de Vira-Lata – Análise da humilhação brasileira (Civilização Brasileira, 2021). Marcia Tiburi é Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991), mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) com ênfase em Filosofia Contemporânea, e fez pós-doutorado em Artes pelo Instituto de Artes da UNICAMP⁶⁶. Em termos acadêmicos e de vida, Tiburi dedicou-se às questões filosóficas atuais em torno dos temas sobre democracia e, mais recentemente, tópicos ligados ao feminismo.

Em sua obra que tomaremos como base “*Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*” (2015), Tiburi destaca toda uma tradição autoritária e uma cultura de opressão e dominação na construção social e subjetiva do Brasil, na qual fornece as bases para uma conduta fascista em potencial tal qual Adorno já se referia. O fascismo não demanda por racionalizações, dado que se refere a conceitos e elementos de ordem intuitiva e imediato, pois não se utilizam de qualquer juízo crítico, por conseguinte, aptos a serem incorporados por todos com facilidade (Casara, 2015). O fascismo carece de pouca ou nenhuma reflexão, pauta-se pela irracionalidade, é avesso ao trabalho analítico-crítico e guiado pela violência contra inimigos. Inimigo este que é criado continuamente pois é visto como diferente pois o fascismo não reconhece a diferença, a alteridade.

Não obstante, Tiburi (2020a), ao se deter criticamente sobre o estado político e cultural de nossa época, identifica quatro elementos centrais na definição do comportamento fascista, elementos estes interligados: (I) a relação com o outro, (II) o medo (III) o ódio e a (IV) linguagem. Tiburi explica que o nosso ser político se forma nos atos de linguagem e quando essa formação é empobrecida resta então o autoritarismo como empobrecimento dos atos políticos através da interrupção do diálogo, ou seja, há um empobrecimento das

⁶⁶Informações retiradas de seu site e que pode ser acesso em: <https://marciatiburi.com> Acesso em 19/08/2022

condições que permitiriam o diálogo se concretizar. Isto posto, para a autora o fascismo é um modo subjetivo e social bastante corrente e descrevendo-o de modo que:

O que chamo de fascista é um tipo psicopolítico bastante comum. Sua característica é ser politicamente pobre. O empobrecimento do qual ele é portador se deu pela perda da dimensão do diálogo. O diálogo se torna impossível quando se perde a dimensão do outro. O fascista não consegue relacionar-se com outras dimensões que ultrapassem as verdades absolutas nas quais ele firmou seu modo de ser (Tiburi, 2020a, p. 23-24).

O fascista é possuidor de uma pobreza política, sem abertura alguma ao diálogo, detentor de visões acerca do mundo e do outro fixos que lhes são como verdades absolutas. O fascista não reconhece a alteridade, para o outro apenas ódio e negação. É aquele que rejeita laços sociais reais, enquanto adere a relações autoritárias e de dominação sob o manto de aparente justiça e bondade. A autora lembra que o ódio é central ao fascista, pois ele se utiliza desse afeto tanto para cortar laços e para sustentar a destrutividade do outro, o extermínio do outro. Tais definições contribuem para nos ajudar a pensar o conceito de fascismo numa perspectiva crítica e dimensionar com o conceito trabalhado em Adorno.

A obra de Tiburi (2020a) conta com um tema bastante atual, caracterizando o fascismo como prática devota ao autoritarismo, com discursos dados e irreflexivos que tendem à aniquilação do outro. O fascista banaliza o mal, é predominantemente de extrema direita e orgulha-se de assim sê-lo. Assistimos perplexos à emergência de valores conservadores e práticas autoritárias de todos os lados. Desde a redemocratização do país pensávamos que as instituições democráticas bastante sólidas que havíamos conquistado eram o bastante para nos proteger de qualquer avanço antidemocrático ou fascista que pudesse surgir. Acreditávamos que o fascismo e regimes autoritários similares não tinham mais espaços em uma era de avanços em vários campos como o de direitos e os sociais, em sociedades abertamente democráticas.

No mais, o que Tiburi vai trazer ao longo de todo o seu livro é que nunca resolvemos determinados problemas históricos arraigados em nossa história política e social e que por isso impede que sigamos como uma sociedade democrática de fato, mais igualitária e justa para todos, sobretudo para os historicamente excluídos e marginalizados. Para isso é necessário interromper o extermínio da política, pois para destruir o outro se faz necessário destruir a política. Tiburi (2020a) argumenta que forma variadas de práticas sociais conduziram a extinção da política no país, sobretudo a partir da aniquilação da experiência do diálogo, este indispensável a um fazer político ético e democrático, uma vez extinguido, contribui para o crescimento de extensas ações fascistas em nosso tempo presente desde o “genocídio indígena, o massacre racista e classista contra jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades, a violência doméstica e assassinato de mulheres, homofobia e a manipulação das crianças” (Tiburi, 2020a, p. 29).

Schurster (2016) ao refletir sobre a capacidade da sociedade em criar mecanismos que impossibilitem a repetição histórica do autoritarismo como o fenômeno fascista, relembra a experiência da tentativa alemã em seu esforço de “desnazificação” da população após 1945 na qual a sociedade se mostrou incapaz de oferecer às novas gerações ferramentas críticas que superassem a sedução ao nazismo e extremismo. Com isso, a existência de uma significativa parcela de adeptos ao extremismo e ao autoritarismo ainda permanece de modo influente. Para o autor muita coisa não mudou, o mesmo acontece em nosso tempo. Não aprendemos com a história.

Ora, bem sabemos que em termos históricos o Brasil foi construído sobre bases autoritárias, de extermínio, violência e atravessado pela experiência de ódio. Eventos como a colonização, a escravidão – sendo o Brasil o último país a abolir a escravidão –, o racismo explícito, a opressão, a homofobia, a ausência de justiça à ditadura militar e a luta de classes são processos históricos com marcas profundas na subjetividade e no corpo social brasileiro. Deles resultam toda uma subjetividade colonial, estruturalmente sexista, racista, classista,

preconceituosa, autoritária e violenta que, presentes em determinada sociedade, criam um clima cultural que fomenta toda sorte de violência e preconceito contra minorias resultando em genocídios e o aniquilamento de muitos.

Decorridos mais de 30 anos da redemocratização, não avançamos na construção de uma consciência coletiva e crítica que privilegie o convívio com a diferença (Schurster, 2016), em vez disso, observamos um país que se nega a elaborar a própria história. Enquanto isso, a intolerância ao outro e as práticas de ódio são historicamente observáveis e naturalizadas, e quanto a isso, Tiburi revela o caráter não dado da intolerância e dos afetos, mas socialmente aprendidos a partir das experiências e compartilhados entre as pessoas. Por isso é tão importante a elaboração do passado para que se compreenda de que modo chegamos ao ponto atual e o que fazer a partir daqui (Antunes & Holanda, 2022).

Sabe-se que ao Brasil nunca interessou fazer justiça aos horrores da ditadura militar, tampouco trabalhar para o resgate e manutenção de uma memória histórica das barbáries aqui ocorridas de modo a não repeti-las é fato. Temos uma tradição autoritária de longa data. A naturalização de extermínios e do autoritarismo é regra, portanto, não causa espanto quando regimes antidemocráticos e seus potenciais efeitos ascendem em contextos democráticos, pois de tão naturais à nossa experiência já não são reconhecidos como tais. Por esse motivo, Adorno (2021) afirma que o antissemitismo inserido em sociedades democráticas, que permanece em seu núcleo destruindo-a por dentro, é bastante desastroso na medida em que transforma os campos de concentração em fatos não evidentes, ainda que tangíveis. Por esse motivo a leitura da obra de Tiburi é de fundamental importância para o presente. Nela, a autora descreve de que forma o autoritarismo ocorre no cotidiano da realidade brasileira como algo comum, em práticas fascistas naturalizadas, no que ela pontua de “microfascismos” do dia a dia presentes em democracias formais. De modo corrente, a autora vai desenrolando o tema de forma a possibilitar a compreensão do fascismo no nosso presente – o autoritarismo da vida cotidiana – e o seu teor bárbaro. A estrutura do livro conta com 67

curtos ensaios, cada qual com uma discussão que serve como referência ao item seguinte, aprofundando as análises sobre o tema de forma clara e simples, e desenvolvendo a análise do autoritarismo cotidiano.

Rocha (2018) em sua análise do livro, identifica que nele o discurso autoritário é tomado como estrutura de poder, produção de saber e que funciona como mecanismo norteador das relações políticas e sociais no Brasil. Isso nos ajuda a compreender como as práticas fascistas operam e se estabelecem no cotidiano. Para Tiburi, o autoritarismo se concretiza a partir do empobrecimento da linguagem, da experiência política, do diálogo e da pobreza da comunicação e das experiências para com o outro, o que faz com que o autoritarismo e o ódio se tornem fenômenos correntes. Assim, o autoritarismo radical é a forma expressa do fascismo. Portanto, ela propõe o uso da experiência dialógica para com os fascistas como forma de arte e resistência, isto é, apostar no diálogo como estratégia de enfrentamento à tradição autoritária e à barbárie. Segundo a autora, para o fascista não há algo mais insuportável do que o diálogo, ou seja, enquanto abertura ao outro. É só percebermos, por exemplo, que o bolsonarismo e a sua base não conseguem dialogar com outros campos, o quanto o discurso carregado de ódio é presente e as ações autoritárias e antidemocráticas que saltam aos olhos.

Ao ressaltar a potência presente no diálogo enquanto ferramenta política, Tiburi (2020a, p. 23) afirma que “o diálogo é uma prática de não violência. A violência surge quando o diálogo não entra em cena”. Nesse sentido, se o fascismo é em si a própria negação da política, o inverso disso seria o diálogo enquanto exercício da política. O exercício do diálogo é a base em quaisquer regimes democráticos que vise o bem estar comum, e que, principalmente para Tiburi, é uma maneira pela qual podemos pôr fim ao pensamento fascista – aquele que opera pelo ódio e é vazio.

De modo similar ao nosso entendimento, sua definição de fascismo é para além dos limites da política e do Estado, é uma forma de antipolítica com práticas linguísticas próprias,

mas sobretudo refere-se a negação do outro como dotado de humanidade, ora reduzido à condição de objeto. Para Rocha (2018), longe apenas de um regime de Estado, o fascismo funciona como uma lente de interpretação do mundo, um instrumento de aniquilação do debate, visto que o pensamento fascista é permeado pelo ódio e pelo esvaziamento do ato reflexivo, conforme a obra de Tiburi. Sendo o fascista aquele que nega a existência do outro, é o que sustenta certezas como verdades absolutas, não se abrindo a experiência do conhecimento. A máquina de produzir fascistas tem sua origem e transmissão pelo ódio, o fascista precisa odiar o distinto, o divergente, em um processo que é produzido. No livro é possível observar que o fascista possui uma formação midiaticizada, com a extensa participação da internet e das redes sociais nesse processo de instituição do ódio como afeto contagioso.

Em Tiburi (2020a, p. 30), o fascista é aquele que viveu experiências de ódio, uma vez que os afetos são aprendidos, o fascista “introjetou o ódio muito antes de se poder pensar nele”. O fascismo é o ódio ao outro transformado em alvo de negação, preconceito e violência. Um ódio direcionado ao outro que sempre existiu, ainda que de modo furtivo, e que em tempos recentes mostra-se de modo evidente e manifesto, que se mostra em frases como “mimimi” em forma de sátira e desprezo pela dor do outro e suas questões, quando não, em forma de violência real ou simbólica. Na internet e redes sociais esse ódio e ressentimento chegam ao seu limite máximo, para isso, foi necessário que nos últimos tempos o ódio fosse transformado em política.

Por isso, é tão necessário nos perguntar “o que estamos fazendo uns com os outros?” (Tiburi, 2020a, p. 25). Essa indagação é interessante quando nos vemos imersos em uma cultura de violência e de manifestações de ódio de modo evidente, de forma que perguntar o que estamos fazendo ao outro é também perguntar o que estamos fazendo com nós mesmos. O autoritarismo, para além de um regime político, representa perigo para a ciência, a cultura e o senso comum, quando este se mostra como um regime de pensamento que nega e reprime

tudo aquilo que não suporta. Em linhas gerais, podemos inferir que o autoritarismo está mais associado a uma forma de pensar e agir do que propriamente com um conteúdo argumentativo ou crítico.

É possível observar a influência de Adorno em toda a extensão do livro de Tiburi, do entendimento da personalidade autoritária, à operacionalização dos conceitos de indústria cultural como produtora da antipolítica e seu traço manipulador, que polariza e dificulta a comunicação com o outro, mas também na necessidade de superação do autoritarismo que perpassa todas as nossas relações sociais, inclusive nas produções acadêmicas, por esse motivo, Tiburi opta e reforça a dimensão do diálogo simples e fluído para se fazer compreender. Ainda assim, a autora deixa claro que não apenas o diálogo seria solução, mas um experimento político coletivo em fazer com que o ódio se converta em impotência. E por fim, que possamos trabalhar no sentido de construir e solidificar uma democracia que não tolere o ódio e a violência como dinâmica política hegemônica, mas uma democracia de fato verdadeira como afirma Marcuse (1970), pois “há certo consenso de que ela é necessária e não se inventou ainda algo melhor” (Gohn, 2014, p. 64).

Por sua vez, decorrido um ano do lançamento de sua obra, Tiburi escreve sua coluna na revista Cult “De novo o fascismo: um ano após Como conversar com um fascista”, onde faz um balanço acerca do recebimento de seu livro frente ao público e traz elaborações críticas sobre o fascismo de modo objetivo e atualizadas. No mencionado texto, Tiburi (2016) aprofunda a ideia, já trazida em seu livro anterior, sobre a condição do fascismo como elemento integrado socialmente, nos fazendo entender que o fascismo encontra-se há muito tempo enraizado na sociedade para além dos representantes e das instituições. O fascismo, continua Tiburi (2016), reside na correspondência afetiva daqueles que negam o outro, apoiados em preconceitos, que negam o conhecimento em um movimento de ódio anti-intelectualista, de mesmo modo que baseia-se na integração das estruturas mentais - isto é, partilham de estruturas cognitivas que fornecem incomum sustentação ao comportamento e

à ação. O fascismo se mostra por meio de visões de mundo características como a negação do conhecimento, a rejeição ao diálogo e o comportamento hostil à diversidade e à inteligência, promovendo o que a autora já discutiu em seu livro em 2015: os microfascismos cotidianos.

O fascismo visa fundar um sentido de mundo, um modo de pensar e interpretar a realidade muito característicos, visando assim um consenso, um acordo coletivo, ao fundamentar estruturas cognitivas e avaliativas idênticas que uniformiza o pensamento. Tiburi (2016) afirma que esse “consenso fascista”, do qual ela própria denominou, é melhor viabilizado na medida em que é útil às grandes elites econômicas. No mundo fascista, segundo a autora, chavões são repetidos como verdades incontestáveis e irrefletidas, o pensamento pronto ou de ticket, que reforçam e aprofundam preconceitos tais como “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos”, “homossexualidade é sem-vergonhice”, “mulher que não se comporta merece ser estuprada”, “porrada é o melhor método de educação”, “escola sem partido”. O que Tiburi (2016) busca explicitar é que há no fascismo uma uniformidade no pensamento que se dá tanto na linguagem quanto na ação. É uma linguagem e ação estereotipada, essa última confirma-se no consumismo sobretudo de ideias prontas.

Ainda em seu artigo, Tiburi (2016) já antecipava o fato de que o fascismo autoriza abertamente, ainda que com todas as contradições presentes, manifestações populares de caráter antidemocrático e outras escolhas que são contrárias aos interesses dos próprios portadores da personalidade autoritária. A propaganda fascista se mostra como exemplo dessas manifestações antidemocráticas e seus objetivos não são prontamente reconhecidos. Para a autora, assim como para Adorno, há aspectos psicológicos e manipulação de mecanismos inconscientes que faz com que a propaganda fascista, tampouco seus reais objetivos sejam percebidos como contrários ao regime democrático. Não obstante, ao prosseguir em suas elaborações, Tiburi (2016) pontua alguns aspectos inerentes ao fascismo e seus modos de operar, que vai desde a constatação do vazio retórico, distante de qualquer

aprofundamento reflexivo e argumentativo do fascismo, à ausência de reconhecimento de suas contradições. Todavia, o fascismo, segundo Tiburi (2016), não se restringe apenas a frases prontas, chavões ou clichês dados, o disfarce em alguns casos aparece, a exemplo do Brasil, sob a égide moral. Lembremos dos anos 2013 com “a luta contra a corrupção”, que parecia em um momento inicial uma reivindicação autêntica, mas logo cooptada para alcançar interesses contrários aos da população. A moralidade, então, é figura recorrente no discurso fascista, conforme se apreende com a autora. O fascista usa de convicções pessoais em detrimento de provas ou dados, reduzem a complexidade dos fenômenos para ganharem espaço como “vamos resolver o problema da criminalidade dando armas aos cidadãos” e são especialistas em discursos pseudoemocionais (Tiburi, 2016).

Em suma, o discurso fascista é orientado para a audiência. Por meio da fala, busca-se avivar o que há de mais autoritário, arcaico e irracional das massas. Daí, portanto, a exaltação da ação e o desprezo pela reflexão, principalmente porque, para a autora, o discurso fascista é um discurso publicitário voltado para um interlocutor despreparado e embrutecido – o então fascista-receptor. A partir disso, Tiburi (2016) recorre às formulações de Adorno para descrever a prática fascista como detentora de natureza demasiado não teórica, sem percepção de limites e de hiato reflexivo, como já posto. No Brasil, nesse instante que em que construo essa pesquisa, os fatos estão acontecendo agora, é a história sendo vivida e vista a ponto de se observar uma cultura fascista presente em propaganda e manifestações com discursos de vale tudo para combater a corrupção, a defesa da moral e da família brasileira e aqueles que não se ajustam aos ditames fascistas devem ir para Cuba.

Assim, a autora finaliza seu texto afirmando que muitos foram os que não compreenderam o teor contido em seu livro, quando não se atentaram à necessidade e o cuidado de não se deixar transformar em um fascista. E finaliza com o diagnóstico de que a desconstrução e o dissipamento do fascismo é urgente, de outra forma não haverá espaço para a construção de um mundo minimamente respirável. O contexto, como o que se vive

atualmente, intrinsecamente fascista, mostra-se como um ambiente público violento, bélico e aflitivo, conforme Tiburi já previa em suas análises desde do seu livro “Como conversar com um fascista”. No mais, nele a autora buscou, ainda que fazendo uso do tom provocativo e irônico, mostrar de que forma acontece o autoritarismo da vida cotidiana presente em nós, nos fazendo pensar o fascismo enquanto uma maximização do autoritarismo e consequente morte da democracia (Tiburi, 2019a). Em seu livro, Tiburi não se propunha a apresentar o fascismo como novidade, mas tão somente constatá-lo como um traço na subjetividade contemporânea e que, avançando sem barreiras, poderia nos atropelar (Tiburi, 2018).

Excepcionalmente, Tiburi não optou por utilizar o termo neofascismo pois segundo ela não haveria nada de novo no fenômeno. De modo similar, também não se deteve a análise do fascismo de Estado, de lideranças políticas, mas sobretudo aborda o fascismo enquanto estrutura subjetiva da personalidade, no fascismo potencial presente nos sujeitos comuns, na mesma via em que Adorno aborda a personalidade autoritária.

Hoje, o fascismo se faz presente de forma declarada e em vários países ele ressurgiu como expressão coletiva autoritária, criando um clima de angústia política. Tiburi (2018) realiza um movimento de sintetizar, três anos depois de publicado seu livro, o cenário social e político que nos encontrávamos em 2018. E, de imediato percebemos que pouco mudou, mas avançou em termos de histeria coletiva e de aumento do ódio que faz proliferar o medo em meio a um clima de barbárie. Do continente europeu às Américas, do norte ao sul, observamos a expansão do ódio e do preconceito com o desrespeito para com aqueles considerados socialmente indesejáveis; enquanto a democracia, sempre frágil e nunca consolidada, sobretudo aqui no Brasil, ruí (Tiburi, 2018). Ideais democráticos como dignidade, respeito, justiça social e direitos humanos cedem lugar à barbárie e os limites constitucionais são postos à prova diariamente.

Pelo mundo, grupos fascistas se rearticulam amparados em suas origens, como na Itália e Alemanha; a esquerda, historicamente crítica ao fascismo, perde espaço para uma

extrema-direita ofensiva como na França (Tiburi, 2018). No Brasil e na América Latina, o discurso de ódio segue sendo manipulado pela mídia e pela extrema direita, golpes de Estado seguem ocorrendo como eventos comuns, à proporção que líderes fascistas seguem governando livremente e agitando a massa que lhes mantém no poder. No movimento de mistificação das massas, é preciso trazê-las para o processo de produção cultural de ódio, pois é nisso que consiste essencialmente o fascismo: uma tecnologia política de conquista das massas através do ódio como afeto visando a criação de um combate ao inimigo (Tiburi, 2022).

Para Tiburi (2018) o ódio cultivado reverbera no cotidiano, a exemplo da política institucional que diz mais de violência do que poder, os afetos odiosos são potencializados para fins de manipulação e controle ideológico, a luta de classes cede lugar à luta de todos contra todos, o constrangimento por demonstrar preconceitos some e o respeito ao outro torna-se questão menor, sequer considerado. Na política, a autora explica que, por o fascismo encontrar-se no poder no Brasil, é natural que tenha saído fortalecido com a eleição de figuras de extrema direita e fundamentalistas. Nesse cenário, a mídia brasileira continua parcial e com aspectos golpistas, o neopentecostalismo continua avançando sobre a política e o judiciário segue inerte. Enquanto isso, o fascismo e o clima de barbárie seguem em marcha ao aprofundar um cenário social marcado de forma aguda pelo racismo, a violência de gênero, o negacionismo, a homofobia e a xenofobia.

Em suma, parece claro afirmar que, em “*Como conversar com um fascista*”, a tese primordial da autora é, para além da provocação filosófica pretendida, a de reafirmar o diálogo como ferramenta e como método político. Há no texto a tentativa de comunicar ao leitor a possibilidade de não conseguir estabelecer um diálogo com o fascista, em virtude de suas características fundamentais descritas, todavia, ao olhar da autora o importante é não se deixar transformar em um, não se deixar seduzir pela propaganda fascista. Na autora e em sua

obra, o fascismo pode ser conceituado como a completa ausência da experiência do diálogo comprometendo o reconhecimento do outro e de sua alteridade.

CAPÍTULO IV - Constelações conceituais de fascismo em Adorno e sua reflexão na realidade brasileira.

Gedanken, die wahr sind, müssen unablässig sich aus der Erfahrung der Sache erneuern,
die gleichwohl in ihnen sich erst bestimmt.
[...] Wahrheit ist werdende Konstellation

Pensamentos, os que são verdadeiros,
devem renovar-se incessantemente pela experiência da coisa, a qual, não obstante, apenas neles se determina.
[...] Verdade é constelação em devir
Theodor W. Adorno
Observações sobre o pensamento filosófico, 1964

Ousadia. Essa é a palavra que melhor define essa pesquisa porque escrever sobre Adorno e caminhar no aprofundamento de seu pensamento não é das tarefas mais fáceis. A questão fica mais complexa ao se estudar fascismo – um tema que surgiu como objeto de pesquisa a partir da materialidade histórica que atravessou o Brasil, e permanece cruzando, ao longo da última década. Somado a isso, a observância preocupante da escalada da extrema direita ao redor do globo. Portanto, se o pensamento adorniano é de difícil contemplação para muitos, abordar fascismo o é ainda mais, pois nele, os consensos possíveis dizem de sua pluralidade de definições e de seu potencial destrutivo. É um fenômeno complexo, denso e desafiador. É um dos fenômenos que se mostraram de maior relevância no século XX e que continua a se manter no século XXI com duras implicações. E embora a gigantesca literatura em torno do fenômeno seja expressiva, a dificuldade em relação à sua conceituação e sua natureza ainda são muito pertinentes.

Logo, buscamos colocar ao longo dessa pesquisa o fascismo como questão e preocupação central, haja vista sua eterna permanência nas sociedades e, de tempos em tempos, na história. Revivemos sua retomada e seu fôlego a todo ânimo no início do século XXI em diferentes países, seu funcionamento em meio à pandemia de Covid-19 e sua

expressão na cena política brasileira a partir dos anos 2013 até o momento atual, apenas com nuances de intensidade, mas sempre de forma permanente. Por certo, o que nos preocupa quanto a questão fascista é que, para além de sua expressão em formas de governos e expressão em partidos políticos, tem-se a ascensão da extrema direita e do totalitarismo como uma tendência crescente a nível global. São forças políticas que surgem no cenário mundial com traços eminentemente fascistas. Entretanto, destacamos que o fascismo não é um fenômeno estático e dado em si mesmo, talvez por isso a dificuldade e a variedade de definições e abordagens em torno do mesmo. Atualmente lidamos com uma multiplicidade de configurações e faces do fascismo, inclusive, no contexto brasileiro, pois, argumento que há todo um ideário fascista enraizado na sociedade brasileira: antes e depois de Bolsonaro. E nessa perspectiva localiza-se a preocupação e a eterna vigilância quanto à preservação da democracia e a busca pela superação do fascismo em termos de sua robustez e zelo por sociedades amplamente e fortemente democráticas.

Sobre o trabalho com o conceito de fascismo, recorreremos à Tiburi (2020), quando dedica-se a argumentar com aqueles que ainda pensam ser equívoco conceitual falar de fascismo a partir da realidade brasileira, posto que, é inerente às investigações filosóficas o esforço do trabalho com conceitos. E Tiburi (2020) compreende que um conceito – enquanto um significante, uma palavra, um traço que transita impregnado de significados e que pode ser redefinido ou tomado de empréstimo – pode ser renovado para fins de análise de acontecimentos em distintos períodos históricos. Logo, um termo não é um dado em si, mas pode ser utilizado de forma ampliada, inclusive, para pensar sobre o autoritarismo crescente nas sociedades em nossos dias.

Neste aspecto, o esforço reflexivo despendido será no sentido de acionar os conceitos teóricos-filosóficos da Escola de Frankfurt, especialmente, quanto a Adorno em diálogo com Márcia Tiburi – autora que partilha de mesma base teórica à qual adotamos e orientada criticamente aos pressupostos filosóficos adornianos. Destacamos que, ao longo da leitura e

da análise do material, utilizamos-nos do primado do objeto como método privilegiado na abordagem do objeto e na relação com ele estabelecida. Concomitantemente ao primado do objeto, o método das constelações contribuiu para a análise conjunta e será, por meio dela, que apresentaremos os resultados e as discussões em torno do objeto. De forma estratégica, os resultados, seguidos das discussões, encontram-se descritos em forma de constelações conceituais, isto é, a análise do conceito de fascismo na filosofia de Adorno encontra-se em arranjos conceituais que juntos formam uma constelação de conceitos em torno do fenômeno fascismo. Sendo assim, cada constelação diz de um conceito particular em torno do fenômeno fascista, que ao fim, ganhará totalidade conceitual lançando luz para aquilo que há de mais singular ao nosso objeto – o conceito de fascismo e sua relação com a realidade brasileira. Desse modo, as constelações conceituais que orbitam em torno do objeto são apresentadas a partir da construção dos dados e das ideias em constelações. Dito de outro modo, os conceitos que cercam o fenômeno fascista, a partir do pensamento adorniano, o rodeiam em constelações e são, dessa forma, representados. Consideramos que, ao circundar nosso objeto, estamos tecendo mediações com ele e com suas variações, tecendo, com isso, uma rede de significados. A saber, contamos com as seguintes constelações conceituais em torno de fascismo a partir das leituras adornianas:

Constelação 1 - A existência do projetismo emocional no fascismo

Esse aspecto do conceito de fascismo, na verdade, vai ao encontro do seguinte questionamento: como é possível o fascismo reaparecer em diferentes momentos históricos das sociedades? Como ele se preserva a ponto de, inclusive, coexistir em meio às democracias? Fala-se, portanto, do aspecto relacionado a uma vulnerabilidade emocional presente nos indivíduos, uma suscetibilidade psicológica frente à ideologia fascista e um padrão de pensamentos e comportamentos antidemocráticos. É possível afirmar, a partir da leitura atenta de Adorno (2019), que o fascismo opera de maneira muito íntima com as

necessidades emocionais dos sujeitos. Em “*A Personalidade Autoritária*”, leitura obrigatória, Adorno (2019, p. 71) afirma que:

[...] as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como se unidas por uma mentalidade ou por um espírito e que esse padrão é uma expressão de tendências profundas em sua personalidade. A preocupação maior foi com o indivíduo potencialmente fascista, aquele cuja estrutura é tal que o torna particularmente suscetível à propaganda antidemocrática.

No referido estudo, que visou avaliar o antissemitismo e o racismo dispersado na população norte-americana no contexto da década de 1940, concluiu que a vulnerabilidade psicológica a regimes autoritários e fascistas relacionam-se a uma determinada “síndrome fascista” que compõe uma personalidade autoritária. Adorno (2019) e colaboradores perceberam que sujeitos que traziam em seus discursos a defesa pela democracia mostravam-se profundamente autoritários em suas respostas e escolhas aos questionários e nas entrevistas. Desse modo, Adorno (2019) identifica tendências inconscientes e forças da personalidade que favorecem a aceitação mais facilmente da propaganda antidemocrática e que necessidades psicológicas e/ou emocionais podem se expressar ou projetar-se em diferentes tendências ideológicas, dentre elas o fascismo. Na pesquisa, Adorno deu primazia à análise do antissemitismo a partir do estudo do sujeito antissemita, visto que, o antissemitismo compõe um quadro ideológico amplo cuja suscetibilidade à ideologia estaria ligada a necessidades psicológicas subjacentes à personalidade. Dessa forma, o acesso às tendências mais profundas da economia psicológica dos indivíduos possibilita o acesso a pensamentos e comportamentos antidemocráticos. Utilizando-se da psicanálise freudiana, Adorno (2009) constata que as necessidades presentes na estrutura da personalidade, tais como as pulsões, os desejos, os impulsos emocionais, interagem continuamente com a gratificação e objetos de fixação e com outras necessidades psicológicas primitivas, de

conservação do grupo a que pertence, de preservação e de integração do eu. Portanto, opiniões, atitudes e valores relacionam-se com necessidades emocionais circunscritas no interior da personalidade, isto é, a personalidade indicará as tendências quanto às preferências ideológicas. Assim, se a personalidade é um determinante das preferências ideológicas e tais preferências estão conectadas a diferentes necessidades emocionais, o fascismo apela às necessidades e conteúdos emocionais – como medo, desejos primitivos e irracionalidade, isto é, necessidades profundas e latentes da personalidade.

O mecanismo da projeção encontra-se entre as variáveis que compõem a escala F, cuja tendência predispõe os sujeitos a acreditar e projetar para fora impulsos emocionais inconscientes. Outro dado importante, é quanto a relação entre a projeção e a agressão autoritária, na qual impulsos suprimidos são projetados ao outro, este alvo do ódio e da destrutividade da personalidade autoritária. Com efeito, “[...] a maioria dos itens da escala F é projetiva: eles envolvem o pressuposto de que julgamentos e interpretações de fatos são distorcidos por anseios [*urges*] psicológicos” (Adorno, 2009, p. 156), de modo que a tendência do indivíduo potencialmente fascista é projetá-los, por isso, o fascismo pode ser caracterizado por sua projetividade emocional na leitura adorniana. Os sujeitos antidemocráticos projetam, na realidade exterior, impulsos suprimidos em seu interior, são traços latentes, mas fortemente projetivos que indicam certa inclinação às tendências fascistas explicitadas na sua dinâmica emocional. Os conteúdos latentes expressos nos conteúdos manifestos só se dão via projeção que contará com outros elementos na psicodinâmica do sujeito autoritário como a paranóia, o delírio, o sadismo, o desejo de destrutividade, a idealização e a identificação. Os propagadores fascistas empregam técnicas que vão desde o apelo inconsciente à sua audiência por meio da idealização do líder até a estratégia de fomentar a paranoia em relação ao *out-group*.

Portanto, há uma complexa dinâmica emocional em relação aos conflitos inconscientes projetados ao exterior que fornecem sustento ao fenômeno fascista. Nessa

estrutura, encontramos elementos que a compõem como os impulsos destrutivos, em geral acompanhados de extrema hostilidade resultante de frustrações e de repressões que são desviadas ao objeto de ódio – no caso encontra-se direcionado ao judeu, traduzido no antissemitismo. Enquanto objeto depositário de impulsos agressivos e destrutivos que originaram-se a partir de impulsos reprimidos, o antissemitismo assume-se “como um dispositivo para uma orientação sem esforço em um mundo frio, alienado e em grande parte incompreensível” (Adorno, 2009, p. 246). Essa orientação seguirá em curso a partir da influência de outro aspecto inerente à personalidade autoritária: o pensamento estereotipado do tipo *ticket*. Desse modo, Adorno mostra uma dinâmica emocional própria no fascismo, na qual os sujeitos potencialmente antidemocráticos detêm uma vulnerabilidade emocional que conta com traços latentes e impulsos agressivos reprimidos e emocionalmente projetados. É frequente, observa Adorno (2009), encontrar no indivíduo autoritário o pensamento estereotipado, a incapacidade da experiência, a projetividade e as fantasias de poder. Posto que as projeções e as fantasias (delírios), nesse espaço de discussão, tenham uma maior notoriedade na exposição do conceito de fascismo e dada a constatação da relevância pelo próprio Adorno (1985, p. 185) da imprescindível “força dos mecanismos de projeção” que, em termos gerais, transformam-se em sentimentos anti-democráticos e de rejeição à diferença. No mais, o projetismo emocional presente no fascismo ocorre porque ele, enquanto ideologia, tem a capacidade de unir comunidades movidas por sentimentos de ódio que fundamentam-se na busca de compensação emocional (Tiburi, 2020b). Isto é, há certo gozo na destruição e na produção da morte.

Outro elemento psicológico relevante diz respeito à relação estabelecida pelo sujeito altamente preconceituoso no que Adorno chamou de *in-group* e o *out-group*. Essa relação envolve igualmente mecanismos de projeção e de ambivalência em relação ao *out-group*, depositário de ódio, e com a diferença. Para o sujeito da personalidade autoritária o preconceito e intolerância com o *out-group* lhe é natural, o julgamento sobre o outro é

irrefletido, sua adesão rígida a ideias e valores é acrítica – por isso sua rejeição a ciganos, negros, imigrantes latino-americanos, entre outros – compondo assim a síndrome autoritária, especificamente tratando-se do convencionalismo (Adorno, 2019). Para o sujeito autoritário, o *in-group* é merecedor de direito total, não tolera nada que não seja próprio e conhecido ao grupo de pertencimento, isto é, “aparentemente não suporta nenhum “intruso” [...] nada que não seja estritamente parecido com ele –, ele vê essa totalidade de presença naqueles a quem odeia e a quem se sente justificado a exterminar [...]” (Adorno, 2009, p. 258). O *out-group* – que é a representação do inimigo a ser combatido e da diferença insuportavelmente tolerada – representa um grande desafio ao fascismo, visto que este não tolera nada que seja diferente do conhecido e que não se assemelha a si. Os indivíduos do *in-group* unem-se por uma identificação e reconhecimento entre seus membros, enquanto deslocam os impulsos destrutivos e agressivos a tudo aquilo que extrapola à circunscrição de seu grupo.

Nesse aspecto, é importante resgatar duas categorias teóricas freudianas já abordadas no capítulo I e discutidas por Adorno para explicar a discriminação projetiva no fascismo, que são elas: *unheimlich* e o narcisismo das pequenas diferenças. O *unheimlich* – o estranho familiar – diz daquilo que é profundamente estranho ou assustador, mas ao mesmo tempo lhe é familiar ou conhecido. É uma estranheza que amedronta e atemoriza, mas que contém certo grau de familiaridade. É aquilo que, de certo modo, foi empurrado para dentro e que estranhamente ressurge de fora (Tiburi, 2019b), aquele material insuportável e reprimido onde se busca escondê-lo projetando para o exterior como alheio e íntimo ao mesmo tempo. Logo, conteúdos projetados no outro (*out-group*) simbolizam estranheza, mas também certa familiaridade, pois são conteúdos emocionais de ordem interna ao próprio indivíduo, uma vez que, “o que se repele por sua estranheza é, na verdade, demasiado familiar” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 150). Depreende-se, então, que o racismo projetado às vítimas, para além do aspecto da intolerância, revela certa familiaridade, pois, o conteúdo projetado é

inerente ao próprio indivíduo. É a externalização, no outro, daquilo que o sujeito não suporta em si mesmo.

Na esteira do comportamento projetivo, o sujeito preconceituoso concebe o *in-group* como bom e o *out-group* – este que precisa ser eliminado – como mau, adquirindo com isso gratificações emocionais e narcísicas (Adorno, 2015) e deixando de lado qualquer crítica racional. De modo geral, no fascismo mobiliza-se conteúdos primitivos e irracionais no interior do próprio indivíduo em que se projeta – ao mesmo tempo em que se fundamenta para si sob a égide da justificação – atitudes racistas, antissemitas, misóginas, xenofóbicas e ódio a diversas outras minorias e grupos específicos da sociedade. O outro, para o fascista, é tido como um problema e como a personificação do mal a ser combatido. Adorno mostra que o antissemitismo funciona dentro da dinâmica psíquica dos sujeitos como resultado de conflitos irracionais resultando, desse modo, em atitudes preconceituosas enquanto sintoma desse conflito. Estes conflitos são ao mesmo tempo irracionais e projetivos. Adorno (2019, p. 268) na entrevista clínica a um dos sujeitos preconceituosos respondente da escala F, quando indagado em relação aos outros grupos (*out-group*), responde: “Bom, os judeus são um problema delicado – não toda a raça; há bons e maus. Mas há mais maus do que bons”. Ou seja, no estudo, os sujeitos preconceituosos respondentes à entrevista concebem o judeu enquanto um problema e, portanto, objetos de intervenção e de busca de resolução. O judeu perde, ou jamais adquiriu, perante o sujeito autoritário e preconceituoso, o caráter de sujeito. Torna-se um objeto, é desumanizado, porque o agressor o projeta como aquele a quem deve-se livrar ou tornar possível de solução a sua questão. Portanto, como podemos perceber:

[...] a mentalidade do sujeito preconceituoso caracteriza-se por pensar em termos de *ingroups* e *outgroups* rigidamente contrastantes. No estereótipo aqui em consideração, essa dicotomia é projetada aos próprios *outgroups* [...]. Sem dúvida, isso é em parte devido à automatização do pensamento preto no branco e que tende a dividir em dois tudo o que for considerado (Adorno, 2019, p. 275).

A presença do pensamento por estereótipos é característica do pensamento dos sujeitos preconceituosos e que prepara terreno para a adesão às ideias fascistas, que não possuem robustez de conteúdo, mas fraco repertório em termos de abstração. Destarte, o que Adorno nos mostra é que, junto ao pensamento estereotipado, há uma estigmatização da diferença em relação ao *out-group* no pensamento fascista, ligado sobretudo, à ambivalência presente no conceito de *unheimlich*. Em suma, o fascismo mobiliza conteúdos internos reprimidos no sujeito quando este relaciona-se com a diferença. Tais conteúdos pulsionais, ameaçadores e inaceitáveis pelo próprio sujeito, são transformados via projeção em agressividade dirigida ao *out-group*. O material que compõe a agressividade dirigida ao outro, na verdade, é composto de conteúdos irracionais estranhamente pertencentes ao sujeito, fazendo com que esse material seja ao mesmo tempo estranho e familiar. É, por essa razão, que no fascismo se requer a criação de um inimigo alvo da projeção para que se ponha externamente o ódio e ressentimento. Em “*Antissemitismo e propaganda fascista*”, Adorno afirma: “A propaganda fascista ataca fantasmas, e não oponentes reais, ela constrói um imaginário do judeu ou do comunista, separa-o em pedaços sem prestar muita atenção a como esse imaginário se relaciona com a realidade” (Adorno, 2015, p.143). Assim sendo, o fascismo alimenta-se de anseios, das contradições, da mobilização de aspectos emocionais e na ambivalência de seus processos irracionais. Segundo Adorno (2019), a quem o antissemitismo possui um “caráter funcional” e essa funcionalidade é menos ligada ao próprio judeu e mais relacionada com aspectos da irracionalidade da exterioridade social, isto é, o antissemitismo é um dispositivo de orientação simples e eficaz em meio a um mundo frio, alienado e irracional.

Partindo desse ponto, outra categoria psicanalítica já discutida e analisada por Adorno refere-se ao narcisismo das pequenas diferenças, que consiste na projeção, não mais individual e sim coletiva, da estigmatização da diferença a grupos opostos, amparados na

depreciação do *unheimlich*. A unidade do grupo consiste na ênfase que dão às diferenças de quem está fora do grupo, contudo, minimizam tais diferenças dentro de seu próprio grupo (Adorno, 2015). No narcisismo das pequenas diferenças a coesão e a identificação grupal se mantêm mediante o ódio coletivo projetado ao *out-group* e não por laços de fraternidade autênticos. A identificação e o vínculo grupal interno aumentam quanto mais intensifica-se a agressividade coletiva lançada ao outro. No mais, tanto o *unheimlich* quanto o narcisismo das pequenas diferenças, ambos de base projetiva, fazem com que o fascismo seja projetivamente resistente às diferenças, pautado pelo preconceito e pela discriminação e de posse de projeções emocionais de conteúdos conflituosos e inaceitáveis ao próprio indivíduo. Ademais, os dois conceitos tomados de forma integrada por Adorno (2009) auxiliam no entendimento das posturas discriminatórias, racistas e hostis presente no fascismo porque explica de que forma esses aspectos encontram-se sedimentados em camadas muito mais profundas da personalidade autoritária. Com isso, Adorno demonstra como a agressividade e a hostilidade fascista estão intrinsecamente relacionadas à mecanismos de projetividade de impulsos emocionais, que canaliza e escoia de modo generalizado a destrutividade presente no fenômeno. A hostilidade, que deveria encontrar vazão nas causas objetivas do problema, encontra uma saída projetiva em grupos minoritários (Adorno, 2019).

Notadamente, Tiburi (2015) afirma que no fascismo há um apagamento do outro, já que nem mesmo deveria existir, para posterior apagamento na realidade. O ódio projetado ao outro torna-se base da subjetividade dos sujeitos fascistas, onde conteúdos emocionais e mentais carregados de hostilidade extrema expressam-se sobre o inimigo criado projetivamente. A hostilidade visa sobretudo ao apagamento da diferença, que também consiste na rejeição da alteridade, essa insuportável ao sujeito fascista ideologicamente orientado ao banimento da diferença.

A personalidade autoritária não reconhece nada fora dela mesma. Nada pode ser contra seu modo de pensar, de sentir e de ver o mundo. O que o eu autoritário quer é

impor-se como centro do mundo. As outras pessoas, perspectivas, classes sociais, gêneros, raças, são todos apagados em nome de uma verdade absoluta que nasce no núcleo paranóico (Tiburi, 2015, p. 71).

As implicações, segundo a pensadora, estendem-se às práticas discursivas mediante o estímulo e a manipulação do ódio no desenrolar de uma expressão coletiva de autoritarismo exacerbado. Nesse ínterim, Tiburi (2015) se refere ao fascismo em suas bases de formação subjetiva na personalidade e projetivas de ódio. No Brasil, a campanha de governo do candidato Bolsonaro pautou-se na construção do inimigo a ser combatido; além do discurso antissistema e anti-corrupção, Bolsonaro angariou votos às custas da canalização e projeção do ódio e ressentimento coletivo voltados ao PT. O resultado foram reiteradas manifestações de ódio e hostilidade que alcançaram não apenas o campo dos discursos, mas as ruas e o ambiente digital com ataques, *fake news* e a propagação de discursos de ódio. Bolsonaro soube como ninguém mobilizar e projetar o ressentimento de uma parte da população para fins políticos que contribuíram no avanço de valores intolerantes e de ódio que culminaram, em grande medida, em autoritarismo. Aos opositores, Bolsonaro e seus seguidores atribuíam o papel do *out-group* mencionado por Adorno, para aqueles contra posicionado ideológica e politicamente à sua horda, numa projeção do ódio como política.

Outra implicação preocupante, acarretada pela manipulação e mobilização do ódio, diz respeito ao incentivo à organização e expressão de células nazistas que amplificou-se nos últimos anos sob o governo Bolsonaro e que consistiu em objeto de estudos da antropóloga Adriana Dias com largo material sobre. Logo, as manifestações neofascistas e o crescimento de posturas autoritárias aproximaram-se de modo significativo do movimento bolsonarista – um movimento alinhado ao extremismo, de estímulo à violência e orientado pelo ódio ao outro visto como inimigo. O sentimento de ódio e a intolerância frente à diferença compõem a marca política do governo Bolsonaro, revelados em sua intransigência com populações minoritárias como os grupos LGBTQIA+, com a população negra, indígena, nordestinos,

mulheres e refugiados (Paula & Lopes, 2020). Bolsonaro, vilipendiosamente, se referiu à imigrantes e refugiados em uma entrevista ao *Jornal Opção*, em 2015, como “escória do mundo chegando ao Brasil como se por aqui já não houvessem problemas o suficiente”, e completou com “os marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando os sírios também” (Azevedo, 2015). O próprio Bolsonaro em reunião com apoiadores, em 2017, já havia declarado que seu governo era para uma maioria e que as minorias deveriam se adequar ao todo, portanto, segundo ele, “vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (Carta Capital, 2018).

Tiburi (2019b) traz uma discussão importante que envolve os dois conceitos psicanalíticos tomados por Adorno em sua análise sobre o fascismo. Para a autora, o fascismo pode ser definido enquanto um delírio coletivo de massa. Delírio compreendido pela pensadora como um tipo de estrutura mental e subjetiva e enquanto uma categoria psicossocial. No delírio, estaria contido tanto as noções de *unheimlich* quanto o conceito de narcisismo das pequenas diferenças, posto que, no delírio há tanto uma projeção para o exterior, para fora de si, junto a uma tendência de adesão em massa. Logo, o “estar fora de si” pode ser representado pela agressividade, a partir de uma radical desorganização dos pensamentos, e também pelo estado de alienação social que é base da condição delirante (Tiburi, 2019b). É um estado subjetivo no qual os sujeitos apresentam propensão à adesão em massa mediante a operação mental que a autora denominou de delírio. Por delírio, Tiburi (2019b) entende como uma operação mental que funciona inconscientemente de modo projetivo e que surge a partir de anseios e desejos profundos daquilo que é insuportável, logo, reprimido no inconsciente de cada um. O material reprimido, acrescenta a autora, longe de ser suprimido em nós pelo conteúdo insuportável, torna-se não apenas repulsivo, mas amedrontador. Por isso, “aquilo que teria sido empurrado para dentro, para o fundo falso de nossa consciência, e que, estranhamente, ressurgiu de fora” (Tiburi, 2019b, p. 27), algo

próximo da concepção de *unheimlich*, mostra a força do mecanismo projetivo de conteúdos reprimidos. Os sujeitos se utilizam do mecanismo de projeção na tentativa de protegerem-se daqueles conteúdos e impulsos que lhes são insuportáveis. Para tanto, os delírios quando em escala coletiva e social ocasionam sérias implicações para as sociedades, visto que o conceito de delírio, para Tiburi (2019b), provém de processos psíquicos mal elaborados nos sujeitos.

Portanto, a partir da noção de delírio em Tiburi (2019b), podemos pensar o fascismo como um delírio coletivo, pois necessita das massas cativadas, e é composto dos mecanismos projetivos discutidos por Adorno à luz da Psicanálise. O delírio coletivo fascista explica fenômenos como aqueles voltados ao delírio antissemita e de estigmatização da diferença na relação grupal. Dessa forma, o caráter projetivo presente no fascismo impossibilita que os sujeitos reconheçam que há muito de si naquilo que lhes parece estranho. E a relação hostil existente do *ingroup* para o *out-group*, reforçada pelo narcisismo das pequenas diferenças, traduz-se no conceito de delírio de Tiburi mediante sustentação por conflitos emocionais projetivos. Para os sujeitos que possuem uma estrutura cognitiva rígida e de pensamento estereotipado, de fato, torna-se complexo e desafiador que estes concebam a ideia de que o *unheimlich* faz parte deles mesmos.

Nesse bojo, a máquina de produzir de fascistas que tem como princípio o ódio, é uma engrenagem sistematizada que se utiliza do referido afeto para conduzir o delírio coletivo.

A aniquilação de certa ideia de sociedade, do senso do social, é sustentada no tipo de subjetividade fascista. A aniquilação da política é a aniquilação do social que precisa ser introjetada pela pessoa concreta, ela mesma cancelada como ser social. Seria necessário desenredar as amarras que sustentam o ódio delirante no qual ele foi envolvido como indivíduo quando acreditou que neste afeto residiria a verdade de sua experiência (Tiburi, 2015, p. 32).

A reprodução do fascismo opera na projeção do ódio historicamente direcionado a determinados grupos sociais, enquanto compõe, conjuntamente, diversas outras práticas

políticas orientadas à exclusão e aniquilamento da diferença via mobilização do ódio.

Recordemos como o bolsonarismo coordenou o delírio coletivo que se mostrou em diversas outras ocasiões, porém muito mais nítido na pandemia na qual seus seguidores acreditavam na fantasia de que a pandemia era uma invenção chinesa, comunista, um complô voltado contra o presidente Jair Bolsonaro e orquestrado pelos governadores, no mito da vacina que transformava em jacaré ou continha microchips em sua composição. Bolsonaro dirigindo-se à apoiadores em um evento na Bahia ao questionar os efeitos da vacina, após minimizar os impactos da pandemia, disse:

[...] Se você virar um jacaré, é problema seu. Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver com isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas [...] (Revista Istoé, 2020).

Cotidianamente, ao longo de seu governo, e especialmente em relação à gestão da saúde na pandemia, os editoriais traziam títulos relacionados aos delírios bolsonaristas. Cita-se o delírio coletivo quanto à ameaça comunista no Brasil, a queixa quanto à ditadura do “politicamente correto”, entre tantas outras incoerências. A indicada para comandar o ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, pastora Damares Alves, disse em um culto evangélico ter “avistado Jesus em um pé de goiabeira”, ao relatar abusos sofridos na infância. Nesse contexto, Tiburi avança em sua discussão do conceito de delírio fascista e acrescenta a concepção de delírio administrado para elucidar de que forma o fascismo utiliza-se da desorganização mental dos sujeitos para controle e dominação. Para ela, que concebe os delírios fascistas vivenciados coletivamente, orquestrados e administrados, subdividindo-os em dois modos distintos: o delírio clássico, que se refere à fantasia como realidade; e o delírio negativo, que consiste na percepção da realidade como falsidade, isto é, a negação da realidade (Tiburi, 2019b). Isso explica o porquê de no fascismo ser desafiador convencer o sujeito com argumentos racionais, pois, este encontra-se envolto pelo delírio

negativo na forma de negação da realidade. Mais uma vez, essa questão pode ser observada a partir do negacionismo frente à pandemia de Covid-19, quanto à letalidade do vírus, a descredibilização das vacinas, mas de mesmo modo quanto ao negacionismo climático e ambiental, sem esquecer o negacionismo histórico relacionado à ditadura no Brasil e sua deslegitimação. Nas palavras de Adorno (2020, p. 55), os movimentos de natureza fascista consistem em “uma política de catástrofe, do exagero de si mesmo, ou, se quiserem, com aquele momento de delírio”. Isto é, para Adorno, não resta dúvida de que os movimentos de massa de natureza fascista possuem uma profunda relação com sistemas delirantes.

Adorno explicita, com base em pressupostos psicanalíticos, de que forma o sujeito e suas relações objetais, a partir dos conceitos de *unheimlich* e do narcisismo das pequenas diferenças, são incapazes de discriminar o que têm de si no outro, o particular e o geral, a ponto de transformar sua percepção da realidade. É na relação entre o eu e o outro que os aspectos projetivos do fascismo produzirão a intolerância frente à alteridade, os conteúdos delirantes e o abandono da realidade objetiva. Por fim, outro aspecto psicológico imanente ao projetismo fascista diz respeito ao âmbito das práticas de propagandas do agitador fascista que, amiúde, utilizam-se da projeção para construção ideológica. Trata-se de construir uma imagem de si que se tornará exemplo de identificação aos seguidores projetando-a como modelo visando identificação. Em “*A técnica psicológica de Martin Luther Thomas, o agitador, utilizando-se do rádio, construía uma auto-imagem de sujeito incansável e perseverante na luta pela justiça contra toda sorte de inimigos comunistas e esquerdistas radicais ávidos por corromper o país. Há uma ênfase do líder fascista em mostrar-se como aquele que veio determinado a lutar contra os inimigos da nação e ao mesmo tempo em se mostrar como “mais um do povo”, sujeito simples ou o que Adorno descreveu como “o pequeno grande homem”, “lobo solitário”, “infatigável” ou “inocente perseguido”, que dar ênfase ao elemento pessoal e simples como forma de projetar aos seguidores uma imagem*

que gere identificação e unidade, ao angariar apoio por parte das massas, seduzindo-as. A técnica consiste em fazer com que:

O agitador que deseja que os seus seguidores com ele se identifiquem se apresenta não apenas como superior, como o homem forte, mas simultaneamente como o oposto disto. Ele é tão fraco quanto eles; ele é alguém que precisa de redenção mais do que aqueles que redime; em suma, é um filho sujeito à autoridade paternal, dele dependente e a serviço de algo muito superior a ele próprio. Essa entidade maior, no entanto, [...] é a coletividade de todos ‘filhos’ reunidos em torno da organização fascista – uma coletividade cujo poder supostamente dá uma compensação psicológica para a fraqueza de cada um em particular. (Adorno, 1975, p. 27 como citado em Carone, 2002).

A retórica de homem simples, “vindo do povo”, antissistema, sem apoio das elites econômicas e que luta incansavelmente contra os inimigos e suas forças do mal utilizada nos tempos de Adorno pelo agitador Thomas, fora utilizada como narrativa para o bolsonarismo na intenção de mostrar, e sobretudo projetar, uma imagem de Bolsonaro como aquele que veio para recolocar o Brasil nos trilhos e varrer a corrupção do país; aliás, foi sua bandeira política na corrida eleitoral em 2018, apresentando como candidato anticorrupção e antissistema. Em diversas ocasiões, Bolsonaro deixava-se fotografar com vistas a alimentar suas redes sociais como um “homem do povo”, que “toma café em padaria simples”, que não se incomoda com a sujeira da “farofo em seu colo” criando uma suposta imagem de naturalidade e simplicidade visando à totalidade e a unidade de audiência e seguidores reunidos em torno da causa maior: a luta contra os inimigos do governo. Para Adorno (2020), são sujeitos que costumam evocar sempre a verdadeira democracia enquanto acusam os outros de antidemocráticos.

Assim, na propaganda fascista, a construção da autoimagem da figura do líder serve a propósitos de natureza psicológica. Consiste na projeção de determinada imagem com o

objetivo de alcançar identificação, conforme discutido em “*Psicologia das Massas e análise do Eu*” (2023) com os mecanismos da personalização e a sugestibilidade das massas, bem como o papel do líder na formação destas. O grande diferencial entre o líder fascista e sua audiência, segundo Adorno, é que os primeiros são capazes de expor, de projetar para fora seu inconsciente sem censura, mobilizando o inconsciente de seus seguidores, ávidos por projetar sua ira e seu ressentimento.

Em face dessa perspectiva, o fascismo aciona a psicologia das massas procurando dirigi-la a seus propósitos. Nessa direção, orientado pelas categorias freudianas e sobre os achados contidos em “*Psicologia das Massas e Análise do Eu*”, Adorno constata que os sujeitos exibem tanto uma resistência à mudança quanto desejos inconscientes por figuras de autoridade. O grupo, escreveu Freud, “quer ser governado e oprimido”, e busca seus heróis não em busca de esclarecimento, mas de “força, ou mesmo violência”. Da psicanálise, Adorno também tirou a lição crucial de que a catexia entre um grupo e seu líder é principalmente libidinal, não racional, e qualquer tentativa de explicar a política de massa puramente em termos institucionais ou como uma expressão de interesses próprios de modo racional, não capturará os fatores subjacentes que tornam o autoritarismo uma tentação duradoura. Duradoura porque a Psicanálise apontou o caminho no entendimento de que no fascismo há um elemento de irracionalidade em seu cerne junto à uma “violência projetiva, que é administrada semiologicamente, ou seja, em nível imaginário e simbólico, para fins de poder” (Tiburi, 2020b, p. 19). E para Adorno (2020), essa constelação de meios racionais utilizados pelo fascismo para atingir seus fins irracionais, de certo, corresponde à determinada tendência geral civilizatória que remete a um aperfeiçoamento da técnica e dos meios. A racionalidade empregada nos meios conflui à irracionalidade dos fins, via racionalidade dominante – a razão instrumental.

No mais, procuramos neste tópico evidenciar a inscrição da projeção na definição do conceito de fascismo ao estabelecer uma relação entre a Psicologia Social nos trabalhos de

Adorno, dentre eles a personalidade autoritária, com conceitos psicanalíticos. E se a projeção é um mecanismo na qual se atribui aos outros aspectos emocionais e psicológicos próprios de si, é possível constatar que tanto no fascismo quanto nos demais movimentos autoritários, o mecanismo da projeção é fundamental para compreender o fenômeno amparado em estruturas como o medo, a irracionalidade, a contradição, as ideias delirantes, a incapacidade de lidar com o outro e com a diferença, a agressividade e negação de suas fragilidades. Em suma, o projetivismo se mostrou como estrutura ubíqua na personalidade autoritária e no fascismo. Face ao exposto, Adorno (2020) conclui que a personalidade autoritária e a ideologia de extrema direita, em realidade, não são substancialmente fundamentadas nos inimigos e nem em suas vítimas, mas trata-se de momentos projetivos, isto é, os verdadeiros objetos de estudo a que se deve buscar compreender e transformar, são os radicais de direita e não aqueles contra os quais mobilizaram seu ódio.

Constelação 2 - O fascismo é o movimento do “nós versus eles”

No fascismo é condição fundamental a existência do inimigo, aquele que encontra-se localizado no *out-group*. O fascismo não existe sem um mal a ser combatido, pois necessita-se dessa figura para mobilizar medo e insegurança, estes tomados como afetos importantes para uso político. Desse modo, é comum em discursos, em geral na retórica fascista, os agitadores persuadirem sua audiência contra alvos discriminatórios representados como ameaças externas ao *in-group*. Iremos observar desde ideias de natureza persecutórias à ideias conspiracionistas, na qual esse inimigo pode adquirir diversas denominações: comunismo, esquerdismo, o intelectualismo, entre outros inimigos reais ou fabricados no imaginário fascista. É considerável pensar que na República de Weimar, o que costumavam chamar de ameaça comunista era suficientemente descabida, tendo em vista que o Partido Comunista foi banido na Alemanha Ocidental entre os anos de 1956 e 1968 e sua existência não era mais um fato. Todavia, o fantasma do medo do comunismo adquiriu um caráter

mítico e abstrato, e o que não pactua com determinada ideologia autoritária é colocado a esse conceito elástico de comunismo pronto a ser rechaçado (Adorno, 2020). Esse ponto é interessante porque o conceito ganha um misticismo em torno de si onde o que menos importa são os aspectos factuais, mas servem para decodificar de forma simples e irrefletida quem são os inimigos a serem combatidos. Trata-se de termos que servem para assustar e preparar os sujeitos autoritários na direção de quem devem orientar seus impulsos agressivos.

A estranheiridade negativa canaliza as pulsões agressivas ao inimigo que é construído como aquele que deve ser extinto, porque já foi apagado internamente e eliminado pela inscrição dos processos inconscientes. A coesão grupal que mantém a massa unida, de modo similar, utiliza-se da energia libidinal através dos impulsos agressivos direcionados ao inimigo.

O caráter totalitário não se atreve a confessar o desejo de destruição e, por isso, projeta-o sobre o inimigo escolhido ou inventado para esse fim, sendo sempre representado como um ser igualmente inferior ou perigoso. Assim nascem as “conspirações” e outras coisas misteriosas e obscuras que circulam pelo mundo; e o caráter “decadente” das vítimas escolhidas intervém sempre como argumento dos carrascos totalitários de qualquer espécie, para justificar a eliminação daquelas (Adorno & Horkheimer, 1978, p.179).

Nesse sentido, é necessário destruir o inimigo para destruir a alteridade. Desde “*Minima Moralia*”, Adorno já reconhece o empobrecimento da alteridade e a capacidade atrofiada de lidar com a diferença. Toda diferença será lida como ameaça e isso constitui uma tendência autoritária de relegar ao diferente o caráter hostil e do mal para justificação da violência a ele aplicado.

Essa maneira de reagir, que é o esquema de toda administração e “política de pessoal”, desde logo tende ao fascismo... Pertence ao elenco básico da dominação, remeter ao

campo dos inimigos, todo aquele que se identifica como diferente (Adorno, 2008, p. 128).

Como vimos a partir da relação entre *in-group* e *out-group*, a coesão grupal e os laços que mantêm unidade dentro do coletivo fascista são fortalecidos à medida em que se estabelece uma relação de ódio com o grupo exterior. O ódio ao outro é o cimento libidinal que mantém e sustenta o grupo em unicidade. O sentimento de ódio é a mola que impulsiona a integração em grupo, conforme aqueles que não pertencem ao *in-group* são atribuídos características negativas, a agressividade, a hostilidade e depositados todos os problemas, sendo sua aniquilação a solução. Logo, tanto a discriminação quanto o preconceito adequam-se aos aspectos descritos, pois nestes, o sujeito não suporta a diferença, vendo-a com um medo ameaçador.

Em “*Dialética do Esclarecimento*”, Adorno e Horkheimer (1985) explicam de que forma a questão antissemita está ligada a um aspecto muito mais amplo da racionalidade instrumental, logo dominadora, e com o esclarecimento. Verificamos no último tópico de que modo as pulsões agressivas projetadas às vítimas ocorrem. Através do *unheimlich* – processo em que as pulsões agressivas canalizadas às vítimas são na verdade resultado de conteúdos inconscientes inerentes e insuportáveis ao próprio indivíduo que, como mecanismo de defesa, são projetados para fora – e junto à sensação de ameaça frente à alteridade, pois há um medo do desconhecido e da diferença presente no outro, todo aquele que se mostra diferente será lançado ao *ticket* da diferença, do perigo e do inimigo. A mentalidade do tipo *ticket* aceita toda e qualquer etiqueta, blocos de pensamentos pré-formulados, contrário a toda diferença. Para Adorno e Horkheimer (1985), o segredo para se compreender o embrutecimento que propicia o antissemitismo encontra-se na ideia de que:

Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo de puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem de tremer. As etiquetas são coladas: ou se é amigo, ou inimigo. A falta

de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 166)

O mérito de Adorno e Horkheimer consiste em desvelar que a origem do comportamento antissemita encontra-se na racionalidade dominante resultante do processo de esclarecimento. O esclarecimento que na verdade desdobrou-se na dominação do homem gerou uma racionalidade com ditames opressivos e de desamparo humano. Frente a esse desamparo, resta aos sujeitos descarregar suas pulsões agressivas – produto do desamparo – no sujeito que foi destituído de humanidade. O fascismo mostra-se totalitário pois coloca à disposição da dominação a natureza reprimida e rebelada contra essa dominação (Adorno & Horkheimer, 1985). A dominação que provém da racionalidade instrumental gera conflitos angustiantes e de desamparo nos sujeitos que são utilizados contra si e para sua própria dominação, por isso que, para os autores, o antissemitismo é um fenômeno profundamente enraizado na civilização porque faz parte de uma racionalidade dominante.

Se um mal tão profundamente arraigado na civilização não encontra sua justificação no conhecimento, o indivíduo também não conseguirá aplacá-lo, ainda que seja tão bem-intencionado quanto à própria vítima. Por mais corretas que sejam, as explicações e os contra-argumentos racionais, de natureza econômica e política, não conseguem fazê-lo, porque a racionalidade ligada à dominação está ela própria na base do sofrimento (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 141).

O produto da racionalidade nas sociedades modernas são sujeitos desamparados e angustiados, que, dominados, encontram na razão que sustentam a fonte de seus sofrimentos. O que Adorno e Horkheimer (1985) buscam esclarecer em todas as passagens de “*Dialética do Esclarecimento*”, pode sintetizar-se na ideia de que a racionalidade técnica é a racionalidade da dominação. Para Adorno, assim como para os demais membros da Teoria Crítica, o fascismo não pode ser reduzido a um mero acidente de percurso, desvio ou anomalia histórica. O fascismo de ontem e de hoje encontra-se circunscrito a uma ordem

social vigente que lhe torna possível, posto que as condições que propiciaram seu surgimento permanecem as mesmas. Desse modo, o esclarecimento, como racionalidade dominante e que participa ativamente na individuação dos sujeitos, produzirá indivíduos segundo a sua lógica, a da destruição. Os indivíduos autoritários são, conforme os filósofos, simultaneamente vítimas da racionalidade dominadora e agentes da dominação. Isso ocorre porque, de acordo com Adorno, o esclarecimento foi reduzido à lógica da razão instrumental, resultando em formas de opressão e alienação. O comportamento antissemita, como manifestação de indivíduos despojados de sua subjetividade, complica a tarefa de tentar reverter tal cenário, isso porque, aquilo que poderia limitar a influência de sua ação sobre as vítimas é o próprio elemento prejudicado em si: a fragilidade em relação à reflexão e de pensar como a técnica, combinada com a dominação, atravessam nossas vidas.

Dado que, se o antissemitismo funcionaria como uma válvula de escape, segundo Adorno e Horkheimer (1985), as vítimas e os agressores são intercambiáveis conforme a conjuntura, qualquer indivíduo pode tomar o lugar de vítima quanto participar das forças de dominação, posto que “não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 142). Assim, o sujeito da racionalidade esclarecida pode ser o antissemita hoje ou a vítima amanhã a depender da norma estabelecida.

Além da intercambialidade das vítimas, a formação da imagem do inimigo atua como uma força impulsionadora do movimento, baseando-se frequentemente na dicotomia do "bem versus mal". As forças malignas a serem combatidas no discurso fascista podem ser identificadas como judeus, esquerdistas, comunistas, os estrangeiros, os imigrantes europeus, porquanto em suas diversas modulações, o fascismo possui em seu cerne o apagamento do outro/inimigo. O fascismo é marcado pela identificação concreta do inimigo como meio de promover o avanço de sua ideologia. Esse inimigo é consistentemente representado pelo imigrante, racializado e precarizado, sendo apontado como a causa dos problemas, para os

quais a solução é erradicá-los. Assim como judeus e minorias foram alvos do nazismo alemão, e socialistas e comunistas foram alvos do fascismo italiano, o petismo e a corrupção tornaram-se alvos do bolsonarismo. Nesse contexto, o fascismo sempre requer a presença de um inimigo, uma ameaça, para que as massas percebam e aceitem o fascismo como o defensor de seus direitos. Identificado e indicado o inimigo a ser combatido, o próximo passo visa autorizar a violência plena e sistemática contra o inimigo operando através do estímulo aos discursos de ódio e a desumanização do outro para justificação de sua violência. Durante um ato de campanha, em 2018, o ainda então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, declarou – “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas pra correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir pra lá” (Poder 360, 2018) – numa clara manifestação de ódio e de aniquilação do inimigo.

Segundo Tiburi (2015), o outro, esse que não representa ninguém para o fascismo, é diferente demais para sua mente cheia de estereótipos, acrítico e rígido para que consiga lidar. No fascismo, o grande problema é o outro, pois não compõe o “nós”, logo, deve ser exterminado. Isso permite afirmar, já evidenciado por Adorno (2009), que a identificação do inimigo é o fundamento unificador do coletivo fascista, que “visa a aniquilação de toda diferença, a aniquilação do outro e de tudo aquilo que, na condição de “não-idêntico”, ameaça o sistema, que espera tornar igual e homogêneo o todo da existência” (Tiburi, 2020b, p. 14). E que, uma vez instalado o regime fascista, ninguém permanece resguardado, pois o fascismo não tolera a diferença, tampouco a divergência. Ou adere-se à sua ideologia e integra o *in-group*, ou se torna um inimigo a ser eliminado, reiterando então o traço do “nós versus eles” e do extremismo político. Os exemplos, são muitos, ainda mais quando se pensa a nova onda de avanço global da extrema direita, essa que bebe diretamente da fonte da ideologia fascista. Por isso, nas últimas décadas observamos a emergência de figuras como Trump, Bolsonaro e Milei que possuem em comum o discurso violento, a centralização em si do ideal de líder messiânico salvador da nação e de combate ao inimigo da nação.

Assim como o fascismo histórico, o fascismo que emerge no século XXI possui o inimigo a ser exterminado. No contexto atual, esse inimigo engloba desde aqueles que se contrapõem aos que comandam a opinião social, aos que se colocam em oposição ao extremismo de direita, aos que não pensam como eles pensam ou não creem no que eles acreditam. Eles instituem sua verdade através da amálgama entre extermínio físico e solapamento das consciências, visto que “o fascismo é uma tecnologia política criadora de massas capazes de violência simbólica e física” (Tiburi, 2020b, p. 24). No fascismo, os sujeitos autoritários partilham um sentimento de coletividade, movidos pelo reforço contínuo de caça aos inimigos mobilizando a horda fascista e as massas hipnotizadas criadas a partir do medo, do ódio e de desejos inconscientes. O fascismo produz o inimigo – real ou imaginário – a ser destruído, ao passo que trabalha na propaganda do líder como mito e herói. Ele sistematicamente forma uma coletividade (*in-group*) integrada pela violência conduzida ao inimigo, “é um código que autoriza o ódio contra o inimigo” (Tiburi, 2020b, p. 31).

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a vítima é construída pelo algo e é disso que se alimenta o fascismo, do discurso que projeta no inimigo a iminente ameaça ao seu grupo. Diante disso, é importante lembrar a polarização política vivenciada pelo Brasil antes e depois das eleições de 2018. A retórica violenta e intolerante dividiu o país em um sectarismo e uma fragmentação política e social que alcançaram profundas implicações. Em seu discurso, proferiu que seu governo seria voltado para a maiorias e que as minorias deveriam ou se adequar às maiorias ou então desaparecer; e não custou negros, indígenas, feministas, militantes de esquerda, professores, universidades e jornalistas serem alvos de seus ataques. A violência que cresceu durante a campanha, manteve-se ao longo de seu mandato, onde seus adeptos diziam lutar contra uma “ditadura das minorias⁶⁷” enquanto seu líder destilava discursos de ódio contra populações historicamente marginalizadas e periféricas, opondo-se à políticas orientadas à garantia de direitos humanos, de ações

⁶⁷O termo foi utilizado pelo deputado federal Ronaldo Fonseca do (PROS-DF) para defender o estatuto da família.

afirmativas e acirrando opressões e hostilidades. Soma-se a isso, os intensos ataques à democracia, no qual no decurso de quatro anos de governo, buscou de todas formas testar os limites democráticos e incitar uma ruptura institucional. No campo da contradição, Bolsonaro angariou apoio eleitoral junto a classe média do país, mas governou conforme os interesses do grande capital, inteiramente submisso ao imperialismo norte-americano. Os elementos presentes em sua retórica se aproximam daquelas destacadas tanto por Adorno (2019) e Adorno e Horkheimer (1985) na caracterização do conceito, quanto pelos aspectos discutidos por Tiburi (2015, 2020a, 2020b), do discurso de ódio, da formação de massas mobilizadas pelo desejo de destruição do outro amparado na intolerância frente à diferença. De forma que a naturalização e a reprodução das práticas de ódio e de intolerância com o outro fornece sustento ao fascismo como uma racionalidade presente nas sociedades que expressa-se em modos de ser, pensar e agir.

No Brasil e no mundo somam-se os exemplos de figuras políticas que se utilizam do tom beligerante nas campanhas e durante seus mandatos. São discursos carregados de intolerância, ódio, violência e desprezo pelo outro. Os inimigos eleitos por Bolsonaro ao longo de seu mandato foram a esquerda, o PT, jornalistas, a população LGBTQIA+, as mulheres, os negros, a cultura, a educação e os professores. Em torno destes, avolumou-se discursos de ódio e de violência, eram os inimigos do governo e as figuras a serem combatidas, e se possível aniquiladas, o típico “nós contra eles”. Discursos vitimistas, inimigo imaginário, forças ocultas e teorias da conspiração, aliado à falas que instigavam o enfrentamento dos poderes constituídos, até ações de governo voltadas ao aniquilamento da população, compuseram o quadro delicado e de posicionamento confrontivo do governo Bolsonaro. Os exemplos são inúmeros, “matar a petralhada”, “não tinha nenhum negro com menos de sete arrobas”, a recusa em enviar oxigênio à Manaus em meio à crise de oxigênio no estado levando à morte de inúmeras cidadãos, falas como “não sou coveiro”, negar cestas básicas aos Yanomamis, não comprar vacinas, apoio à ação truculenta e letal da polícia entre

tantas outras mostram o aparato eugenista de seu governo e contra quem seu mandato visava destruição. Sua governança partilha daquilo que Tiburi (2020b) conceituou como sendo características intrínsecas ao fascismo, isto é, um conjunto de discursos e práticas que inspiram ódio, de comunicação violenta, ações que promovem matança em escala massiva, vide a marca de 700 mil mortos na pandemia. A extrema direita costuma utilizar-se de violência contra quaisquer insurgentes democráticos e contra aqueles considerados incômodos aos seus propósitos, logo, etiquetados com o *ticket* inimigo. Portanto, o fascismo compreende a política do “nós contra eles”, com discurso autoritário, ameaçador e intimidador que visa eliminar os inimigos e/ou opositores fisicamente, já que estes não existem no campo do registro simbólico para a personalidade autoritária e antidemocrática.

Constelação 3 - A propaganda é a substância política do fascismo

Adorno (2019) em seu estudo sobre a personalidade autoritária afirma que características psicológicas e ideológicas, sob certos estímulos, levam os sujeitos a aderirem a padrões autoritários e fascistas. A partir disso, é axiomático que a propaganda possui papel central no fascismo, sendo inclusive, analisada de modo profícuo por Adorno com afiadas críticas ao *modus operandi* de persuasão das massas e agitação da base. Não há fascismo sem propaganda. Adorno irá dizer que ela é a substância mesma da coisa, pois a genialidade de sua estratégia reside na capacidade que possui de nivelar a diferença, a discrepância entre os interesses reais e os falsos objetivos simulados pelo fascismo (Adorno, 2020). A retórica fascista é vazia e poucos são os que percebem suas contradições porque o fascismo não trabalha com coerências. É um fenômeno que se funda em um consenso coletivo e de massa acerca do sentido de mundo e a imposição desse sentido aos demais, geralmente relacionados à aversão à diferença, ao diálogo e à inteligência. Muito embora o baixo nível intelectual requerido no fascismo e na ausência de teoria formada – porque o fascismo segundo Adorno (2020, p. 67) “trata-se de poder, de práxis sem conceito e, por fim, de dominação

incondicional” –, o fenômeno impressiona pela utilização dos meios a que faz uso, combinados com algum grau de irracionalidade. Adorno deteve-se a análise de falas e panfletos de agitadores fascistas norte-americanos no intento de encontrar a natureza e o conteúdo dos mecanismos de adesão aos movimentos fascistas. O livro “*Prophets of Deceit*” (Profetas do Engano), de Leo Lowenthal e Norbert Guterman, consiste em um desses trabalhos de análise do material de propaganda fascista junto a outras pesquisas sobre antissemitismo realizados, igualmente, em solo americano.

A análise das amostras de propagandas antidemocráticas e antissemitas contidas em panfletos, publicações semanais e discursos no rádio feitas por agitadores fascistas nos EUA demonstram que a natureza do referido material é eminentemente psicológica. A intenção da propaganda é mobilizar aspectos inconscientes e projetivos em seus ouvintes e manipular tais categorias para os fins a que se destinam. Raramente os agitadores em seus discursos e material propagado abordam questões de ordem econômica e/ou sociais, a eles não interessam tópicos políticos concretos e tangíveis, a intenção é instigar a psicologia das massas, conforme Freud elucidara. Nisso, pode-se afirmar que o enfoque propagandístico é inteiramente psicológico, em razão de visar manipulação de conteúdos inconscientes e irracionais, não detendo-se em questões objetivas ou utilizando-se de ideias e argumentos sólidos. A abordagem da propaganda fascista com enfoque psicológico é, desse modo, 1) personalizada 2) troca os fins pelos meios e 3) ela própria é seu conteúdo último, visto que a ênfase é promover os meios (Adorno, 2015), pois no fascismo não há nada intrinsecamente teórico. Adorno (2020) compreende que a propaganda é o cerne, a coisa mesma do fascismo, que serve menos para difundir a ideologia, que é demasiada escassa, e mais para tornar as massas engajadas. Adorno vislumbrou junto à teoria freudiana que o fascismo é uma técnica de psicologia das massas e suas análises permitiram achados de fato surpreendentes.

Nota-se que na propaganda antidemocrática metodicamente sistematizada, cria-se uma atmosfera de agressividade irracional e emotiva despertada propositadamente visando

transformar as massas em uma multidão adepta à violência, embora sem qualquer objetivo político razoável. A intenção é instalar nas massas, aproveitando sua vulnerabilidade e predisposição, dispositivos psicológicos que as tornam suscetíveis a comandos disparados pelo agitador fascista através de códigos. Esses códigos podem ser categorias como “esquerdistas”, “comunistas”, “petistas” e “feministas” que lançados, instigam as massas à violência irracional contra aqueles a quem o *ticket* inimigo foi colado. Desse modo, a propaganda fascista opera em seu objetivo de extinção da democracia, contando com a participação das massas orientadas à destruição da existência, inclusive, a elas próprias. O fato é que a democracia vê-se em risco de extinção ou fragilização de seus preceitos com o apoio das mobilizações populares enquanto uma tendência progressivamente global. A destreza dos assim chamados por Adorno (2015) de “mercadores do ódio”, representados na figura do agitador fascista, está em conduzir a propaganda e angariar o apoio das massas, assim como ocorreu com a destreza da extrema direita cooptando os grandes movimentos e manifestações de ruas ocorridos em 2013, 2014 e 2015. Em 2023, ano em que se completa dez anos da ocorrência das grandes manifestações de ruas chamadas de “jornadas de junho” e que certamente marcaram o início de uma década turbulenta ao Brasil. As análises sobre o fenômeno são as mais diversas, porém, é fato que a pluralidade de forças sociais e políticas, o antagonismo político, a variedade de demandas e de pautas, as expressões estéticas variadas voltadas ao partidarismo, antipartidarismo e apartidarismo com vislumbres de intolerância política que não ficou restrito ao ambiente das ruas, mas ganhou o ambiente da internet, sobretudo, nas redes sociais, foram elementos que atravessaram esse complexo período da história política e social do Brasil. Conforme acompanhamos no capítulo II, a extrema direita soube como ninguém tirar proveito dos protestos e movimentos ocorridos nessa época seduzindo as massas, até então ávidas por mudanças, com o sentimento e discurso anticorrupção. As manifestações de junho de 2013, nascidas no bojo e no desejo de transformações estruturais mais amplas e democráticas, foram adquirindo gradualmente um

caráter reacionário como resultado da inserção e da influência de movimentos políticos e ideológicos radicais e de extrema direita, empreendida pela classe média de direita do país em oposição aos governos petistas. Fato esse que se intensificou nas manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff em 2016 com intenso apoio popular ao golpe. No desenrolar dos protestos e manifestações, a luta de classes e a presença de diferentes ideologias cruzaram-se em meio às ruas e quem logrou êxito foi o extremismo radical de direita alçando o candidato Jair Bolsonaro à presidência como representante dos interesses das classes dominantes e do grande capital.

Na tentativa de barrar a candidatura de mais um governo de esquerda e de preservar os privilégios de uma classe dominante, optou-se pelo extremismo de direita. As manifestações desse momento histórico que o Brasil vivenciou mostram de que forma os movimentos de massa tornaram-se reacionários, pois na época, o que começou como protestos democráticos, adquiriu contornos fascistas, como um ensaio daquilo que nos esperava a partir das eleições de 2018. Junho de 2013 trazia em si um potencial revolucionário que poderia ter implicado em grandes transformações. Da insatisfação com o aumento dos 20 centavos, estendeu-se ao descontentamento com a saúde, a educação, a corrupção, entre outras reivindicações por melhorias populares. Ligeiramente, o movimento se deslocou para discursos como “escola sem partido”, “intervenção militar já” e “vai para Cuba”, na qual a disputa pelos protestos e as narrativas contaram com o forte apoio da mídia mainstream. Nesse entremeio, surge a operação Lava Jato, o golpe orquestrado em 2016, o avanço da direita radical, a eleição de Jair Bolsonaro e a crescente fragilização democrática culminando nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Lembrando que o ódio despertado como ferramenta política nessa época possuiu como efeito em cadeia o de despertar movimentos supremacistas brancos e grupos neonazistas.

Desse modo, interessa-nos ilustrar para a discussão proposta, de que forma as ondas de manifestações ocorridas em junho de 2013, enquanto grandes movimentos de massa,

foram a partir de um *gap* deixado pela esquerda, seduzidas e manipuladas pela extrema direita aproveitando-se de uma crise política, econômica e de representatividade que se instalara no país naquele momento. O ressentimento e o ódio foram adotados como dispositivos políticos para a mobilização das massas que, inconformadas por sucessivas crises, viram na opção fascista a solução para os problemas que o país enfrentava, pois é próprio do fascismo vender-se como a solução para momentos de crise. Logo, pode-se afirmar que o fascismo caminhou a passos largos no país com a contribuição, para além das massas hipnotizadas, a colaboração prévia de uma classe média que sentia-se ameaçada e amedrontada pela possibilidade da perda de privilégios. Uma classe média reacionária que via-se cada vez mais próxima da classe proletária, o que seria inadmissível para as mesmas. Nessa perspectiva, Adorno (2019) postula que o autoritarismo terá êxito e progredirá a depender, em primeiro lugar, dos interesses econômicos das classes dominantes e se a propaganda antidemocrática deverá ou não se tornar força dominante neste país – se eles farão uso desse dispositivo a fim de manter seu status dominante.

Por conseguinte, parte significativa da massa que compunha os protestos de 2013 e dos anos seguintes foram persuadidos a acreditar que o inimigo a ser combatido, segundo a mídia e diferentes setores de direita, seria Dilma Rousseff e o PT., responsáveis por todos os problemas que o país enfrentava. Por outro lado, ligado à inserção nas manifestações por parte da classe média, rica, branca e de direita estaria o interesse quanto a não perda de poder econômico e demais privilégios, representado em seu ódio ao “comunismo”. Desse modo, crescia o nível de despolitização e do estímulo ao ódio, fortalecidos pela guinada da direita e do conservadorismo, os protestos transformaram-se em uma massa raivosa e com tendências fascistas aos moldes que Adorno (2015) discutiu em seu ensaio sobre psicologia social e psicanálise. A propaganda em torno da criação do ideário “nós” versus “eles” e da excitação ao ódio teve participação da mídia tradicional, das mídias digitais e das redes sociais na construção do inimigo a ser combatido, a saber a corrupção atribuída aos governos petistas e

todos aqueles que alinham-se direta ou indiretamente a este, ou que mesmo não alinhados, não façam parte do *in-group*. De modo que é válido ressaltar que o movimento de protestos que se iniciou nas ruas, também ganhou fôlego e aderência nas redes sociais inaugurando uma nova era em relação às manifestações de rua que agora não restringem-se mais apenas aos espaços físicos urbanos, mas aos espaços digitais, inclusive disputando e pautando as narrativas. Assim como na época de Adorno, que tinha no rádio e no cinema elementos que pautavam as discussões políticas e sociais, atualmente as redes sociais e a internet compõem a infraestrutura daquilo que Adorno nomeou de Indústria cultural.

O ódio e a violência instigado nos manifestantes que constituíam as grandes manifestações foi conduzido ao inimigo e projetou-se de modo a ganhar expansão para além das categorias “petistas”, “esquerdistas” e “comunistas”, mas para todo aquele que se posicionava em favor da democracia, dos direitos humanos e da cidadania como pilares de uma sociedade igualitária e justa. Ao longo de 2013 até as eleições de 2022, a extrema direita dominou as redes sociais com forte propaganda fascista recheadas de conteúdos racistas, misóginos, LGBTfóbicos e de teor reacionários. Em investigações realizadas pela polícia federal houve a constatação da existência do chamado “Gabinete de ódio” formado por um grupo de assessores do Palácio do Planalto que atuava nas redes sociais e na gerência de páginas de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro com vistas a difundir notícias falsas, propagar desinformação e atacar adversários políticos. O “Gabinete do Ódio” servia para propagandear a ideologia da extrema direita e de manter vivo o ódio e a desinformação, posto que, sua forma padrão de comunicação e de doutrinação visavam manter sua audiência ativa e reativa operando através das “milícias digitais”. Assim, tais equipamentos de propagandas funcionavam expressa e virtualmente contra a democracia com ataques recorrentes às instituições democráticas. Segundo relatório da Polícia Federal acerca das investigações a atuação do gabinete do ódio possuía as seguintes características: 1) publicações de ataques com alto volume e múltiplos canais, 2) publicação de maneira rápida contínua e repetitiva, 3)

publicações sem compromisso com a verdade e 4) publicações sem compromisso consistente do discurso ao longo do tempo (Poder360, 2023). O que demonstra que a propaganda fascista é consistentemente planejada e organizada com sua lógica distorcida e fantasiosa (Adorno, 2015). A intenção não visa convencimento pela via da razão, a agitação das massas, longe de um discurso lógico, é voltada para a mobilização irracional de afetos.

Como o fascismo é sempre um fenômeno que depende do apoio das massas e conta com a ajuda de forças psicológicas que resultam na transformação dos indivíduos em massa, o fascismo através de sua propaganda, acessa o vínculo – a libido – que une os indivíduos em grupo, manipulando-os a ponto destes voltarem-se para objetivos altamente incompatíveis com seu próprio interesse racional (Adorno, 2015). Para que essas massas permaneçam em adesão à sua ideologia, a propaganda fascista, que se baseia mais em cálculos psicológicos, se faz imprescindível a partir da amálgama entre ressentimentos, ideais reacionários e a irracionalidade presente nas massas, uma vez que, o objetivo da propaganda é despertar a herança arcaica dos sujeitos, acionando sua psicologia para os referidos fins. Em geral, os agitadores fascistas não discursam abertamente contra a democracia, tampouco deixam explícito que os fins de sua propaganda possuem objetivos antidemocráticos. Seus meios adotam discursos calculados e racionalmente orientados para objetivos irracionais (Adorno, 2015). Porquanto que, os que os estudos realizados por Adorno, Lowenthal e Guterman concluíram sobre os agitadores fascistas norte-americanos foi que veículos religiosos eram utilizados para a propagação de ideias fascistas, que os agitadores fascistas utilizavam-se do medo, ressentimento e do descontentamento de parcelas da população transformando em ódio contra a própria democracia, a instituição do inimigo a ser combatido e como missão do movimento erradicar “o mal” que se instalara no país e, por fim, expor de que forma os inimigos podem ser qualquer um, desde o judeu, o esquerdista, o comunista ou ateus (Carone, 2002). Hitler soube tirar proveito do estado emocional dos alemães que, após a primeira guerra mundial e mediante as sanções sofridas, encontravam-se em crise moral e

desesperançosos com o sistema político da época. Ele também acreditava e utilizou intensamente o poder da propaganda a favor de seu projeto nazista possuindo um ministro da propaganda com esses fins, Joseph Goebbels. Inclusive, o então secretário de cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, aparece em vídeo com estética e discursos idênticos ao do ministro da propaganda nazista. Isso permite concluir o fato de que a propaganda antidemocrática na última década encontrou eco em grande parte da população brasileira, demonstrando que os achados de Adorno (2019) sobre a personalidade autoritária mostram-se atuais tendo em vista o estado de prontidão e propensão dos sujeitos ao discurso e a propaganda autoritária.

O fascismo, sendo um fenômeno histórico, mas sempre presente no interior das democracias, possui flexibilidade por sua capacidade de adaptação aos tempos. Tanto o fascismo quanto sua propaganda adequam-se e modificam-se ao longo dos períodos, fato esse que ficou claro com a participação da internet e das redes sociais na propagação das ideias antidemocráticas, totalitárias e na disputa de narrativas influenciando diretamente o resultado das eleições em diferentes países com o uso da desinformação, das notícias falsas e da instalação do medo. Pode-se dizer que o fascismo atualmente é também digital, as ruas transformaram-se nas redes sociais a ponto de candidatos não comparecerem aos debates televisivos e concentrarem os esforços de campanha nas redes digitais. Trump pautou o debate eleitoral nas redes sociais com a ajuda de Steve Bannon, estrategista de direita do governo que utilizou informações de *big data*s e algoritmos na corrida eleitoral à Casa Branca e seguiu como mentor da família Bolsonaro.

Neste aspecto, interessa-nos discutir algo em torno do que Tiburi (2020b) chamou de política rebaixada à publicidade quando a autora pensa a questão da propaganda fascista, o uso dos meios de comunicação digitais como incrementos tecnológicos a uso da ideologia fascista. Adorno e Horkheimer (1985) já diziam que a racionalidade técnica é a racionalidade da dominação, logo o aparato tecnológico e digital não poderiam escapar à premissa, visto

que o alcance ideológico do fascismo ganhou mais ainda expressividade com as redes sociais. É preciso pensar o fascismo sob condições digitais enquanto uma questão urgente, em tempos em que as redes sociais funcionam como agentes que transformam modos de ser e de pensar, sua participação expande-se e permite a propagação do totalitarismo. Os fascistas de nossa época têm a internet, tal qual tinham o rádio no tempo de Adorno, e contam com todo tipo de aparato digital para sua propaganda, de modo que redes sociais como o *WhatsApp* passaram a ser utilizadas pela extrema direita na disseminação de notícias falsas e campanhas de difamação (Tiburi, 2020b). A exemplo das investidas utilizadas na campanha de 2018 com o bombardeamento de mensagens em massa com conteúdos antidemocráticos e reacionários e demais notícias falsas divulgadas por robôs e grupos digitais, muitos deles patrocinados pelo empresariado brasileiro.

Precisamente, se o fascismo sobrevive e se mantém de sua propaganda, temos as mais dadas condições para seu avanço em tempo de razão publicitária (Tiburi, 2020b), conforme acompanhamos nas últimas eleições presidenciais movidas pela publicidade e pela propaganda. A cena política há muito se transpôs do ambiente das ruas e das manifestações para o ambiente digital, na qual “exércitos e milícias midiáticos agem de modo digital e conquistam maiorias [...] em um processo de esvaziamento da vida concreta altamente destrutivo. O discurso fascista em ambientes digitais e virtuais se torna tática de guerra” (Tiburi, 2020b, p. 40). Insere-se nessa perspectiva a discussão em torno das implicações políticas da indústria cultural que influencia diretamente a adesão dos sujeitos às ideologias de ordem autoritária. Acompanhamos com Della Torre (2023a) de que forma se estrutura e age o que a autora chamou de indústria cultural digital, que vai ao encontro do que Tiburi (2020b) define a partir dos aparatos digitais que participam como veículos de propaganda e como difusão em processos de dessubjetivação em massa. Ambas as autoras, amparadas nas reflexões de Adorno, reconhecem o entrelaçamento contemporâneo entre os aparatos da indústria cultural e os efeitos ampliados da agitação fascista. A indústria cultural fornece os

meios pelos quais discursos autoritários encontram sólo fértil para seu desenvolvimento. Aliás, o enquadramento da indústria cultural, associado aos meios propagandísticos, resulta em “uma extraordinária perfeição dos meios [...] combinada a uma cegueira, com uma abstrusidade dos fins” (Adorno, 2020, p. 54).

Nas eleições brasileiras de 2018 e 2022 presenciamos de que forma o aparato da indústria cultural na perspectiva das tecnologias digitais operaram em constante ameaça à democracia. As notícias falsas junto ao funcionamento dos algoritmos atuaram na modulação de comportamento e na influência de escolhas políticas ao decidirem o que devemos ver, ler ou ouvir nas redes. As interações em ambiente virtual, a comunicação e as informações passaram a ser coordenadas por algoritmos programados para eliminar o inesperado, o contraditório e o incômodo. Todo incômodo a nível de pensamento e posicionamento político divergente era suprimido aos usuários reforçando o viés de confirmação. Testemunhamos, desse modo, como o uso das redes sociais pela extrema direita impactou profundamente a sociedade e aprofundou a crise democrática. O debate em torno dos algoritmos, bem como do uso das Inteligências Artificiais (IA), mostra-se urgente porque são sofisticadas ferramentas que incidem sobre e operam enquanto vetores de subjetivação.

Desse modo, a expansão do fascismo em tempos de internet e redes sociais deu-se a passos largos mediante a combinação entre os meios de comunicação de massa e o constante processo de solapamento das subjetividades, fazendo com que o autoritarismo se popularizasse de forma nunca vista. Atualmente, “o discurso de ódio – princípio fundador do fascismo – ressurgiu ao alcance de todos, desde que foi turbinado pela internet e pelas redes sociais” (Tiburi, 2020b, p. 44). É preciso ressaltar como o bolsonarismo escancarou as portas do preconceito, da intolerância e das manifestações de ódio no ambiente digital, onde cada vez mais indivíduos sentiram-se à vontade e “desavergonhados” de demonstrarem sua intolerância. Uma vez que, com sua retórica violenta e de estímulo ao ódio, criou-se as condições favoráveis para a exposição das mais vis formas de intolerância e aumentando a

prática de discursos de ódio como tendência dominante no país. Considerando o surgimento dos chamados *bots*, *trolls*, *haters*, *fake news* e de todo o aparato digital, dispomos de elementos contemporâneos propagadores de narrativas agressivas, antidemocráticas e de desinformação pela internet, o que nos faz crer que essa constelação de meios racionais para fins irracionais corresponde a uma tendência geral civilizatória (Adorno, 2020).

Ademais, é possível citar, de forma análoga, os denominados “cidadãos de bem”, aqueles que se sentem pertencentes ao *in-group*, puderam tornar evidentes a xenofobia, o racismo e a misoginia para com os relegados ao *out-group* de modo expresso no ambiente das redes quanto nas ruas. O “cidadão de bem” é um exímio propagador de ideias preconceituosas e destrutivas, é ele mesmo um propagandista habilidoso da ideologia fascista porque consegue ao mesmo tempo operar a propaganda e a técnica. O avanço digital inevitavelmente elevou a cultura de massas, o delírio coletivo e o espetáculo a um outro estrato, ao mesmo tempo em que forneceu as ferramentas técnicas para o aumento da administração e da dominação dos sujeitos.

A própria linguagem adotada na propaganda fascista – destituída de significados racionais – serve ao mecanismo da psicologia de grupo para favorecer regressões arcaicas que reduzem os sujeitos a membros da massa (Adorno, 2015; Freud, 2023). Dado que, dificilmente o fascismo ganharia as massas por meio de argumentos racionais, os estímulos da propaganda fascista devem desviar-se de qualquer profundidade de pensamento, visto que seu propósito é psicológico, isto é, de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. Portanto, a irracionalidade presente nas massas não é algo natural a elas, mas produzida por técnicas racionalmente calculadas. Ao passo que a propaganda fascista encontra solo favorável ao seu sucesso, pois toma os homens pelos quais estes se tornaram: produto de uma cultura de massa presente nas sociedades administradas e padronizadas, despojados de sua autonomia e de autenticidade (Adorno, 2015). Esse homem é resultado dos apelos da indústria cultural que torna os sujeitos mônadas da internalização dos aspectos

irracionais inerentes às sociedades modernas. Isso faz supor que o fascismo não seja um surgimento espontâneo na subjetividade humana (Tiburi, 2020b), mas fruto de condições específicas em torno dos aparatos sociais, econômicos e do avanço técnico das sociedades.

O discurso da propaganda fascista é de fácil adesão, estereotipado, padronizado e de fácil expressão. É composto de uma estética, que conduz ao ódio e à violência, e por técnicas de propaganda que incluem frases feitas e repetidas à exaustão, intrigas, adulação das massas, choque de notícias falsas, graça, piadas, sedução e catarse pelo riso e pelo deboche (Tiburi, 2020b, p. 44). E falar das proposições estéticas da extrema direita coaduna com a discussão proposta em torno da propaganda fascista, pois além de sistematizada, seu teor estético é parte de sua lógica e do objetivo de apossar-se do imaginário simbólico de seus ouvintes e seguidores. Se política e estética são elementos indissociáveis para Tiburi (2020b), o esteticismo político que cultiva e glorifica a violência e o ódio, bem como a estetização da violência como parte da ideologia estética fascista, de modo geral, já foram evidenciados por Benjamin (2017), apoiados pela discussão com Berardi (2019) para compor o argumento da existência de uma estética reacionária que faz com que todos os esforços para estetizar a política confluem para a guerra e para a apoteose fascista. De mesmo que modo que Benjamin (2017) levanta a discussão sobre o empobrecimento da experiência na modernidade, é possível observar o esvaziamento sensorial operado pela indústria cultural, resultando em uma crise perceptiva a partir da multiplicação e replicação de imagens de forma massiva que culminam no declínio perceptivo perante o excesso de estímulos. Se na época de Benjamin, a reprodução em massa de obras modificava a relação dos sujeitos com as imagens e com a própria experiência, atualmente, como consequência do aprofundamento da reprodutibilidade técnica do excesso de imagens, chegamos a um atrofiamento da percepção. E isso terá impacto direto na forma como atribuímos sentidos aos fatos e à experiência. Logo, a crise dos sentidos está diretamente relacionada às formas de apropriação fascista da cultura e da estética. A partir desses elementos que se insere a discussão em torno

da estética fascista, isto é, uma estética autoritária que é resultado direto da ação sobre os sentidos e a própria experiência. Por conseguinte, no Brasil, o bolsonarismo que representa a direita radical, reúne em si os elementos dessa estética reacionária, violenta e grotesca. O próprio Bolsonaro é a representação do manifesto futurista – que prega como valores a guerra, a exaltação da violência e o culto bélico, entregue às massas sob um verniz poético. Trata-se do aparato estético a serviço da propaganda autoritária e como popularizador da ideologia fascista que conduz a uma determinada estetização da política como sinalizada por Benjamin (2017).

A estética é sobre modos de sentir e de perceber o mundo, organizados a partir de conceitos que povoam o imaginário e junto à propaganda, constrói-se imagens, símbolos e valores estéticos. Nisso, o fascismo compreendeu bem e a estetização da política aos seus moldes busca sobretudo capturar a cena pública e manter o engajamento de seu público. A exemplo de Bolsonaro, que visava manter sua base de apoio vinculada à ideias e símbolos próprios a si, enquanto desviava a atenção de problemas reais. Assim, faz parte do fascismo certa performatividade e teatralidade em seu funcionamento e em sua propaganda, na qual sua dinâmica depende tanto de aspectos emocionais próprios à personalidade autoritária, quanto do aparelho de publicidade utilizado, no qual objetivo é levar a uma catarse das massas ou uma espécie de êxtase através do humor, do riso e da comicidade. Nesse sentido, convém ressaltar quantos políticos no Brasil foram eleitos através do artifício da comédia e do humor, vide o próprio Bolsonaro, aliás, foi rindo que o povo o elegeu (Tiburi, 2020b).

E nessa perspectiva, pode-se afirmar que o fascismo configura-se como constructo prático, imagético, simbólico, discursivo e também estético com o fito de acionar estímulos e mobilização (Tiburi, 2020b); onde a política reduz-se à propaganda e à publicidade com operações estéticas que procuram produzir, reproduzir e replicar imagens, símbolos e demais elementos semióticos mobilizadores de mecanismos de identificação (com o líder), projeção e internalização. Em termos de propaganda e de sentido estético, os limites entre verdade e

inverdade pouco importa, pois a verdade das coisas não possui mais elemento valorativo, mas sim o discurso propagado pelos agitadores, imbuídos de cinismo, segundo Adorno e Horkheimer, com vistas a sua autoafirmação. Importa, assim, a famosa técnica de Hitler da mentira tosca (Adorno, 2015). A rigor, esse cinismo encontra-se no âmago do movimento bolsonarista, que não tem compromisso com a veracidade dos fatos, pois seu modo de governar é consolidado na mentira.

Ao simular uma arma com as mãos representando a eliminação de opositores, a saudação nazista, a exaltação da brutalidade e da violência verbal, imagética ou física, a ameaça e o medo, encontramos-nos diante de uma estética fascista que possui como finalidade a sedução e a persuasão dos indivíduos que devem compor as massas (Tiburi, 2020b). Portanto, para manter as massas engajadas, além da propaganda, a arte em seu sentido estético serve como estímulo à manutenção de sua ideologia, pois a encenação e a falsidade são elementos inerentes ao fascismo assim como o papel cerimonial assumido pelo líder (Adorno, 2015).

Além disso, a camisa da seleção brasileira exemplifica de que forma a direita capturou esse elemento e inseriu em sua doutrina tornando-a símbolo do bolsonarismo e ligada ao significante vazio “patriota” com o dizer nacionalista “O meu partido é o Brasil”. Assim como o slogan carregado de esteticismo conservador e religioso com “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, Bolsonaro como “mito!”, Donald Trump com o “Make America Great Again” até a reprodução da estética nazista de Joseph Goebbels pelo secretário de Bolsonaro, Roberto Alvim mostram o lado da estética fascista carregados de signos e códigos que lhes são próprios. A própria facada levada por Bolsonaro lhe serviu como propaganda na corrida eleitoral, explorada como elemento político. Em relação a isso, Adorno (2015) já abordava a questão em torno do ritual fascista ao afirmar que em regimes autoritários há sempre um componente ligado a um ritual propagandístico, a exemplo do batismo de Bolsonaro nas

águas, como peça publicitária e ao mesmo tempo um rito que marcava sua aliança com o neopentecostalismo.

A performatividade é outro elemento adotado na estética bolsonarista e na metodologia política do fascismo: em ambos há presença de aspectos político-estéticos do campo do grosseiro, do cinismo e do delírio que pautam o imaginário de sua audiência. Adorno (2015) nomeou essa performatividade como falsidade no sentido de simulação por parte dos líderes fascistas que visam identificação por parte das massas com toda sua histeria e furor. Assim, fotos e vídeos com ares de amadorismo buscavam criar a sensação de proximidade com o público, cenas da vida cotidiana compartilhadas em suas redes sociais, as “motociatas”, o jeito descontraído e o tom jocoso em conversas com apoiadores, aliado ao uso de palavrões e o proferimento de preconceitos sem reservas, tudo propõe-se a encenar naturalidade e simplicidade e ainda trabalhar em prol de seu populismo de direita digital para manter as massas seduzidas. Por isso, toda imagem é carregada de signos e produzida tecnicamente visando impacto nas massas. O projeto estético-político do governo Bolsonaro exaltava a violência, a morte, a religião, a tradição, a pátria, a família, o militarismo e populismo como valores últimos, posto que tais elementos coadunam com sua agenda de governo politicamente autoritária, socialmente conservadora e economicamente neoliberal. As imagens, aparições e demais publicações em suas redes convergem a um nacionalismo e ao resgate de um passado histórico e mítico de apelo ao extermínio de opositores. Não por menos, ora Bolsonaro aparece como aquele que “fuzila os inimigos”, e em outros momentos aparece como “O capitão”, “O mito” em um jogo discursivo que coaduna ódio e performatividade. A estética de violência também se revela em imagens como a homenagem ao então ministro da justiça e segurança pública à época, Sérgio Moro, presenteado com uma obra de cartuchos de balas. O painel tinha o formato do rosto do ministro e as palavras “Lava Jato” (Poder360, 2019) em uma representação de cenas estéticas e políticas da brutalidade, do tom violento e da morte na atuação em seu governo com extensa publicização da violência.

Bolsonaro utilizava-se do discurso grotesco e ridículo em todas suas redes sociais, ora alternando entre um tom agressivo, ora com falas absurdas encenando seu personagem em uma performance para sua audiência (Tiburi, 2020b), pois sem propaganda não há identificação, tampouco engajamento das massas com o líder. A propaganda é parte fundamental do fascismo e o elemento estético imprescindível para sua política de visibilidade. Desse modo, a propaganda não só consome o sentido da política (Tiburi, 2020b) – prática essencialmente fascista – como também produz uma autoalienação capaz de permitir que as massas passem pela experiência de destruição própria como um prazer estético (Benjamin, 2017).

Tiburi (2017) discute o nexos entre política e estética e aponta para uma virada ocorrida na cultura política de forma geral onde o cômico, o risível e o ridículo transformaram-se em fundamento político. Ainda de acordo com a autora, com a expansão do populismo de direita, cada vez mais líderes de orientação autoritária utilizaram-se do riso, do cômico e do ridículo como capital político, por exemplo, Trump veio de programas televisivos, Bolsonaro era figura constante em programas de humor e conhecido por suas falas burlescas, Volodymyr Zelenky era comediante. Desse modo, Tiburi (2017) fala sobre a naturalização do ridículo na política, a forma como a cultura transmutou-se na era do espetáculo e de que modo o ridículo transformou-se em capital político para alçar figuras pitorescas e autoritárias ao poder na política contemporânea. Assim sendo, a política termina reduzida à propaganda, tal qual ocorria nos tempos da Alemanha nazista. E Adorno junto à Horkheimer (1985), ao elaborarem a questão em torno da indústria cultural, já haviam destacado as dimensões estéticas e políticas em uma crítica mais ampla envolvendo a formação das massas por meio do processo de mistificação que caminha para a fascistização da cultura. As massas acabam por se deixarem seduzir pelo riso e pelo ridículo a partir de cenas visuais e verbais propositalmente manipuladas a fim de angariar força ao populismo de extrema direita nunca visto antes, sobretudo com a ajuda da poderosa indústria cultural digital

que viabiliza certo êxtase através da apreciação de cenas desmedidas, caricatas e grotescas. Desse modo, os regimes autoritários constroem toda uma estética de representação de si na forma de rituais, repertório de imagens e de estilos que possuam nexos com aquilo que se desejam repassar às massas, especialmente, a imagem de líder popular e carismático. Tanto no fascismo como no bolsonarismo, a similitude fica por conta do caráter estético necessário a ambos, desde a presença de elementos como a teatralidade, ritualísticos e gestuais até formas estéticas estreitamente relacionadas com acepções de guerra e violência. Por fim, toda a sua propaganda reforça aquilo que o movimento autoritário deseja alcançar com a estetização da política: mover a política enquanto atividade objetiva para a dimensão simbólica das representações (Benjamin, 2017).

Constelação 4 - O fascismo é desumanização e destruição

As leituras adornianas permitem afirmar que o fascismo é um regime intrinsecamente contrário a qualquer ideia de preservação da humanidade. Seu lema possui como cerne a destruição e aniquilação de tudo que não converge à sua ideologia e sempre traz em si um potencial ininterrupto para a efetivação da barbárie. Isso porque o fascismo é resultado das condições históricas de mecanismos sociais de dominação que acabam por se intensificar sob a égide fascista ou sob governos autoritários. O fascismo é a institucionalização da barbárie no sentido mais estrito, pois liga-se a uma racionalidade técnica que mobiliza um estado de regressão nos indivíduos com vistas a acessar a irracionalidade com fins de dominação. Frente à racionalidade instrumental – que é a racionalidade vigente das sociedades capitalistas, marcada por um alto grau de administração e controle da vida, tem no aparato técnico a destruição das subjetividades e a manutenção de sua racionalidade em meio às democracias. Temos então novas formas de dominação, a partir do controle das subjetividades e das individualidades, engendrando precárias condições psíquicas e materiais dos indivíduos. Novamente Adorno chama a atenção para aspectos inerentes às sociedades

capitalistas que possuem estreita relação com o caráter destrutivo do fascismo. Os indivíduos propensos a propaganda autoritária, em geral, possuem demandas sociais e econômicas que causam sentimentos como ressentimento e frustração e que os tornam suscetíveis a discursos radicais de direita. O desejo inconsciente pela destruição a que o fascismo faz apelo não é de modo algum psicologicamente determinado ou mobilizado apenas, mas é, também, resultado das condições objetivas, segundo Adorno (2015). Sendo assim, “para quem não vê nada diante de si e para quem não quer a transformação da base social, não sobra na verdade absolutamente nada” (Adorno, 2015, p. 52). Isto é, a partir de suas condições sociais, os sujeitos desejam a destruição, “mas ele não quer só a destruição de seu próprio grupo, ele quer, se possível, a destruição do todo” (Adorno, 2015, p. 52).

Contudo, Adorno (2015) explica que, amiúde, acontece que convicções e ideologias deixam de ser substanciais aos indivíduos justamente pelas condições objetivas, de forma que elas assumem, então, seu caráter demoníaco, seu caráter verdadeiramente destrutivo. Apreende-se no referido trecho que Adorno reforça o desejo de destruição como característica hegemônica da personalidade autoritária, inclusive, escolhendo irracionalmente por sua própria destruição. Por isso, diversas são as sociedades que caminham, e permanecem em movimento, rumo à própria destruição ao proferir ataques à democracia e à humanidade.

E no fascismo o processo de desumanização do homem serve a fins de extermínio. Como observado em “*Dialética do Esclarecimento*”, Adorno e Horkheimer (1985) explicam de que modo deu-se o processo de desencantamento do mundo quando o esclarecimento – que trazia arraigado em si as promessas do Iluminismo – converte-se em uma nova forma de dominação a partir de uma racionalidade instrumental, como já afirmado, inerentes às sociedades administradas. E em meios a estas, encontramos a ideologia da indústria cultural que a tudo padroniza e adapta à realidade estabelecida, expropriando o indivíduo de uma consciência social e de si. Ela atua enquanto ameaça às subjetividades autônomas, criativas e no processo de semiformação dos sujeitos. Na esteira das sociedades capitalistas, orientadas

pelas relações de produção, todas as relações humanas ficam sob o viés das forças produtivas implicando em uma reificação das relações humanas e na progressiva desumanização dos sujeitos. Nesse sentido, todas as relações estabelecidas pelos indivíduos encontram-se sob o viés e os interesses capitalistas, que culminará em barbárie. Adorno deixou claro que regimes autoritários surgem a partir de condições sociais objetivas, da relação estabelecida entre os sujeitos e a realidade social capitalista e ao mesmo tempo de assujeitamento. As tendências autoritárias presentes nos indivíduos convergem para o mesmo sentido de uma sociedade nos moldes liberais: o fascismo.

Adorno (2015) afirma que o fascismo para além do desejo de aniquilação do outro, há nele o desejo de uma autoaniquilação inconsciente que reproduz integralmente a estrutura de um movimento político que, em última análise, transforma seus seguidores em suas vítimas. Desse modo, o filósofo compreende que a destrutividade é fundamento psicológico do espírito fascista, pois é desejo do agitador transpor para as massas um delírio de aniquilação supostamente como salvação. Em seu estudo sobre a personalidade autoritária, Adorno (2019) já havia dado destaque a um tipo antropológico que carrega em si o gozo pela destruição e que caminha rumo a sua e a ruína do outro. Nos tipos e síndromes de personalidade autoritária destacados por Adorno (2019), temos aquele que detém em si os anseios por destruição, marcado pelo comportamento projetivo em relação ao outro e por uma tendência bárbara: a síndrome autoritária. Essa síndrome, a partir das categorias psicanalíticas, permite afirmar que se trata de um padrão sadomasoquista resultado da resolução do Complexo de Édipo. Nela, a repressão externa ocorre simultaneamente à repressão interna dos impulsos que faz com que, na tentativa de introjetar o controle social, “que nunca dá ao indivíduo tanto quanto dele tira” (Adorno, 2019, p. 544), e de equilibrar-se entre a autoridade e suas agências psicológicas, tem como resultado o aspecto da irracionalidade. Nesse sentido, o ajustamento social do sujeito reside em sua satisfação pela obediência e pela subordinação, resultando em impulsos sadomasoquistas que lhe garantem

algum grau de satisfação. No sujeito autoritário parte de sua agressividade é convertida em masoquismo, a outra é transformada em sadismo que encontra vazão na diferença, isto é, no *out-group* (Adorno, 2019). Portanto, na síndrome autoritária, encontramos uma obediência servil ao autoritarismo e uma pronta disposição à agressividade direcionadas ao diferente. Como mencionado anteriormente, na síndrome autoritária o caráter ambivalente também se faz presente, na medida em que seu desejo de destruição do outro esbarra no desejo da destruição de si. A ênfase fascista está na destruição. Há então uma estrutura psicológica que os mantém propensos a ideologia autoritária e em estado de submissão. Em “*Minima Moralia*”, através dos conceitos de mundo administrado, Adorno nos mostra de que forma a opressão e a dominação se dar nas sociedades modernas de tal modo que encontra eco na ideologia dominante. Aliada aos efeitos da indústria cultural e da propaganda que coisifica a consciência humana, os sujeitos são levados a reproduzir ideais e valores autoritários os quais introjetaram passivamente como seus. Por isso nos indagamos como que sujeitos puderam aderir a ideologias autoritárias que levaram a cenários genocidas e de barbárie. Nesse sentido, o fascismo será usualmente caracterizado como a repetição das catástrofes históricas, como reprodutor de uma lógica social do colapso ou ainda como um governo da barbárie.

Dado que o fascismo é barbárie em seu sentido puro e inclinado à toda ideia de destruição, para efetivar genocídios de modo amplo, ele opera pela via da desumanização e da coisificação de suas vítimas, as destituem de alma e humanidade para assim concluir seu projeto de destruição de modo concreto. Na questão do antissemitismo, há uma projeção de poder que não é vinculado a um corpo, mas ao sentido abstrato de uma espécie de “alma maligna” (Adorno, 2020), fazendo com que o antissemitismo se enquadre naquilo que o filósofo vai chamar de “ódio ao de cima” ou como uma subversão do concreto contra o abstrato. Isso em grande medida explica o ódio, além do judeu, para com intelectuais, revolucionários e progressistas. Adorno utilizará a analogia em relação aos escravos para explicitar de que modo o judeu se transformou naquilo que ele denominou de “personificação

do abstrato do valor”. Para Adorno (2020), enquanto nas colônias o negro escravizado era sucumbido a ideia de um corpo sem alma, para fundamentar a ideia da concretude de sua força de trabalho; por outro lado, o judeu torna-se para o nazismo a personificação do abstrato do valor, aquilo que o concreto visa destruir. Se uma fábrica é o lugar onde se produz valor, os campos de extermínio eram sua versão negativa, isto é, um lugar onde se destrói valor (Adorno, 2020). Como destacado por Adorno (2020), Auschwitz era uma fábrica voltada para destruir valor, quer dizer, para destruir a personificação do abstrato. Seu completo ordenamento equivalia a um processo industrial demoníaco, cujo objetivo era desmembrar o concreto do abstrato.

Torna-se evidente que o processo inicial dá-se com a desumanização, que se traduziu na remoção da máscara de humanidade e especificidade qualitativa, revelando os judeus como “aquilo que realmente são” – sombras, cifras e abstrações numéricas. O passo seguinte consistiu em erradicar essa abstração, transformando-a em cinzas e, ao longo desse procedimento, procurou-se despojá-la dos vestígios remanescentes de valor de uso material concreto como roupas, ouro e cabelo. (Adorno, 2020). Ao chegarem aos campos de concentração, aos judeus eram dados uniformes específicos e realizada sua identificação alfanumérica marcada na pele, logo, destituídos de seus pertences, ocorria assim um processo de despersonalização e desumanização objetivando desqualificação para posterior extermínio estabelecido pelo regime nazista. Desse modo, a ideologia nazista – que contava concomitantemente com a propaganda fascista para desumanizar os inimigos por vezes atribuindo-lhes características animais e incutindo caráter ameaçador – através da desumanização, perseguiu e exterminou judeus considerados inimigos. Os judeus eram considerados uma ameaça à pureza da raça ariana, tidos como uma raça inferior, quase não dotados de humanidade ou sub-humanos. Essa desqualificação e despojamento do caráter humano nos judeus, já destacada por Adorno, facilitava o processo de destruição e de

extermínio que é o cerne do projeto fascista. Nesse sentido, desumanização e extermínio são aspectos interligados nos regimes de natureza autoritários.

Grosso modo, se fascismo é desumanização e destruição, o capitalismo também envereda-se por tais categorias, na medida em que é o resultado histórico das dinâmicas produtivas e econômicas quando estas entram em crise. Nas sociedades capitalistas a naturalização da morte, do sofrimento e toda sorte de destruição em massa torna-se regra. Tanto o capitalismo quanto as forças que o sustentam operam pela lógica da aniquilação, ou seja, o capitalismo mata e é nisso que ele sustenta-se. Ele ergue-se a partir das próprias ruínas de que nasceu: da destruição. Os frankfurtianos, de modo geral, já partilhavam da concepção de que o fascismo revela a verdadeira face histórica das sociedades modernas e das tendências imanentes ao desenvolvimento do capitalismo. Em todas as obras adornianas contemplamos a marca de suas reflexões, direta ou indiretamente, mas sempre repousando sobre aquilo que consiste o cerne de sua crítica, isto é, a afirmação do fascismo como a expressão da verdade das sociedades modernas (Adorno, 2020).

Por isso, a assertiva de Horkheimer (2020, p. 11) se mostra adequada quando profere que “quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo”. Horkheimer reafirma, ainda no século XX, que qualquer crítica dirigida ao fascismo necessariamente implica a reflexão sobre os modos de produção capitalistas que sustentam tal regime, visto que, o fascismo é uma das manifestações do sistema capitalista. A sobrevivência do fascismo e o fracasso da elaboração do passado, desvirtuada para uma concepção rasa de esquecimento e frieza, deve-se à persistência dos pressupostos sociais e objetivos que geram o fascismo (Adorno, 2021). Depreende-se, então, que a permanência do fascismo serve à manutenção dos pressupostos econômicos. De forma que para Adorno (2021) o fascismo não é produzido apenas por disposições subjetivas, mas a ordem econômica vigente condena a maioria das pessoas a depender de situações tais que sobre as quais são totalmente impotentes, bem como a manterem-se em uma situação de não emancipação. Nesse sentido, Adorno nos mostra que

os sujeitos abrem mão de sua autonomia e de suas subjetividades em busca de se ajustarem às condições existentes.

A necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário. Este é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação. Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de democracia afinal assegurara, as pessoas tornam-se indiferentes frente à democracia, quando não passam até a odiá-la (Adorno, 2021, p. 46-47).

O fascismo não surge de modo espontâneo a partir do desejo dos líderes autoritários, tampouco é resultado apenas das dinâmicas subjetivas e psicológicas dos sujeitos e suas predisposições à mentalidade autoritária. Em realidade, Adorno esclarece que seu surgimento está mais arraigado às questões econômicas do que qualquer outra coisa, fruto direto do capitalismo que assujeita e domina os sujeitos inseridos em uma lógica econômica que os faz sentir-se cada vez mais fracassados e espoliados. São sujeitos completamente despojados de sua emancipação.

Desse modo, o fascismo encontra-se a serviço do capitalismo sempre que este acha-se sob ameaça. Foi assim com a crise que se iniciou em 2008 que de forma profunda marcou a destruição de considerável fração das forças produtivas implicando no lançamento das sociedades em um contexto de barbárie nos anos seguintes. De modo que o pilar de sustentação do capitalismo encontra-se alocado no fascismo, observemos que a toda nova crise econômica somos levados a contextos de guerras, de destruição das forças produtivas, de miséria humana, de destruição e de avanço fascista. Dito de outro modo, a função do fascismo é garantir a continuação do capitalismo nas sociedades e seu ciclo de acumulação. Em Adorno o autoritarismo é fruto direto do capitalismo, das condições socioeconômicas e suas formas de organização. O que faz crer que, enquanto o capitalismo persistir, formas

autoritárias permanecerão, pois o fascismo é produzido a partir das condições objetivas existentes. Se fascismo e os interesses capitalistas caminham juntos, de modo que sua ideologia é difundida a partir da propaganda autoritária e seu método incide sobre o inconsciente humano, é precisamente nesse ponto que reside a relevância da psicanálise nos estudos de Adorno. A personalidade autoritária nada mais era do que a tentativa do sujeito de adequar-se às normas socioeconômicas predominantemente autoritárias vigentes da época, isso a partir de processos de assujeitamento e fragilização do eu e mecanismos sociais de manipulação inconsciente de suas agências psíquica (Adorno, 2019). Soma-se a isso, o desejo por destruição como reação ao se deparar com aquilo que Brown (2019) chamou de ruínas do neoliberalismo, ou as ruínas do capitalismo ao tempo de Adorno, o que corrobora para o recrudescimento e avanço de políticas antidemocráticas. Desse modo, Adorno nos alerta sobre a constante preocupação quanto ao percurso histórico da humanidade, que avança de modo acelerado e repetidamente para a destruição ou ainda que as frágeis democracias tornem-se pseudo ou amplamente fascistas.

Nesse caso, a preocupação de Adorno é extremamente pertinente quando voltamos o olhar para a democracia brasileira constantemente sob ataques e profundamente em crise. Atravessamos, ainda que reconheçamos que de fato não tenhamos saído dele completamente, um período de intensa escalada autoritária e profundamente marcada pelos processos inerentes ao fascismo, este sinônimo de destruição e desumanização conforme por Adorno assinalado. “Nós temos é que desconstruir muita coisa⁶⁸” – essa foi a fala do ex-presidente Jair Bolsonaro em meio a um jantar com lideranças políticas norte-americanas, em março de 2019. A confissão revela suas verdadeiras intenções: não pretendia construir nada, mas destruir tudo ao seu alcance. Os verbos “desconstruir”, “desfazer” em realidade representam seu projeto de destruição – marca maior ao longo de quatro anos de governo. A uma semana do segundo turno das eleições presidenciais, Bolsonaro em seu último pronunciamento,

⁶⁸Metrópoles. (2019). “*Temos que desconstruir muita coisa*”, diz Bolsonaro sobre Brasil. Online. Disponível em: metropoles.com

projetando todo seu ódio aos opositores proferiu ameaças ao afirmar que “a faxina agora será muito mais ampla”, “ou vão pra fora ou vão pra cadeia”, “petralhada vai tudo pra ponta da praia” (Starling, 2022). Em poucos momentos de sua fala, o teor de seu discurso era apenas um: morte ou destruição de seus inimigos. E como ressalta a autora, ele cumpriu com o que prometeu. A derrubada de direitos, a desumanização sobretudo da população periférica e vulnerável, recrudescimento da violência urbana e policial e uma agenda de governo orientada à violência física e simbólica foram acontecimentos patentes em sua administração.

Aliás, o bolsonarismo é outro sinônimo para violência, agressividade irracional e o desejo perverso por destruição. O Brasil sob o governo Bolsonaro virou um país imerso no ódio e na violência ante a justificativas religiosas. Seu governo ao longo de quatro anos expressou-se em um programa político de declarada guerra cultural contra a diversidade, o pensamento divergente, definido pelo negacionismo científico e avanço do fundamentalismo religioso, político e de mercado (Frigotto, 2021). Era um clima ao mesmo tempo de violência, irracionalidade e religião, possuindo em comum o discurso orientado à morte e a destruição, tendo em vista que seu governo era eminentemente voltado à aniquilação de seus inimigos: da ameaça socialista e comunista, aos opositores de seu governo e quem posicionava-se de modo divergente às suas ideias, todos constituíam-se alvos a serem combatidos. Por isso, uma de suas primeiras medidas de início de governo foi liberar o porte de armas. O culto às armas é simbólico de uma cultura violenta, quem tem como pedagogia a ameaça e o medo para anular a luta por política por direitos (Frigotto, 2021). E ao discutirmos fascismo com base na relação que Adorno estabelece com o capitalismo enquanto mantenedor das condições concretas que lhe dão sustento, observamos com Brown (2019) de que forma o neoliberalismo participa no avanço de políticas antidemocráticas. Isso para podermos apontar como no contexto brasileiro, quando em meio à pandemia global que assolava países e populações inteiras, o governo brasileiro deu primazia ao aspecto econômico, pautado pelo neoliberalismo de Paulo Guedes, sobre as vidas humanas. No Brasil, a desumanização que se

deu operou a partir da lógica neoliberal sintetizada em frases como “a economia não pode parar⁶⁹”. As atividades não foram completamente paradas e o estímulo da população ao não isolamento partiu do governo federal e de Bolsonaro. Para se evitar uma “catástrofe maior” – a econômica – a população era incentivada a não permanecer em casa, ensejando a ideia de primazia do mercado sobre vidas, consumando-se o caráter desumanizador e destrutivo do governo Bolsonaro – a subordinação da vida à lógica de mercado.

A conformidade da saúde à lógica econômica e a soberania do mercado se concretizou com o número final de mortes na pandemia, mais de 700 mil pelo coronavírus, levando o governo Bolsonaro a ser definido com um governo genocida, pois tratavam-se de mortes que poderiam ter sido evitadas mediante ações orientadas à preservação de vidas e não a proteção do mercado. Como não recordar do posicionamento contrário do ministro da saúde quanto à obrigatoriedade do passaporte vacinal para estrangeiros? O caráter destrutivo e genocida do governo pode ser sintetizado em sua fala, ao proferir que “é melhor perder a vida do que a liberdade⁷⁰”, proferiu o então ministro Marcelo Queiroga, parafraseando uma das falas de Bolsonaro. Do mesmo modo, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, ao declarar que “a polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo!⁷¹”, e que policiais que matarem não iriam ser responsabilizados em hipótese alguma. Na realidade, grande parte das mortes tratavam-se de jovens negros das próprias comunidades e em grande parte crianças, vítimas de uma política de violência e extermínio, sobretudo dos mais pobres. Somam-se outros exemplos a estes, como a destruição da cultura, da natureza, dos direitos trabalhistas, das instituições democráticas e do SUS que reunidos corroboram para efetivar o projeto de morte a quem o povo elegeu democraticamente, Jair Bolsonaro. A morte pela pandemia ou por armas da população pobre, preta, indígena, de mulheres e LGBTQIA+ é

⁶⁹CNN Brasil. (2020). *A economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro*. Online. São Paulo. Disponível em: [CNN Brasil](#)

⁷⁰G1. (2021). “*Melhor perder a vida do que a liberdade*”, diz Queiroga. Online. Disponível em: [Saúde | G1 \(globo.com\)](#)

⁷¹UOL Notícias. (2018). “*A polícia vai mirar na cabecinha e...fogo!*”, afirma Wilson Witzel. Online. Disponível em: [UOL Notícias](#)

vista com regozijo por aqueles alinhados à ideologia de extermínio (Tiburi, 2020b). A rigor, é característico do fascismo o desprezo pela vida, sobretudo a vida dos chamados indesejáveis, bem como o desdém pela cultura, o menosprezo pela ciência e o desrespeito à arte. A estes, soma-se também como aspecto importante ao fascismo um anti-intelectualismo exacerbado, uma oposição a toda e qualquer intraceção, inclusive, a arte – essa que desperta a imaginação, a criatividade e o pensamento crítico, elementos insuportáveis aos fascistas. Ao contrário, o fascismo condiciona-se ao pensamento estereotipado, padronizado e reificado, isso explica sua ojeriza a tudo que corresponde ao pensamento intelectual. Note que essas são tendências e atributos que fazem com que se possa afirmar que no Brasil, no transcorrer dos últimos anos, atravessamos governos e políticas orientadas às práticas de natureza fascista. Se fascismo é desumanização e destruição, acompanhamos perplexos a degradação política, da saúde, da educação, da cultura e do patrimônio público que se deu sob o governo Bolsonaro – que desvaloriza a vida, enquanto governa para o mercado e para os mais ricos, fundamentados por uma doutrina neoliberal. Em se tratando de fascismo, para evitar a destruição do capitalismo, destrói-se a humanidade (Tiburi, 2020b).

Para Tiburi (2020b) o fascismo enquanto código que autoriza o ódio contra inimigos, só funciona porque o capitalismo é ele mesmo um código distópico de catástrofe, destruição e violência que prepara terreno social para violência desmedida e sem retorno. Essas práticas se expressam em uma violência de estado operada através de políticas que contribuem no lançamento de milhões de brasileiros ao desemprego, subemprego e de retorno do Brasil ao mapa da fome. A desconsideração da ciência e do conhecimento auxilia na morte de tantos outros sujeitos como vítimas do próprio negacionismo, amiúde propagandeado pelo governo. Desse modo, o fascismo transformou-se sumariamente em atrativo ao neoliberalismo e aos donos do grande capital, tanto que Tiburi (2020b) o considera como metodologia política a serviço da metodologia econômica. Noutros termos, o fascismo pode ser definido no

contemporâneo como uma metodologia política que serve à prática neoliberal e seus propósitos.

Sendo assim, o capitalismo fornece as condições civilizacionais, institucionais e subjetivas de perpetuação do fascismo numa relação de retroalimentação que faz com que as sociedades criem sua própria autoaniquilação. Não obstante, a América Latina tem servido há tempos como laboratório para as experiências de políticas neoliberais (Tiburi, 2020b), formando uma conjuntura perversa entre neoliberalismo e fascismo. Enquanto o neoliberalismo avança como uma máquina de moer os mais vulneráveis à serviço das oligarquias e da burguesia brasileira, por outro lado, cresce o surgimento de grupos neonazistas, de supremacistas brancos, além de outras formas modernas de nazifascismo. Reiteradamente e em termos históricos, neoliberalismo e fascismo unem-se novamente resultando em catástrofes e mais barbárie, como a ocorrida com a pandemia de 2020 que escancarou o despreparo e a conveniência do neoliberalismo substanciando as políticas de genocídio; “os genocídios que tanto nos impressionam no passado, não cessam de acontecer no presente, porque as condições que os sustentam não se modificaram” (Tiburi, 2020b, p. 48). Tratam-se de condições que operam pela via da desumanização e de regimes econômicos de destruição. Nos encontramos em meio às condições sociais, políticas, econômicas e culturais específicas que dizem respeito ao universo de cultura de massas, à formação da personalidade autoritária e a instrumentalização da razão – engendrando processos de padronização e conformidade – que formam uma realidade complexa de tal modo que permitem a desumanização em escala muito maior (Adorno e Horkheimer, 1985).

Constelação 5 - Fascismo como farsa e irrealidade

Na última década acompanhamos o fortalecimento de políticas neoliberais na América Latina de modo amplo e ostensivo, seguido do avanço de políticas e governos de extrema direita que seguem conduzidos por uma agenda conservadora, reacionária e de forte

oposição aos princípios democráticos. Desse modo, a constatação do salto fascista torna os estudos de Adorno sobre a personalidade autoritária mais atuais do que nunca. Face às técnicas da propaganda fascista e seu potencial de engajamento das massas, Adorno (2020) discute que tal fenômeno acontece porque provém do que ele denominou de “uma gigantesca técnica de enganação”, uma trapaça psicológica, uma verdadeira psicologia das massas à serviço da ideologia.

Em função disso, Adorno (2015) perspicazmente observou que os agitadores fascistas recorrentemente falam sobre “este grande movimento”, sua organização em torno dos mesmos, sobre um renascimento da pátria que esperam realizar, sem jamais dizer alguma coisa sobre aquilo ou mesmo para que fim aquele movimento conduzirá. Em realidade, no fascismo além de não existir estrutura teórica, também não há projeto concreto visando algo para além do poder e destruição. Na falta de objetivos concretos, os demagogos fascistas preenchem com mentiras, farsas e delírios. O fascista além de manipular pulsões inconscientes, mostra-se exímio manipulador da verdade. Seu discurso visa a agitação de massas e é composto por frases prontas, repetitivas e monótonas, além de mentiras manifestas. Adorno e Horkheimer estavam convencidos de que as técnicas de propaganda tratam de um reduzido número de truques estandardizados, objetivados, bastante pobres e fracos, mas que adquirem valor propagandístico mediante repetição permanente (Adorno, 2020).

No mais, apenas utilizando-se de mentiras e de farsas seria possível levar as massas a aderir aos objetivos fascistas e irem contra seus interesses irracionais. Assim sendo, segundo Adorno (2015), se existe uma clara incompatibilidade entre os propósitos fascistas e os interesses racionais dos indivíduos, a única alternativa viável para cativar as massas seria recorrer à manipulação psicológica e ao controle irracional, aliada às técnicas de propaganda dos demagogos fascistas com discursos carregados de falsidades e desonestidades manifestas. O fascista é um profeta do engano e da mentira a propósito do título do trabalho voltado à

análise do discurso e da propaganda de agitadores fascistas, o livro *“Prophets of deceit”*, de Leo Löwenthal e Norbert Guterman. O objetivo do discurso do agitador fascista não visa argumentos racionais e compromisso com a autenticidade dos fatos, pelo contrário, para estes, a verdade pouca relevância terá, pois seu foco objetiva mobilizar a irracionalidade em sua audiência, a quem a verdade é dispensável. Dado que a ênfase da propaganda é promover seus meios, sobretudo a manipulação do inconsciente das massas e torná-las resistentes à argumentos racionais e à verdades dos fatos. Aspecto assinalado por Tiburi (2020a) sobre a impossibilidade de se estabelecer um diálogo com a personalidade fascista, pois trata-se do sujeito inacessível ao diálogo e ao raciocínio consistente mediante contato com a realidade. São indivíduos indisponíveis emocionalmente e cognitivamente frente a argumentos racionais, visto que o fascismo está fundamentado em mentiras expressas, na irrealidade e na inautenticidade dos eventos operados pelo fascista – este que pode ser definido como uma fraude, um profeta do engano e da simulação.

O fascista, costumeiramente, utiliza-se do medo e da mentira na manutenção de sua base, valendo-se dos aparatos técnicos a que dispõe na atualidade, tem na desinformação sua ferramenta primordial. Na corrida eleitoral à presidência, Bolsonaro discursava que sua candidatura representava a esperança perante a aniquilação do socialismo e do comunismo que se instalara no Brasil. Aproveitando-se da vulnerabilidade intelectual e emocional dos sujeitos, proferia desinformação e mentiras, visto que a desinformação é terreno fértil para a propagação do medo e do terror. A desinformação em relação à eficácia das vacinas contribuiu para que milhares de brasileiros não aderissem às campanhas de vacinação, tampouco se protegessem do coronavírus tomando as devidas medidas sanitárias. O Brasil, que antes era exemplo de altos índices de vacinação com a erradicação de diversas doenças, aos poucos, passou para uma realidade de retorno de antigos agravos em saúde, antes erradicados em esquemas vacinais, mas que passaram pela desconfiança da população temerosa via notícias falsas grande parte compartilhadas por redes sociais. A expressiva

disseminação de notícias falsas sobre a vacina gerou consequências diretas para a saúde pública do país. Os mitos e inverdades compartilhadas referem-se desde a relação entre vacinas e o desenvolvimento de autismo, sem comprovação científica alguma, à invenção sobre os imunizantes conterem microchips de rastreamento até a existência de materiais perigosos em sua composição. À época da pandemia tivemos a narrativa de imunidade de rebanho, logo endossando o argumento de dispensação da precisão da vacinação, e de modo mais recente, a correlação entre vacinas e os números de infartos e acidente vascular cerebral (AVC) em meios a diversas outras teorias da conspiração, denunciando assim um caráter paranóico. Trata-se de um processo em curso que ganhou expressividade na última década e de modo aguçado na corrida presidencial. As notícias falsas tornaram-se tópico importante na realidade dos brasileiros, sobretudo na campanha de Jair Bolsonaro com o mito do “Kit Gay”, “ideologia de gênero”, o fim da “família tradicional”, o fantasma do “socialismo e comunismo” em que o Brasil vinha tornando-se, entre tantos outros. É Adorno (2020) que nos evidencia o pedantismo científico como sendo próprio desses movimentos radicais, onde chega-se a duvidar do número de judeus assassinados ou suspeitar se de fato foram assassinados. A premissa guarda certa analogia com nossos tempos atuais quando grande parcela chegou a duvidar da letalidade do vírus da covid-19, do número de mortes e da severidade da pandemia em 2020. Ébrios por notícias falsas e estimulados por narrativas vindas do governo federal que insistiam em minimizar os potenciais riscos à saúde do país. Torna-se evidente que a governança de Bolsonaro foi um fundamentada em fake news que mais ocasionaram retrocesso democrático e degradação da política. Adiciona-se a isso, o aprofundamento do preconceito e da intolerância que, junto às notícias falsas de toda sorte, mostram-se de difícil erradicação com a prova de sua inverdade (Carone, 2012).

Já assinalado por Adorno (2015) que os discursos fascistas e de caráter autoritário são característicos à vociferações, que carecem de teor lógico e de argumentos, consistindo mais em discursos com forte apelo à irracionalidade dos sujeitos diante da qual é totalmente

ineficaz a prova de sua inverdade, “a eficácia ou poder de mobilização do discurso fascista residia em sua própria irracionalidade, na sua inverdade manifesta” (Carone, 2012, p. 16). Nesse sentido, o discurso fascista não tem qualquer compromisso com a verdade, mas com a irracionalidade. O fascismo é uma falsidade proclamada pelos seus líderes e um governo que não se sustenta sem mentiras. O fascismo é uma encenação trágica, mas ao mesmo tempo um mercado de ilusões. Hitler inventou a superioridade de uma raça e levou milhões a acreditarem nisso, construiu um movimento de extensa mobilização em cima da crença infundada de sua preservação e o extermínio dos que assim não faziam parte culminando no holocausto.

No mais, Tiburi (2020b) destaca a teatralidade como regime de farsa no fascismo. Para a autora, no teatro fascista, as massas participam no que ela denominou de “robôs” que cumprem um papel na encenação para uma plateia disposta a se mimetizar com eles. O mimetismo que, para Adorno, tem a definição de imitação ou reprodução de determinados padrões culturais. Enquanto isso, a partir da permanência do fascismo e seu discurso enganoso, “sustentam-se democracias de fachada, falsas democracias, nas quais a verdade não importa. É o tempo da pós-verdade, da pós-democracia” (Tiburi, 2020b, p. 46-47). Em razão disso, testemunhamos tiranos serem eleitos democraticamente em vários países fazendo uso de fake news e do poder da desinformação para gerar confusão, descrença e medo. Grosso modo, o fascismo aposta na confusão, na ignorância e na obscuridade como formas de manipulação utilizando-se da mentira e da enganação transformando os sujeitos em propagadores de ódio e de mais desinformação. É próprio de sua lógica a negação de qualquer racionalidade. Para tanto, o fascismo sempre teve como inimigo maior o medo do pensamento crítico e de qualquer tipo de introspecção, conforme argumenta Adorno (2019), e é justamente em cima deste que aprofundam-se as maiores investidas da indústria cultural e seus produtos que visam padronização e atrofiamento do pensamento reflexivo. Trata-se de sua crítica afiada à deterioração da consciência no mundo administrado. Não obstante,

compreende-se o porquê de fascistas mostrarem-se avessos ao pensamento crítico e lhes interessar apenas formas de pensar estereotipadas e de perspectiva única.

Muito embora o trágico cenário, a esperança de superação da ameaça fascista encontra-se no retorno à verdadeira democracia, o que significa voltar à verdade; dito de outro modo, devemos voltar ao tempo anterior à pós-democracia e a pós-verdade na busca por mais lucidez para a atualidade (Tiburi, 2020b) tentando, com isso, abraçar os reais valores democráticos, a educação crítica e o esclarecimento realmente emancipador.

Constelação 6 - O fascismo como ameaça duradoura e que se adapta periodicamente

Na literatura sobre fascismo é comum a presença do neologismo criado para denominar uma outra forma de fascismo diferente do fascismo histórico vide experiências italiana e alemã. Chamam-no de neofascismo, nazifascismo, Ur-fascismo na nomenclatura de Umberto Eco ou fascismo eterno, entre outras terminologias para denominar um fenômeno já velho conhecido da humanidade. De todo modo, tanto Adorno quanto Brecht já haviam assinalado os dois aspectos característicos do fascismo e que confere nome ao referido tópico, isto é, a permanência do fascismo em meios às democracias e o seu caráter adaptável e de ajustamento aos diferentes períodos históricos. Esse fato sintetiza-se na célebre frase de Brecht quando este afirma que a “cadela do fascismo está sempre no cio” em alusão ao caráter permanente da ameaça fascista. Para Adorno, a democracia encontra-se distante da sua real concretude e o seu comprometimento não se deve apenas ao fascismo; como veremos no autor, a democracia enquanto a promessa de um ideal até então não se materializou. E enquanto não se cumprir o pacto democrático como realidade plena, o descontentamento e o ressentimento político conceberão sujeitos suscetíveis a regimes autoritários.

Adiante, além de Brecht, Adorno denunciou o caráter permanente do fascismo em meio às democracias liberais e os novos aspectos com os quais ele se apresenta. Em sua palestra sobre os “*Aspectos do novo radicalismo de direita*”, realizada em abril de 1967 a

convite da Associação de Estudantes Socialistas da Universidade de Viena, Adorno (2020) deteve-se em abordar o avanço do recém criado Partido Nacional Democrático (NPD), partido fascista que ganhara popularidade e progressiva representatividade no parlamento alemão. Nessa palestra, Adorno já dava destaque aos pressupostos que permitiam afirmar a presença de tendências fascistas e sua sobrevivência em meio às democracias liberais e capitalistas no ocidente. Em sua fala, Adorno (2020) destacou a recorrência do fascismo em território alemão no período após Segunda Guerra, buscou definir o fascismo e elencar as formas primordiais pelas quais combater o fascismo, deu ênfase à fragilidade democrática – nunca completamente concretizada em lugar algum, sempre vulnerável aos ataques autoritários e recorrentemente desproprada de seus princípios gerando sentimentos de ressentimento e ódio que servem na busca por soluções antissistêmicas. A ênfase adorniana está na premissa de que a democracia de fato nunca tornou-se o que realmente é e isso leva a um estado das coisas em que o ressentimento e a rebelião pela promessa não cumprida desloca a busca por soluções em movimentos radicais ou antissistêmicos. Notemos quão regular são os discursos fascistas apresentando-se como saídas antissistêmicas à crises de grandes proporções.

A análise crítica de Adorno (2020) revela que mesmo em um mundo pós-guerra e o fascismo derrotado militarmente, as condições que o geraram permanecem intactas, pelo fato de que os pressupostos sociais que o constituem-no ainda perduram socialmente. Fala-se em iminente recaída na barbárie, todavia nunca saímos da barbárie, tendo em vista que as condições que participam de sua produção continuam a subsistir. Sobre essa possibilidade permanente da barbárie, Adorno (2020) declara que no mundo pós-guerra a catástrofe já aconteceu, vivendo-se apenas em um estado de suspensão ou um prazo na qual se deve retardar a repetição da catástrofe, cuja possibilidade tornou-se sempre permanente. Frente ao ressurgimento dos movimentos autoritários no mundo inteiro, é impossível ficar alheio aos acontecimentos atuais, sobretudo após a onda reacionária que tomou conta do mundo logo

após a crise de 2008 que desencadeou, conforme discutido no segundo capítulo, o aprofundamento de políticas neoliberais, favoreceu o oportunismo da extrema direita e levantou de ditaduras à governos autoritários. As revoltas, os protestos e os grandes movimentos de massa, notadamente a partir de 2013, que foram cooptados pela ideologia da extrema direita e mobilizados a favor de movimentos fascistas, corroboram o argumento de Adorno de que o fascismo não é um fenômeno estranho às democracias, mas as constitui intrinsecamente, apontando para o fracasso da promessa democrática. Sobretudo se observarmos que foram manifestações que traziam inicialmente em seu bojo uma crise de representatividade.

Outro aspecto a considerar é que Adorno e Horkheimer (1985) debateram com frequência, especialmente em *“Dialética do Esclarecimento”*, mas claro, além de seus outros trabalhos, a repetida ideia de que a barbárie encontra-se ela mesma no interior da civilização, funcionando como um de seus princípios e elementos estruturantes. Portanto, enquanto as condições que o sustentam existir, o fascismo será uma ameaça duradoura e relegá-lo apenas a um acontecimento histórico restrito ao passado é recair no erro, posto que sua continuação e tomada de fôlego na história da humanidade cumpre-se de tempos em tempos. Talvez com outros nomes, novos aspectos, mas sempre referindo-se a uma barbárie constante e persistente. Ou como escrito no poema de Bertold Brecht que abre a introdução desse trabalho e que fala sobre a aproximação de um velho conhecido da humanidade que apresenta-se sob o signo do novo, sob aspectos novos, mas mensageiro da destruição. Era o velho conhecido fascismo disfarçado de novo.

De todo modo, a confirmação de Adorno (2020) de que o fascismo persiste nas democracias liberais e capitalistas pode ser comprovada a partir da observância da ascensão de movimentos de extrema direita pelo mundo todo, inclusive no Brasil. O ressurgimento de movimentos autoritários e o recrudescimento do radicalismo de direita testemunhados nos últimos tempos demonstram a tese de Adorno que o fascismo não é um mero acidente de

percurso histórico, tampouco algo atípico, “há uma tendência objetiva, fermentando na realidade social” (Adorno, 2020, p. 37) que serve de lastro para o fascismo. Por isso as pesquisas realizadas pelos membros do Instituto de Pesquisas Sociais convergem para ideia de que o fascismo em si não depende de partido para sua sobrevivência e continuação, porque seus pressupostos encontram-se disseminados no interior do tecido social das sociedades modernas. Posto que, para Adorno, os fundamentos fascistas não se reduzem à explicações por parte de fatores psicológicos básicos, mas devem ser compreendidos de forma ampliada, isto é, em estruturas sociológicas e dentro do enquadramento civilizatório. Assim como o conceito de fascismo não deve estar circunscrito a termos puramente psicologizantes, mas em uma perspectiva sociopsicológica.

Para Adorno (2020), esses movimentos do ponto de vista ideológico possuem certa flexibilidade que podem ser observados de diferentes formas. Após a derrota do nazifascismo na Alemanha, duas décadas depois a luta antifascista tinha cedido lugar ao anticomunismo e mais algum tempo depois o cenário era de defesa irrestrita do capitalismo e o preparo para a guinada da extrema direita. Para Adorno e Horkheimer (1985), essa é uma tendência geral das sociedades. A permanência do fascismo deve-se à uma racionalidade, já diagnosticada pelos filósofos, que se combina com o aparato técnico rumo a um destino irracional em virtude de uma razão administrada. A avalanche neoliberal, as condições sociais objetivas e a estrutura psíquica dos sujeitos corroboram para a manutenção do fascismo potencial e sempre latente. Neste enquadramento neoliberal, o fascismo, como já discutido, serve para ordenar as contradições no interior das sociedades capitalistas modernas. Isso permite concluir que o fascismo serve ao capitalismo como uma metodologia de poder que lhes garante sobrevivência. Ou ainda no sentido de Tiburi (2020b), como uma tecnologia e um método capaz de alterar a cultura política. A partir disso, o fascismo torna-se um problema concreto na história e nas sociedades, fato que levou Adorno, ainda no exílio, junto aos demais membros do Instituto ao estudo do fascismo como objeto de investigação cultural e

sociológico, daí a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que aliava Psicologia Social, Psicanálise, Filosofia e Sociologia em virtude da complexidade do objeto.

Adorno e os companheiros de pesquisa tiveram o cuidado em não perder de vista seu objeto de investigação imerso em campos de diferentes perspectivas de abordagem, ao mesmo tempo multidisciplinar e dialético. Para isso, a discussão em torno da abordagem micrológica do fascismo foi imprescindível, a partir do tensionamento dialético entre o particular e o geral, contando com o axioma básico em que o fascismo é resultante das condições sociais objetivas das democracias liberais. Portanto, desde os estudos sobre a personalidade autoritária, que tratou de analisar tendências autoritárias e latentes na personalidade, à “Aspectos do novo radicalismo de direita” e a trabalhos como “Experimentos de grupos”, Adorno e seus companheiros pesquisadores demonstraram que para além de explicações tão somente psicológicas, o estudo do fascismo devia orientar-se à análise das condições objetivas e concretas.

Relativo ao fascismo, sua forma latente e insidiosa não deixa que ele desapareça completamente. E o passado de que se deseja escapar ainda permanece bastante vivo, o nazismo sobrevive além tempo porque suas disposições se encontram nos sujeitos e nas condições que o cercam (Adorno, 2021). São condições sociais que geram a conformização dos sujeitos, a alienação, a desumanização e o solapamento das subjetividades. São estruturas sociais que passam pela mercantilização das relações, as formas de produções, a coisificação da consciência e os ditames neoliberais. São sujeitos que abdicam de um eu emancipado e autônomo para simplesmente comporem as massas de forma indiferenciada, que projetam seu ideal de eu a um líder e que passam a agir de forma mimética, abrindo mão de seu potencial reflexivo para se lançar as massas e à submissão cega. Nesse caso, o fascismo é constituído pelos mesmos elementos que sustentam as sociedades modernas, ele não é uma excepcionalidade, tampouco exterior às democracias, mas as constituem desde sua gênese. Seus resíduos encontram-se dispersos no social e encontram condições favoráveis para

florescimento, quanto mais as sociedades tornam-se indiferentes, mais aprofundam seu caráter repressor e de reificação. Nesse cerne, a barbárie e a catástrofe não são de modo algum casualidades estranhas e a ameaça fascista nos ronda sempre a assombrar, à espera de irrompimento. É o que corrobora a assertiva de Benjamin (2012) quando afirma na sétima tese sobre o conceito de história que jamais houve um documento da cultura que não seja também um documento da barbárie, ou seja, civilização e barbárie possuem uma relação dialética imanente e que permite concluir que a barbárie encontra-se profundamente relacionada à modernidade burguesa.

Para Adorno, a quem o fascismo nunca realmente foi derrotado, e isso fica demonstrado em suas análises sobre as tendências latentes e nos experimentos de grupo, assim como nos novos aspectos do radicalismo de direita, o fascismo será sempre uma ameaça constante porque seus fundamentos encontram-se inseridos em processos e estruturas sociais globais. O que explica a sobrevivência do fascismo em termos de tendências, mas ao mesmo tempo preocupa Adorno (2020), para quem considera a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia. No primeiro caso, há a corrosão da democracia por dentro e o retorno da ascensão da extrema direita só ocorre porque as condições sociais são favoráveis. Dito de outro modo, o fascismo é permanente porque ele coexiste com a democracia, de modo subjacente, latente ou adormecido, porém presente e no aguardo das condições histórico-sociais favoráveis à sua manifestação. Então retomo à ideia de Adorno sobre a possibilidade do retorno e da expressão da barbárie, muito embora seja presença constante na história das sociedades; uma regressão à barbárie porque as condições que a geram permanecem inalteradas (Adorno, 2021).

Nesse ínterim, Adorno parte da tese freudiana sobre a natureza anticivilizatória, que se fundamenta na ideia de que a civilização, ao impor suas regras e restrições à natureza humana em busca da ordem, encontra resistência nos impulsos fundamentais. Para que o

processo civilizatório ocorra, é necessário que os indivíduos abdicuem da satisfação imediata de seus desejos em prol da manutenção da ordem social. Essa renúncia provoca conflitos internos profundos em que os indivíduos buscam se adaptar à cultura, gerando sentimentos de frustração e agressividade. O embate entre os impulsos humanos e as demandas civilizatórias, com suas imposições, acaba por dar origem a tendências anticivilizatórias. A repressão advinda da condição civilizatória encontra resistência nos sujeitos que a expressam através de uma oposição contra a própria civilização, ou o que Adorno chamou de desagregação, que se expressará em uma irracionalidade contra ela mesma.

Desse modo, Adorno toma as proposições de Freud para afirmar que o fascismo é resultado da regressão irracional a estados primitivos e do processo civilizatório, onde um mundo cada vez mais endurecido prometia cada vez menos satisfação, ao mesmo tempo em que a civilização lhes oferecia tão pouco (Adorno, 2021). As renúncias exigidas são tamanhas e ao progresso interessa apenas mais conformidade e adaptação por parte dos sujeitos. São sujeitos, conforme Adorno (2021), que não encontram-se psiquicamente a altura do mundo e se refugiam em seu mundo interior imersos em delírios coletivos como o antissemitismo. Nesse aspecto é necessário destacar a importância do esclarecimento da consciência tendo em vista que a forma como as sociedades se organizam tornou-se ela mesma em ideologia – a racionalidade instrumental existente e responsável pelo turvamento da consciência. A realidade social do mundo administrado se impõe de modo tão poderoso aos sujeitos desde o início que os pressiona a um processo de adaptação social tão intenso que o deslocamento da cobrança à adaptação é imposto a si mesmo gerando, assim, identificação com o agressor (Adorno, 2021). Tal processo engendrará sujeitos conformistas e bem adaptados à ordem social dominante. Assim como através das reflexões em torno da regressão que ocorre no interior do processo civilizatório que Adorno afirmará ser Auschwitz a própria regressão e que ela continuará existindo enquanto persistirem as condições fundamentais que reproduzem essa regressão. Auschwitz é a representação da racionalização instrumental impulsionada

pelos meios bárbaros que ela mesma gerou (Maar, 2021). É preciso assinalar o fato de que as condições objetivas produtoras de Auschwitz perduram e podem a qualquer momento emergir novamente, uma vez que as circunstâncias que a criaram ainda encontram-se preservadas no interior das civilizações industrializadas.

Adorno (2021) argumenta que a barbárie é inerente às civilizações do mais alto estrato de desenvolvimento tecnológico e os seus indivíduos encontram-se tomados por uma agressividade, ódio e impulsos de destruição que são primitivos, o que revela o atraso dos sujeitos em relação ao seu próprio grau civilizatório. Nesse sentido, a barbárie é gerada pelas condições objetivas localizadas na própria estrutura social e no processo civilizatório, porque é precisamente no decorrer do processo repressivo da cultura – e civilização é repressão conforme a teoria freudiana – que se produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a dada cultura. Por isso, todos encontram-se sob o jugo da barbárie e a sua presença constante na cultura faz com que ninguém esteja inteiramente livre de seus traços (Adorno, 2021).

Adorno (2021) indica que, além dos fatores subjetivos, existe uma razão objetiva na barbárie que consiste na falência da cultura. A cultura fracassou porque é de sua natureza prometer tanto e não cumprir suas promessas, retirando a confiança que os homens possuíam em si e na própria cultura. O resultado foi que a raiva humana frente ao não cumprimento das promessas – de sujeitos do esclarecimento, autônomos e servindo-se do próprio entendimento – dirigiu-se contra a própria promessa, no sentido de que tal promessa não deveria existir. Depreende-se, a partir de Adorno, que o esclarecimento moderno é o mesmo que legitima a barbárie e seu êxito reside justamente em sua habilidade de instrumentalizar a favor da dominação as contradições inerentes às sociedades capitalistas modernas. Em suma, encontramos nos elementos da cultura, mediante processo civilizatório, as condições que originam e intensificam continuamente o anticivilizatório. Por conseguinte, o fascismo é permanente enquanto perdurar sociedades de massas porque a barbárie está no próprio

princípio civilizatório, na estrutura básica da sociedade. Portanto, podemos afirmar que o fascismo não é de todo modo um fenômeno superficial, posto que, de Auschwitz para cá pouca coisa mudou e as tendências dominantes na sociedade que o produziram também não passaram por transformações. Isso permite-nos dizer que o fascismo não foi uma exceção na história da humanidade, mas um imperativo social e histórico fadado a nunca desaparecer completamente. É um eterno vir a ser que periodicamente mostra-se em suspensão, mas que em condições adequadas manifesta-se com todo vigor possível.

O fascismo nunca desaparecerá e a ideia de sua eterna permanência deveria ser motivo de preocupação constante. Se para alguns autores é exagero denominar de fascismo o que aconteceu no Brasil nos últimos anos, de expressivo avanço da extrema direita e as implicações resultantes, afirmamos com base nas leituras adornianas e nos demais comentadores de suas obras que o fascismo não é um fenômeno hermético restrito às experiências italiana e alemã. Esperar que o fascismo aconteça exatamente como à época de Mussolini e Hitler é desconsiderar seu caráter adaptativo e o seu ajustamento em meio às democracias. Portanto, não é necessário esperar pelos fornos, pelas câmaras de gás ou pelos campos de concentração para afirmar efetivamente que é de fascismo que se trata. É preciso, para que se entenda o caráter contínuo, adaptativo e presente do fascismo no interior das sociedades atualmente, a expansão e a atualização de seu conceito. De modo que o fascismo de hoje mantém algumas distinções do fascismo de 1945, todavia, preserva aspectos que lhe são essenciais e não é porque ele não se apresenta tal qual a experiência do período entre guerras que ela esteja extinto. Falamos então de um fascismo que não finda em si mesmo, um regime poderoso ainda que adormecido, que sempre ganha fôlego e no contexto brasileiro ganhou contornos próprios e características singulares; mas ainda sim fascismo. A nível global, o fascismo deu as caras com um viés populista de direita, galgado pela internet, pela ação dos algoritmos e de transposição da agitação ocorrida nas ruas agora para o ambiente digital e das redes sociais como espaços de eco para sua ideologia. Há no fascismo um

componente distintivo que lhe confere características particulares, porém sempre familiar. Suas formas assumidas respectivamente no Brasil com o bolsonarismo; nos Estados Unidos, o trumpismo; na Argentina, o mileirismo, onde a origem desses fenômenos possuem raízes muito mais profundas como aquelas ancoradas em regimes autoritários. São movimentos que não surgem espontaneamente, mas sintomas de um fenômeno muito maior, mais enraizado na cultura e na modernidade. São a manifestação de uma sociedade atravessada pela exploração do capital e que recorre à barbárie por não conseguir criar outras possibilidades ou a ideia de um futuro possível. Nesse sentido, Adorno costumeiramente afixava sua crítica sobre os ditames capitalistas e a vida moderna como forma de demonstrar que o fascismo consistia em um problema concreto e inerente a todas as sociedades modernas pois possuía vetores culturais e sociológicos mais profundos em sua constituição.

Por trás das aparentes transformações históricas, dos tratados e acordos que sugerem certa proteção das vidas e dos direitos civis, de modo concreto, poucos foram os avanços e as mudanças. Precisamos admitir que o colapso moderno persiste e faz com que a normalização da barbárie continue. Soma-se a isso uma ideia de democracia existente que para Adorno (2020) não passa de uma mera formalidade, enquanto as condições para sua efetivação não se dão por completo. E ainda falta muito. Assim sendo, cabe considerar que a civilização e suas ideias de progresso e ordem são uma farsa, pois o colonialismo não ficou restrito ao passado, a ideia de uma democracia plena não se concretizou e o oprimido ainda visa ser o opressor. Enquanto muitos mostram-se contrários à afirmativa de que o fascismo ainda permanece vivo e não enquadrado ao passado, observamos aturdidos as imagens em tempo real do genocídio em curso da Palestina por Israel como modelo de fascismo acontecendo aos nossos olhos. Quando Adorno expõe que o fascismo não era um problema restrito aos alemães, mas uma ameaça global, ele estava a afirmar com isso a premissa de que o mundo jamais abandonou o fascismo e que suas disposições ainda prevalecem na era atual. O que ocorre hoje em Gaza funciona como uma espécie de ensaio que pode ser aplicado ao Sul global, conforme as

necessidades das grandes potências, visto que, sob o fascismo ninguém permanece imune à sua máquina de extermínio para qualquer que se ponha como entrave aos interesses políticos e econômicos do Norte global. Dessa forma, o ocidente assiste contemplativo o genocídio em massa de palestinos operado pelo governo de Israel em escala industrial tal qual em Auschwitz.

Por isso defendemos que o fascismo se molda às necessidades locais e históricas, explorando e aprofundando medos e a irracionalidade, adquirindo espaço, estimulando ódio e destruindo os padrões civilizatórios. Pela via da experiência prática, hoje conseguiríamos responder ao questionamento que inaugura o século XX, de como foi possível o nazismo e o Holocausto acontecer. E aqui reforço a importância de estudos sobre as novas versões de fascismo contemporâneo, tendo em vista que a fascistização das democracias permanece em curso, não cessa (Tiburi, 2020b). Segundo Tiburi (2020b) o fascismo persiste porque trata-se de uma colonização da mentalidade, dos afetos e do corpo, cada dia mais naturalizado no mundo da vida. Ele mesmo transformou-se em uma racionalidade porque seus pressupostos encontram-se nas condições civilizacionais, institucionais e subjetivas. É preciso ressaltar, no mesmo sentido colocado por Adorno sobre a permanência do fascismo, que “os genocídios, que tanto nos impressionam no passado, não cessam de acontecer no presente, porque as condições que o sustentam não se modificaram” (Tiburi. 2020b, p. 48). Conforme a filósofa, os limites subjetivos que nos possibilitavam afastar-nos da barbárie desapareceram ou, possivelmente, nunca existiram. O genocídio brasileiro acontece sempre e de modo permanente, desde a devastação das terras e dos povos indígenas através dos tempos, a fome dos Ynomamis em decorrência da devastação das terras pelo garimpo ilegal que contaminou solos e os rios, o retorno da fome e da miséria com pessoas na fila do osso⁷², a desigualdade, a tragédia sanitária na pandemia, a violência, a corrupção, o obscurantismo. Ou seja, o bolsonarismo foi a barbárie em ação, o que não impede de afirmar que o Brasil segue à deriva

⁷²O Povo (2021). Famílias fazem fila para receber doação de ossos com restos de carne em Curitiba. Online. Disponível em: (opovo.com.br)

da barbárie, posto que o bolsonarismo persiste e ele é maior do que o próprio Bolsonaro. Ainda há muito o que elaborar e o que transformar porque é impossível esquecer o passado, sobretudo em tempos em que o fascismo insiste em levantar-se novamente a nos assombrar no presente.

No caminho de conclusão, nos utilizando do método de pensamento constelar a partir de Adorno, algumas considerações se fazem necessárias. Destacamos que as seis constelações conceituais discutidas neste capítulo não possuem em si uma linearidade do conceito e de estrutura, podendo ser lida a partir de qualquer constelação. As constelações possuem consigo uma inter-relação entre as partes, mas não linearidade, posto que, seguimos alinhados ao pensamento adorniano e da filosofia contida na Teoria Crítica de trabalhar os conceitos no formato de constelações na tentativa de superar a construção de conceitos que, por si só, não comunicam sentido algum. As seis constelações em torno do conceito adorniano de fascismo só adquirirá sentido se interligadas entre si, umas com as outras, compondo uma tessitura semântica ao aproximarmos os sentidos e os significados.

Destacamos que cada constelação deve ser compreendida de modo dialético e material buscando não perder de vista o caráter histórico do conceito. Além disso, cada constelação visou lançar luz sobre os aspectos singulares em relação ao objeto, na tentativa de clarear o que há de mais particular no conceito de fascismo na perspectiva de Adorno e possibilitar visualizar suas nuances. Desse modo, partindo do posicionamento da Teoria Crítica e levando em consideração o primado do objeto, nos empenhamos em construir os resultados dessa pesquisa com base em uma postura que se contrapõe à construção de conhecimento positivista, tendo em vista que é característico das ciências tradicionais a apresentação de conceitos totalizantes e universais, além da valorização do enquadramento dos conceitos em categorias previamente definidas. Longe dessas proposições, as constelações conceituais apresentadas não visam determinar de forma normativa o conceito de fascismo de Adorno, tampouco possuem a pretensão de dar conta do conceito. Trata-se de

estabelecer uma outra relação com o objeto investigado, orientada a partir da concepção de imanência do objeto e na relação com o pensamento dialético.

Considerações Finais

Início a última seção deste trabalho com o seguinte questionamento: que valor têm estas análises para o presente? Adianto que essa questão permaneceu acompanhando-me ao longo de toda a pesquisa. Pesquisar fascismo, e especificamente o conceito de fascismo em Adorno, parece um tanto quanto inadequado quando se pensa em termos de século XXI – tempo de transformações sociais, econômicas e tecnológicas viscerais. Gostaríamos que assim o fosse, mas o cenário que se desenhou na segunda década do século mostrou o contrário. O começo do século que marcava a esperança no futuro na qual a promessa de um mundo melhor e adequado a todos seria possível, jamais se efetivou. O futuro e a ideia de progresso humano soam quase como uma utopia, tendo em vista, conforme antigos filósofos imaginaram, não serem equivalentes. De concreto, resta apenas a certeza da devastação, da miséria e da violência humana.

As democracias no século XXI também passaram por sérios ataques sob os novos populismos de direita. Sempre tão frágeis e vulneráveis, as democracias são sempre inacabadas. Por isso o eterno olhar atento à manutenção de seus preceitos, haja vista que para se viver em sociedade, ainda não inventaram nada melhor que a democracia. Ao passo que na última década as democracias passaram por um processo de esvaziamento de seu conceito, de intensas crises em decorrência de um complexo contexto global. Na América Latina, e como recorte tomando o Brasil, a democracia sofreu reveses poderosos, ainda que desde sua gênese encontra-se permeada por autoritarismo, colonialismo e racismo, mas que em dado momento, tais questões tomaram rumos inimagináveis. E é desses novos rumos que partiu o despertar do interesse em buscar compreender de que modo, podendo escolher por um caminho mais democrático, optamos por um radicalismo de direita que se expressou no fenômeno

bolsonarista. E mais precisamente entender como líderes autoritários eleitos democraticamente atuam de maneira a correr as democracias por dentro, ao destruir as instituições que zelam pelo jogo democrático e causar desagregação social e subjetiva em seu povo.

A preocupação em pesquisar fascismo parte de Adorno como filósofo que possui como marca a memória do atravessamento da experiência nazista em sua biografia e em sua obra, mas também as observações das condições sociais que desencadearam os grandes movimentos de massa encerrados nos atos de Junho de 2013 no Brasil, seguindo uma tendência global de crise econômica e social resultando em uma acentuada recessão democrática em grande parte do mundo, fez com que uma grande parcela encontrasse em discursos de extrema direita e de caráter fascista um refúgio para aqueles ressentidos e desamparados politicamente. Diversos extratos sociais e uma ampla massa, castigados pela austeridade econômica, sucessivas crises e desesperançados tanto com o sistema político, quanto com o cenário social que se mostrava, foram seduzidos por um populismo de extrema direita e sua narrativa intolerante e antidemocrática. Lembremos que Horkheimer já nos alertava sobre a estreita relação entre capitalismo e fascismo.

Testemunhas de um cenário de recorrentes crises e de iminente avanço do perigo fascista ao redor do mundo, nos convencemos da necessidade sempre premente de ainda necessitar falar de fascismo. Foi possível constatar que após os desdobramentos políticos e sociais do movimento de sedução das massas, essas descrentes e ressentidas, por setores que flertam diretamente com o fascismo tem se demonstrado um quadro profundamente preocupante. Em um período ainda muito recente à memória, foi possível observar as marcas na sociedade do uso do fascismo como método de poder, o desprezo pela cultura, a arte e a ciência, o acirramento do anti-intelectualismo, os ataques às universidades, a desumanização, o ódio como afeto político entre outros traços importantes que marcam a presença do

fascismo em nossos dias. O fascismo cotidiano e corriqueiro que permanece formando máquinas de odiar, como denuncia Marcia Tiburi, e que tem no ódio sua matéria-prima.

Em suma, a discussão teórica construída com os autores frankfurtianos sobre os movimentos de natureza fascista, sobretudo com Adorno, o resgate dos principais acontecimentos e eventos históricos ocorridos no Brasil e a discussão sobre fascismo a partir do olhar de uma autora contemporânea como Tiburi, buscou objetivamente trabalhar o fato de que a luta contra o esquecimento e a denúncia daquilo que não pode voltar a se repetir aconteça, ou nas palavras de Adorno “para que Auschwitz não se repita”. Assim, as discussões ligadas ao fascismo que vão desde problematizações que buscam elucidar o que seria o fascismo, se há fascismo no Brasil e sobre o que devemos chamar ou não de fascismo, é relevante se pensarmos que a forma como nomeamos as coisas importam, principalmente para que se evite eufemismos ou que recaiam no esquecimento, assim como ressaltamos o quanto importante é permanecermos atentos ao conceito e ao sentido dado aos fenômenos. Não custa lembrar que o fascismo possui enquanto traço evidente a capacidade de ressurgir e adaptar-se aos tempos sem nunca desaparecer completamente. Logo, não é necessário aguardar manifestações expressas de fascismo para só assim nomeá-lo enquanto tal. O fascismo nos cerca, coexiste em sociedades democráticas e manifesta-se de variadas formas, por isso a importância de pesquisas que visem estudar as novas versões do fascismo contemporâneo e a crescente necessidade de deixar de lado a ideia de que o fascismo não é capaz de reaparecer em determinados locais ou em distintos momentos históricos. Seguiremos errando ao desejar confinar o fascismo ao passado.

Adorno, enquanto um dos pensadores do século XX de ampla relevância, tratou em seus estudos e pesquisas de modo crítico sobre o que seria o fascismo e de que forma devemos pensar sobre os desafios do seu surgimento em meios às sociedades democráticas. Portanto, foi em Adorno que pensaremos o conceito de fascismo à luz de suas contribuições,

pois enquanto teórico conseguiu de modo formidável abordar o fascismo em suas diferentes perspectivas.

Destaco o fato de que a pesquisa iniciou-se ainda sob o governo Bolsonaro, atravessou as eleições presidenciais e finaliza-se sob um governo diferente do anterior. Reconhecemos que a derrota de Bolsonaro foi apenas nas urnas, uma vez que o bolsonarismo é um fenômeno amplo e mais profundo, que transcende a figura que lhe dá nome e que, portanto, continuará a existir. E a experiência da escrita nesse movimento de transição entre os poderes pode ser descrita como um momento ímpar, permeada pela mobilização de afetos, mas também esperançosa de que a democracia finalmente adquirisse fôlego para prosseguir. A ânsia buscava alívio, tendo em vista que foram tempos em que o improvável acontecia diariamente. A ânsia era por alívio porque a sensação geral era de esgotamento e desalento frente à barbárie diária, pois sob o fascismo não há imunidade possível. Finalmente, podemos respirar. Os ares ainda tomados pelos odores putrefatos de um passado vil bastante recente. Um passado que certamente, e espero eu, sirva de lembrança para elaboração e a não repetição. Que possamos, conforme apelo da Teoria Crítica, não nos alienamos da memória, tampouco adaptando-se ao existente de forma acrítica, pelo contrário, que tenhamos fôlego para a resistência e para o comportamento contestatório. É preciso pensar como seguir na resistência para avançar, é preciso pensar formas de existência humanizadas a fim de se evitar a destruição de tudo que há no mundo pelo capitalismo em sua fase de escalada neoliberal. Para afastar o fascismo que nos destrói é necessário antes pensar formas de não sucumbir ao sistema que nos devora – o capitalismo – e nem pela razão que elimina nossos corpos e subjetividades – a racionalidade instrumental.

Quando Tiburi, em 2015, publicou seu livro “*Como conversar com um fascista*” se cogitava a ideia de uma espécie de manual de como dialogar com fascistas, outros avaliavam o título como despropósito. No mais, o que a autora buscou, e já explicitamos aqui, é que, o título era provocativo e utilizava-se do recurso da ironia como frente ao cinismo tolo dos

fascistas. Servia para instigar, fazer pensar e convidar ao exercício reflexivo – tão temido pelo fascismo. Em suma, como vimos a partir de Adorno e a teoria freudiana, torna-se difícil manter qualquer diálogo racional e argumentativo com a personalidade fixada no autoritarismo por conta do projetismo emocional e irracional de suas elaborações. Mas a obra igualmente nos convida a pensar, a partir da postura de abertura ao diálogo, sobre também a importância da abertura ao outro, da postura dialógica à diferença e de saber lidar com a alteridade. Esses que são elementos inimagináveis ao sujeito fascista. Tal conduta visa, segundo E o valor da obra reside na reafirmação da presença de figuras autoritárias no cotidiano e familiar, na denúncia do autoritarismo crescente das sociedades e menos na busca por um consenso com o fascista. Sua intenção, numa perspectiva alinhada à Adorno, era demonstrar que o fascismo encontrava-se situado no plano subjetivo da personalidade, como método e como tecnologia dominante. Tiburi (2020a) uniu perspicácia crítica à imaginação, buscando o mesmo ideal almejado pela Teoria Crítica da Sociedade, conforme delineado por Horkheimer: um comportamento crítico que conduza à emancipação – elemento básico da Teoria Crítica que perpassa sobretudo pela via da educação como possibilidade de emancipação.

É preciso imaginar que as coisas podem ser um pouco diferente do hoje e nisso a Teoria Crítica surge como ferramenta potente para “abrir ou manter abertos espaços para outros conceitos, outras imagens, outros mundos imaginários. E ela pode rememorar que a transformação é uma questão de prática – política, mas também científica” (Della Torre, 2023b). No ano de 2023, em setembro, o Instituto de Pesquisas Sociais completou 100 anos após sua fundação em 1923 trazendo consigo o estabelecimento de uma Teoria Crítica que possui raízes epistemológicas que refletem seu caráter multidisciplinar na construção crítica das sociedades capitalistas, dos modos de vida modernos, das formas de dominação e na busca por uma transformação radical da sociedade. Ainda sim a Teoria Crítica manteve-se interessada em temas de natureza sociológica, da cultura, as relações econômicas

estabelecidas, as crises e contradições dos grandes sistemas sociais, as promessas da modernidade e da cultura não cumpridas, além de estudos que levam em consideração a subjetividade. E nesse aspecto reside a atualidade da Teoria Crítica, enquanto uma perspectiva científica e teórica capaz de fornecer os elementos analíticos para compreender e acompanhar as transformações sociais, as contradições inerentes aos modos de produção capitalistas e das sociedades modernas, além das crises recorrentes em cada período histórico reivindicada. Passados 100 anos de sua história, a Teoria Crítica da Sociedade mostra-se de uma relevância ao momento presente para que possamos acompanhar crítica e dialeticamente as tensões na relação entre sociedade, democracia e capitalismo. O ocidente afunda em uma crise política, econômica e cultural. Em meio a guerras, genocídios e a eliminação de direitos, assim a história repete-se. Por sua vez, presenciamos, face a revolução tecnológica, a ascensão global do autoritarismo de direita, do antissemitismo e do fascismo impulsionado pelas mídias, juntamente a destruição ininterrupta dos requisitos materiais de reprodução social (Della Torre, 2023b). E nesse sentido, a Teoria Crítica está mais atual do que nunca e só deixará de sê-la quando as condições dominantes responsáveis pela opressão dos sujeitos forem superadas. Muito embora preocupada com as relações de dominação na sociedade moderna, a Teoria Crítica acredita na arte, no pensamento crítico e no potencial da emancipação humana.

Finalmente, acrescento ainda que de modo algum nossa intenção consistiu em esgotar o conceito de fascismo em Adorno, tampouco de dar conta da completude do conceito. Intencionamos nos aproximar do conceito, sem, no entanto, dar conta de sua totalidade. Construimos constelações em torno do conceito que visamos analisar e discutir, como quem lança luz sobre diferentes facetas do objeto a fim de examiná-lo em seus detalhes e profundidade, a âmbito daquilo que o objeto se deixou mostrar.

Referências

- Abreu, J. M., & Allegretti, G. (2016). Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, 6(2), 88-121.
- Adorno, T. W. (1971) A indústria cultural. In: COHN, G. (org). *Comunicação e indústria cultural*. Cia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo.
- Adorno, T. (1975). *A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda*. Recuperado de <https://fabiomesquita.wordpress.com/2015/05/12/a-teoria-freudiana-eo-modelo-fascista-d-e-propaganda-1951>.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). Prefácio. In: *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar.
- Adorno, T.; Cohn, G. (org.). (1986). Sobre música popular. In: *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Editora Ática.
- Adorno, T. W. (1989). *Studien zum Autoritären Charakter*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p.13.
- Adorno, T. W. (1999). *Os Pensadores*. Textos escolhidos, “*Conceito de Iluminismo*”. Nova Cultural.
- Adorno, T. W. (2003). O ensaio como forma. In: Adorno, T. W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Editora 34.

Adorno, T. W. (2008). *Mínima moralia*. Trad. de Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Adorno, T. W. (2015). Teoria Freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: Adorno, T. W. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. Tradução Verlaine Freitas. - I ed. São Paulo: Editora Unesp.

Adorno, T. W. (2015). *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp.

Adorno, T. W. (2015). Antissemitismo e propaganda fascista. In: Adorno, T. W. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp.

Adorno, T. W. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Editora Unesp.

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R. N. (2019b). Introdução. In: Adorno, T. W. Costa, V. H. F (Org.). Traduzido por Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp.

Adorno, T. W. (2020). *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.

Adorno, T. W. (2021). O que significa elaborar o passado. In: *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3º edição revista. São Paulo: Paz e Terra.

- Almeida, A. F. S. (2021). *Do golpe de 2016 ao bolsonarismo: o neofascismo no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de formação de professores e humanidades. Goiânia, Brasil.
- Alves, D. G., Jr. (2001). Theodor Adorno e a psicologia do anti-semitismo. *Revista de Estudos Judaicos*. Belo Horizonte, 3, pp. 50-58.
- Alves, G. Ocupar Wall Street... e depois? (2012) In: Harvey, D., Teles, E., Sader, E., Alves, G., Carneiro, H. S., Wallerstein, I., Peschanski, J. A., Davis, M., Žižek, S., Ali, T., & Safatle, V. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (pp. 31-38). São Paulo: Boitempo, Carta Maior.
- Alves Júnior, D. G. (2003). *Depois de Auschwitz: a questão do antissemitismo em Theodor W. Adorno*. Editora Annablume.
- Anderson, P. (2020). Prefácio. In: Anderson, P. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, D. C. (2008). *Razão instrumental e preconceito: reflexões sobre o bullying*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos, Brasil.
- Antunes, D. C. (2012). *Por um conhecimento sincero no mundo falso: Teoria Crítica, pesquisa social empírica e The Authoritarian Personality*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Carlos, Brasil.
- Antunes, D. C., & Maia, A. F. (2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia Usp*, 29, 189-199.

Antunes, R. (2022). *Capitalismo pandêmico*. Boitempo Editorial.

Antunes, D. C. & Holanda, R. R. (2022). Perspectivas sobre a personalidade autoritária a partir do Brasil: um diálogo. In: Júnior Moura, J. F., Lima, A. A. de S., Holanda, R. R. & Negreiros, D. J. et. al. (Orgs). *Autoritarismo e preconceito: discussões interseccionais de raça, classe e gênero no Brasil*. (Livro Eletrônico). Fortaleza: Mandala.

Appolinário, F. D. D. M. C. (2004). *Um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Araújo, V. S. F. (2018). O golpe de 2016 e o apogeu reacionário. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, 12(2).

Arcary, V. (2022). *Ninguém disse que seria fácil*. Editora: Boitempo.

Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. Todavia.

Avritzer, L. (2021). Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: Avritzer, L., Kerche, F. & Marona, M. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. (pp. 13-20). Belo Horizonte: Autêntica.

Azevedo, R. (2015). *Setembro de 2015: Bolsonaro chama refugiados de “escória do mundo”*. Revista Exame. Disponível em: [Setembro de 2015: Bolsonaro chama refugiados de "escória do mundo" | Exame](#) Acesso em: 29/09/2023.

Bartz, F. D. (2016). Problemas do sindicalismo na Nova República: o caso da greve dos professores e dos garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre e da greve nacional dos caminhoneiros (2013-2015). *Anais XIII Encontro Estadual de História ANPUH, RS, Santa Cruz do Sul*, 8-32.

- Bastos, M. D., Stédile, M. E., & Bôas, R. L. V. (2018). Indústria Cultural, a antessala do fascismo brasileiro. *Perseu: História, Memória e Política*, (16).
- Benjamin, W. (1984). *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (2012). Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8.ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____, W. (2017). [1892-1940]. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução Gabriel Valladão Silva. - Porto Alegre, RS: L&PM, 176p.
- Berardi, F. (2019). *Depois do futuro*. Traduzido por Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora.
- Bijos, L. M. D. J., & Silva, P. A. D. (2013). Análise da primavera árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista Cej*, 17(59).
- Biroli, F., Vaggione, J. M., & Machado, M. D. D. C. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo Editorial.
- Bueno, S. F. (2017). A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: implicações no campo formativo. *Educação*, 40 (3), p. 492-500. Recuperado de [Redalyc.A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: implicações no campo formativo](#)
- Bueno, S. F. (2021). *Adorno, o fascismo e o mal*. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Bueno, S. F. (2022). *O fascismo em dez lições*. Editora UNESP.
- Bugalho, H. (2020). *Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil*. Curitiba: Kotter Editorial.

- Boito, A. (2020). Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 50, p.111-119.
- Borzuk, C. S. (2021). “Mas não há mais antissemitas”. Notas sobre o sétimo elemento do Elementos do Antissemitismo, de Max Horkheimer e Theodor Adorno. In: *Teoria Crítica, Violência e Resistência*. pp.67-80.
- Botton, R. R., & de Andrade, G. F. (2017). A Extrema Direita e o etnonacionalismo na Europa Contemporânea: o caso da Aurora Dourada. *Cadernos do Tempo Presente—ISSN, 2179*, 2143.
- Braga, R. (2013). As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. *Observatorio Social de América Latina*, 8, 51-61.
- Brecht, B. (1935). *O fascismo é a verdadeira face do capitalismo*. Primeira edição e tradução de Richard Winston. Textos escolhidos de Twice a Year, 1938-48. Syracuse University Press, 1964.
- Brecht, B. (1992). A Resistível Ascensão de Arturo Ui. Tradução de Angelika E. Köhnke. In: Brecht, Bertolt. *Teatro Completo – Vol 8*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- Carneiro, H. S. (2012). Apresentação - Rebeliões e ocupações de 2011. In: Harvey, D., Teles, E., Sader, E., Alves, G., Carneiro, H. S., Wallerstein, I., Peschanski, J. A., Davis, M., Žižek, S., Ali, T., & Safatle, V. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (pp. 7-14). São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

- Carone, I. (2002). *Fascismo on the air: Estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista*. In: Lua Nova, nº 55-56.
- Carone, I. (2012). A Personalidade Autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo. *Sociologia em Rede*, 2(2), 14-21.
- Carta Capital (2018). *Bolsonaro em 25 frases polêmicas*. Disponível em Acesso em 29/11/2023.
- Casara, R. R. R. (2015). Apresentação. In: Tiburi, M. *Como conversar com um fascista* - 14^a ed. - Rio de Janeiro: Record.
- Castilho, D. R., & Lemos, E. L. D. S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24, 269-279.
- Catalani, F. (2018). Aspectos ideológicos do bolsonarismo. *Blog da Boitempo*, 28(10).
- Catalani, F. (2019) A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa. Disponível em: [A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa – Blog da Boitempo](#)
- Chauí, M. (2000). *Brasil – Mito fundador e personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Codato, A., Bolognesi, B., & Roeder, K. M. (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *Direita, volver*, 115-144.
- Coelho, F. D. A. P. (2020). Direito à cidade e mobilidade urbana: reinventando o modal bicicleta. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº*, 75, 53.
- Cohn, G. (1986). Introdução. Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: *Theodor W. Adorno. Sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais, 54. Editora: Ática, SP.

- Costa, V. H. F. da. (2019a). Apresentação à edição brasileira. In: Adorno, T. W. *et al. Estudos Sobre a Personalidade Autoritária*. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. (pp. 13-28). São Paulo: Editora Unesp.
- Costa, V. H. F. da. (2019b). *A personalidade autoritária: antropologia crítica e psicanálise*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Paulo, Brasil.
- Couto, C. G. (2021). Do Governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: Avritzer, L., Kerche, F. & Marona, M. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. (pp. 35-49). Belo Horizonte: Autêntica.
- Crochík, J. L. (2008). T.W. Adorno e a psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 20, 297-305.
- Cruz, S. V., Kaysel, A., & Codas, G., (Org). (2015). *Direita, volver. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Dahmer, H. (1993). Posfácio. In: *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.
- Dardot, P & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* - 1 ed. - São Paulo: Boitempo.
- Della Torre, (2020) B. Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre a personalidade autoritária. *Rev. Crítica Marxista*, n. 50, p. 103-109.

- Della Torre, B. (2021). *Escala “F” verde e amarela? Bolsonaro e a propaganda fascista*. Blog da Boitempo. Disponível em: [Escala “F” verde e amarela? Bolsonaro e a propaganda fascista – Blog da Boitempo](#)
- Della Torre, B. (2021). *A nova “organização”: Adorno, indústria cultural (digital) e a extrema-direita hoje*. Artigo Blog da Boitempo. Disponível em: <https://shre.ink/atAE>
- Della Torre, B. (2023a). *Uma conversa sobre a indústria cultural*. Artigo/Entrevista Blog da Boitempo. Disponível em: <https://shre.ink/aEHR>
- Della Torre, B. (2023b). *100 anos do Institut für Sozialforschung (IfS) – Perspectivas*. Blog da Boitempo. Disponível em: [100 anos do Institut für Sozialforschung \(IfS\) – Perspectivas – Blog da Boitempo](#)
- Domingues, J. M. (2013). Las movilizaciones de junio de 2013. Explosión fugaz o novísima historia de Brasil?. *OSAL Observatorio Social de América Latina*, 14(34), 62-72.
- dos Reis Cruz, N. (2019). Neofascismo e conspiracionismo brasileiro. O mídia sem máscara e o “eixo do mal”. *Revista de História Comparada*, 13(2), 216-257.
- dos Santos Filho, M. A., & Ponchirolli, O. (2011). *Contribuições da teoria do reconhecimento para os estudos organizacionais: um olhar a partir da teoria crítica*. Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC). Disponível em [21175916031491012.pdf \(fae.edu\)](#)
- Dunker, C. (2021). *“Fascismo”, “Nazismo” e “perversão” na crítica política*. Blog da boitempo. Disponível em: [“Fascismo”, “nazismo” e “perversão” na crítica política – Blog da Boitempo](#) Acesso em: 14/08/2022.

- Dussel, E. (1993). *1492: o encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade)*. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes.
- Eco, H. (2018). *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record.
- Euzébios Filho, A. (2019). A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. *Revista Psicologia Política*, 19(45), 186-201.
- Esswein, G. C., & Junior, N. L. (2014). Anonymous e os processos de mobilização política pela internet. *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, 1(12).
- Fleck, A. D. O. (2015). *Theodor W. Adorno: um crítico na era dourada do capitalismo*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
- Fontes, V. (2019). O núcleo central do governo Bolsonaro: o profascismo. *Racismo Ambiental*. Disponível em: [proto-fascismo.pdf \(grupodetrabalhoeorientacao.com.br\)](http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/proto-fascismo.pdf)
- Foucault, M. (2022). *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. Editora: Martins Fontes, 2º ed.
- França, V. V., & Dornelas, R. (2014). No Bonde da Ostentação: o que os “rolezinhos” estão dizendo sobre os valores e a sociabilidade da juventude brasileira?. *Revista ECO-Pós*, 17(3).
- Freitas Ribeiro, A. (2015). Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, 19(35), 65-79.
- Freitas, A. (2015). Rancière e o ato político como criação de dissensos: o “rolezinho” como um modo de pós-ativismo contemporâneo. In: *6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação*.

Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em

http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1426894552_ARQUIVO_Ranciereeo_atopoliticoacomocriacaodedissensos_rolezinho.pdf

Freitas, B. C. R. D. (2016). *Psicanálise e crítica social em Adorno*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo.

Freixo, A. (2019). Coleção Pensar Político. In: Pinheiro-Machado, R & Freixo, A (Orgs). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.

Freud, S. (1980). Conferência I – Introdução (1916[1915]). In: *Obras completas*, v. XV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1982). *Obras Psicológicas Completas*. Vol. XIX, XXII – Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (2010a). História de uma neurose infantil: (O homem dos lobos), Além do princípio do prazer e outros textos (1917- 1920). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (2010b). Group psychology and the analysis of the ego. Ed: Martino Fine Books.

Freud, S. (2011). V. In: *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

Freud, S. (2023). *Psicologia das massas e análise do eu / Sigmund Freud*; revisão técnica e prefácio de Edson Sousa, Porto Alegre, RS: L&PM.

Fridman, L. C. (2020). Theodor Adorno e Eric Hobsbawm sobre o jazz. *Sociologia & Antropologia*, 10, 493-512.

- Frigotto, G. (2021). Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, 2(2), 118-138.
- Fromm, E. (1977). Método e função de uma psicologia social analítica. In: Fromm, E. *A crise da Psicanálise: Freud, Marx e a Psicologia Social*. Tradução de Álvaro Cabral. (pp. 134-161). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fromm, E. (1984). *The Working Class in Weimar Germany: a Psychological and Sociological study*. Tradução de Barbara Weinberger. Warwickshire: Berg Publishers.
- Garcia, J. (2010). Comentando o Flâneur, de Walter Benjamin. *Educação Pública*.
- Gherman, M. (2023). *Bolsonarismo e a extrema-direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos*. Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro, Brasil.
- Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gohn, M. D. G. M. (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, 16(47), 125-146.
- Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- Goldenberg, R. (2015). *Psicologia das massas e análise do eu: solidão e multidão*. Editora José Olympio.
- Gomide, A. P. D. Á. (2011). Psicanálise e Teoria Social à luz da teoria crítica de Theodor W. Adorno. *Psicologia: ciência e profissão*, 31, 120-133.

- Gordon, P. E. (2021). *Fascismo e as longas sombras do passado, segundo Adorno*. Blog: Outras mídias. Traduzido por Carta Maior. Disponível em: [Fascismo e as longas sombras do passado, segundo Adorno - Outras Palavras](#)
- Gros, D. B. (2008). *Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaio FEE*, 29(2), 565-590.
- Haber, S. (2014). Patologias da autoridade: alguns aspectos da noção de “personalidade autoritária” na escola de Frankfurt. *Princípios*, 21(36), 337-360.
- Horkheimer, M. e Adorno, T. (org) (1978). *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- Horkheimer, M. (1980). Teoria tradicional e teoria crítica. In: Benjamin, W.; Horkheimer, M.; Adorno, T. W. & Habermas, J. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultura.
- Horkheimer, M. (1990). História e Psicologia. In: Horkheimer, M. *Teoria Crítica: uma documentação*. Tradução de Hilde Cohn. (pp. 13-30). São Paulo: Perspectiva.
- Horkheimer, M. (1990). Autoridade e Família. In: Horkheimer, M. *Teoria Crítica: uma documentação*. Tradução de Hilde Cohn. (pp. 175-236). São Paulo: Perspectiva.
- Horkheimer, M. (2008). Prólogo In: Jay, M. *A imaginação dialética. História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais - 1923-1950*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Horkheimer, M. (2016). *Eclipse da Razão*. Editora Unesp.
- Horkheimer, M. (2019). Prefácio. In: Adorno, T. W. *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária*. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp.

- Horkheimer, M. (2020). Apresentação à brasileira: Depois da meia-noite no século: Adorno as análises do fascismo. In: *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Traduzido por Felipe Catalani. - São Paulo: Editora Unesp.
- Istoé (2020). *Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: “Se você virar um jacaré, é problema seu”*. Disponível em: [Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’ - ISTOÉ Independente \(istoe.com.br\)](https://www.istoeglobo.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-da-pfizer-se-voce-vice-jacare-e-problema-seu-istoeglobo.com.br). Acesso em: 15.09.2023
- Jay, M. (2008). *A Imaginação Dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Jeffries, S. (2018). *Grande Hotel Abismo: a Escola de Frankfurt e seus personagens*. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kershaw. I. (1993). *Hitler. um perfil do poder*. Editora: Zahar.
- Knijnik, E. J., Lima, L. P. B & Ortellado, P. (2013). A derrubada do aumento: uma narrativa política. In: Judensnaider, E., Lima, L., Pomar, M. & Ortellado, P. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.
- Kristeva, J., & Vericat, I. (1996). Freud: “heimlich/unheimlich”, la inquietante extrañeza. *Debate feminista*, 13, 359-368.
- Leal, E. D. D. O. (2023). *O autoritarismo na indústria cultural e no fascismo segundo Theodor W. Adorno*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Mestrado em Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
- Leite, V. (2019). “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 119-142.

- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Tradução Renata Aguiar - Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, A. F. de (2015). Separação epistemológica ou continuidade de uma tradição? Considerações sobre a crítica de Jürgen Habermas ao projeto frankfurtiano. In: *A Teoria Crítica de Jürgen Habermas: cinco ensaios sobre a linguagem, identidade e psicologia social*. Porto Alegre: Sulina.
- Lima, A. F. de. (2017). Desventuras da democracia no estado de exceção brasileiro. In: *Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos*. Coleção Transversalidade e Criação: Ética, Estética e Política Volume 7. Editora: CRV, Curitiba, Brasil.
- Longo, B. R., & Souza, M. L. F. D. (2022). *Imigração e crise de refugiados no continente europeu: os dois lados do respaldo europeu*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, Brasil.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 652-664.
- Löwy, M. (2016): “*O Estado de exceção predomina. A democracia é que foi excepcional*”. Blog da Boitempo. Disponível em: [Michael Löwy: “O Estado de exceção predomina. A democracia é que foi excepcional” – Blog da Boitempo](#)
- Maar, W. L. (2006). Materialismo e primado do objeto em Adorno. *Trans/Form/Ação*, 29, 133-154.
- Maar, W. L. (2022). A guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: Adorno, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.

- Maciera, A. C. (2020). M. *O filho do século: Mussolini e as origens do fascismo*. Literatura Italiana Traduzida.
- Marcuse, H. (1970). Tolerância repressiva. In Wolff, R. P.; Moore, B.; Marcuse; H. *Crítica da tolerância pura*. (pp. 85-106). Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (1981). *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marcuse, H. (1982). *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (2018). O destino histórico da democracia burguesa. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v.2, n.1.2, p.42-76.
- Marinetti, F. T. (1909). *Manifesto do Futurismo*. Disponível em: [Microsoft Word - Manifesto do Futurismo.doc \(wordpress.com\)](#)
- Mascaro, A. L. (2022). *Crítica do fascismo*. 1ed. São Paulo: Boitempo.
- Melo, D. (2019). Bolsonaro, fascismo e neofascismo. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*.
- Menezes, S. (2021). *O Ur-Fascismo ontem e hoje: aparições literárias de uma metodologia de poder*. (Dissertação Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras.
- Miguel, L. F., & Coutinho, A. D. A. (2007). A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião pública*, 13, 97-123.
- Mises, L. v. (2010). *Liberalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises.

- Mouk, Y. (2019). Ciclo de Palestras Populismo e Democracia - *The People vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and How to Save It*. Palestra PUC-Rio. Disponível em: <http://www.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1300&sid=24>
- Musse, R. (2021). Governo Bolsonaro: a calamidade triunfal. In: Avritzer, L., Kerche, F. & Marona, M. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. (pp. 51-64). Belo Horizonte: Autêntica.
- Neto, O. A. & Acácio, I. (2020). De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro. *Journal of Democracy*. v. 9 n.2.
- Nobre, M. (2022). *Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.
- Novaes, E. S. (2018). *A ascensão do discurso xenófobo na França: a contribuição do partido Frente Nacional (1982-2017)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil.
- Nunes, A. A. (2019). *Sobre o “Nazifascismo” nos livros didáticos: conceito e imagem*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília (UnB). Departamento de História (HIS). Brasília, DF.
- Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora.
- Oliveira, F. (2008). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Patschiki, L. (2012). *Os Litorais da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)*. (Dissertação de Mestrado). Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

- Paula, L., & Lopes, A. C. S. (2020). A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. *revista Linguasagem*, 35(1), 35-76.
- Peck Jr, C. (2023). "McDougall's Mente grupal: la "impulsividad irrazonable" de los grupos es muy relevante - Encuesta: los estadounidenses negros temen más ataques racistas después del tiroteo en Buffalo". Disponível em: <https://hcommons.org/deposits/item/hc:57731/>
- Perius, O. (2006). *Esclarecimento e dialética negativa: sobre o além-do-conceito em Theodor Adorno* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Peschanski, J. A. (2012). Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: Harvey, D., Teles, E., Sader, E., Alves, G., Carneiro, H. S., Wallerstein, I., Peschanski, J. A., Davis, M., Žižek, S., Ali, T., & Safatle, V. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (pp. 27-30). São Paulo: Boitempo, Carta Maior.
- Pimentel, F. F. (2021). *Extremismo violento de direita e as conexões discursivas dos manifestos de Breivik, Tarrant e Crusius*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, Brasil.
- Pinto, C. R. J. (2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 119-153.
- Pinheiro-Machado, R. & Scalco, L. M. (2018). Da esperança ao ódio: A juventude periférica bolsonarista. In: Gallego, E. S. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. (pp. 53-59). São Paulo: Boitempo.
- Pinheiro-Machado, R. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.

Poder360 (2018). *No Acre, Bolsonaro fala em fuzilar e petralhada e enviá-los à Venezuela.*

Online. Disponível em: poder360.com.br Acesso em: 7/11/2023.

Poder360 (2019). Moro é homenageado com obra feita de cartuchos de balas. Online.

Disponível em: poder360.com.br Acesso em: 7/11/2023

Poder360 (2023). *Em delação, Mauro Cid teria detalhado gabinete do ódio.* Online.

Disponível em: poder360.com.br Acesso em 8/11/2023

Pomar, M. (2013). Introdução. In: Judensnaider, E., Lima, L. & Ortellado, P. *Vinte centavos:*

a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta.

Poulantzas, N. (2021). *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo.*

Florianópolis: Enunciado Publicações.

Pucci, B. (2020). A Personalidade Autoritária no Brasil em tempos de neoliberalismo e de

Coronavírus. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 14, p. 4538132.

Puzone, V. (2022). Reconstruindo alguns temas da teoria crítica: contribuição para o debate

sobre o fascismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 83-110.

Querido, F. M. (2023). Adorno, o fascismo e as aporias da razão. *Estudos Avançados* 37

(108).

Reis, D. A. (2020). Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*,

46(1), e36709-e36709.

Renzo, A. (2018). *Adorno: a Psicanálise de adesão ao fascismo.* Blog da Boitempo.

Disponível em: Adorno: A psicanálise da adesão ao fascismo – Blog da Boitempo

- Richter, E. P. (2017). *Influências da psicanálise na constituição da Psicologia Política: Reich, Fromm e Adorno*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC.
- Rinaldi, A. L. (2020). *BRICS: alinhamento estratégico e soft balancing*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Brasil.
- Rosa, P. O., Souza, A. T., & Camargo, G. M. (2020). Perspectividade política e produção de desinformação nas eleições brasileiras de 2018. *Agenda Política*, 8(3), 163-190.
- Rüdiger, F. (1999). *Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a Escola de Frankfurt*. Edipucrs.
- Rocha, F. D. (2018). Como conversar com um fascista, de Marcia Tiburi. *Perseu: História, Memória e Política*, (16).
- Safatle, V. (2012). Amar uma ideia. In: Harvey, D., Teles, E., Sader, E., Alves, G., Carneiro, H. S., Wallerstein, I., Peschanski, J. A., Davis, M., Žižek, S., Ali, T., & Safatle, V. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (pp. 45-55). São Paulo: Boitempo, Carta Maior.
- Safatle, V. (2020). *A hora e a vez dos democratas agirem*. Blog da Boitempo. Disponível em: [A hora e a vez de os democratas agirem – Blog da Boitempo](#)
- Safatle, V. (2022). *Só mais um esforço: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações”, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso*. 1 ed. São Paulo: Vestígio.

- Santos, B. S. (2015). *Agressividade da direita é um fenômeno global*. Portal Geledés.
Recuperado de: [Agressividade da direita é um fenômeno global, por Boaventura Sousa Santos \(geledes.org.br\)](#)
- Scapin, A., & Almeida, É. C. (2002). Teoria Crítica e educação: introdução à constelação de Theodor Adorno. *Comunicações*, 9(2), 161-170.
- Schargel, S. (2022). Meio século depois, a personalidade autoritária permanece relevante. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, 40(1), 262-265.
- Schurster, K. (2016). Márcia Tiburi, Como conversar com um fascista. Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. *Diacronie - Studi di Storia Contemporanea* (Online), N° 27, 3, documento 18. Disponível em: <http://journals.openedition.org/diacronie/4202>
- Shirakava, R. da S. (2019). *Unheimliche e fascismo: um estudo acerca do estranho-familiar na teoria freudiana e seus desdobramentos na Escola de Frankfurt em sua análise sobre o autoritarismo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências e Letras, Campus Assis. Assis, Brasil.
- Silva, A. B. D., Brites, C. M., Oliveira, E. D. C. R., & Borri, G. T. (2014). A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, 407-445.
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300002>
- Silva, S. E. V. (2020). *Psicologia das Massas segundo Freud e segundo Adorno*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.
- Silva Peixoto, L. A. (2011). Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 11(1), 156-180.

Singer, A. V. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Revista Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n.97, p.23-40.
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>

Soares, L. E. (2020). *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*. Boitempo Editorial.

Solano, E. (Ed.). (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial.

Starling, H. M. (2022). Introdução. In: *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhias da Letras.

Tatagiba, L., & Galvão, A. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25, 63-96.

Tiburi, M. (2016). *De novo o fascismo: Um ano após "Como conversar com um fascista"*. Revista Cult. Disponível em: [MARCIA TIBURI: Um ano após 'Como conversar com um fascista' \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/cult/coluna/marcia-tiburi/2016/08/22-de-novo-o-fascismo-um-ano-apos-como-conversar-com-um-fascista/)

Tiburi, M. (2017). *Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. Rio de Janeiro: Record.

Tiburi, M. (2018). *"Como conversar com um fascista", três anos depois*. Revista Cult. Disponível em: ['Como conversar com um fascista', três anos depois \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/cult/coluna/marcia-tiburi/2018/06/20-como-conversar-com-um-fascista-tres-anos-depois/)

Tiburi, M. (2019a). *O autoritarismo da vida cotidiana mais uma vez*. Revista Cult. Disponível em: [O autoritarismo da vida cotidiana mais uma vez \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/cult/coluna/marcia-tiburi/2019/05/20-o-autoritarismo-da-vida-cotidiana-mais-uma-vez/) Acesso em 07/05/2023

- Tiburi, M. (2019b). *Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação*. Rio de Janeiro: Record.
- Tiburi, M. (2020a). *Como conversar com um fascista*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- Tiburi, M. (2020b). *Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record.
- Tiburi, M. (2022). *O que é o fascismo*. Canal Filosofia em Comum. Youtube. Disponível em: [O que é o fascismo @Marcia Tiburi | Filosofia em Comum - YouTube](#)
- Traverso, E. (2019). Do fascismo ao pós-fascismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13(2), 12-44.
- Vasconcellos, C. (2022). Theodor Adorno e as tendências fascistas na democracia. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 22, e41422-e41422. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/Cz3DdOrMZZb8vkhf6rW4r4w/?format=pdf&lang=pt>
- Ventura, L. (2018). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *Quaestio-Revista de Estudos em Educação*, 20(2).
- Viana, N. (2014). O significado dos rolezinhos. *Revista Posição*, 1(01), 4-8.
- Vilaça, M. L. C. (2010). Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. *Revista e-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, 1(2), 59-74.
- Voirol, O. (2012). Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. *Novos estudos CEBRAP*, 81-99.
- Wallerstein, I. (2012) A esquerda mundial após 2011. In: Harvey, D., Teles, E., Sader, E., Alves, G., Carneiro, H. S., Wallerstein, I., Peschanski, J. A., Davis, M., Žižek, S., Ali, T.,

& Safatle, V. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (pp. 73-76). São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

Wiggershaus, R. (2002) *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL.